

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities Exchange Commission - SEC em 30 de junho de 2005)

**COMISSÃO DE BOLSAS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
**Washington, DC 20549**

**FORMULÁRIO 20-F**

**RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(D) DA LEI DO MERCADO  
DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**

**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004**

Número de Registro da Comissão: 1-15250



**Banco Bradesco S.A.**

(razão social exata do requerente conforme especificada em seu estatuto social)

**Bank Bradesco**

(tradução para o inglês da razão social do requerente)

**República Federativa do Brasil.**

(foro de constituição ou organização)

**Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil**

(endereço da sede social)

**Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei:**

**Título de cada classe**

“American Depositary Shares”, cada uma delas representando 1 Ação Preferencial, sem valor nominal (“ADSs”)

Ações Preferenciais, sem valor nominal (“Ações Preferenciais”)

**Nome de cada bolsa na qual estão registrados**

Bolsa de Valores de Nova Iorque

Bolsa de Valores de Nova Iorque

(exclusivamente para fins de registro)

**Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(g) da Lei:** Nenhum.

**Valores Mobiliários relativamente aos quais existe uma obrigação de informação de acordo com o Artigo 15(d) da Lei:** Nenhum.

**O número de ações em circulação de cada uma das classes de capital ou ações ordinárias do emitente em 31 de dezembro de 2004 era:**

238.351.329

Ações Ordinárias

236.081.796

Ações Preferenciais

**Indicar assinalando se o requerente do registro: (1) apresentou todos os relatórios que devem ser apresentados nos termos do Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses anteriores (ou outro período menor no qual o requerente foi obrigado a apresentar esses relatórios), e (2) esteve sujeito a essas exigências de apresentação nos últimos 90 dias.**

Sim  X  Não \_\_\_\_\_

**Indicar assinalando qual item de demonstração financeira o requerente escolheu seguir.**

Item 17 \_\_\_\_\_ Item 18  X

## ÍNDICE

Item 1.	Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores.....	4
Item 2.	Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado .....	4
Item 3.	Informações Chave .....	4
	Dados Financeiros Selecionados .....	4
	Informações sobre Taxas de Câmbio.....	7
	Fatores de Risco.....	8
Item 4.	Informações sobre a Companhia .....	21
	A Companhia.....	21
	Regulamentação e Supervisão.....	82
	Informações Estatísticas Selecionadas .....	107
Item 5.	Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras.....	126
Item 6.	Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários .....	175
Item 7.	Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas .....	188
Item 8.	Informações Financeiras .....	194
Item 9.	A Oferta e a Cotação em Bolsa .....	196
	Descrição dos Valores Mobiliários.....	196
	Negociação na Bolsa de Valores de São Paulo.....	199
Item 10.	Informações Adicionais .....	199
	Atos Constitutivos e Estatuto Social.....	199
	Contratos Significativos .....	212
	Controles de Câmbio .....	213
	Implicações Fiscais .....	214
Item 11.	Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado .....	221
Item 12.	Descrição de Outros Valores Mobiliários que não Valores Mobiliários Acionários.....	227
Item 13.	Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atraso nos Pagamentos .....	227
Item 14.	Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Valores Mobiliários e Uso dos Resultados .....	227
Item 15.	Controles e Procedimentos .....	227
Item 16 A.	Perito Financeiro do Comitê de Auditoria .....	228
Item 16 B.	Código de Ética.....	228
Item 16 C.	Tarifas e Serviços do Auditor Principal.....	228
Item 16 D.	Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria.....	228
Item 16 E.	Aquisições de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados .....	229
Item 17.	Demonstrações Financeiras .....	229
Item 18.	Demonstrações Financeiras .....	229
Item 19.	Anexos .....	230
	Assinaturas .....	231

## APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Neste relatório anual, os termos “Bradesco”, a “Companhia”, “Organização”, “Banco”, “nós” ou “para nós” referem-se ao Banco Bradesco S.A., sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil e, a menos que o contexto requeira de outra forma, suas subsidiárias consolidadas. Somos uma instituição financeira de serviços completos, que presta, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias, uma gama de serviços bancários, financeiros, de seguros e previdência complementar a todos os segmentos do mercado nacional brasileiro. Nossas operações estão baseadas principalmente no Brasil.

O Item 18 deste relatório anual inclui as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, incluindo as respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, conhecidos como “U.S. GAAP”.

Referências desta declaração ao “real”, “reais” ou “R\$” são relativas ao real, a moeda oficial do Brasil. Referências desta declaração a “dólares norte-americanos” ou “US\$” são relativas a dólares norte-americanos.

A tabela abaixo apresenta, para as datas indicadas, a taxa de câmbio de reais x dólares norte-americanos, com base na taxa para compra na Cidade de Nova Iorque ao meio-dia, conforme informada pelo Federal Reserve Bank de Nova Iorque e a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, conforme informada pelo Banco Central do Brasil, que chamamos de “Banco Central”:

<b>Data</b>	<b>Taxa de compra do dólar norte-americano do meio-dia</b>	<b>Taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia</b>
	<b>(R\$ por US\$1,00)</b>	
31 de dezembro de 2002 .....	3,5400	3,5333
31 de dezembro de 2003 .....	2,8950	2,8892
31 de dezembro de 2004 .....	2,6550	2,6544
20 de junho de 2005.....	2,3825	2,3855

Em decorrência de recentes flutuações na taxa de câmbio real x dólar norte-americano, a taxa de venda no fechamento em 31 de dezembro de 2004 pode não ser indicativa de taxas de câmbio atuais ou futuras. Portanto, V.Sas. não devem interpretar essas conversões de câmbio como declarações de que quaisquer desses valores foram ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos a essas ou a quaisquer outras taxas de câmbio.

Para sua conveniência, alguns valores foram convertidos de reais para dólares norte-americanos. Essas conversões foram efetuadas utilizando a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento publicada pelo Banco Central. Veja “Item 3. Informações Chave - Informações sobre Taxas de Câmbio” para maiores informações sobre as taxas de câmbio aplicáveis à moeda brasileira desde 1º de janeiro de 2000.

Alguns números incluídos neste documento foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os números indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

## **PARTE I**

### **Item 1. Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores.**

Não aplicável.

### **Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado.**

Não aplicável.

### **Item 3. Informações Chave**

#### **DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS**

V.Sas. devem ler os dados financeiros selecionados apresentados a seguir juntamente com a “Apresentação de Informações” e o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras”, constante deste relatório anual.

Apresentamos abaixo, informações financeiras selecionadas preparadas segundo os “U.S. GAAP” (princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004. As informações financeiras selecionadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP, fornecidas no Item 18. O parecer do auditor independente está incluído neste relatório anual.

Estas informações estão inteiramente qualificadas por referência às demonstrações financeiras na forma do U.S. GAAP e às correspondentes notas explicativas apresentadas no Item 18.

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	2000	2001	2002	2003	2004	2004
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) <sup>(1)</sup>
<b>Dados da Demonstração Consolidada de Resultados:</b>						
Receitas financeiras líquidas .....	R\$6.846	R\$9.493	R\$13.467	R\$14.999	R\$14.804	US\$6.159
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.244)	(1.763)	(2.543)	(2.034)	(1.429)	(594)
Receitas financeiras líquidas, após provisão para perdas com operações de crédito .....	5.602	7.730	10.924	12.965	13.375	5.565
Receita de prestação de serviços.....	2.593	2.866	2.894	3.463	4.310	1.793
Prêmios de seguros <sup>(2)</sup> .....	3.954	4.946	5.308	6.149	6.764	2.814
Planos de previdência <sup>(2)</sup> .....	339	713	21	64	374	156
Resultado de participações em empresas não consolidadas <sup>(3)</sup> .....	145	109	150	60	66	27
Outras receitas não financeiras <sup>(4)</sup> .....	2.103	972	(410)	1.373	2.768	1.151
Despesas operacionais <sup>(5)</sup> .....	(5.816)	(6.197)	(7.413)	(8.586)	(8.921)	(3.711)
Sinistros de seguros .....	(2.511)	(3.251)	(3.614)	(4.333)	(4.822)	(2.006)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência .....	(1.265)	(1.847)	(2.261)	(3.777)	(4.326)	(1.799)
Despesas operacionais com planos de previdência .....	(378)	(459)	(370)	(637)	(751)	(312)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência.....	(645)	(690)	(669)	(762)	(907)	(377)
Outras despesas não financeiras <sup>(6)</sup> .....	(1.887)	(2.054)	(2.272)	(3.323)	(3.990)	(1.662)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....	2.234	2.838	2.288	2.656	3.940	1.639
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....	(417)	(550)	(161)	(346)	(601)	(250)
Mudança de prática contábil .....	-	-	27	-	-	-
Participações de acionistas minoritários.....	(18)	(18)	(12)	(8)	(12)	(5)
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>R\$1.799</b>	<b>R\$2.270</b>	<b>R\$2.142</b>	<b>R\$2.302</b>	<b>R\$3.327</b>	<b>US\$1.384</b>

	Exercício findo em 31 de dezembro de:									
	2000		2001		2002		2003		2004	
	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$) <sup>(1)</sup>
Dados por ação <sup>(7)</sup> :										
Lucro líquido por ação <sup>(8)(9)</sup> :										
Ordinária .....	R\$4,36		R\$5,04		R\$4,74		R\$4,78	-	R\$6,67	US\$2,77
Preferencial.....	4,80		5,54		5,22		5,26	-	7,33	3,05
Dividendos/juros sobre capital próprio por ação <sup>(10)</sup> :										
Ordinária .....	1,87	US\$0,99	1,88	US\$0,81	2,09	US\$0,64	2,80	US\$0,96	2,64	1,10
Preferencial.....	R\$2,08	US\$1,09	R\$2,07	US\$0,89	R\$2,31	US\$0,70	R\$3,08	US\$1,06	R\$2,94	US\$1,22
Média ponderada de ações em circulação:										
Ordinárias.....	199.842.903	-	218.003.379	-	217.339.670	-	230.880.111	-	239.266.115	
Preferenciais.....	193.148.010	-	211.741.248	-	212.948.868	-	227.580.486	-	236.081.798	

	Exercício findo em 31 dezembro de:					
	2000	2001	2002	2003	2004	2004
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) <sup>(1)</sup>
<b>Dados do Balanço Patrimonial Consolidado:</b>						
<b>Ativo</b>						
Caixa e conta correntes em bancos.....	R\$1.155	R\$1.715	R\$2.725	R\$2.473	R\$2.690	US\$1.120
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.299	2.051	2.379	5.170	7.976	3.318
Aplicações em operações compromissadas.....	12.328	11.896	12.674	26.175	19.435	8.085
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	5.271	8.232	16.057	16.690	20.209	8.407
Títulos e valores mobiliários de negociação e disponíveis para venda, ao valor justo.....	22.814	29.872	27.549	43.267	43.197	17.970
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	-	-	4.001	3.265	4.200	1.747
Operações de crédito.....	39.439	44.994	52.324	54.795	63.176	26.282
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.345)	(2.941)	(3.455)	(3.846)	(4.063)	(1.690)
Investimentos em empresa não consolidadas e outros investimentos.....	447	521	550	295	708	295
Imobilizado de uso, líquido.....	2.680	2.727	2.993	3.106	2.946	1.226
Ágio.....	-	-	-	-	262	109
Ativos intangíveis, líquido.....	875	783	1.778	1.740	1.568	652
Outros ativos.....	7.889	8.445	10.300	13.200	14.775	6.145
<b>Total do ativo.....</b>	<b>91.852</b>	<b>108.295</b>	<b>129.875</b>	<b>166.330</b>	<b>177.079</b>	<b>73.666</b>
<b>Passivo</b>						
Depósitos.....	36.506	41.092	56.333	58.027	68.647	28.558
Captações no mercado aberto.....	12.114	14.037	7.633	27.490	16.532	6.877
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	7.018	8.320	9.639	7.795	8.272	3.441
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	9.060	11.499	13.389	20.093	19.653	8.176
Outras obrigações.....	19.175	23.471	31.826	39.260	48.343	20.112
Total do passivo.....	83.873	98.419	118.820	152.665	161.447	67.164
<b>Participação minoritária nas controladas.....</b>	<b>98</b>	<b>87</b>	<b>203</b>	<b>73</b>	<b>73</b>	<b>30</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Ações ordinárias <sup>(11)</sup> .....	2.408	2.638	2.638	3.525	3.525	1.466
Ações preferenciais <sup>(12)</sup> .....	2.338	2.562	2.562	3.475	3.475	1.446
Capital social.....	4.746	5.200	5.200	7.000	7.000	2.912
Total do patrimônio líquido.....	7.881	9.789	10.852	13.592	15.559	6.472
<b>Total do passivo, participação minoritária e do patrimônio líquido.....</b>	<b>91.852</b>	<b>108.295</b>	<b>129.875</b>	<b>166.330</b>	<b>177.079</b>	<b>73.666</b>
Ativos médios <sup>(13)</sup> .....	91.275	101.298	123.447	146.872	162.891	67.764
Passivos médios <sup>(13)</sup> .....	84.540	92.293	113.216	134.625	148.814	61.908
Patrimônio líquido médio <sup>(13)</sup> .....	R\$6.596	R\$8.861	R\$10.015	R\$12.138	R\$14.012	US\$5.829

(1) Valores apresentados em dólares norte-americanos foram convertidos de reais brasileiros à taxa de câmbio de R\$2,4038 = US\$1,00, taxa cambial do Banco Central de 31 de maio de 2005. Nós usamos a taxa cambial de 31 de maio de 2005, ao invés de 31 de dezembro de 2004, porque houve uma valorização na taxa cambial real x dólar norte-americano desde 31 de dezembro de 2004. Para maiores informações, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Condições Econômicas Brasileiras". Tais conversões não deveriam ser entendidas como representativas de que os valores em reais apresentados, ou foram, ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos, naquela taxa.

(2) A partir de 2003 registramos os montantes recebidos com relação a determinados planos de aposentadoria complementares, como receita de prêmios de seguros. A fim de adequar-se à apresentação, os valores relativos a certos planos de aposentadoria complementares nos períodos anteriores foram reclassificados para fins de comparação, resultando em reduções na receita de planos de previdência e aumentos na receita de prêmios de seguro, de R\$253 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000, de R\$330 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2001 e de R\$327 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Estas reclassificações não tem efeito sobre a receita não financeira, sobre o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Estes planos de aposentadoria complementares fornecem ao detentor um pagamento garantido de benefício por morte.

(3) Para obter mais informações sobre o resultado de participações em empresas não consolidadas, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras" e nota 9 das nossas demonstrações financeiras consolidadas, no Item 18.

(4) Outras receitas não financeiras consistem de lucros (prejuízos) de títulos e valores mobiliários de negociação, ganhos líquidos realizados sobre valores mobiliários disponíveis para venda, ganho líquido em transações de câmbio e outras receitas não financeiras.

(5) Despesas operacionais consistem de salários, benefícios e despesas administrativas.

(6) Outras despesas não financeiras consistem de amortização de ativos intangíveis, depreciação e amortização e outras despesas não financeiras.

(7) Dados por ação refletem (a) em uma base retroativa, um desdobramento de ações de 1 ação para cada 5 ações, que ocorreu em 22 de dezembro de 2000; (b) o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, que foi aprovado pelos nossos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2003. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004; (c) o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie deliberado em 9 de dezembro de 2004.

(8) Ações preferenciais têm o direito de receber lucro por ação em um valor 10% maior do que os lucros por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias para fins de cálculo de lucro por ação, de acordo com o U.S. GAAP. Para uma descrição de nossas duas classes de ações, veja "Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social". Nenhuma de nossas obrigações em aberto são permutáveis por ou conversíveis em ações do capital. Portanto, nosso lucro líquido diluído por ação não difere de nosso lucro líquido por ação. Consequentemente, nosso lucro por ação básico e diluído são iguais em todos os períodos apresentados, veja nota 2 (u) de nossas demonstrações financeiras consideradas no Item 18.

(9) A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação. Consequentemente, nossos lucros diluídos e básicos por ação são iguais em todos os períodos apresentados. Veja nota 2 (u) às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

(10) Os valores determinados em dólares norte-americanos foram convertidos em reais na taxa de câmbio vigente na data do pagamento de tal dividendo.

(11) Ações ordinárias em circulação, sem valor nominal: 238.351.329 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2004; 79.836.526 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2003; e 719.342.690.385 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2002. Os dados de 2000 até 2004 refletem o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie.

(12) Ações preferenciais em circulação, sem valor nominal: 236.081.796 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2004; 78.693.936 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2003; e 708.537.611.452 autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2002. Os dados de 2000 até 2004 refletem o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie.

(13) Veja "Item 4. Informações da Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas".

Os detentores de ações preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação em um valor 10% maior do que os dividendos por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias.

## INFORMAÇÕES SOBRE TAXA DE CÂMBIO

O real foi implementado em julho de 1994, e desde então, até março de 1995, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano. Em março de 1995, o Banco Central implementou políticas cambiais estabelecendo uma banda de negociação, dentro da qual a taxa de câmbio real x dólar norte-americano poderia flutuar, permitindo assim uma desvalorização gradual do real em relação ao dólar norte-americano. Desde janeiro de 1999, como resultado do aumento da pressão exercida sobre as reservas cambiais brasileiras, o Banco Central permitiu que o real flutuasse livremente.

Durante 1999, o real ficou sujeito à grande volatilidade e sofreu uma desvalorização acentuada em relação ao dólar norte-americano. Durante 2000, 2001 e 2002, o real continuou a se desvalorizar em relação ao dólar norte-americano, mas durante 2003 e 2004 ele se valorizou em relação ao dólar norte-americano. Em face da livre paridade existente no regime cambial vigente, o real está sujeito a flutuações que podem resultar em desvalorizações e/ou valorizações se comparado ao dólar norte-americano e às outras moedas estrangeiras.

A tabela a seguir apresenta as taxas de compra, cotação do meio dia, no final do período, média, máximas e mínimas, divulgadas pelo Federal Reserve Bank, expressas em reais por dólares norte-americanos para os períodos e datas indicados:

<b>Taxa de Compra para Dólares Norte-Americanos</b>				
<b>Reais por US\$1,00 - cotação do meio dia</b>				
<b>Período</b>	<b>Período Findo</b>	<b>Média<sup>(1)</sup></b>	<b>Máxima</b>	<b>Mínima</b>
2000.....	R\$1,9510	R\$1,8330	R\$1,9840	R\$1,7230
2001.....	2,3120	2,3220	2,7880	1,9380
2002.....	3,5400	2,9420	3,9450	2,2650
2003.....	2,8950	3,0954	3,6640	2,8270
2004.....	2,6550	R\$2,9131	3,2085	2,6510
Dezembro	2,6550	-	2,7800	2,6510
2005				
Janeiro.....	2,6115	-	2,7227	2,6115
Fevereiro.....	2,5846	-	2,6310	2,5640
Março.....	2,6660	-	2,7755	2,6103
Abril.....	2,5330	-	2,6572	2,5135
Maio.....	R\$2,4110	-	R\$2,5147	R\$2,3960

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: Federal Reserve Bank of New York

Em 20 de junho de 2005, a taxa de compra ao meio-dia, divulgada pelo Federal Reserve Bank of New York, era de R\$2,3825 por US\$1,00.

A tabela a seguir apresenta as taxas de venda no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo Banco Central no fechamento, expressas em reais por dólar norte-americano, nos períodos e datas indicados:

<b>Taxa de Venda para Dólares Norte-Americanos</b>				
<b>Reais por US\$1,00 - cotação de fechamento</b>				
<b>Período</b>	<b>Período Findo</b>	<b>Média <sup>(1)</sup></b>	<b>Máxima</b>	<b>Mínima</b>
2000.....	R\$1,9554	R\$1,8313	R\$1,9847	R\$1,7234
2001.....	2,3204	2,3226	2,8007	1,9357
2002.....	3,5333	2,9461	3,9552	2,2709
2003.....	2,8892	3,0964	3,6623	2,8219
2004.....	2,6544	R\$2,9150	3,2051	2,6544
Dezembro.....	2,6544	-	2,7867	2,6544
2005				
Janeiro.....	2,6248	-	2,7222	2,6248
Fevereiro.....	2,5950	-	2,6320	2,5621
Março.....	2,6662	-	2,7621	2,6011
Abril.....	2,5313	-	2,6598	2,5195
Maio.....	R\$2,4038	-	R\$2,5146	R\$2,3784

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 20 de junho de 2005, a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, divulgada pelo Banco Central, era de R\$2,3855 por US\$1,00.

## **FATORES DE RISCO**

### **Riscos Relativos ao Brasil**

*As condições político-econômicas do Brasil têm um impacto direto sobre os nossos negócios e sobre o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.*

Preponderantemente, todas as nossas operações e clientes se encontram no Brasil. Dessa forma, nossa situação financeira e os resultados das operações são substancialmente condicionados à economia brasileira, que foi caracterizada no passado por freqüentes e às vezes drásticas intervenções do Governo Brasileiro, assim como por ciclos econômicos voláteis. Além disso, nossas operações, a nossa situação financeira e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs podem ser afetados de forma negativa por mudanças na política de controles cambiais, fiscais e de outras questões, como por exemplo, pelos seguintes fatores:

- oscilações nas taxas de câmbio;
- oscilações na taxa de juros básica;
- inflação; e



- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior, que possam afetar o País.

Estes e outros futuros acontecimentos na economia e nas políticas governamentais brasileiras podem reduzir a demanda brasileira pelos nossos serviços ou produtos, criar incerteza no sistema financeiro, aumentar nosso custo de captação e contribuir para o aumento em nossa carteira de operações de crédito em atraso. Qualquer um desses resultados poderia afetar adversamente nossa situação financeira, os resultados de nossas operações e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.

O Banco Central determina a taxa de juros básica brasileira, que chamamos de “taxa de juros básica”. A taxa de juros básica é o “benchmark” de taxa de juros a pagar aos detentores de títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, conhecido como SELIC. Durante 2004, o Banco Central aumentou a taxa de juros básica do Brasil, em um total de 1,25 pontos percentuais, para 17,75% e durante os cinco primeiros meses de 2005, aumentou a taxa ainda mais para 19,75%.

No passado, o Governo Brasileiro mudou frequentemente as suas políticas monetária, fiscal e de impostos e outras normas, para poder influenciar o curso da economia brasileira. Não temos controle sobre, e nem podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Brasileiro pode tomar em resposta à atual ou futura situação econômica brasileira ou como, tais intervenções e políticas governamentais brasileiras irão afetar a economia brasileira e, tanto direta como indiretamente, as nossas operações e receitas.

***Um descasamento de nossa exposição cambial pode levar a perdas substanciais no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, uma redução nas nossas receitas e uma queda na competitividade de nossas operações de crédito e arrendamento.***

A moeda brasileira tem se desvalorizado periodicamente durante as últimas quatro décadas. A taxa de conversão de reais para dólares norte-americano tem variado significativamente nos últimos anos. Por exemplo, a taxa de conversão real x dólar norte-americano caiu de R\$2,8892 para cada dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2003 para R\$2,6544 em 31 de dezembro de 2004. Durante os últimos 2 anos, o valor do real valorizou-se em 24,9% em relação ao dólar norte-americano e nos primeiros meses de 2005, o valor do real valorizou-se em 9,4%, para R\$2,4038 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2005. Em 20 de junho de 2005, a taxa de conversão real x dólar norte-americano era de R\$2,3855 para cada dólar.

Uma parcela significativa de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente a dólares norte-americanos. Quando a moeda brasileira é desvalorizada, incorremos em perdas no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, tal como numa dívida de longo prazo denominada em dólares norte-americanos ou como empréstimos em moedas estrangeiras, enquanto auferimos ganhos nos nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a, moedas estrangeiras, quando o passivo e o ativo são convertidos em reais. Se ocorrer uma desvalorização, quando o valor do passivo denominado dessa forma exceder significativamente o valor do ativo, considerados os instrumentos financeiros na forma de “hedge”, podemos incorrer em perdas significativas, mesmo que seu valor não tenha se modificado na moeda original.

Por outro lado, quando o valor do real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, incorremos em perdas sobre nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras e auferimos ganhos em nossos passivos denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras. Se o real se valorizar quando o valor de tais ativos excederem significativamente o valor de tais passivos, poderíamos incorrer em perdas significativas, mesmo quando seu valor não tiver mudado em sua moeda original.

Além disso, nossos empréstimos e arrendamento mercantil dependem substancialmente de nossa capacidade de casar o custo dos recursos indexados ao dólar norte-americano com as taxas cobradas de nossos clientes. Uma desvalorização substancial poderia afetar nossa capacidade de atrair clientes nessas condições, ou de cobrar taxas indexadas ao dólar norte-americano.

***Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, nossas receitas e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs poderão diminuir.***

No passado, o Brasil enfrentou períodos de altíssimas taxas de inflação, com taxas anuais de inflação (IGP-DI) durante os últimos quinze anos, alcançando altíssimos 1.158% em 1992, 2.708% em 1993 e 1.093% em 1994. Recentemente, as taxas de inflação brasileiras estavam em 7,7% em 2003, 12,1% em 2004 e 1,99% para os cinco últimos meses findos em 31 de maio de 2005. No passado, a inflação em si, assim como as medidas governamentais para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação geral sobre futuras medidas também têm contribuído para a incerteza na economia do Brasil, aumentando a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros. Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, os nossos custos poderão aumentar (se não acompanhados por um aumento na taxa de juros), as nossas margens operacionais e líquidas poderão diminuir e, se faltar confiança do investidor, o preço de nossas ações preferencias e das ADSs poderá cair. As pressões inflacionárias também podem limitar a nossa capacidade de acessar mercados financeiros no exterior, podendo levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que podem afetar de forma negativa o desempenho global da economia brasileira.

***Mudanças negativas nas condições econômicas brasileiras podem causar um aumento de inadimplência dos clientes nas suas obrigações, o que poderia substancialmente reduzir os nossos resultados.***

Os nossos negócios bancários e de arrendamento mercantil, entre outros, dependem fundamentalmente da capacidade dos nossos clientes de pagar os seus empréstimos e de cumprir com suas obrigações. Se a economia brasileira piorar, devido aos seguintes fatores, entre outros:

- nível de atividade econômica;
- desvalorização do real;
- inflação; ou
- aumento nas taxas de juros.

Uma grande parcela da nossa clientela poderá ter dificuldade para pagar pontualmente seus empréstimos, ou de cumprir com suas necessidades de serviço da dívida, o que aumentaria a nossa carteira de créditos de curso anormal e poderia diminuir substancialmente os nossos lucros líquidos.

***O acesso aos mercados de capitais internacionais, por parte das empresas brasileiras, é influenciado pela percepção de risco sobre economias emergentes, o que pode prejudicar a nossa capacidade de financiar as operações.***

Desde o final de 1997 e principalmente durante os últimos quatro anos, em consequência de problemas econômicos em vários mercados emergentes, incluindo a crise econômica na Argentina, os investidores têm tido uma percepção de risco mais aguçada, para seus investimentos em mercados emergentes. Como resultado, em alguns períodos, o Brasil tem sentido uma evasão de dólares norte-americanos, enquanto as empresas brasileiras têm arcado com maiores custos para captar recursos, tanto internamente como no exterior, e têm sido impedidas de acessar os mercados de capitais internacionais. Nós não podemos assegurar que os mercados de capitais internacionais permanecerão abertos para as empresas brasileiras ou que as taxas de juros que venham prevalecer nesses mercados sejam vantajosas para nós.

***Acontecimentos em outros mercados emergentes podem afetar de forma negativa o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.***

O valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de forma negativa por quedas nos mercados financeiros internacionais e nas condições econômicas mundiais. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são, em proporções que variam, influenciados pelas condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes, particularmente os da América Latina, incluindo a Argentina, que é uma das principais parceiras comerciais do Brasil. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, as reações dos investidores em relação a acontecimentos num país podem afetar os mercados de títulos e os títulos de emissão em outros países, inclusive o Brasil. Desde o quarto trimestre de 1997, os mercados financeiros internacionais têm passado por uma volatilidade significativa e a maioria dos índices de mercado, incluindo os do Brasil, tem diminuído significativamente.

Os acontecimentos em outros países têm também, às vezes, afetado de forma negativa o valor de mercado das nossas ações preferenciais e de outras empresas brasileiras, uma vez que, a elevada percepção de risco dos investidores devido às crises em outros mercados emergentes pode levar a níveis reduzidos de investimento no Brasil e, além disso, pode prejudicar nossa capacidade em financiar nossas operações por meio de mercados de capitais internacionais. Se a atual situação econômica na Argentina e na América Latina piorar ou se acontecimentos semelhantes nos mercados financeiros internacionais ocorrerem no futuro, o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de forma negativa.

***Uma recorrência da crise energética brasileira em 2001 e 2002 poderia afetar adversamente nossas operações.***

Durante 2001 e no começo de 2002, o Brasil passou por uma severa escassez de capacidade para gerar energia elétrica. A crise foi devida em parte à pior seca em sessenta anos, o que fez com que os níveis de água nas hidrelétricas (responsáveis por 90% da capacidade geradora do país) caíssem para menos de um terço da capacidade e em parte, a uma falta de investimentos anteriores em geração de energia. A fim de evitar apagões, o Governo Brasileiro instituiu medidas obrigatórias gerais que tinham como objetivo reduzir o consumo de eletricidade, as quais vigoraram de junho de 2001 até 28 de fevereiro de 2002. De acordo com as regras de consumo reduzido de energia, fomos obrigados a reduzir nosso consumo de energia em 20%.

Se a seca ocorrer novamente ou se não houver investimentos adicionais em geração de eletricidade, o Brasil poderá passar por outra crise de energia. Se isto ocorrer, o Governo Brasileiro pode impor medidas similares para reduzir consumo de energia no futuro, o que poderia reduzir a capacidade de nossos clientes em pagar suas dívidas, e portanto, afetar adversamente nossas operações e ganhos líquidos.

***A inadimplência dos estados e dos municípios pode afetar de forma negativa o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.***

Poderemos sofrer efeitos negativos devido à inadimplência dos Governos Estaduais e Municipais brasileiros. Em janeiro 1999, os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul suspenderam o pagamento de suas dívidas com o Governo Federal, enquanto outros sete Estados solicitaram negociação de seus acordos de financiamento com o Governo Federal. Embora esses Estados tenham retomado seus pagamentos, qualquer inadimplência futura ou a percepção de risco de mais inadimplência dos Governos Estaduais e Municipais poderá minar a confiança do investidor, ter um efeito negativo na economia brasileira e/ou influenciar de forma negativa a região correspondente. Caso a economia brasileira ou qualquer uma das economias regionais nas quais operamos seja afetada de forma negativa pela inadimplência, as nossas operações e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs poderão ser afetados de forma negativa.

***Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro***

***O Governo Brasileiro regula as operações dos bancos e das seguradoras brasileiras, sendo que as mudanças nas leis e nos regulamentos vigentes ou a imposição de nova legislação podem afetar de forma negativa as nossas operações e as receitas.***

Os bancos e as seguradoras brasileiras, inclusive as nossas operações bancárias e de seguros, estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do Governo Brasileiro. Não temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual rege todas as características das nossas operações, inclusive a imposição de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito; e
- requisitos contábeis e estatísticos.

A estrutura regulamentar que rege os bancos e as seguradoras brasileiras está em constante evolução. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados. A maneira em que as leis e os regulamentos são aplicados ou interpretados pode modificar-se e novas leis e regulamentos podem ser adotados. Essas mudanças poderiam afetar substancialmente de forma negativa as nossas operações e as nossas receitas.

As mudanças regulamentares que afetam os outros negócios nos quais atuamos, incluindo as nossas operações de corretagem, distribuição de títulos e arrendamento mercantil, também podem afetar de forma negativa as nossas operações e as nossas receitas.

***Modificações pelo Banco Central nas taxas de juros básicas podem afetar de forma negativa os resultados das nossas operações e o nosso lucro.***

O Banco Central estabelece as taxas de juros básicas para o sistema bancário brasileiro. Em anos recentes, a taxa de juros básica tem oscilado, com uma alta de aproximadamente 45% em março de 1999 e uma baixa de 15,25% em 17 de janeiro de 2001. Em 19 de fevereiro de 2003, a taxa básica de juros era de 26,5% e permaneceu a mesma até 18 de junho de 2003. De junho de 2003 a dezembro de 2003, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros em 9,5 pontos percentuais, para 16,5%. Em 2004 o Banco Central aumentou a taxa básica de juros em 1,25 pontos percentuais, chegando a 17,75% em dezembro de 2004. Em 2005 o Banco Central aumentou a taxa básica de juros em 2,0 pontos percentuais, para 19,75% em maio de 2005. As modificações nas taxas de juros básicas podem afetar substancialmente de forma negativa os resultados das nossas operações devido a:

- altas taxas de juros básicas que aumentam o custo da dívida interna e podem aumentar a probabilidade de inadimplência dos clientes; e
- baixas taxas de juros básicas que podem diminuir a nossa receita de juros.

O Banco Central utiliza as modificações na taxa de juros básica como instrumento para a sua gestão da economia brasileira, inclusive a proteção das reservas e do fluxo de capitais. Nós não temos controle sobre as taxas de juros básicas estabelecidas pelo Banco Central, nem com que frequência elas são ajustadas.

***Nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000 inclui um ganho não recorrente significativo e não é representativo dos lucros essenciais que possam ser esperados no futuro.***

O nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000 inclui R\$1.004 milhões de ganho não recorrente sobre a venda de títulos disponíveis para venda. Conseqüentemente, o valor de nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para 2000 pode não ser representativo de nosso desempenho futuro, principalmente porque o ganho não recorrente representa 45% de nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para 2000 e não é parte de nossos lucros essenciais que possam ser esperados no futuro.

O ganho não recorrente sobre a venda de títulos disponíveis para venda resultou da transferência de nossos investimentos em companhias que operam nos setores de mineração, siderurgia, energia, telecomunicações e comércio eletrônico (aos quais nos referimos coletivamente como “Participações Cindidas”) à uma entidade não relacionada por meio de uma transferência, venda e cisão. Nós nos referimos a estas transações, que realizamos em fevereiro e março de 2000, coletivamente como “Cisão”. Nós realizamos a cisão para cumprir com regulamentos bancários brasileiros que limitam a propriedade, pelas instituições financeiras, de entidades não financeiras. Estes ativos transferidos na Cisão eram, principalmente, títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

Nós realizamos a Cisão em vários passos. No primeiro passo, transferimos as Participações Cindidas para a Bradesplan Participações S.A., que chamamos de “Bradesplan”, uma de nossas subsidiárias integrais. A Bradesplan funcionou como uma controladora para as Participações Cindidas. A Bradesplan teve um ganho não realizado sobre sua reserva de capital disponível para venda de R\$1.004

milhões relativo aos títulos, que incluímos em nossas demonstrações financeiras consolidadas como uma reserva de valores mobiliários disponível para venda.

Em 29 de fevereiro de 2000, nós vendemos a Bradesplan, incluindo os títulos disponíveis para venda, para nossa subsidiária integral Paiol Participações e Comércio Ltda., que chamamos de “Paiol”, pelo seu valor contábil. Na mesma data, nós cindimos a Paiol (incluindo seu investimento na Bradesplan) para a Bradespar S.A., que chamamos de “Bradespar” em uma transação similar a uma distribuição de capital. Nós realizamos um ganho de R\$1.004 milhões sobre os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda em conexão com a cisão da Paiol para a Bradespar. Para maiores informações sobre a Cisão, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Cisão”.

***O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil pode afetar de forma negativa as nossas expectativas de negócios.***

Enfrentamos uma significativa concorrência em todas as nossas principais áreas de operação, de outros grandes bancos brasileiros e das seguradoras, tanto públicos quanto privados. A regulamentação brasileira impõe barreiras apenas limitadas à entrada no mercado e não diferencia bancos comerciais e de investimentos e seguradoras locais e estrangeiras. Consequentemente, a crescente presença de bancos e seguradoras estrangeiros no Brasil, alguns dos quais com mais recursos do que nós, tem aumentado a concorrência tanto nos setores bancário e de seguros, de um modo geral como nos mercados de produtos específicos que têm crescido. A privatização dos bancos estatais também tem influenciado os mercados bancários e de outros serviços financeiros para que se tornem mais competitivos.

O aumento na concorrência pode afetar de forma negativa os resultados e as expectativas dos nossos negócios através de, entre outros fatores:

- limitação da nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes e expandir as nossas operações;
- redução das nossas margens de lucro sobre os serviços bancários, de seguros, de arrendamento mercantil e dos outros produtos que oferecemos; e
- aumento da concorrência para oportunidades de investimentos estrangeiros.

Ademais, outros bancos e seguradoras estatais poderão ser privatizados no futuro. A aquisição de um banco ou de uma seguradora, que esteja sendo privatizado, por um dos nossos concorrentes poderia agregar à parcela do mercado do adquirente, e consequentemente, enfrentaríamos uma maior concorrência deste.

O Governo Federal anunciou a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil S.A., (atual IRB - Brasil Resseguros S.A.) conhecido como “IRB”, uma companhia de resseguros controlada pelo Governo. A privatização foi suspensa por tempo indeterminado e não é possível atualmente saber quando, ou se tal privatização ocorrerá. Se o IRB for privatizado com sucesso, por meio da venda do controle a um dos nossos concorrentes, iremos enfrentar mais concorrência e teremos uma parcela menor do mercado para as nossas operações de seguros.

***Algumas de nossas ações ordinárias são detidas por acionistas cujos interesses podem conflitar com os interesses de outros investidores.***

Em 31 de dezembro de 2004, a Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, que chamamos de “Cidade de Deus Participações”, mantinha 47,95% de nossas ações ordinárias e a Fundação Bradesco mantinha direta e indiretamente 44,38%. Conseqüentemente, esses acionistas têm o poder de votar para impedir uma mudança no controle de nossa companhia, mesmo se uma operação dessa natureza fosse benéfica aos nossos outros acionistas, assim como para aprovar transações com partes relacionadas ou reorganizações societárias. De acordo com as determinações do estatuto da Fundação Bradesco, todos os nossos diretores, membros da Diretoria Executiva e diretores departamentais, assim como todos os diretores e executivos da Cidade de Deus Participações, compõem a Mesa Regedora da Fundação Bradesco. A mesa Regedora não tem outros membros. Para maiores informações sobre nossos acionistas, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - Principais Acionistas”.

***As mudanças nas exigências de reservas e de depósitos compulsórios podem prejudicar a nossa capacidade de lucratividade.***

O Banco Central reimpôs na metade do ano de 2002 os requerimentos de reservas que tinham sido reduzidos anteriormente. No futuro o Banco Central poderá aumentar esses requerimentos de reservas, ou impor novos requerimentos de reservas ou de depósito compulsório. Em 31 de dezembro de 2004, as exigências de reserva reimpostas desde 2002 nos obrigaram a manter um total de R\$4,5 bilhões de títulos do Governo Brasileiro que não éramos obrigados a manter antes de 2002. Em conseqüência disso, nossa liquidez disponível para fazer empréstimos e outros investimentos foi reduzida neste mesmo valor. Além disso, poderíamos ser afetados de forma negativa e substancial pelas modificações nas exigências de depósitos compulsórios, devido ao fato de que os recursos mantidos como depósitos compulsórios de um modo geral não têm o mesmo retorno que os nossos outros investimentos e depósitos, pois:

- uma parcela dos nossos depósitos compulsórios não rende juros;
- somos obrigados a manter uma parte dos nossos depósitos compulsórios em títulos do Governo Brasileiro; e
- é exigido utilizar uma parcela de nossa captação em depósitos para financiar um programa habitacional federal, o setor rural e o programa de microcrédito.

Os requerimentos de reservas têm sido utilizados pelo Banco Central para controlar a liquidez, como parte da política monetária no passado e não temos controle sobre essa imposição.

***Poderemos enfrentar elevação em nossos níveis de atraso no pagamento de empréstimos, à medida que a nossa carteira de empréstimos amadurece.***

A nossa carteira de empréstimos vem crescendo substancialmente desde 1996. Qualquer aumento correspondente no nosso nível de atraso no pagamento de empréstimos poderá desequilibrar a relação da taxa de crescimento de empréstimos, já que os mesmos, tipicamente, não vencem dentro de um curto espaço de tempo após sua origem. Um crescimento rápido de empréstimos também pode reduzir o índice de empréstimos vencidos em relação aos empréstimos totais, até que a taxa de crescimento diminua ou a carteira se torne mais madura. Isto pode resultar num aumento de nossas provisões para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e índice de empréstimos vencidos em relação ao total de empréstimos.

Além disso, em conseqüência do crescimento de nossa carteira de empréstimos e a referida defasagem com qualquer aumento correspondente no nível de empréstimos vencidos, a nossa experiência histórica com créditos de curso anormal pode não ser indicativa da experiência futura com esses créditos.

***Perdas com nossos investimentos em valores mobiliários de negociação podem ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações, além de não serem previsíveis.***

Os valores mobiliários de negociação representam uma parcela significativa do nosso ativo, sendo que os ganhos e as perdas de investimentos têm tido e continuarão a ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações. Os valores desses ganhos e perdas, os quais contabilizamos à medida que os investimentos em valores mobiliários são alienados ou em certas circunstâncias limitadas quando os títulos que mantemos são ajustados para preços de mercado, podem oscilar substancialmente entre um período e outro. O nível de oscilação depende, em parte, do valor de mercado dos títulos, que por sua vez pode variar consideravelmente, e depende de nossas políticas de investimento. Não podemos prever o montante de ganhos ou perdas realizadas num determinado período futuro, sendo que as variações de um período a outro não têm valor prático de análise. Os rendimentos da nossa carteira de investimentos podem deixar de contribuir no todo ou em parte para o lucro líquido nos mesmos níveis que os de períodos recentes, sendo que poderemos deixar de auferir uma valorização como a atualmente praticada em nossa carteira consolidada de investimentos, ou qualquer parcela de valorização correspondente.

***Se for estabelecido um teto sobre as taxas de juros para empréstimos bancários, pode haver um efeito adverso em nossa receita financeira e em nossa capacidade de conceder crédito.***

Conforme promulgado em 1988, a Constituição Federal Brasileira estabeleceu em teto de 12% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Contudo, esse teto não foi aplicado, porque o Congresso Brasileiro não adotou a legislação de implementação necessária. Em maio de 2003, o artigo aplicável foi revogado de acordo com a Emenda Constitucional.

Quaisquer mudanças significativas nas restrições sobre as taxas de juros poderiam ter um efeito substancial em nossa situação financeira, resultados de operações e perspectivas.

***Nossa estratégia de comercializar e aumentar os serviços bancários pela Internet no Brasil pode ser mal recebida ou se tornar mais cara do que rentável.***

Temos incentivado intensamente o uso da Internet para os serviços bancários e outros serviços para os nossos clientes e pretendemos continuar a fazê-lo. Portanto, o mercado para os nossos produtos na Internet está evoluindo rapidamente e tornando-se cada vez mais competitivo. Não podemos prever se, ou quão rapidamente, esse mercado irá crescer. No entanto, se falharmos na tentativa de adaptar-nos ao crescimento e às mudanças no mercado e na tecnologia da Internet, os nossos negócios, a nossa competitividade, ou os resultados das nossas operações poderiam ser afetados substancialmente.

A Internet no Brasil poderá se revelar um mercado comercialmente inviável, por uma série de razões, inclusive pela falta de tecnologia de segurança aceitável, pelo desenvolvimento potencialmente inadequado da infra-estrutura necessária ou pela falta de desenvolvimento e comercialização de melhorias necessárias de desempenho.



À medida que se tornar disponível o acesso à Internet através de bandas mais largas, poderá ser necessário implementar mudanças significativas no desenho e no conteúdo da nossa rede on-line, de modo a poder competir efetivamente. Uma falha na efetiva adaptação a esses ou a quaisquer outros desenvolvimentos tecnológicos poderia afetar de forma negativa os nossos negócios.

***As nossas atividades de negociação e transações com derivativos podem ocasionar perdas substanciais.***

Atuamos em negociação com valores mobiliários, comprando títulos de renda fixa e variável, principalmente, para vendê-los no curto prazo com o objetivo de gerar lucros sobre diferenças de preço no curto prazo. Esses investimentos poderiam nos expor à possibilidade de perdas financeiras substanciais no futuro, já que os títulos estão sujeitos a flutuações no valor que podem gerar perdas. Além disso, entramos em transações com derivativos para administrar globalmente nossa exposição a risco cambial e de taxa de juros. Cada uma dessas transações com derivativos protege contra aumentos nas taxas cambiais ou de juros ou contra reduções em tais taxas, mas não ambos. Se entrarmos em transações com derivativos para proteger contra, por exemplo, reduções no valor do real ou nas taxas de juros e, ao invés disso, o real se valorizar ou a taxa de juros aumentar, nós podemos incorrer em perdas financeiras. Tais perdas poderiam afetar de forma negativa e substancial o nosso lucro líquido futuro, e portanto, o valor das ações preferenciais e das ADSs. Para maiores informações sobre nosso risco de mercado, veja “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”. Nos últimos quatro anos, o índice de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, em relação ao total do ativo como mensurado em 31 de dezembro de cada ano, foi tão elevado quanto a 22,5% e poderá ser maior no futuro.

### **Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs**

***Como detentor de ADSs, de um modo geral V.Sa(s). não terá(ão) direito a voto nas nossas assembleias gerais de acionistas.***

Segundo a Legislação Societária e o nosso estatuto (Lei Brasileira n.º 6.404/76, alterada pela Lei n.º 9.457/97 e Lei Brasileira n.º 10.303/01, as quais chamamos conjuntamente de “Legislação Societária Brasileira”), os detentores de nossas ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs não têm direito a voto nas nossas assembleias gerais de acionistas, exceto em certas circunstâncias limitadas. Isto significa que, entre outros aspectos, V.Sa(s)., como detentor(es) de ADSs, não terá(ão) direito a voto nas operações societárias, inclusive qualquer fusão ou consolidação proposta com outras empresas.

Além disso, nas circunstâncias limitadas em que os acionistas preferencialistas podem votar, os detentores podem exercer o direito de voto relativo às ações preferenciais, representadas pelas ADSs, somente seguindo as disposições do contrato de depósito relativo às ADSs. Não existe na legislação brasileira, ou no nosso estatuto social, quaisquer disposições que possam limitar a capacidade dos detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto através do banco depositário, com relação às ações preferenciais representativas. No entanto, existem limitações práticas à capacidade dos detentores de ADSs para o exercício de seus direitos de voto devido às diversas etapas e procedimentos na comunicação com os referidos detentores. Por exemplo, nossos acionistas preferencialistas deverão receber nossos avisos diretamente ou através de publicação de notificação em jornais brasileiros e poderão exercer seus direitos de voto estando presentes na assembleia, ou através de um procurador. Os detentores de ADSs, por outro lado, não deverão receber nossos avisos diretamente. Ao invés disso, de acordo com o contrato de depósito, enviaremos o aviso para o banco depositário, o qual por sua vez, tão logo seja possível, enviará pelo correio aos detentores de ADSs o aviso relativo à assembleia e uma declaração quanto à maneira

pela qual as instruções podem ser transmitidas pelos detentores. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs terão que instruir o banco depositário de como votar as ações representadas por suas ADSs. Devido a esse passo adicional no procedimento, envolvendo o banco depositário, o processo para o exercício de direitos de voto será mais demorado para os detentores de ADSs do que para os detentores de ações preferenciais. As ADSs para as quais o banco depositário não receber em tempo hábil as instruções de voto não poderão votar na assembléia.

Exceto em circunstâncias limitadas, os detentores de ADSs não podem exercer os direitos de voto relativos às ADSs.

***Poderá deixar de se desenvolver um mercado ativo ou líquido para as nossas ADSs.***

Anteriormente ao registro de nossas ADSs em setembro de 2001, não havia um mercado público para as nossas ADSs. Nós não podemos prever se irá se desenvolver mais e se tornará sustentável, um mercado de negociação pública ativo e líquido para as nossas ADSs. Os mercados de negociação ativos e líquidos geralmente resultam em uma menor volatilidade de preço e numa execução mais eficiente das ordens de compra e venda dos investidores. A liquidez de um mercado de títulos, muitas vezes, é função do volume de ações de lastro que são mantidas publicamente por partes não relacionadas. Embora os detentores de ADSs tenham o direito de retirar a qualquer momento do banco depositário as ações preferenciais que servem de lastro para as ADSs, não existe um mercado público para as nossas ações preferenciais nos Estados Unidos.

***As ações preferenciais e as ADSs não lhe(s) dão direito a um dividendo fixo ou mínimo.***

Os detentores de nossas ações preferenciais e de ADSs não têm direito a um dividendo mínimo ou fixo. Conforme nosso estatuto, nossas ações preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Embora de acordo com nosso estatuto atual, somos geralmente obrigados a pagar aos nossos acionistas 30% de nosso lucro líquido anual ajustado. Os nossos acionistas participando da Assembléia Anual dos Acionistas exercem a faculdade de suspender esta distribuição compulsória de dividendos, se o Conselho de Administração os aconselhar de que o pagamento do dividendo não é compatível com nossa situação financeira. Nem nosso estatuto e nem a lei brasileira especifica as circunstâncias nas quais a distribuição não seria compatível com nossa situação financeira e nossos acionistas nunca suspenderam a distribuição obrigatória de dividendos. Entretanto, a prática geral brasileira é que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento ameaçar a existência da companhia, enquanto negócio lucrativo ou prejudicar o curso normal das operações.

***Como detentor das ADSs, V.Sa(s). terá(ão) direitos de acionista(s) mais restritos e menos definidos do que aqueles praticados nos Estados Unidos ou em certas outras jurisdições.***

Os nossos assuntos societários são regidos pelo nosso estatuto e pela Legislação Societária Brasileira, que podem diferir dos princípios legais que se aplicariam se fôssemos constituídos numa jurisdição norte-americana ou em certas outras jurisdições fora do Brasil. Pela Legislação Societária Brasileira, V.Sa(s). e os detentores das ações preferenciais poderão ter direitos mais restritos e menos definidos para proteger os seus interesses relativos aos atos praticados pelo nosso Conselho de Administração ou pelos detentores de ações ordinárias, que os direitos regidos por leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a Legislação Societária Brasileira imponha restrições sobre negociações com informações privilegiadas ou sobre manipulações de preço, os mercados brasileiros de valores mobiliários não são tão altamente regulamentados e supervisionados como os mercados de valores mobiliários dos EUA ou de certas outras jurisdições. Além disso, a negociação com as próprias ações e a preservação dos interesses do acionista podem ser menos reguladas e cumpridas no Brasil do que nos EUA, o que poderia lhe(s) pôr em desvantagem na condição de detentor(es) das ações preferenciais e das ADSs. Por exemplo, comparando com as leis societárias gerais do Estado de Delaware, a Legislação e a Prática Societárias Brasileiras possuem regras e precedentes judiciais menos detalhados e bem estabelecidos, relativos à avaliação das decisões da Administração com respeito aos padrões de dever, de zelo e de lealdade, dentro do contexto de reestruturações societárias e operações com partes relacionadas, assim como para operações de alienação de negócios. Ademais, os acionistas de empresas brasileiras precisam ser detentores de 5% do capital social em circulação de uma empresa para terem legitimidade para entrar com ações derivadas de acionistas, além do fato de que, os acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm legitimidade para entrar com ações de classe.

***Pode ser difícil executar responsabilidades civis contra nós ou nossos conselheiros e executivos.***

Somos organizados de acordo com as leis do Brasil e todos os nossos conselheiros e executivos residem fora dos Estados Unidos. Além disso, uma parcela substancial de nossos ativos e a maior parte ou todos os ativos de nossos conselheiros e executivos estão localizados no Brasil. Como resultado, pode ser difícil para os investidores abrirem processos sobre tais pessoas, dentro dos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar julgamentos contra elas, incluindo qualquer ação com base em responsabilidades civis, conforme as leis de títulos federais dos EUA.

***Se emitirmos novas ações, ou se nossos acionistas venderem suas ações no futuro, o preço de mercado de suas ADSs poderá diminuir.***

As vendas de quantidades substanciais de ações, ou a crença de que isso possa ocorrer, poderiam diminuir o preço de mercado vigente das ações preferenciais e das ADSs, através da diluição do valor das ações. Se emitirmos novas ações ou se nossos acionistas existentes venderem as ações que detêm, o preço de mercado das ações preferenciais e, por consequência, das ADSs, poderá diminuir significativamente. Tais vendas poderão também tornar mais difícil para nós a venda de ações preferenciais e ADSs no futuro, numa oportunidade e a um preço que julgarmos apropriados.

***V.Sa(s). poderá(ão) ser impedido(s) de exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais.***

V.Sa(s). não poderá(ão) exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais que servem de lastro para as suas ADSs, salvo se estiver em vigor uma declaração de registro, segundo a Lei de Valores Mobiliários de 1933 dos Estados Unidos com relação àqueles direitos, ou uma isenção de declaração de registro da referida Lei de Valores Mobiliários. Da mesma forma, de tempos em tempos, poderemos distribuir direitos aos nossos acionistas. O banco depositário não oferecerá direitos a V.Sa(s)., como detentor das ADSs, salvo se os direitos estiverem registrados de acordo com as disposições da Lei de Valores Mobiliários ou sujeitos a uma isenção dos requisitos de registro. Não temos obrigação de arquivar uma declaração de registro relativa às ações ou outros títulos referentes a esses direitos, nem podemos lhe(s) assegurar de que pretendemos arquivar tal declaração de registro. Dessa forma, V.Sa(s). poderá(ão) receber somente o produto líquido da venda pelo banco depositário dos direitos recebidos com relação às ações representadas por suas ADSs ou, caso os direitos de preferência não possam ser

vendidos, serão dados como extintos no decurso do prazo. É possível que V.Sa(s). não possa(m) participar de nossas ofertas de direitos e, como consequência, seus títulos ficarão diluídos.

***Se V.Sa(s). permutar(em) as suas ADSs por ações preferenciais, correrá(ão) o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior, assim como os benefícios fiscais brasileiros.***

A legislação brasileira exige que as partes obtenham um certificado de registro do Banco Central para poder remeter moedas estrangeiras, incluindo dólares norte-americanos, para o exterior. O custodiante brasileiro das ações preferenciais deverá obter do Banco Central os certificados necessários para o pagamento de dividendos ou outras distribuições em dinheiro, relativos às ações preferenciais ou após alienação das ações preferenciais. No entanto, se V.Sa(s). permutar(em) as ADSs pelas ações preferenciais que as lastreiam, somente poderá(ão) contar com o certificado do custodiante durante cinco dias úteis a partir da data da permuta. A partir dessa ocasião, V.Sa(s). deverá(ão) obter seu próprio certificado de registro ou se registrar de acordo com as regras do Banco Central e da CVM para obter e remeter os dólares norte-americanos para o exterior, após a alienação das ações preferenciais ou as distribuições relativas às ações preferenciais. Se V.Sa(s). não obtiver(em) o certificado de registro, V.Sa(s). poderá(ão) não ser capaz(es) de remeter os dólares norte-americanos, ou outras moedas, para o exterior, ficando sujeito(s) a um tratamento fiscal menos favorável relativo aos rendimentos das ações preferenciais. Para maiores informações, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio.”

Se V.Sa(s). tentar(em) obter seu próprio certificado de registro, poderá(ão) incorrer em despesas ou enfrentar demora no processo, o que poderia causar atraso para o seu recebimento de dividendos ou distribuições relativos às ações preferenciais, ou o retorno oportuno do seu capital. O certificado de registro do custodiante, ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro que V.Sa(s). poderá(ão) obter, poderá ser afetado por futuras mudanças na legislação. Poderão ser impostas no futuro restrições aplicáveis à V.Sa(s)., à alienação das ações preferenciais de lastro ou à repatriação do produto da alienação.

***O Governo Brasileiro poderá impor controles ou restrições cambiais sobre as remessas para o exterior, que podem afetar de forma negativa a sua capacidade de converter recursos em reais para outras moedas, assim como de remeter as moedas para o exterior.***

V.Sa(s). poderá(ão) ser afetada(s) de forma negativa pela imposição de restrições sobre a remessa para investidores estrangeiros do produto de seus investimentos no Brasil e sobre a conversão de moeda corrente nacional em moedas estrangeiras. A última vez que o Governo Brasileiro impôs restrições sobre remessas ocorreu em um breve período entre 1989 e o início de 1990. Uma nova imposição dessas restrições dificultaria ou impediria a sua capacidade de converter dividendos, distribuições ou o produto de qualquer venda de ações preferenciais, conforme o caso, em dólares norte-americanos ou em outras moedas, para remeter tais divisas para o exterior. Não podemos lhe(s) assegurar que o Governo não irá tomar medidas semelhantes no futuro.

***A desvalorização do real reduziria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs.***

Uma desvalorização diminuiria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs e poderia reduzir o valor de mercado de ações preferenciais e de ADSs.

***A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados de valores mobiliários brasileiros pode afetar V.Sa(s). negativamente, no caso de V.Sa(s). permutar(em) suas ADSs por ações preferenciais.***

Os mercados de valores mobiliários brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis que a maioria dos mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos e em outras partes, não sendo tão altamente regulados ou supervisionados como os de outros mercados. A reduzida capitalização do mercado e a relativa falta de liquidez dos mercados de capitais brasileiros podem fazer com que o preço do mercado de valores mobiliários de empresas brasileiras, inclusive das nossas ADSs e ações preferenciais, sofra oscilações, tanto no mercado nacional como no internacional, podendo limitar consideravelmente a sua capacidade de vender as ações preferenciais que lastreiam as suas ADSs, a um preço e na oportunidade que V.Sa(s). possa(m) desejar.

### **Declarações de Previsões**

Este relatório anual contém declarações de previsões relativas a nossos negócios que estão baseadas nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetem nossos negócios. Palavras, tais como: “acreditar”, “antecipar”, “planejar”, “esperar”, “pretender”, “objetivo”, “avaliar”, “prognosticar”, “prever”, “projetar”, “diretrizes”, “deveria” e expressões semelhantes são usadas para identificar declarações de previsões. Essas declarações não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que são difíceis de se prever e que podem estar além de nosso controle. Além disso, certas declarações de previsões são baseadas em premissas quanto aos eventos futuros que podem não se provar precisos. Portanto, os resultados reais podem diferir de forma significativa dos planos, objetivos, expectativas, projeções e intenções expressas ou implícitas em tais declarações de previsões.

Fatores que poderiam fazer com que os resultados reais pudessem diferir significativamente incluem, mas não estão limitados a:

- mudanças em condições comerciais e econômicas regionais, nacionais e internacionais;
- inflação;
- aumentos nas inadimplências por parte dos tomadores e outros atrasos nas operações de crédito;
- aumentos nas provisões para perdas com operações de crédito;
- perda da capacidade de captar depósitos;
- perda de clientes ou de receitas;
- nossa capacidade de sustentar e melhorar o desempenho;
- mudanças nas taxas de juros que possam, entre outras coisas, afetar adversamente nossas margens;

- a concorrência no setor bancário, nos serviços financeiros, serviços de cartões de crédito, seguros, gestão de ativos e outros setores relacionados;
- o valor de mercado dos títulos federais brasileiros;
- regulamentação governamental e assuntos fiscais;
- disputas ou procedimentos legais adversos ou de regulamentações; e
- crédito e outros riscos das atividades de empréstimos e investimentos.

Consequentemente, V.S.a. não deveria colocar confiança excessiva nessas declarações de previsões. Em qualquer caso, estas declarações de previsões são válidas somente para a data em que foram feitas. Exceto se exigido pela lei aplicável, nós não assumimos qualquer obrigação para atualizá-las por motivo de novas informações, desenvolvimentos futuros ou outro motivo.

#### **Item 4. Informações sobre a Companhia**

##### **A COMPANHIA**

De acordo com o ranking do Banco Central de dezembro de 2004, somos o maior banco do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de patrimônio líquido. Fornecemos uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior para pessoas físicas, pequenas e médias empresas no Brasil, e importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Possuímos a mais ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que nos permite abranger uma base de clientes diversificada. Nossos serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

Segundo informações publicadas pela Superintendência de Seguros Privados, conhecida como “SUSEP” e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, conhecida como “ANS”, somos a maior operadora de seguros, previdência complementar e títulos de capitalização, em termos de prêmios de seguros, contribuições de previdência complementar e receitas de títulos de capitalização, em bases consolidadas. Títulos de capitalização são um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro.

Somos o maior banco brasileiro e a maior empresa privada brasileira de acordo com a pesquisa “The Forbes Global 2000”, divulgada pela Revista Forbes em março de 2005.

Algumas de nossas subsidiárias classificam-se como uma das maiores empresas no Brasil em seus respectivos mercados, segundo as informações disponibilizadas pelas entidades citadas em parênteses abaixo, incluindo:

- Bradesco Seguros S.A., nossa subsidiária de seguros, que chamamos de “Bradesco Seguros”, em conjunto com suas subsidiárias, em termos de prêmios de seguros, patrimônio líquido e provisões técnicas (“SUSEP”);

- Bradesco Vida e Previdência S.A., nossa subsidiária de previdência complementar e de seguro de vida, que chamamos de “Bradesco Vida e Previdência”, é a maior empresa do mercado em termos de contribuições a planos de previdência complementar, prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais, carteira de investimentos e provisões técnicas (“SUSEP”);
- Bradesco Capitalização S.A., nossa subsidiária que chamamos de “Bradesco Capitalização” e que oferece ao público títulos de capitalização, em termos do valor de provisões técnicas (“SUSEP”);
- Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, que chamamos de “Bradesco Leasing”, em termos de valor presente da carteira de arrendamento mercantil (Associação Brasileira das Empresas de Leasing, conhecida como “ABEL”);
- Bradesco Consórcios Ltda., que chamamos de “Bradesco Consórcios”, em termos de cotas comercializadas (“BACEN”); e
- Banco Finasa S.A., que chamamos de “Banco Finasa” em termos de financiamento ao consumidor para aquisição de veículos (“BACEN”).

Somos também um dos líderes em gestão de recursos de terceiros e em subscrição de valores mobiliários de dívida, conforme informações disponibilizadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento, conhecida como (“ANBID”).

Para informações sobre outras instituições financeiras privadas e públicas (controladas pelo Governo) no Brasil, veja “- Regulamentação e Supervisão - Principais Instituições Financeiras”.

Em dezembro de 2004, fomos responsáveis por 20,2% da arrecadação total nacional do tributo chamado Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (“CPMF”), conforme informações disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal. Como a CPMF incide praticamente sobre todas as operações financeiras brasileiras, esta estatística proporciona uma medida do percentual das operações financeiras brasileiras que processamos.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos, numa base consolidada:

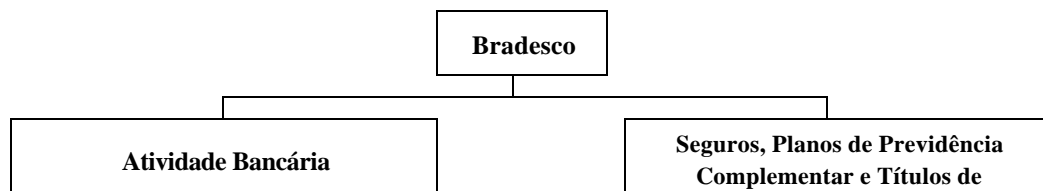
- R\$177,1 bilhões em total de ativos;
- R\$63,2 bilhões em total de operações de crédito;
- R\$68,6 bilhões em total de depósitos;
- R\$15,6 bilhões em patrimônio líquido;
- R\$34,3 bilhões em provisões técnicas para nossas operações de seguros, planos de previdência complementar, títulos de capitalização e contratos de investimento em previdência;
- R\$9,4 bilhões de financiamento ao comércio exterior;
- 11,2 milhões de detentores de apólices de seguros;

- 15,7 milhões de contas correntes;
- 34,6 milhões de contas de poupança;
- 2,8 milhões de detentores de títulos de capitalização;
- 1.304 grupos empresariais brasileiros e multinacionais no Brasil como clientes “Corporate”;
- uma média de 11,0 milhões de transações realizadas diariamente, sendo 2,5 milhões nas 3.004 agências e 8,5 milhões através dos canais de atendimento: Auto-atendimento, Internet e Fone Fácil;
- uma rede nacional constituída de 3.004 agências, 21.822 caixas automáticos e 2.301 postos e pontos de atendimento bancário especial, localizados nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionadas; e
- um total de 6 agências e 6 subsidiárias localizadas em Nova Iorque, nas Ilhas Cayman, nas Bahamas, no Japão, na Argentina e em Luxemburgo.

Embora nossa base de clientes inclua pessoas físicas de todos os níveis de renda, bem como empresas de grande, médio e pequeno porte, a espinha dorsal de nossa clientela tem sido tradicionalmente os cidadãos de baixa até média renda do Brasil. Desde a década de 60, somos os líderes nesse mercado bancário varejista no Brasil. Esse segmento ainda tem grande potencial para desenvolvimento e nos proporciona margens mais altas do que outros segmentos, tais como: operações de crédito a pessoas jurídicas e negociação de valores mobiliários, com maior concorrência de preços.

Nossa grande rede bancária nos permite estar mais próximos de nossos clientes, o que por sua vez, permite que nossos gerentes conheçam pessoal e diretamente nossos clientes, as regiões economicamente ativas e outras condições importantes para nossa atividade. Esse conhecimento nos ajuda na avaliação e limitação de riscos de crédito em operações de crédito, entre outros riscos, bem como no atendimento de necessidades específicas de nossos clientes. Aproximadamente 11,0 milhões de transações são efetuadas através da Rede de Atendimento Bradesco diariamente.

Organizamos nossas operações em duas áreas principais: (i) serviços bancários; e (ii) serviços de seguros, administração de planos de previdência complementar e títulos de capitalização. Veja nota 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18, para informações adicionais por segmento. O diagrama a seguir fornece informações resumidas preparadas para cada uma de nossas duas áreas de negócios relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, por segmento.

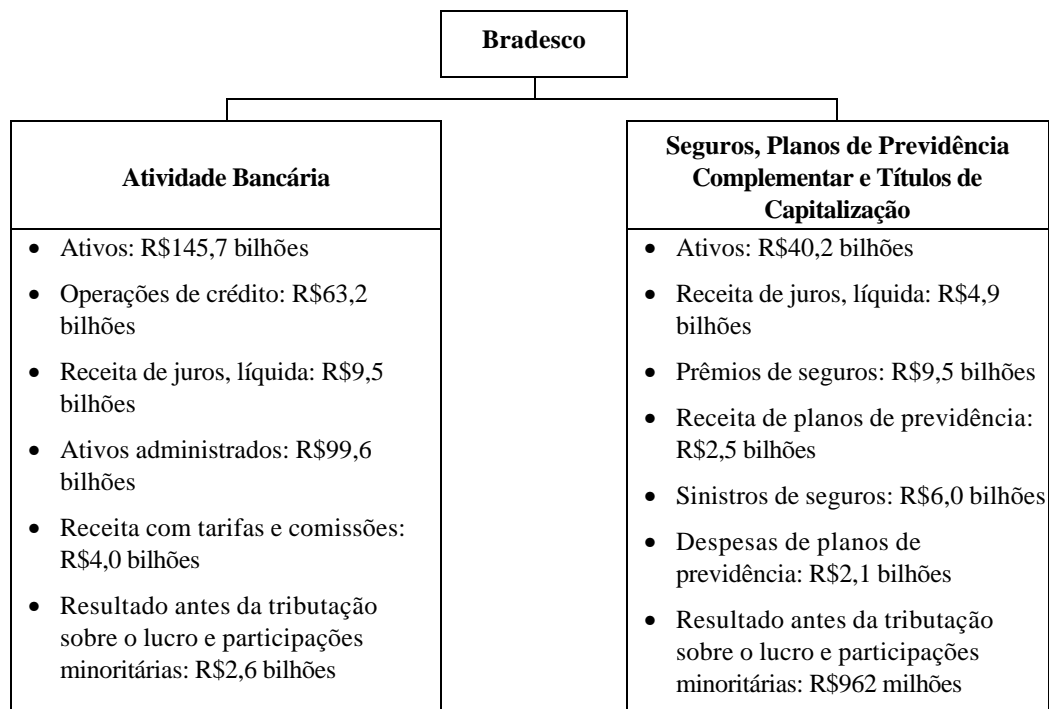




- Captação de depósitos
- Serviços bancários para pessoas físicas e jurídicas
- Operações de crédito
- Cartões de crédito e de débito
- Operações de arrendamento mercantil
- Atividade bancária de investimentos
- Atividade bancária internacional
- Gestão de ativos
- Consórcios

- Seguro de vida e acidentes pessoais
- Seguro saúde
- Seguro de automóveis
- Seguro de bens e responsabilidade
- Seguro de acidentes
- Planos de previdência complementar, inclusive planos individuais e empresariais
- Títulos de capitalização
- Contratos de Investimento em Previdência

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2004**



Em 31 de dezembro de 2004, conforme as fontes citadas entre parênteses abaixo, éramos:

- o líder entre os bancos do setor privado em depósitos de poupança, com 19,5% de todas as contas de poupança no Brasil e R\$68,6 bilhões em depósitos (Banco Central);

- a maior operadora de seguros e previdência complementar do Brasil, com R\$12,0 bilhões em total de prêmios líquidos e receitas de previdência complementar (SUSEP/ANS);
- um dos líderes em operações de arrendamento mercantil no Brasil, com R\$1,6 bilhão em aberto (ABEL);
- um dos bancos líderes na colocação de instrumentos de dívida no Brasil, tendo participado em 59,45% das emissões de valores mobiliários de dívida e capital registradas na Comissão de Valores Mobiliários - “CVM”, durante o ano de 2004 (ANBID);
- um dos maiores administradores de fundos e carteiras do Brasil, com R\$99,6 bilhões no total de ativos de terceiros sob administração, representando 14,8% do mercado brasileiro total (ANBID);
- um dos maiores emissores de cartões de crédito no Brasil, com 7,6 milhões de cartões emitidos (Visa e MasterCard) e com faturamento em cartões de crédito de R\$11,5 bilhões;
- um dos maiores emissores de cartões de débito no Brasil, com 38,8 milhões de cartões de débito emitidos e com faturamento em cartões de débito de R\$9,4 bilhões (VISA);
- o líder em processamento de pagamentos e cobrança no Brasil, com uma participação de mercado de 28% (Câmara de Compensação do Banco Central);
- o líder em comercialização de cotas de consórcio no segmento de imóveis e automóveis (“BACEN”); e
- líder em financiamento ao consumidor para aquisição de veículos, com participação de mercado de 20,3% (“BACEN”).

A tabela a seguir resume nossas receitas brutas por área de atividade relativamente aos períodos indicados:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Atividade Bancária:</b>			
<b>Operações de crédito:</b>			
Financiamentos imobiliários.....	R\$366	R\$318	R\$223
Crédito rural.....	509	474	649
Arrendamento mercantil.....	402	307	297
Outros créditos <sup>(1)</sup> .....	15.748	11.077	11.643
<b>Total.....</b>	<b>17.025</b>	<b>12.176</b>	<b>12.812</b>
<b>Tarifas e comissões:</b>			
Administração de ativos.....	375	371	454
Cobrança.....	556	601	630
Cartões de crédito.....	327	349	452
Contas correntes.....	828	1.025	1.225
Recebimento de tributos.....	158	175	189
Tarifa interfinanceira.....	254	250	261
Operações de crédito.....	68	159	118
Administração de consórcios.....	-	26	87
Outras.....	237	269	469
<b>Total.....</b>	<b>2.803</b>	<b>3.225</b>	<b>3.885</b>
<b>Seguros e planos de previdência complementar<sup>(2)</sup>:</b>			
<b>Seguros:</b>			
Saúde.....	2.333	2.649	3.036
Vida e acidentes pessoais.....	1.257	1.502	1.615
Automóveis, bens e responsabilidade.....	1.718	1.998	2.113
<b>Total.....</b>	<b>5.308</b>	<b>6.149</b>	<b>6.764</b>
<b>Receitas de planos de previdência complementar.....</b>	<b>R\$21</b>	<b>R\$64</b>	<b>R\$374</b>

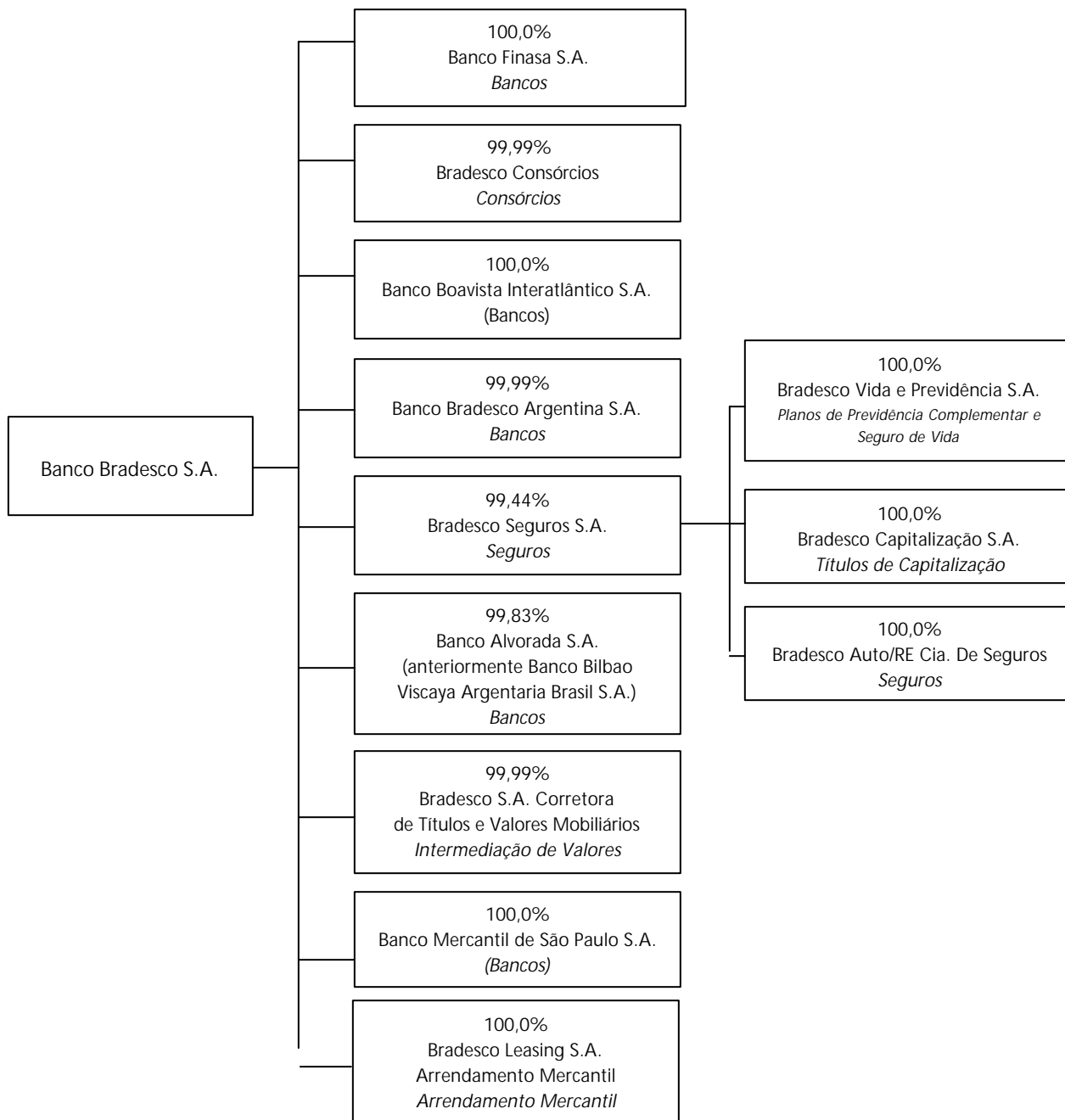
(1) Inclui empréstimos industriais, financiamento por cartões de crédito, empréstimos em conta corrente, financiamento ao comércio e empréstimos estrangeiros.

(2) Exclui os contratos de investimentos de previdência complementar, veja “ - Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização”.

Não discriminamos as nossas receitas por mercado geográfico dentro do Brasil e menos de 10% de nossas receitas advém de operações internacionais. Para maiores informações sobre nossas operações internacionais, veja “Atividade Bancária - Atividade Bancária Internacional”. Para uma discussão de nossos principais investimentos de 2002 até 31 de dezembro de 2004, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos.”

Segue um quadro simplificado de nossas principais subsidiárias nas atividades de serviços financeiros e seguros, e nossa participação e detenção de ações com direito a voto em cada uma delas em 31 de dezembro de 2004 (todas elas consolidadas em nossas demonstrações financeiras no Item 18). Com

exceção do Banco Bradesco Argentina, que foi constituído na Argentina, todas essas subsidiárias significativas foram constituídas no Brasil. Para maiores informações em relação à consolidação de nossas subsidiárias significativas, veja nota 1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.



## **Histórico**

Nossa empresa foi fundada em 1943 como um banco comercial sob o nome de “Banco Brasileiro de Descontos S.A.” Em 1948, iniciamos um período de intensa expansão, que fez com que nos tornássemos o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandimos nossas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporamos nossas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-nos um banco múltiplo, e mudamos nossa denominação para Banco Bradesco S.A.

### ***Recentes Aquisições e Associações***

#### **Aquisições do BCN, BANEBA e Boavista**

Durante o período de 1997 a 2000, adquirimos 100% do Banco de Crédito Nacional, que chamamos de “BCN”, 94,0% das ações do Banco do Estado da Bahia, que chamamos de “BANEBA”, e 100% do Banco Boavista S.A., que chamamos de “Boavista”.

Nós usamos o método contábil de compra para contabilizar as aquisições do BCN, BANEBA e do Boavista, que são consolidados em nossas demonstrações financeiras consolidadas em U.S. GAAP, a partir da data de suas respectivas aquisições.

As agências do Boavista operaram com o nome do Boavista, mas sob administração do BCN até abril de 2001. Em abril de 2001, transferimos ao BCN todas as agências e ativos e passivos relacionados do Boavista, através de uma cisão parcial, a qual foi contabilizada como uma transferência de ativos e passivos pelo valor contábil.

Até janeiro de 2004, de um modo geral, operamos o BCN como uma instituição financeira independente, mantendo sua identidade, rede de agências e nicho de mercado distintos. Em fevereiro de 2004, suas agências, ativos e passivos relacionados foram incorporados ao Bradesco pelo valor contábil.

As agências do BANEBA operaram sob o nome “BANEBA”, mas sob administração do Bradesco, até setembro de 2001. Em setembro de 2001, as agências do BANEBA e os ativos e passivos relacionados foram incorporados ao Bradesco pelo valor contábil.

#### ***Aquisição do BBV Banco***

Em janeiro de 2003, firmamos acordo com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., que chamamos de “BBVA”, para adquirir a totalidade das ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. e suas controladas, que chamamos de “BBV Banco”, do BBVA. Nosso principal objetivo na aquisição foi melhorar nossa produtividade e competitividade incorporando recursos do BBV Banco e fomentar negócios com empresas espanholas que investem no Brasil.

O Banco Central aprovou a transação em maio de 2003 e o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária integral em 9 de junho de 2003 quando nossos acionistas e o Conselho de Administração do BBVA aprovaram a troca das ações do BBV Banco por nossas recém emitidas ações. Em 31 de maio de 2003, o BBV Banco possuía ativos totais de R\$10,3 bilhões, patrimônio líquido de R\$2,4 bilhões, 439 agências e setenta e seis postos bancários.

Conforme acordado com o BBVA, em junho de 2003, fizemos um pagamento único em dinheiro de R\$1.864 milhões ao BBVA em troca de 49,00% das ações ordinárias e 99,99% das ações preferenciais do BBV Banco. Além disso, em troca dos 51,00% restantes das ações ordinárias e 0,01% de ações preferenciais do BBV Banco, emitimos ao BBVA, ações preferenciais e ordinárias equivalentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$630 milhões, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nós incluímos os resultados do BBV Banco em nossas demonstrações financeiras a partir de 1º de junho de 2003.

Em setembro de 2003, todas as agências, ativos e passivos relacionados do BBV Banco foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil. Em outubro de 2003, mudamos o nome do BBV Banco para Banco Alvorada S.A., que chamamos de “Banco Alvorada”.

Depois da aquisição do BBV Banco, o BBVA aumentou sua participação percentual em nossas ações através da compra de nossas ações na Bolsa de Valores de São Paulo, conhecida como “BOVESPA”. Em 31 de dezembro de 2004, detinha 5,0% de nossas ações ordinárias e 5,0% de nossas ações preferenciais. Para maiores informações sobre o BBVA, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - BBVA”.

Com a nossa compra do BBV Banco, em 2003 nossos acionistas controladores Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco, que juntos detêm 61,1% de nossas ações com direito a voto e que chamamos de “Acionistas Controladores”, firmaram um acordo de acionistas, que chamamos de “Acordo de Acionistas”, com nosso acionista BBVA. Conforme os termos do Acordo de Acionistas, o BBVA tem o direito de nomear um membro para nosso Conselho de Administração. Enquanto o BBVA possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Entretanto, o BBVA não perderá este direito se sua participação cair abaixo desta porcentagem por força de um aumento em nosso capital, sobre o qual os nossos acionistas, incluindo o BBVA, não tiverem direito de preferência.

Além disso, conforme o Acordo de Acionistas, os nossos acionistas controladores têm o direito de preferência sobre qualquer venda proposta pelo BBVA de nossas ações ordinárias e o BBVA tem um direito, que expira no sétimo aniversário do Acordo de Acionistas, de exigir que os nossos Acionistas Controladores comprem uma parte ou toda a participação do BBVA em nosso capital ordinário, conforme uma das duas modalidades de aquisição e pagamento.

Se o BBVA exercer sua opção de venda de ações, os nossos Acionistas Controladores pagarão pelas ações um preço baseado no preço médio de nossas ações ordinárias na BOVESPA. Caso os “Acionistas controladores” deixem de ser controladores, a opção de venda expirará trinta dias depois da mudança no controle.

Por fim, com a compra do BBV Banco, estabelecemos um centro de operação, conhecido como “Euro Desk”, que é conduzido por um funcionário designado pelo BBVA e que se dedica a identificar oportunidades para podermos fornecer serviços bancários e fortalecer o nosso relacionamento com a comunidade espanhola no Brasil; e também temos uma equipe especializada em serviços dedicada a servir clientes espanhóis que tenham negócios no Brasil e brasileiros com interesses na Espanha ou outros países latino-americanos. Conforme o Acordo de Acionistas, enquanto o BBVA possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante, devemos continuar com o “Euro Desk” e com uma equipe especializada.

#### **Outras aquisições e parcerias em 2002, 2003 e 2004**

Nós firmamos uma parceria estratégica com a Ford Credit Holding Brasil Ltda. em janeiro de 2002. A parceria nos permite fornecer financiamento e arrendamento de veículos originados pela Ford Comércio e Serviços Ltda. aos clientes da Rede de Distribuidores Ford. Conforme o acordo, adquirimos a totalidade do capital social da Ford Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, que chamamos de “Ford Leasing”, uma empresa de arrendamento de automóveis. Também adquirimos a carteira de crédito ao consumidor do Banco Ford S.A., que chamamos de “Banco Ford”, um banco da Ford Motor Company que fornecia financiamento para vendas feitas através da Rede de Distribuidores Ford. O Banco Finasa S.A., que chamamos de “Banco Finasa” (nova denominação do Continental Banco S.A.), especializada em promover vendas de vários produtos financeiros, fornece serviços aos clientes da rede de distribuidores Ford.

Em janeiro 2002, nós firmamos o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a finalidade de adquirirmos o controle do Banco Mercantil de São Paulo S.A., conhecido como “Banco Mercantil”, e suas empresas controladas. O Banco Mercantil era uma instituição financeira com 67 anos de atividades, que em 2001 tinha 220 agências no Brasil, 3 no exterior e 162 postos bancários no Brasil. Em 31 de dezembro de 2001, seus ativos totalizavam R\$8,391 bilhões segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A operação foi concluída em março de 2002 e envolveu a compra de 90,1% do capital votante e 74,2% do capital sem direito a voto do Banco Mercantil, pelo valor de R\$1.324 milhões e através de uma série de transações adicionais, convertemos o Banco Mercantil em subsidiária integral do Bradesco.

Em maio de 2003, as agências, ativos e passivos relacionados do Banco Mercantil foram transferidos para o Banco Bradesco pelo valor contábil.

Em janeiro de 2002, nós adquirimos o controle acionário do Banco do Estado do Amazonas S.A. - BEA, que chamamos de “BEA”, através de leilão. Em 31 de dezembro de 2001, o BEA possuía trinta e seis agências e quarenta e nove postos bancários, e seus ativos totalizavam R\$560 milhões segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A operação envolveu a compra de 89,5% do capital votante e 87,5% do capital sem direito a voto do BEA, pelo preço de compra de R\$182,9 milhões. Em junho de 2002, o BEA transferiu suas agências, ativos e passivos relacionados para o Bradesco pelo valor contábil.

Em janeiro de 2002, firmamos com o Deutsche Bank S.A., que chamamos de “Deutsche Bank” um banco alemão, acordo visando à aquisição do Deutsche Bank Investimentos DTVM S.A., responsável pela Administração e Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, que em 31 de dezembro de 2001 totalizavam R\$2,2 bilhões. Adquirimos a Deutsche Bank Investimentos DTVM S.A. em 14 de fevereiro de 2002. Nós e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - DTVM, administramos esses ativos com a assistência de um Comitê Consultivo formado por profissionais do Bradesco e do Deutsche Bank.

Em fevereiro de 2002, nós celebramos acordo para adquirir 100% das ações do Banco Cidade S.A., e suas empresas controladas, que chamamos de “Banco Cidade”. Esta transação foi concluída em junho de 2002, ao custo de R\$385,4 milhões. Em junho de 2002, o Banco Cidade teve suas agências, ativos e passivos relacionados incorporados ao BCN pelo valor contábil.

Em novembro de 2003, nós celebramos “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças” com os controladores do Banco Zogbi S.A., objetivando a aquisição da totalidade do seu capital social e suas controladas, pelo valor de R\$650 milhões. As Instituições Zogbi atuam há mais de quarenta anos na atividade de financiamento, mantendo forte presença

nas áreas de crédito direto ao consumidor, pessoal, cartão e veículos. As Instituições Zogbi, em 30 de setembro de 2003, possuíam ativos totais de R\$833 milhões, operações de crédito de R\$520 milhões e patrimônio líquido de R\$335 milhões. Em 4 de fevereiro de 2004, a transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil.

Em fevereiro de 2004, nós adquirimos o controle acionário do Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM, que chamamos de “BEM”, em sua privatização pelo governo através de leilão. Em 31 de dezembro de 2003, o BEM possuía setenta e seis agências e 125 postos de atendimento, e seus ativos totalizavam R\$766 milhões. A operação envolveu a compra de 89,96% do capital social do BEM pelo valor de R\$78 milhões. Em outubro de 2004, as agências, ativos e passivos relacionados foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil. Posteriormente, em março e junho de 2004, adquirimos a participação remanescente dos minoritários por meio do pagamento de R\$9 milhões.

Com exceção de nossa aquisição do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada, nenhuma de nossas outras aquisições realizadas desde janeiro de 1998 envolveu a aquisição de uma subsidiária significativa de acordo com o US GAAP.

Como parte de nossos esforços para promover a reorganização societária para melhorar nossa vantagem competitiva e aumentar nossa produtividade através da redução de custos operacionais, administrativos e legais, (1) em abril de 2003 o BEA foi incorporado ao Banco BANEBA e posteriormente extinto; (2) em março de 2004, o BCN foi incorporado ao Banco Alvorada e transferiu todos os seus ativos e passivos ao Banco Alvorada, pelo valor contábil, sendo extinto subsequentemente; (3) em outubro de 2004 o Banco Zogbi foi incorporado ao Banco Finasa e posteriormente extinto; (4) em dezembro de 2004, o BANEBA foi cindido e então transferiu todos seus ativos e passivos para o Bradesco Vida e Previdência e para o Banco Alvorada, sendo subsequentemente extinto; e (5) em 10 de março de 2005, aumentamos nosso percentual de participação na Bradesco Seguros S.A. para 100% através da aquisição das ações pertencentes aos acionistas minoritários da Bradesco Seguros S.A.

### **Banco Postal**

O Banco Postal é a marca por meio da qual o Bradesco oferta seus produtos e serviços em todos os municípios brasileiros, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que chamamos Correios, através de agências funcionando sob nossa marca “Banco Postal”.

Através do contrato de prestação de serviços, assinado em 24 de setembro de 2001, o Bradesco pode, com exclusividade oferecer serviços bancários em mais de 7.500 agências próprias e franqueadas dos Correios, que chamamos de “agências”.

A prestação dos serviços teve início em 25 de março de 2002, com a inauguração da primeira agência, no Estado de Minas Gerais. Encerramos o ano de 2004 com 5.383 agências, instaladas em 4,7 mil municípios brasileiros, e mais de 2,8 milhões de contas abertas. Mensalmente são realizadas mais de 22 milhões de transações.

Das 5.383 agências inauguradas, 1.700 foram implantadas em praças até então desassistidas por bancos, beneficiando direta ou indiretamente a uma população de mais de 18 milhões de pessoas que viviam à margem do sistema financeiro.



O Banco Postal oferece praticamente todos os serviços prestados em uma agência bancária tradicional. Além do Banco Postal, nas agências dos Correios, o Bradesco tem firmado parcerias com redes varejistas, supermercados, farmácias, padarias entre outros, para prestação de serviços de Correspondente Bancário. Essas empresas recebem em suas lojas contas de consumo (água, luz, telefone e etc.) e boletos de cobrança bancária.

Tanto nos Correios quanto nas demais empresas, o atendimento é prestado por seus próprios funcionários, treinados pelo Bradesco, e as decisões de abertura de contas e de concessão de crédito são de responsabilidade do Bradesco.

### **“Joint-Venture” da BUS - Serviços de Telecomunicações**

Em dezembro de 2000, nós efetuamos um acordo de associação de telecomunicações com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., conhecido como “Unibanco” e a Portugal Telecom S.A., conhecida como “Portugal Telecom”, e duas de suas afiliadas. A fim de implementar as transações contempladas no acordo, nós e o Unibanco transferimos nossas respectivas infra-estruturas corporativas de telecomunicações para a BUS - Serviços de Telecomunicações S.A., que chamamos de “BUS”, por meio de uma conferência de capital, e então transferimos nossos investimentos na BUS para uma empresa controladora, que chamamos de “BUS Holding” que tornou-se nossa subsidiária majoritária e controlada, e, conseqüentemente seus resultados financeiros foram consolidados aos nossos.

Conforme o acordo de associação, as partes também concordaram que a BUS forneceria, a nós e ao Unibanco, os serviços de telecomunicações de acordo com os contratos de serviço, por cinco anos. Em consideração ao direito de adquirir as ações da BUS e aos benefícios diretos e indiretos dos contratos de serviço, a Portugal Telecom, através de uma subsidiária, pagou à BUS Holding um valor inicial de R\$548 milhões, dos quais R\$335 milhões correspondem à nossa participação na BUS Holding. A transação está refletida em nossas demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2001, e com reflexo até 31 de dezembro de 2005. Também, como parte da transação da BUS, em dezembro de 2000, nós compramos ações ordinárias da Portugal Telecom, em um total de R\$50 milhões e em fevereiro de 2001, a subsidiária da Portugal Telecom pagou para a BUS Holding um valor, em reais equivalente a US\$23 milhões, como uma subscrição de capital.

Em junho de 2001 nós e o Unibanco fizemos com que a BUS Holding transferisse 19,9% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais (não votantes) da BUS para uma subsidiária da Portugal Telecom. A BUS tornou-se a operadora das respectivas redes corporativas de telecomunicações, a nossa e a do Unibanco, em 1º de julho de 2001. A transação foi concluída em 2002, com a aprovação da ANATEL, pela transferência dos 80,1% restantes das ações ordinárias da BUS para a subsidiária da Portugal Telecom e pela liquidação da BUS Holding.

### **Outras Alianças Estratégicas**

O Bradesco e as Casas Bahia, líder no varejo do país, assinaram em novembro de 2004 um acordo operacional de exclusividade, com duração de 3 anos, com volume potencial de R\$1 bilhão de operações por ano, com objetivo de financiamento de novas operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

O Bradesco e as Lojas Salferr, uma das maiores redes de varejo de móveis e eletrodomésticos, , assinaram em dezembro de 2004, um acordo de parceria estratégica e operacional para o financiamento das novas vendas realizadas pela empresa. O acordo com o Bradesco mantém a relação e as condições de

financiamento que as Lojas Salfer vem praticando com os seus mais de 1,1 milhão de clientes em sua rede de quarenta e sete lojas. Conforme esse acordo, nós proporcionaremos o financiamento e a empresa continuará administrando diretamente a relação de crédito e de cobrança com os seus clientes, inclusive assumindo os riscos do financiamento. O acordo não tem prazo de duração definido e pode constituir uma carteira de crédito adicional de R\$1,6 bilhão nos próximos anos. Esse acordo não gerou qualquer desembolso por parte do Bradesco.

O Bradesco assinou, também em dezembro de 2004, acordo operacional com o Banco BMC, que prevê exclusividade sobre direitos de créditos no montante de até R\$2 bilhões. A parceria envolve os contratos de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas). O acordo tem validade de três anos e prevê um desembolso mínimo de R\$50 milhões por mês. Especializado em crédito consignado, o BMC passa a ter, com o acordo, uma linha constante para os seus financiamentos de longo prazo, liberando outros recursos para financiar a média empresa, seu foco na pessoa jurídica. Esse acordo não gerou qualquer desembolso por parte do Bradesco.

O Bradesco assinou, em dezembro de 2004, acordo operacional com o Banco Cruzeiro do Sul, que prevê direitos sobre créditos no montante de até R\$4 bilhões. A parceria envolve os contratos de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas). O acordo tem validade de três anos e prevê um desembolso mínimo de R\$100 milhões por mês. O Banco Cruzeiro do Sul foi pioneiro das operações de crédito consignado em folha de pagamento. Atua em vinte e um estados, com 194 convênios, incluindo as três esferas do funcionalismo público, federal, estadual e municipal. Esse acordo não gerou qualquer desembolso por parte do Bradesco.

O Bradesco assinou, em dezembro de 2004, acordo operacional com o Banco Bonsucesso que prevê exclusividade sobre direitos de créditos no montante de até R\$4 bilhões. A parceria envolve os contratos de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas). O acordo tem validade de três anos e prevê um desembolso mínimo de R\$100 milhões por mês. O Banco Bonsucesso foi a segunda instituição a assinar o acordo de crédito consignado com o INSS e atua há cinco anos nesse mercado, com convênios assinados com treze governos estaduais e mais de 100 prefeituras no país. Esse acordo não gerou qualquer desembolso por parte do Bradesco.

Em janeiro de 2005, como parte de nossa estratégia de expandir crédito a pessoas físicas, nós e o PanAmericano, uma empresa financeira do Grupo Silvio Santos, firmamos um acordo operacional de até R\$7,2 bilhões. Esta parceria envolve os contratos de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS. O PanAmericano tem experiência na oferta de crédito pessoal a pensionistas por meio de suas 130 agências no Brasil e 200 correspondentes bancários. Esse acordo não gerou qualquer desembolso por parte do Bradesco.

Em 4 de fevereiro de 2005, reduzimos nossa participação em 315.000.000 ações ordinárias na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Após esse evento, passamos a deter uma participação indireta de 3,44% do capital social com direito a voto da Belgo-Mineira e 1,89% de seu capital total.

### **Seguros e Outras Operações**

Adquirimos o controle da Bradesco Seguros, anteriormente Atlântica Companhia Nacional de Seguros, em 1983. Entre 1983 e 2004, a Bradesco Seguros adquiriu participações em dez outras empresas, por meio de associações e aquisições, a Bradesco Seguros mantém seis subsidiárias para cumprir exigências regulamentares. Estas aquisições e associações, bem como a formação destas novas entidades,

permitiram que a Bradesco Seguros se tornasse uma das principais seguradoras no Brasil. Em 1998, a Bradesco Seguros constituiu a Bradesco International Health Service, uma subsidiária em Miami, que existe para dar suporte de atendimento aos nossos segurados quando são atendidos em hospitais e clínicas no exterior.

## **Informações para Contatos**

Somos uma sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil. Nossa sede social está localizada na Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil, e o número de telefone de nossa sede social é (55-11) 3684-5376. Nosso procurador nos Estados Unidos para recebimento de citações e notificações (process agent) é a CT Corporation, localizada no 111, Eighth Avenue, 13º piso, Nova Iorque, Nova Iorque 10011.

## **Estratégia Comercial**

Entendemos que a expansão da economia brasileira vai estimular um forte crescimento em uma parcela da população que busca serviços financeiros, e conseqüentemente uma expansão da demanda por esses serviços. Neste contexto, nosso principal objetivo é manter o foco no mercado doméstico e aproveitar a nossa posição, como maior banco privado no Brasil, para expandir a rentabilidade, maximizando valor para nossos acionistas e gerando retornos mais altos em comparação com outras instituições do setor financeiro brasileiro.

Pretendemos atingir essas metas com a estratégia não só de expandir continuamente a nossa base de clientes, como também de consolidar o nosso papel como o “primeiro banco” de cada um de nossos clientes, no sentido de sempre ser a primeira opção de todos nossos clientes para todas as suas necessidades de serviços financeiros. A nossa meta é ser o “Banco Completo” para o mercado brasileiro. Neste sentido, nós aspiramos manter uma presença destacada em cada linha de serviços financeiros.

Dentro do segmento bancário, objetivamos prestar a mais ampla gama de serviços de Banco de varejo, apoiado em um quadro de funcionários com mais de 70 mil colaboradores, uma vasta Rede de Atendimento, que inclui as nossas Agências, Postos Bancários, Banco Postal e Correspondentes Bancários, além do próprio Auto Atendimento, sempre com os olhos voltados à expansão do volume dos negócios. Atuar também como Banco de atacado em todos seus aspectos (banco de investimento e de negócio de “corporate”) e expandir nosso negócio de “private banking”.

No segmento de seguros, desejamos consolidar a liderança da Bradesco Seguros, e em relação ao segmento de previdência complementar, pretendemos aproveitar a contínua expansão da demanda pelos nossos produtos de previdência.

Ademais, em cada uma das nossas linhas de operação, queremos nos destacar e ser percebidos pelos nossos clientes como líder no desempenho e na eficiência.

Entendemos que a essência do êxito empresarial no setor financeiro consiste em combinar a atração do cliente com um quadro de pessoal altamente capacitado e dedicado à prestação de serviços, permanentemente treinado e com rígidos padrões de disciplina no trabalho. Neste sentido, os nossos planos de crescimento não se traduzem apenas em buscar a incorporação de novos clientes mas também estão focados no freqüente aprimoramento dos produtos e canais de distribuição. É também fundamental para a promoção do negócio, o tratamento dispensado ao nosso pessoal em termos de capacitação, promoção e criação de uma cultura de solidariedade no trabalho, visando a fomentar um ambiente em que nossos funcionários possam desenvolver uma carreira que perdure durante toda a sua vida profissional.

Finalmente, é elemento principal da nossa filosofia conduzir o negócio de acordo com os mais altos padrões de ética. Portanto, a nossa estratégia é guiada e orientada sempre pela busca das melhores

práticas de Governança Corporativa e pelo entendimento de que o Bradesco deverá ser, além de fonte de lucros para seus acionistas, um elemento construtivo dentro de sua sociedade.

Os elementos chave de nossa estratégia comercial são:

- expansão por meio do crescimento orgânico;
- atuação com base no modelo comercial de uma grande instituição bancária, que possui como controlada uma importante seguradora, que chamamos de “Modelo Banco-Seguros”, a fim de mantermos nossa rentabilidade e consolidarmos nossa liderança no setor de seguros;
- aumento das receitas, da rentabilidade e do valor para os acionistas, por meio do fortalecimento de nossas operações de empréstimos, nossa atividade primordial, e da ampliação de novos produtos e serviços;
- manutenção de nosso compromisso quanto à inovação tecnológica;
- obtenção de rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da melhora do índice de eficiência;
- manter níveis de riscos aceitáveis em nossas operações; e
- expansão mediante alianças estratégicas e aquisições seletivas, quando vantajosas.

***Expandir por meio do crescimento orgânico as áreas comerciais essenciais.***

A economia brasileira tem mostrado sua solidez nos últimos meses, e no decorrer do tempo tem criado oportunidades estratégicas para crescimento nos setores financeiros e de seguros, principalmente por meio de aumentos no volume de negócios. Pretendemos nos beneficiar destas evoluções, para aumentar nossa receita, obter rentabilidade e maximizar valor para os acionistas, como descrito a seguir:

- capitalizando sobre a oportunidade nos mercados brasileiros de obter novos clientes, que tenham suas necessidades de crédito e financeiras apenas parcialmente atendidas, em complemento à competição por uma pequena camada de clientes com faixas de renda mais altas;
- ampliando a nossa distribuição de serviços financeiros, utilizando criatividade no desenvolvimento de novos produtos, utilizando fortemente os meios não tradicionais, como por exemplo na expansão de nossa oferta de cartões de crédito e na extensão do oferecimento de créditos para compras em lojas, utilizando alianças com as próprias lojas e na prestação de serviços por meio do Banco Postal;
- beneficiando-nos dos canais de distribuição existentes, inclusive de nossa tradicional rede de Agências e de tecnologia de acesso à Internet mais recentes, para identificarmos a demanda por novos produtos;
- utilizando a nossa base de clientes, oferecendo-lhes, de modo mais amplo, nossos produtos e serviços e elevando a média de produtos utilizados por conta corrente de 4,6 em dezembro de 2004, para uma média de 5,0 produtos por conta corrente em dezembro de 2005;

- utilizando os sistemas apoiados em nossas Agências, a fim de avaliarmos e monitorarmos o uso de nossos produtos pelos clientes, de modo a canalizá-los para as plataformas adequadas de comercialização; e
- desenvolvendo produtos diversificados, em conformidade com as necessidades de nossos clientes tanto atuais quanto em potencial.

***Atuar com base no Modelo Banco-Seguros, a fim de manter a rentabilidade e consolidar a liderança no setor de seguros.***

Nossa meta é fazer com que nossos clientes nos procurem como seu “primeiro banco” para atender às suas necessidades bancárias, de seguros e de previdência. Acreditamos estar numa posição especialmente privilegiada para capitalizar a sinergia entre serviços bancários, seguros, previdência e de outras atividades financeiras para efetuar venda de nossos produtos bancários tradicionais e os produtos de seguros e de previdência, por meio de nossa rede de Agências, dos serviços de distribuição pela Internet e de nossa criatividade em desenvolver novos canais de distribuição.

Ao mesmo tempo, visamos a aumentar os níveis de rentabilidade do negócio de seguros e de planos de previdência complementar, usando a medida de lucratividade em vez do volume de prêmios subscritos ou valores depositados, como pode ser observado abaixo:

- mantendo nossa política atual de avaliar cuidadosamente os riscos de seguros de veículos e recusando-os nos casos em que os riscos sejam muito altos;
- comercializando intensivamente nossos produtos; e
- mantendo níveis de riscos aceitáveis em nossas operações por meio de uma estratégia de:
  - priorizar oportunidades de subscrição de seguros, de acordo com o “diferencial de risco” (risk spread) entre a receita esperada nos termos do contrato de seguro e o valor dos sinistros projetados (estatisticamente) a serem devidos nos termos desse contrato;
  - celebrar transações de “hedge”, de modo a evitar descasamento entre a taxa real de inflação por um lado, e provisões para ajustes de taxas de juros e inflação em contratos de longo prazo;
  - usar contratos de resseguro com resseguradoras de renome, celebrados através do IRB, para reduzir a exposição a grandes riscos; e
  - se o IRB for privatizado, participar de negócios de resseguro através de parceria com resseguradora de renome, utilizando-se de nossa participação total de 21% naquele Instituto.

***Aumento das receitas de atividades bancárias, rentabilidade e do valor para os acionistas, por meio do fortalecimento das operações de empréstimos e da expansão de novos produtos e serviços.***

Estamos voltados para o aumento das receitas e da rentabilidade de nossas operações bancárias, com as seguintes medidas:

- exercendo nossas atividades tradicionais de captação de depósitos e de operações de empréstimos buscando, continuamente, a melhora da qualidade de nossa carteira de crédito, por meio de planos de mitigação de riscos e do aprimoramento na aferição dos *ratings* para concessão dos créditos;
- construindo nossa base de clientes, pessoas jurídicas e físicas, oferecendo serviços em conformidade com as necessidades de clientes específicos, inclusive serviços de câmbio e financiamento à importação/exportação;
- buscando, intensivamente, o desenvolvimento de serviços remunerados com base em tarifas, tais como cobrança e processamento de pagamentos, para clientes atuais e potenciais;
- expandindo nossos serviços e produtos financeiros distribuídos fora de nosso meio convencional de Agências, tais como atividades de cartões de crédito, capitalizando sobre a mudança no comportamento dos consumidores quanto ao consumo de serviços financeiros;
- aumentando nossas receitas de gestão de ativos e de planos de previdência; e
- continuando a formar nossa base de clientes de alta renda, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços financeiros personalizados, fornecendo máxima eficiência na gestão de ativos.

### ***Manter nosso compromisso de inovação tecnológica***

O desenvolvimento de meios eficientes para chegar aos clientes e processar operações, constitui elemento chave de nossa meta de aumentar nossa rentabilidade e capitalizar sobre oportunidades de crescimento coordenado. Recentemente resolvemos reforçar esta estratégia com o desafio de mudar o nosso modelo tecnológico para manter, definitivamente, a liderança do mercado no setor em termos de tecnologia. Para isso, estabelecemos uma força-tarefa dedicada ao avanço do nosso perfil e percepção pública em relação à tecnologia.

Acreditamos que a tecnologia oferece oportunidades incomparáveis para chegarmos a nossos clientes de uma maneira eficaz em termos de custos. Mantemos o compromisso de estarmos na vanguarda do processo de automação bancária, por meio da criação de oportunidades para o público brasileiro de contatar-nos por meio da Internet. Esperamos continuar aumentando o número de clientes e operações realizadas pela Internet, por meio de técnicas como:

- continuar com a instalação de estações de acesso à Internet, que chamamos de “WebPoints” em locais públicos, permitindo aos clientes utilizar nosso sistema bancário pela Internet quer eles tenham, ou não acesso a um computador pessoal;
- a ampliação de nosso serviço bancário móvel, que chamamos de “Bradesco Mobile Banking”, que permite aos clientes realizar suas operações bancárias pela Internet, com telefones celulares compatíveis; e
- o fornecimento de “Pocket Internet Banking” para palmtops e “Personal Digital Assistants” (“PDAs”) que permite aos nossos clientes conferirem suas contas corrente e de poupança,

conferir suas transações de cartões de crédito, fazer pagamentos, transferir fundos e também permite que os nossos clientes obtenham informações institucionais.

### ***Obter rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da melhora do índice de eficiência***

Pretendemos melhorar nossos níveis de eficiência:

- mantendo a austeridade como diretriz de nossa política de controle de custos;
- consolidando as sinergias possibilitadas pelas nossas recentes aquisições;
- continuando a reduzir nossos custos operacionais, por meio de investimentos em tecnologia, que diminuam os custos por transação, enfatizando nossos canais de distribuição automatizados atuais, inclusive nossos sistemas de distribuição por telefone, Internet e caixas eletrônicos; e
- continuando a incorporar as instituições, que por ventura venham a ser adquiridas, em nosso sistema existente, a fim de eliminar sobreposições, redundâncias e ineficiência em potencial.

### ***Manter níveis de riscos aceitáveis em nossas operações***

Estamos constantemente identificando e avaliando os riscos intrínsecos às atividades que desenvolvemos e mantemos adequados controles, zelando pela conformidade dos processos e da alocação eficiente de capital, objetivando manter níveis similares aos padrões internacionais, bem como obter vantagens competitivas.

### ***Celebrar alianças estratégicas e aquisições seletivas***

Entendemos que a fase de expansão das instituições financeiras brasileiras se dará pelo crescimento orgânico nos próximos anos. Também, acreditamos que as oportunidades de aquisição serão de instituições de menor porte, disponíveis principalmente através de privatizações. Não obstante, consideramos que algumas instituições, que serão passíveis de aquisição, poderiam apresentar oportunidades de “nicho”, tais como financiamento ao consumidor, cartões de crédito e de banco de investimento. Portanto, avaliamos continuamente alianças estratégicas em potencial e oportunidades de consolidação, inclusive propostas de privatizações e aquisições, bem como outras formas que ofereçam oportunidades potenciais, para aumentarmos nossa participação de mercado ou melhorarmos nossa eficiência. Além de focar no valor e na qualidade dos ativos, levamos em consideração sinergias operacionais em potencial, oportunidades de vendas cruzadas, aquisições de “know-how” e outras vantagens de uma aliança ou aquisição em potencial. A nossa análise de oportunidades em potencial é orientada pelo impacto que elas teriam sobre os nossos resultados.

### **Atividade Bancária**

Oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários, incluindo:

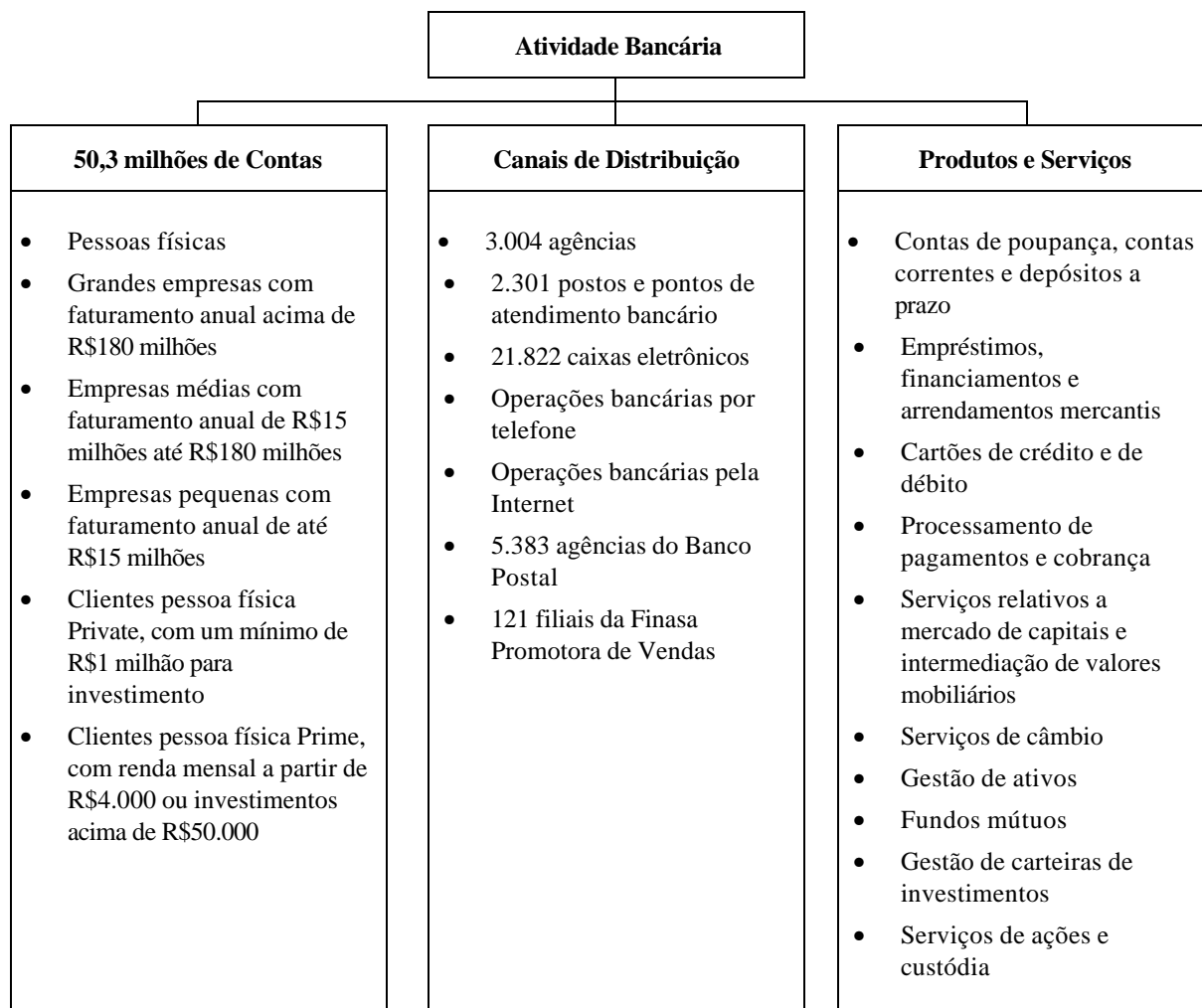
- operações de captação de depósitos, inclusive contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo;
- operações de empréstimo, inclusive crédito ao consumidor, empréstimos para aquisição de moradias, empréstimos ao setor industrial, rural e arrendamento mercantil;



- serviços de cartões de crédito e de débito;
- processamento de pagamentos e cobrança;
- serviços relativos a mercados de capitais, inclusive subscrição e serviços de consultoria financeira, bem como atividades de intermediação e negociação;
- atividade bancária internacional; e
- serviços de gestão de ativos;

Nossa base diversificada de clientes inclui tanto pessoas físicas, como pequenas, médias e grandes empresas no Brasil. Historicamente, temos cultivado uma presença mais forte no segmento mais amplo do mercado brasileiro, que consiste basicamente da população de média e baixa renda. Na década de 90, procuramos empresas e pessoas físicas com elevado patrimônio, para complementar nosso mercado tradicional. Desde 1999 temos desenvolvido nosso Departamento de “Corporate”, que atende os clientes pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$180 milhões e o Departamento de “Private Banking”, para pessoas físicas com recursos de no mínimo R\$1 milhão de ativos líquidos. Em 2002, criamos o Departamento “Bradesco Empresas”, responsável pelos clientes pessoas jurídicas com faturamento anual entre R\$15 milhões e R\$180 milhões, visando à ampliação de nossa atuação no segmento de “middle corporate market”. Em maio de 2003, lançamos o “Bradesco Prime”, um novo segmento do Bradesco, que oferece serviços a seus clientes pessoas físicas que têm uma renda mensal a partir de R\$4.000 ou disponibilidade de investimento imediato acima de R\$50.000.

O diagrama a seguir demonstra os principais números de nossa atividade bancária em 31 de dezembro de 2004:



A tabela a seguir demonstra os dados financeiros selecionados para nosso segmento de atividade bancária para os períodos indicados:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Dados da Demonstração de Resultado</b>			
Receitas financeiras, líquidas <sup>(1)</sup> .....	R\$10.436	R\$10.034	R\$9.861
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	(2.543)	(2.034)	(1.429)
Receitas não financeiras <sup>(1)</sup> .....	2.304	4.041	6.370
Despesas não financeiras .....	(8.630)	(10.424)	(11.418)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias <sup>(1)</sup> .....	1.567	1.617	3.384
Imposto de renda e contribuição social.....	22	24	(457)
Mudança de prática contábil .....	27	-	-
Lucro antes de participações minoritárias <sup>(1)</sup> .....	1.616	1.641	2.927
Participações de acionistas minoritários.....	(9)	(6)	(8)
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>R\$1.607</b>	<b>R\$1.635</b>	<b>R\$2.919</b>
<b>Dados do Balanço Patrimonial</b>			
Ativos Totais .....	106.115	134.767	144.796
<b>Dados selecionados dos resultados das operações:</b>			
<b>Receita financeira:</b>			
Operações de crédito .....	R\$17.027	R\$12.176	R\$12.812
Títulos e valores mobiliários .....	3.031	1.895	1.496
Aplicações em operações compromissadas .....	2.947	3.861	2.738
Depósitos interfinanceiros.....	285	315	132
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	2.058	1.459	1.542
Outros.....	32	62	73
<b>Despesa financeira:</b>			
Depósitos com clientes .....	(4.824)	(6.401)	(5.008)
Operações de captação no mercado aberto .....	(2.051)	(2.855)	(2.390)
Obrigações por empréstimos.....	(8.069)	(478)	(1.534)
Receita de prestação de serviços.....	R\$2.803	R\$3.225	R\$3.885

(1) Receita de clientes externos ao segmento.-

### **Atividades de Captação de Depósitos**

Oferecemos aos nossos clientes uma variedade de produtos e serviços de depósitos por meio de nossas agências, os quais incluem:

- contas correntes sem juros;
- *Contas de depósitos para investimentos:* que oferecemos aos nossos clientes desde outubro de 2004, devido a uma mudança na lei, cuja a finalidade foi de realizar aplicações financeiras sem a cobrança da CPMF;

- contas de poupança tradicionais, que rendem atualmente a taxa referencial conhecida como “TR”, mais 6,17% de juros ao ano;
- depósitos a prazo, que são representados por certificados de depósitos bancários ou “CDBs” e rendem juros a uma taxa fixa ou variável; e
- depósitos interbancários oriundos de instituições financeiras, que são representados por certificados de depósitos interbancários ou “CDIs” e rendem a taxa de depósitos interbancários.

Em 31 de dezembro de 2004, possuíamos 15,7 milhões de contas correntes, com 14,7 milhões de correntistas pessoas físicas, 965 mil correntistas pessoas jurídicas e 34,6 milhões de contas de poupança. Em 31 de dezembro de 2004, os depósitos (excluindo depósitos de instituições financeiras) totalizaram R\$68,6 bilhões. Nessa data, detínhamos uma participação de 19,5% do mercado brasileiro de depósitos em poupança, segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossos depósitos nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:					
	2002		2003		2004	
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Depósitos de clientes:</b>						
Depósitos à vista .....	R\$13.374	23,7%	R\$12.912	22,3%	R\$15.384	22,4%
Moeda brasileira.....	12.837	22,7	12.647	21,8	15.155	22,1
Moeda estrangeira .....	537	1,0	265	0,5	229	0,3
Depósitos em poupança .....	20.731	36,8	22.140	38,1	24.783	36,1
Moeda brasileira.....	20.731	36,8	22.140	38,1	24.783	36,1
Depósitos a prazo/certificados de depósito .....	22.202	39,4	22.944	39,5	28.460	41,5
Moeda brasileira.....	19.574	34,7	19.003	32,7	26.246	38,3
Moeda estrangeira .....	2.628	4,7	3.941	6,8	2.214	3,2
<b>Total de depósitos de clientes .....</b>	<b>56.307</b>	<b>99,9</b>	<b>57.996</b>	<b>99,9</b>	<b>68.627</b>	<b>100,0</b>
<b>Depósitos interfinanceiros .....</b>	<b>26</b>	<b>0,1</b>	<b>31</b>	<b>0,1</b>	<b>20</b>	<b>-</b>
<b>Total .....</b>	<b>R\$56.333</b>	<b>100,0%</b>	<b>58.027</b>	<b>100,0%</b>	<b>68.647</b>	<b>100,0%</b>

Oferecemos aos nossos clientes alguns serviços especiais adicionais, como por exemplo:

- a “Conta Fácil” que permite uma combinação de conta corrente e conta de poupança, na qual os recursos depositados na conta obtém rendimentos após o decurso de um prazo preestabelecido pela regulamentação à mesma taxa de nossas contas de poupança, ao contrário de nossas contas correntes normais, que não são remuneradas;
- “depósitos identificados”, que permitem aos nossos clientes identificar depósitos efetuados em favor de um terceiro, por meio do uso de um número de identificação pessoal; e

- transferências bancárias, em tempo real, entre uma conta corrente ou poupança para outra conta corrente ou poupança ou entre contas correntes e contas poupança, incluindo contas em outros bancos.

### *Operações de Crédito*

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossas operações de crédito no Brasil, em cada caso nas datas indicadas:

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Operações de crédito em aberto por tipo de produto:</b>	<b>(Em milhões de reais)</b>		
Operações de crédito ao consumidor.....	R\$9.302	R\$11.365	R\$16.282
Financiamentos imobiliários.....	1.627	1.512	1.370
Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).....	7.848	7.226	7.219
Outros empréstimos a pessoas jurídicas.....	12.309	13.930	16.124
Crédito rural.....	3.922	4.404	6.034
Arrendamento mercantil.....	1.506	1.364	1.626
Cartões de crédito.....	1.164	1.373	1.289
Financiamentos à importação e exportação.....	9.154	9.048	9.423
Empréstimos em moeda estrangeira.....	3.151	2.429	1.588
Empréstimos ao setor público.....	-	-	15
<b>Total.....</b>	<b>49.983</b>	<b>52.651</b>	<b>60.970</b>
Créditos de curso anormal.....	2.341	2.144	2.206
<b>Total.....</b>	<b>R\$52.324</b>	<b>R\$54.795</b>	<b>R\$63.176</b>

A tabela a seguir apresenta um resumo da concentração de nossas operações de crédito em aberto por tomador:

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Tomador:</b>			
O maior tomador.....	1,6%	1,5%	1,4%
Os 10 maiores tomadores.....	9,3	10,1	8,9
Os 20 maiores tomadores.....	14,9	15,3	13,0
Os 50 maiores tomadores.....	25,5	24,4	20,7
Os 100 maiores tomadores.....	33,3%	31,6%	26,4%

### *Operações de crédito à pessoa física*

Concedemos um volume significativo de empréstimos pessoais a clientes pessoas físicas, considerando-se as vantagens que a pulverização deste risco representa, bem como os benefícios da fidelização do cliente. Tais empréstimos consistem, basicamente, de:

- empréstimos a curto prazo, concedidos por nossas agências aos nossos correntistas e, dentro de certos limites, por meio de nossa rede de caixas eletrônicos e que tinham vencimento médio de sete meses e sobre os quais incidia uma taxa de juros média de 3,5% ao mês em 31 de dezembro de 2004;
- financiamento de automóveis, com vencimento médio de nove meses e sobre os quais incidia uma taxa de juros média de 2,0% ao mês em 31 de dezembro de 2004; e
- empréstimos por meio de saques a descoberto em contas correntes (cheque especial), com liquidação média de um mês e sujeitos a taxas de juros que variavam de 7,5% a 8,1% ao mês em 31 de dezembro de 2004.

Também concedemos linhas de crédito por crédito rotativo e empréstimos a prazo tradicionais. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos em aberto adiantamentos, financiamentos de automóveis, empréstimos ao consumidor e empréstimos por crédito rotativo no valor total de R\$16,3 bilhões representando 25,9% de nossa carteira de crédito nessa data. Com base nos empréstimos em aberto nessa data, detínhamos uma participação de 14,4% do mercado brasileiro de empréstimos ao consumidor, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central.

### ***Financiamentos imobiliários***

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos em aberto 34.241 contratos de empréstimos sob hipoteca residencial. Das unidades que tiveram sua produção financiada em 2004 pelas entidades financeiras ao segmento da construção civil, atingimos 22,6% de participação, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2004, o valor global em aberto desses empréstimos totalizava R\$1,4 bilhão, representando 2,1% de nossa carteira de crédito.

Os financiamentos habitacionais são realizados, ou pelo Sistema Financeiro Habitacional, que chamamos de “SFH”, ou pela Carteira Hipotecária Habitacional, que chamamos de “CHH”. Empréstimos de ambas as carteiras de crédito são realizados a taxas de juros anuais entre 12% e 16% mais a TR.

Os empréstimos residenciais do SFH têm vencimento estipulado de 5 a 15 anos e os empréstimos residenciais do CHH têm tipicamente vencimento máximo de 15 anos e estão sujeitos a taxas de juros superiores que os empréstimos do SFH.

Nossos empréstimos para término de construção, concedidos a pessoas físicas, possuem prazo estipulado de até 12 meses, com reembolso em até 10 anos, sendo efetuados com base na variação da TR mais 12% ao ano para os empréstimos do SFH.

Também concedemos financiamentos para clientes empresariais no SFH. Estes financiamentos, que são para construção, possuem prazo de até vinte e quatro meses e o reembolso começa dentro de 2 anos após a averbação da construção. Estes empréstimos são efetuados com base na variação da TR e taxa de juros de 14% ao ano durante a fase de construção (SFH) e TR mais de 16% ao ano depois de terminada a construção (CHH).

A regulamentação do Banco Central exige que concedamos financiamentos imobiliários habitacionais no mínimo iguais a 65% do saldo de nossas contas de poupança. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais

diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados e outros financiamentos, todos conforme especificado na orientação emitida pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2004, atendíamos à exigência mínima legal. Em geral, não financiamos mais de 60% do preço de compra ou do valor de mercado de um imóvel, o que for menor.

Atualmente, detemos 9,98% do capital votante da Companhia Brasileira de Securitização, também conhecida como “CIBRASEC”. A CIBRASEC é uma sociedade de propósito específico, controlada por várias instituições financeiras brasileiras, que se dedica à securitização de empréstimos, para fins de aquisição de moradias.

### ***Repases de Empréstimos do BNDES***

O Governo Brasileiro tem um programa para conceder empréstimos de longo prazo financiados pelo próprio Governo com taxas de juros abaixo do mercado a setores da economia que tenha escolhido para desenvolver. Segundo esse programa, tomamos recursos ou (i) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, também conhecido como “BNDES”, que é um banco brasileiro de desenvolvimento do Governo Federal, ou (ii) da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, a subsidiária de financiamento de equipamentos do BNDES. Nós então repassamos os recursos para os tomadores nos setores dirigidos da economia. Determinamos a margem sobre os empréstimos com base nos créditos dos tomadores. O repasse, cujo risco é nosso, é efetuado com obtenção de garantias reais. Para maiores informações sobre nossos empréstimos do BNDES, veja a nota 14 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o BNDES, somos o maior banco de repasse de empréstimos do BNDES, emprestamos basicamente a pequenos clientes pessoas jurídicas no setor industrial. A carteira de repases totalizou R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2004, representando 11,4% de nossa carteira de crédito nessa data, tendo a carteira de Repases do BNDES atingido R\$5,5 bilhões.

### ***Outros Empréstimos a Pessoas Jurídicas***

Concedemos empréstimos tradicionais para as necessidades diárias de nossos clientes pessoas jurídicas. Tínhamos R\$16,1 bilhões de empréstimos em aberto a pessoas jurídicas, representando 25,5% de nossa carteira de crédito em 31 de dezembro de 2004. Oferecemos uma grande variedade de empréstimos a nossos clientes brasileiros pessoas jurídicas, inclusive:

- empréstimos a curto prazo de até 29 dias;
- empréstimos para capital de giro para cobrir necessidades de caixa de nossos clientes;
- contas correntes garantidas;
- linhas de crédito rotativo;
- desconto de duplicatas; e
- financiamento de mercadorias.

Esses produtos de empréstimos em geral sofrem incidência de uma taxa de juros entre 2,0% e 6,5% ao mês.



### ***Crédito Rural***

Concedemos empréstimos ao setor rural financiados com recursos oriundos de parcela de depósitos à vista, conforme Regulamentação do Banco Central, e recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 73.831 empréstimos rurais em aberto, totalizando R\$6,0 bilhões, representando 9,5% de nossa carteira de crédito. Conforme regulamentação do Banco Central, os empréstimos oriundos de depósitos compulsórios são oferecidos a uma taxa fixa, que era de 8,75% ao ano em 31 de dezembro de 2004. O vencimento desses empréstimos em geral coincide com o ciclo da respectiva colheita, com o principal vencendo na época que a colheita é vendida. Como garantia de tais empréstimos, geralmente obtemos uma hipoteca sobre a área na qual a atividade rural financiada é exercida.

Da mesma forma que, para empréstimos para aquisição de moradias, as disposições regulamentares do Banco Central estabelecem uma obrigação de conceder créditos ao setor rural. Os regulamentos atuais do Banco Central nos obrigam a utilizar no mínimo 25% de nossos depósitos à vista para fornecer crédito rural. Se não atingirmos os 25% de percentual mínimo, deveremos depositar o restante em uma conta não remunerada no Banco Central.

### ***Microcrédito***

Nós concedemos microcrédito a pessoas de baixa renda e pequenas empresas de acordo com a regulamentação do Banco Central, que exige que os bancos direcionem uma parte de seus depósitos à vista à tais transações de crédito. Começamos a conceder microcréditos em agosto de 2003. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 791.188 operações de microcrédito em aberto totalizando R\$278,9 milhões, representando 0,4% de nossa carteira de crédito.

Conforme a regulamentação do Banco Central, as operações têm uma taxa de juros efetiva máxima de 2% ao mês. A regulamentação pertinente do CMN determina que o valor máximo emprestado a qualquer tomador fique limitado a R\$600 para pessoas físicas e R\$1.000 para pequenas empresas.

### ***Operações de Arrendamento Mercantil***

Segundo a ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing, em 31 de dezembro de 2004, o valor de nossas operações de arrendamento mercantil em aberto era um dos maiores entre as empresas privadas de arrendamento mercantil no Brasil, conforme medido pelo valor presente da carteira de arrendamento mercantil. Também segundo a ABEL, o valor presente das carteiras de arrendamento mercantil no Brasil em 31 de dezembro de 2004 era de R\$14,0 bilhões e detínhamos uma participação de mercado de 11,9%.

Em 31 de dezembro de 2004, possuíamos 28.365 contratos de arrendamento mercantil em aberto, com um valor global de R\$1,6 bilhão, representando 2,6% de nossa carteira de crédito. O volume de nossa carteira de arrendamento mercantil era de R\$1,6 bilhão (com aproximadamente 57 mil contratos) em 31 de dezembro de 2002 e R\$1,4 bilhão (com aproximadamente 30 mil contratos) em 31 de dezembro de 2003.

O mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por grandes bancos e empresas afiliadas a fabricantes de veículos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Os contratos de arrendamento mercantil brasileiros em geral se referem a veículos, computadores, maquinário industrial e outros equipamentos.

Oferecemos substancialmente contratos de arrendamento mercantil financeiro (em contraposição ao operacional) e nossas operações de arrendamento mercantil envolvem basicamente o arrendamento de automóveis, caminhões, guindastes, aeronaves e maquinário pesado. Em 2004, 57,5% de nossos contratos de arrendamento mercantil em vigor se referiam a automóveis, em comparação a 68,7% do mercado brasileiro de arrendamento mercantil como um todo.

Em 31 de dezembro de 2004, conduzíamos nossas operações de arrendamento através da nossa principal empresa de arrendamento mercantil, a Bradesco Leasing e pelo Banco Finasa.

Em julho de 2004, o BancoCidade Leasing Arrendamento Mercantil S.A. foi incorporado pelo Banco Alvorada S.A, e em setembro de 2004 a Bradesco Leasing (ex-Potenza Leasing) efetuou a incorporação da Bradesco BCN Leasing.

Obtemos financiamento para nossas operações de arrendamento mercantil, basicamente, por meio da emissão de debêntures e títulos nos mercados nacional e internacional, e por meio de empréstimos em recursos denominados em moeda estrangeira, que tomamos dos mercados internacionais com o objetivo específico de realizar empréstimos destes fundos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2004, a Bradesco Leasing possuía R\$625 milhões de debêntures em circulação no mercado nacional, como dívida subordinada, com prazo de vencimento em 2008.

### ***Termos dos Contratos de Arrendamento Mercantil***

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro representam uma fonte de financiamento de médio e longo prazos para clientes brasileiros. Segundo as leis brasileiras, o prazo mínimo de contratos de arrendamento mercantil financeiro é de vinte e quatro meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média de cinco anos ou menos e de trinta e seis meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média superior a cinco anos. Não existe um prazo máximo determinado por lei para contratos de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2004, o vencimento médio remanescente dos contratos em nossa carteira de arrendamento mercantil era de dezoito meses.

Por meio de nossas empresas de arrendamento mercantil, retemos a propriedade legal de cada ativo até que a parcela final (inclusive qualquer valor residual acordado) devida, segundo o contrato de arrendamento mercantil, seja paga pelo arrendatário. Nossos contratos de arrendamento mercantil são, em geral, estruturados de modo a distribuir o pagamento do valor residual acordado durante a vigência do contrato. Em geral, retomamos a propriedade do ativo arrendado quando o arrendatário se torna inadimplente e exigimos um sinal de 30% e que o arrendatário mantenha seguro total sobre o ativo arrendado.

### ***Cartões de Crédito***

Emitimos os primeiros cartões de crédito no Brasil em 1968 e em 31 de dezembro de 2004, éramos uma das maiores empresas independentes de cartões de crédito no Brasil, tendo emitido 7,6 milhões de cartões de crédito, correspondendo a 14,6% dos aproximadamente cinquenta e dois milhões de cartões de crédito do Brasil, conforme informações disponibilizadas pela Visa e MasterCard. Oferecemos cartões de crédito Visa e MasterCard a nossos clientes correntistas e clientes em potencial sem relacionamento anterior com o Banco. Em 31 de dezembro de 2004, nossos cartões de crédito eram aceitos em mais de vinte milhões de estabelecimentos comerciais e de serviços em mais de 130 países. Nessa data, 96% de

nossos clientes de cartões de crédito eram pessoas físicas, sendo 83% desses clientes com débito em conta corrente no Banco.

Auferimos receitas de nossas operações de cartões de crédito por meio de:

- taxa de emissão/anuidades;
- taxas de intercâmbio;
- juros sobre os saldos financiados;
- juros sobre saques efetuados nos caixas eletrônicos; e
- juros sobre antecipação dos valores à serem recebidos pelos estabelecimentos que efetuaram vendas aos portadores de cartão de crédito Visa.

Oferecemos aos nossos clientes vários tipos de cartões de crédito e serviços correlatos, inclusive:

- cartões com uso restrito ao Brasil;
- cartões internacionais, válidos no Brasil e no Exterior;
- cartões destinados a clientes de elevado patrimônio, tais como: o “Gold” e o “Platinum” das bandeiras Visa e MasterCard e o “Infinite” da bandeira Visa;
- cartões múltiplos, uma combinação de cartão de crédito (Visa Fácil) e de débito (Visa Electron), que além das tradicionais transações bancárias, os associados do cartão também podem utilizá-lo para transações de compras. Esse produto destina-se a clientes com baixa renda e possui limites de crédito menores;
- cartões com “chip”, microcircuito que permite aos associados utilizar senhas ao invés de assinaturas;
- cartões para pessoas jurídicas, aceitos no âmbito nacional e internacional;
- cartões com “marcas compartilhadas”, mais conhecidos como “co-branded”, emitidos por meio de parcerias com empresas dos vários segmentos, tais como: companhias aéreas, jornais, revistas, montadoras de automóveis, entre outros; e
- “cartões afinidades”, emitidos por meio de associações civis, tais como: clubes esportivos e organizações não governamentais;
- “Mini Cards Bradesco Visa”, com tamanho 43% menor que os cartões convencionais;
- “Cred Mais”, para funcionários de empresas com a folha de pagamento no Bradesco, com taxas mais atrativas para o financiamento rotativo;
- “Private Label”, destinados exclusivamente a clientes de estabelecimentos varejistas, com a finalidade de alavancar negócios e fidelizar os clientes aos estabelecimentos.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos registrado mais de setenta e três parceiros com cartões “co-branded”, “afinidade” e “Private Label”. A oferta de cartões de crédito a esse público integra nossa estratégia de relacionamento com o cliente, permitindo oferecer produtos bancários, como contas de poupança, fundos mútuos e seguros aos associados dos cartões de crédito.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento dos cartões de crédito que emitimos no Brasil por bandeira, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:					
	2002		2003		2004	
	Número de cartões em circulação	Percentual do número total	Número de cartões em circulação	Percentual do número total	Número de cartões em circulação	Percentual do número total
Visa.....	5.592.474	92%	6.513.996	92%	7.056.789	93%
MasterCard.....	450.341	7	475.645	7	547.935	7
American Express.....	30.431	1	32.311	1	0	0
Diners.....	3.171	0	0	0	0	0
Private Label.....	0	0	0	0	16.851	0
<b>Total.....</b>	<b>6.076.417</b>	<b>100%</b>	<b>7.021.952</b>	<b>100%</b>	<b>7.621.575</b>	<b>100%</b>

O faturamento dos cartões de crédito totalizou R\$11,5 bilhões durante 2004, um aumento de 15,6% sobre 2003.

### *Cartões de Débito*

Em 1981, iniciou-se a emissão dos cartões de débito denominados “Bradesco Instantâneo” e a partir de 1999, toda base foi convertida para os novos cartões denominados cartões “Bradesco Visa Electron”. Os clientes detentores de cartões de débito “Bradesco Visa Electron” podem utilizá-los na aquisição de bens e serviços em estabelecimentos e saques em toda a Rede BDN no Brasil e na Rede “Plus Visa” no exterior. O valor da compra é debitado da conta do portador do cartão, eliminando a inconveniência e a burocracia do cheque. Para tanto, é cobrado do estabelecimento afiliado uma taxa de comissão de aproximadamente 1,6% sobre o valor de cada operação, realizada com cartão “Visa Electron”. Nossos clientes realizaram transações com cartões de débito no total de R\$9,4 bilhões durante o ano de 2004, um aumento de 51,2% sobre 2003, devido à expansão da base de clientes e preferência por este meio de pagamento em substituição ao uso de cheques.

Durante o último trimestre de 2004, o Bradesco lançou o CDC Visa Electron, um produto para portadores dos cartões de débito, que permite o parcelamento das compras em até doze vezes, com uma carteira de crédito pré-aprovada de R\$4 bilhões.

A Visa Vale, empresa criada para atender o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (do Governo), cuja participação do Bradesco é de 31,13%, emitiu mais de 1 milhão de cartões para pagamentos de alimentos e refeições, de acordo com o PAT.

### *Soluções Administrativas de Recebimentos, Pagamentos e Recursos Humanos*

#### *Soluções de Recebimentos e Pagamentos*

No Brasil, a maioria dos clientes efetua o pagamento de suas contas pessoalmente nas agências bancárias e em ambiente de auto-atendimento oferecidos pelos bancos. Para atender as necessidades de gestão de caixa (“Cash Management”) dos clientes, tanto do setor público como privado, o Bradesco oferece várias soluções eletrônicas para a Gestão dos Recebimentos e Pagamentos, apoiadas por ampla rede de agências, correspondentes bancários e canais eletrônicos, que objetivam maior rapidez e segurança na movimentação dos recursos e de informações.

As soluções oferecidas incluem (a) a prestação de serviços para facilitar o recebimento de contas vencidas; (b) gerenciamento on-line de recursos em dinheiro na rede de agências; e (c) pagamento eletrônico de tributos. Além dessas soluções eletrônicas, oferecemos serviços para facilitar o desenvolvimento dos negócios de nossos clientes e fornecer soluções personalizadas para os problemas bancários dos clientes.

Também fornecemos serviços ao setor público (contando inclusive com portal exclusivo na internet, [www.bradescopoderpublico.com.br](http://www.bradescopoderpublico.com.br)) focados em atender de forma diferenciada órgãos federais, estaduais, municipais e concessionárias de serviços públicos.

Nossas receitas pela prestação desses serviços são auferidas por meio de tarifas sobre serviços de cobrança, arrecadação e processamento de pagamentos, e também pelo trânsito dos recursos recebidos até a sua disponibilização aos favorecidos. Esses serviços contribuem para a geração de outros negócios dentro da organização e de resultados.

### ***Cobrança***

Em 2004, processamos 854,1 milhões de transações de Cobrança, correspondendo ao valor de R\$812,5 bilhões e em 2003, o volume processado foi de 729,9 milhões de transações, para o montante de R\$695,0 bilhões.

### ***Arrecadações***

Em 2004, arrecadamos 248,1 milhões de documentos referentes a Tributos, Contas de Órgãos Públicos, Concessionárias de Serviços Públicos e Pagamento a Beneficiários do INSS, correspondendo a R\$140,8 bilhões. Em 2003, o volume de documentos arrecadados foi de 221,4 milhões de documentos para o montante de R\$116,5 bilhões, com destaque para:

- R\$19,4 bilhões pagos em 2004 em contas de luz, água, gás e telefone, dos quais 33,6% foram pagos por meio de débito automático em contas correntes e de poupança; e
- R\$98,7 bilhões em arrecadação de tributos em 2004.

### ***Custódia de Cheques***

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 195.345 contas usando os serviços de custódia de cheque pré-datados - cheques pré-datados são uma modalidade de pagamento bastante utilizada no país, em especial no setor varejista e atacadista totalizando R\$3,9 bilhões. No mesmo período do ano anterior, tínhamos 176.226 contas totalizando R\$2,6 bilhões. De acordo com este sistema, os clientes pagam por suas mercadorias e serviços com cheques pré-datados, os quais o vendedor deposita em uma data negociada em comum acordo, permitindo efetivamente o pagamento a longo prazo. Os clientes usuários

desse serviço podem contar ainda com facilidades para captura eletrônica dos dados, oferecendo maior segurança ao processo, e linhas de crédito para a antecipação dos recursos.

### ***Pagamentos de Fornecedores e Tributos***

Em 31 de Dezembro de 2004, mais de 288 mil empresas utilizavam nossas soluções de pagamentos eletrônicos que permitem a realização de pagamentos e transferências financeiras de forma “on-line” aos seus fornecedores e credores e ainda o pagamento de tributos e contas de órgãos públicos. O volume de transações processadas em 2004 foi de 111,1 milhões para um montante de R\$401,5 bilhões. Em 2003, o volume de transações havia sido de 80,5 milhões, para um montante de R\$302,1 bilhões.

Em 2004 R\$22,7 bilhões foram pagos aos beneficiários e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), representando 19,5% do total de inscrições daquele Instituto em 2004.

### ***Soluções Administrativas e Recursos Humanos***

Oferecemos aos nossos clientes pessoas jurídicas diversas soluções eletrônicas para a Gestão de Recursos Humanos e apoio administrativo, incluindo o processamento de folha de pagamento, abertura de contas correntes para os funcionários, conhecidas como “contas-salário”, a concessão de cartão salário, destinado aos funcionários não correntistas, e do cartão empresa, para o pagamento de despesas de viagens e representação, entre outras. Ao receber seus salários por intermédio do Bradesco, os funcionários podem usufruir desses serviços incluindo facilidades de crédito especiais e ampla rede de auto atendimento do Bradesco. A remuneração do Banco pela prestação desses serviços é feita por meio de tarifas pagas pelos clientes pessoas jurídicas.

### ***Serviços Relativos a Mercados de Capitais e Atividades Bancárias de Investimento***

#### ***Serviços de Subscrição - “Underwriting”***

Há mais de dez anos, o Bradesco mantém posição de destaque no Brasil, coordenando operações de distribuição pública, tanto de títulos de renda fixa quanto de renda variável. Em 31 de dezembro de 2004, de acordo com a ANBID:

- ocupávamos o terceiro lugar no ranking de “Originação de Transações”, com um total de R\$237,0 milhões em operações com ações e R\$2,5 bilhões em operações com títulos de renda fixa; e
- ocupávamos o terceiro lugar no ranking de “Distribuição”, com um total de R\$239,6 milhões em operações de ações e R\$2,4 bilhões em operações de renda fixa.

Durante o ano de 2004, coordenamos R\$12,5 bilhões de transações de dívida e ações, representando 59,45% das emissões registradas na CVM durante o período. Em 2003, coordenamos emissões públicas de títulos de dívida e ações no mercado brasileiro, totalizando R\$4,8 bilhões, correspondendo a 47,9% de todas as transações registradas na CVM.

No ano de 2004, entre as operações de ações que coordenamos, podemos citar as Ofertas Públicas Primárias: da Braskem S.A., no montante de R\$1,1 bilhão; da CPFL Energia S.A., no montante de R\$940,0 milhões; da Bradespar S.A., no montante de R\$1,0 bilhão; bem como a Oferta Pública Secundária de Ações da Weg S.A., no total de R\$320,0 milhões. Entre as operações de renda fixa, destacamos: a da Braskem S.A., no montante de R\$1,2 bilhão; da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, no total R\$500,0 milhões; da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, no total de R\$1,5 bilhão; da

Klabin S.A., no montante de R\$314,0 milhões; da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, no total de R\$1,0 bilhão.

Em 2003, fomos o coordenador líder da emissão de debêntures da CPFL Energia S.A, no montante de R\$1,8 bilhão e da emissão de debêntures da Telesp Celular Participações S.A., conhecida como “Telesp Celular”, no total de R\$700,0 milhões. Atuamos, também, como *co-manager* na estruturação e distribuição da emissão de *Euro Mid Term Notes* da Telesp Celular, no montante de US\$150,0 milhões.

Desde 1999, aumentamos o volume de transações de “*Underwriting*” que realizamos para obter rentabilidade nesta área, pois nossas margens de lucro diminuíram devido ao aumento da concorrência, especialmente, por parte de outros grandes bancos privados brasileiros e estrangeiros. Para uma descrição mais detalhada da concorrência que enfrentamos, veja “Concorrência”.

#### *Serviços de Consultoria*

Em 2004, oferecemos aos nossos clientes serviços de consultoria financeira em várias operações especializadas, incluindo fundos de investimento em direitos creditórios, fusões e aquisições, project finance e reestruturações societárias de empresas, que totalizaram, aproximadamente, R\$3,7 bilhões. Em 2003, prestamos tais serviços de consultoria em operações totalizando aproximadamente R\$4,7 bilhões.

#### *Serviços de Intermediação e Negociação*

Por meio de nossa subsidiária integral Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que designaremos “Bradesco Corretora”, negociamos contratos de futuros, opções e títulos e valores mobiliários privados e governamentais, por conta de nossos clientes. Os clientes da Bradesco Corretora incluem pessoas físicas com elevado patrimônio, grandes empresas e investidores institucionais. A Bradesco Corretora oferece o serviço de análise de investimentos, que fornece relatórios sobre o desempenho dos principais mercados, carteira de ações sugerida e *stock guide*.

Durante o exercício de 2004, a Bradesco Corretora negociou mais de R\$16,5 bilhões, na BOVESPA e, segundo a mesma, classificou-se em nono lugar no Brasil em termos de volume total de negociações.

Além disso, durante o exercício de 2004, a Bradesco Corretora negociou aproximadamente 2,9 milhões de contratos de futuros, “swaps”, opções e outros, num valor total de R\$315,8 bilhões, na Bolsa de Mercadorias e Futuros, que chamamos de “BM&F” e, de acordo com a BM&F, em 2004 a Bradesco Corretora classificou-se em 27º lugar no mercado brasileiro, em termos de número de contratos de futuros, opções e “swaps” executados. Em 2003 a Bradesco Corretora negociou 2,0 milhões de contratos futuros, swaps, opções e outros, com um valor total de R\$244,7 bilhões, na BM&F e, de acordo com a BM&F, classificou-se em 24º lugar no mercado brasileiro. A redução é atribuível em grande parte, ao uso crescente pelos nossos clientes do sistema de liquidação direto da BM&F, iniciado no final de 2001, que permite que os participantes liquidem seus negócios diretamente com a BM&F, sem usar instituições como a Bradesco Corretora.

Em novembro de 2002, a Bradesco Corretora entrou em uma parceria com o Mercado para as Ações Latino-americanas em Euros, conhecido como “Latibex”, na Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, para fornecer aos investidores brasileiros, acesso direto ao Latibex. A conexão da Bradesco Corretora com o sistema de negociação do Latibex permite que ela compre e venda títulos de empresas



Latino-americanas diretamente na Bolsa de Valores de Madri, sem ter que contar com uma contraparte ou outro representante na Espanha.

A Bradesco Corretora possui dezessete corretores que atendem investidores do setor de varejo e que oferecem suporte aos gerentes de nossas agências, nove corretores dedicados a investidores institucionais brasileiros e estrangeiros e oito corretores dedicados à BM&F. A Bradesco Corretora mantém no pregão da BM&F quinze operadores. Os gerentes de nossas agências auxiliam na captação de novos clientes, oferecendo os serviços prestados pela Bradesco Corretora.

A Bradesco Corretora oferece a seus clientes a possibilidade de negociar valores mobiliários pela Internet, por meio de seu serviço “ShopInvest”. Em 2004, as negociações pelo “ShopInvest” totalizaram R\$1,4 bilhão, correspondendo a 2,8% de todas as operações realizadas via internet na BOVESPA. Em 2003, as negociações através do ShopInvest totalizaram R\$960,1 milhões, correspondendo a 4,5% de todas as transações realizadas via Internet na BOVESPA naquele período.

A Bradesco Corretora oferece também o serviço de representante de investidores não residentes em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CMN n.º 2.689 que chamamos de “Resolução 2.689”. Para mais informações sobre a Resolução 2.689, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio.”

#### *Serviços de Ações, Custódia e Controladoria*

Com infra-estrutura adequada e pessoal especializado, o Bradesco oferece a seus clientes os serviços qualificados de Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Controladoria, Fundos de Recebíveis, DR-Depositary Receipt, BDR-Brazilian Depositary Receipt, Escrituração de Ações, Debêntures e Quotas de Fundos de Investimento. Ao todo são 8 certificações ISO 9001:2000.

Em 31 de dezembro de 2004:

- Escrituração de ativos

- 164 empresas integravam o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, reunindo 2,5 milhões de acionistas;
- trinta e nove empresas integravam o Sistema de Debêntures Escriturais, com valor atualizado de R\$18,2 bilhões;
- dezessete Fundos de Investimento integravam o Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor atualizado de R\$1,1 bilhão;
- 2 Programas de BDR registrados, com valor de mercado de R\$247,7 milhões.

- Custódia e Controladoria

- R\$141,2 bilhões em ativos custodiados dos clientes que utilizam os serviços de Custódia (Fundos, Carteiras, DR e Fundos de Recebíveis) ;
- 9 Programas de DR registrados, com valor de mercado de R\$30,4 bilhões; e

- R\$225,3 bilhões é o total de Patrimônio dos 647 Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que utilizavam os serviços de controladoria.

### *Atividade Bancária Internacional*

Na qualidade de banco comercial privado, oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, como: operações de câmbio, financiamento ao comércio exterior, linhas de crédito e atividades bancárias. Nossa estrutura no exterior é a seguinte:

- na cidade de Nova Iorque, nossa agência e a Bradesco Securities Inc., uma subsidiária que chamamos de “Bradesco Securities U.S.”;
- nas Ilhas Cayman, quatro agências incluindo uma agência do BCN, uma agência do Boavista e uma agência do Banco Mercantil, assim como nossa subsidiária, Cidade Capital Markets Ltd., que chamamos de “Cidade Capital Markets”;
- nas Bahamas, uma agência do Boavista e a Boavista Banking Limited, nossa subsidiária que chamamos de “Boavista Bahamas”;
- na Argentina, Banco Bradesco Argentina S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Argentina”;
- em Luxemburgo, Banco Bradesco Luxembourg S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Luxemburgo”; e
- no Japão, a Bradesco Services Co. Ltd., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Services Japan”.

Nossas operações internacionais são coordenadas por nosso departamento de câmbio e têm o suporte de doze unidades operacionais no Brasil, além de 4 pontos de apoio, localizados nos principais centros exportadores e importadores do país.

#### *Receitas de operações no país e no exterior*

A tabela a seguir fornece um desmembramento de nossas receitas (receita financeira mais receita não-financeira), originárias de nossas operações no país e no exterior para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de					
	2002		2003		2004	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
No país .....	R\$35.810	98,5%	R\$35.464	99,0%	37.228	98,0%
No exterior.....	547	1,5	361	1,0	777	2,0
<b>Total.....</b>	<b>R\$36.357</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$35.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$38.005</b>	<b>100,0%</b>

#### *Agências e Subsidiárias no Exterior*

As agências e subsidiárias no exterior têm como principal objetivo, a obtenção de recursos no mercado internacional para repassar a clientes, principalmente por meio de financiamentos ao comércio exterior brasileiro. A Bradesco Luxemburgo dedica-se ainda, a prestar serviços adicionais aos clientes do segmento private banking. Com exceção da Bradesco Services Japan, as nossas agências recebem

depósitos em moeda estrangeira de clientes pessoa física e jurídica e concedem crédito a clientes brasileiros e não brasileiros. O total de ativos das agências externas, excluindo-se as transações entre as partes relacionadas, somava R\$14,9 bilhões em 31 de dezembro de 2004.

As agências no exterior periodicamente fazem emissões de títulos da dívida mobiliária. Além dos recursos de curto prazo, obtidos junto a instituições internacionais e destinados ao financiamento de comércio exterior, as agências no exterior juntamente com a matriz captaram US\$1,46 bilhões em 2004, através de emissões públicas e privadas de médio e longo prazo. Tais títulos têm prazos de vencimentos de 1 a 10 anos. No ano de 2004 houve baixa demanda, por parte das empresas, por empréstimos indexados em moeda estrangeira entre as empresas brasileiras. Assim, apesar do grande apetite do mercado de capitais internacional pelos nossos papéis, acessamos pouco o mercado em 2004, quando comparamos com o ano de 2003 em que levantamos recursos na ordem de US\$2,8 bilhões. O acesso ao mercado de capitais internacional diversifica as fontes de financiamento em moeda estrangeira. Para a maioria das empresas latino-americanas, os custos desse acesso estão sujeitos às condições dos mercados doméstico e internacional e também à percepção dos investidores e financiadores internacionais aos riscos nos mercados emergentes.

Bradesco Argentina. Visando expandir as operações na América Latina, em dezembro de 1999, foi constituída a Bradesco Argentina, com a finalidade de conceder financiamentos, principalmente para empresas brasileiras instaladas na Argentina e, em menor escala, para empresas argentinas que tem negócios com o Brasil. Para a abertura da Bradesco Argentina foi feita uma capitalização inicial de R\$54,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2004, apresentava R\$49,2 milhões como total de ativos.

Boavista Bahamas. A Boavista Bahamas foi incorporada a partir da aquisição do Banco Boavista em outubro de 2000. Em 31 de dezembro de 2004, apresentava ativos no valor total de R\$307,9 milhões.

Bradesco Luxemburgo. Em abril de 2002, assumimos o controle total do Banque Banespa International S.A, de Luxemburgo, mudando a denominação para Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em setembro de 2003, foi concluído o processo de fusão das subsidiárias Banco Bradesco Luxembourg S.A. e Mercantil Luxemburgo, que havia sido adquirido em janeiro de 2002, prevalecendo o nome da subsidiária Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em 31 de dezembro de 2004, seus ativos totalizavam R\$877,4 milhões.

Bradesco Services Japan. Em outubro de 2001, foi constituída a Bradesco Services Japan, para dar suporte e prestar serviços especializados à comunidade brasileira no Japão, incluindo o envio de remessas para o Brasil e aconselhamento referente a investimentos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2004, possuía R\$1,1 milhão de ativos.

Bradesco Securities U.S.. A Bradesco Securities U.S., nossa subsidiária integral, opera como broker dealer nos Estados Unidos. O foco de atuação da empresa é a intermediação de compra e venda de ações, com destaque em operações de ADRs. Também está autorizada a operar com Bonds, Commercial Paper, Certificados de Depósito, entre outros papéis, podendo ainda prestar serviços de Investment Advisory. Atualmente temos mais de noventa programas de ADRs de empresas brasileiras negociados em Nova York. No intuito de alavancar as operações de corretagem no Exterior, a Bradesco Securities, Inc. promoveu aumento de capital no valor de US\$20 milhões no mês de maio de 2003. Em 31 de dezembro de 2004, ela possuía ativos de R\$60,4 milhões.

Cidade Capital Markets. Em fevereiro de 2002, o Bradesco, através do BCN, adquiriu a subsidiária Cidade Capital Markets em Grand Cayman, como parte de nossa aquisição de seu controlador, o Banco Cidade. Em 31 de dezembro de 2004, a Cidade Capital Markets apresentava em ativos R\$82,5 milhões.

### ***Operações Bancárias nos Estados Unidos***

Em janeiro de 2004, o Federal Reserve Bank dos Estados Unidos nos autorizou a operar como controladora financeira nos Estados Unidos. Como resultado, temos permissão para operar no mercado americano, diretamente ou através de uma subsidiária, e entre outras, vender seguros, fornecer serviços de subscrição, assessorar colocações privadas, gestão de carteiras e serviço de banco mercantil e administrar carteiras de fundos mútuos. Nós ainda não começamos a oferecer tais serviços nos Estados Unidos, e não podemos assegurar quando ou se ofereceremos tais serviços, ou se tais operações nos Estados Unidos serão rentáveis.

### ***Financiamento ao Comércio Exterior***

As atividades de comércio exterior brasileiro consistem, basicamente, em financiar as operações de exportação e importação.

Nos financiamentos à importação, o Bradesco repassa os recursos em moeda estrangeira diretamente aos exportadores, vinculando o pagamento em moeda local pelos importadores.

Já nos financiamentos à exportação, são efetuadas antecipações dos recursos em moeda nacional aos exportadores, mediante o fechamento do contrato de câmbio de exportação e o futuro recebimento em moeda estrangeira no vencimento do contrato. Os financiamentos de exportação feitos antes do embarque da mercadoria recebem o nome Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, ou “ACC”, quando os recursos recebidos são utilizados na fabricação dos bens que serão exportados. Quando os financiamentos são feitos após o embarque da mercadoria recebem o nome Adiantamento sobre Contrato de Exportação, ou “ACE”.

Existem ainda outras modalidades de financiamento a exportação, tais como: Pré-Pagamento de Exportação, Repasse de Recursos do BNDES-EXIM, Descontos de Saque, etc.

A carteira de comércio exterior é financiada, basicamente, por linhas de crédito obtidas junto a bancos correspondentes. Nós mantemos relacionamento com várias instituições financeiras norte-americanas, europeias, asiáticas e latino-americanas para esse fim, contando com grande rede de bancos correspondentes em todo o mundo de aproximadamente 1.000 instituições das quais, oitenta e cinco concediam linhas de crédito a nós no final de 2004.

Ao final de 2004, o custo de captação de linhas para o financiamento de exportação atingia o nível mais baixo dos últimos anos, situando-se vinte e cinco pontos base acima da LIBOR para o período de 180 dias e quarenta pontos base para 360 dias. Em relação a 2003, houve uma redução de aproximadamente vinte e cinco pontos base, demonstrando uma substancial melhora da percepção do mercado internacional para o risco Brasil.

Além das tradicionais linhas de crédito de bancos, possuímos um programa de “Commercial Paper” nos Estados Unidos no valor de US\$300 milhões alterado em junho de 2004, vencendo em junho de 2005.

A Área Internacional encerrou o exercício de 2004 registrando saldo de R\$8,2 bilhões em financiamento à exportação e R\$1,2 bilhão em financiamento à importação. Quanto ao volume de exportações contratado no ano de 2004, o Bradesco atingiu a cifra de US\$20,0 bilhões. Este montante representa crescimento de 29,7% sobre o ano anterior. No segmento de importação, o volume fechado foi da ordem de US\$7,4 bilhões em contratações, alcançando 28,4% de crescimento, quando comparado a 2003. Com base em informações disponibilizadas pelo Banco Central, no ano de 2004 atingimos um market share de 21,0% no mercado de exportação brasileiro, o que demonstra nossa expressiva atuação neste mercado. Da mesma forma, no mercado de importação nossa participação foi de 13,1%.

A tabela a seguir demonstra a composição de nossa carteira de comércio exterior em 31 de dezembro de 2004:

	<b>31 de dezembro de 2004</b>
	<b>(Em milhões de R\$)</b>
<b>Financiamento à exportação:</b>	
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (“ACCs”).....	3.021
Adiantamentos sobre Contratos de Exportação (“ACEs”).....	1.499
Pré-pagamento de exportação.....	2.834
Repasse de recursos tomados via BNDES/EXIM.....	756
Outros.....	71
<b>Total do financiamento à exportação.....</b>	<b>8.181</b>
<b>Financiamento à importação:</b>	
Financiamentos à importação - denominados em moeda estrangeira.....	744
Desconto de saque de importação.....	498
<b>Total do financiamento à importação.....</b>	<b>1.242</b>
<b>Total da Carteira de Comércio Exterior.....</b>	<b>9.423</b>

### ***Outros Produtos de Câmbio***

Além do financiamento ao comércio exterior, nossos clientes têm acesso a diversos serviços e produtos de câmbio, tais como:

- compra e venda de “traveller check” e papel moeda;
- transferência financeira do/para o exterior;
- cobrança de importação;
- compra de cheques em moeda estrangeira; e
- operações estruturadas, tais como securitizações de recebíveis.

### ***Serviços de “Private Banking”***

O Bradesco Private Banking oferece aos seus clientes, pessoas físicas de elevado patrimônio, com ativos líquidos acima de R\$1 milhão, ampla linha de serviços, incluindo aconselhamento tributário,

financeiro e de investimentos nos mercados local e internacional, assim como estratégias para alcançar os objetivos financeiros dos clientes.

## Gestão de Ativos

Administramos ativos para:

- fundos mútuos;
- carteiras de investimentos de pessoas físicas e jurídicas;
- fundos de previdência complementar, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Vida e Previdência; e
- seguradoras, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Seguros.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos R\$99,6 bilhões (participação de mercado de 14,8%), dos quais R\$98,1 bilhões geridos pela Bradesco Asset Management e R\$1,5 bilhão de recursos de terceiros relativos aos serviços específicos de administração, custódia e controladoria, que segregamos na BEM DTVM.

Em 31 de dezembro de 2004, oferecíamos 507 fundos e 105 carteiras administradas a 2,7 milhões de investidores. Oferecemos uma ampla família de fundos de renda fixa, renda variável, multimercados, entre outros. Não oferecemos atualmente investimentos em fundos altamente alavancados.

A tabela abaixo apresenta a distribuição de recursos em gestão, número de clientes e números de fundos e carteiras nas datas indicadas.

	<b>Distribuição de Ativos<sup>(1)</sup></b>		
	<b>R\$ milhões</b>		
	<b>31 de dezembro de</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Fundos de Investimento:</b>			
Renda Fixa .....	43.517	69.784	83.441
Renda Variável .....	1.583	2.710	2.812
Cotas de Fundos de Terceiros.....	369	1.294	5.067
<b>Total.....</b>	<b>45.469</b>	<b>73.788</b>	<b>91.320</b>
<b>Carteiras Administradas:</b>			
Renda Fixa .....	6.257	6.728	5.922
Renda Variável .....	2.902	2.305	2.321
Cotas de Fundos de Terceiros.....	522	196	77
<b>Total.....</b>	<b>9.681</b>	<b>9.229</b>	<b>8.320</b>
<b>Total Geral .....</b>	<b>55.150</b>	<b>83.017</b>	<b>99.640</b>

(1) Calculado de acordo com os dados utilizados para elaboração do Ranking Global de Administradores de Recursos de Terceiros da ANBID.

	<b>31 de dezembro de</b>					
	<b>2002</b>		<b>2003</b>		<b>2004</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Cotistas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Cotistas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Cotistas</b>
Fundos de Investimento.....	424	2.246.992	505	2.758.298	507	2.683.514
Carteiras Administradas .....	80	80	126	415	105	371



<b>Total Geral .....</b>	<b><u>504</u></b>	<b><u>2.247.072</u></b>	<b><u>631</u></b>	<b><u>2.758.713</u></b>	<b><u>612</u></b>	<b><u>2.683.885</u></b>
--------------------------	-------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------

Comercializamos nossos produtos de gestão de ativos por meio de nossa rede de agências, nosso serviço bancário por telefone e nosso site de investimentos na Internet, o “ShopInvest”. Trabalhamos continuamente para melhorar a composição de nossos investimentos, através de intensa análise comercial, assim como da diversificação de Fundos de modo a atender melhor nossos clientes.

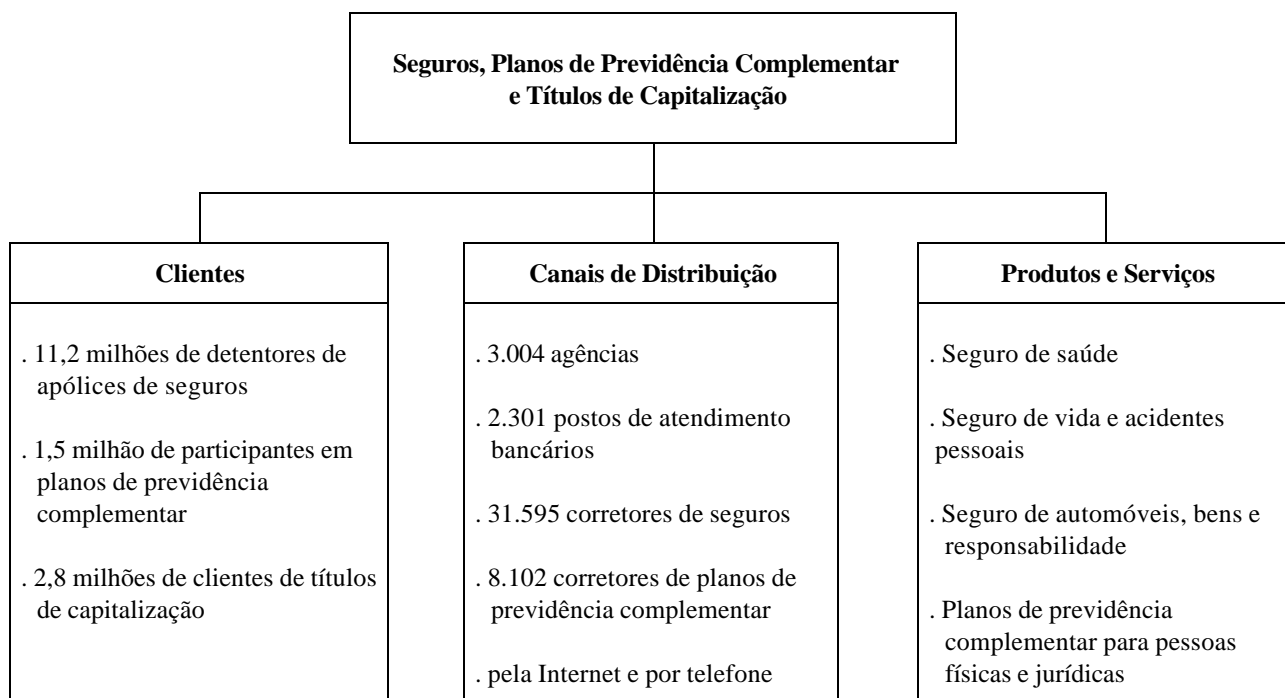
### **Consórcios**

No Brasil, pessoas ou empresas que querem adquirir determinados bens podem formar um grupo, conhecido como “Consórcio”, no qual os membros agrupam seus recursos para se ajudarem na compra dos bens. Já que o objetivo dos consórcios é adquirir bens, a lei brasileira não permite a formação de consórcio para fins de investimento.

Em dezembro de 2002, nossa subsidiária Bradesco Consórcios iniciou a venda de associações de consórcio, conhecidas como quotas, aos funcionários do Bradesco. Este serviço foi disponibilizado aos clientes em janeiro de 2003. A Bradesco Consórcios encerrou o exercício de 2004 com um total de mais de 150 mil quotas, com um faturamento total superior a R\$4,3 bilhões e com um lucro líquido de R\$45,5 milhões. Em maio de 2004 a empresa conquistou a liderança no segmento de Imóveis e em dezembro de 2004, conquistou também a liderança no segmento de Automóveis. A Bradesco Consórcios funciona como administradora dos consórcios, que são formados para a compra de veículos e imóveis.

### **Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização**

O diagrama abaixo indica os principais elementos de nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização, em 31 de dezembro de 2004:



--

--

. Títulos de capitalização
----------------------------

A tabela a seguir apresenta dados financeiros selecionados sobre nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização relativamente aos períodos indicados:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>(Em milhões de reais)</b>			
<b>Dados da Demonstração de Resultado</b>			
Receitas financeiras, líquidas <sup>(1)</sup> .....	R\$3.021	R\$4.959	R\$4.937
Receitas não financeiras <sup>(1)</sup> .....	5.684	7.020	7.794
Despesas não financeiras .....	(7.989)	(10.949)	(12.201)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias <sup>(1)</sup> ...	716	1.030	530
Imposto de renda e contribuição social .....	(173)	(364)	(138)
Lucro antes de participações minoritárias <sup>(1)</sup> .....	543	666	392
Participações de acionistas minoritários .....	(3)	(2)	(4)
<b>Lucro líquido<sup>(1)</sup> .....</b>	<b>R\$540</b>	<b>R\$664</b>	<b>R\$388</b>
<b>Dados do Balanço Patrimonial</b>			
Ativos Totais	23.678	32.441	40.840
<b>Dados selecionados dos resultados de operações:</b>			
Prêmios de seguros:			
Prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais .....	1.257	1.502	1.615
Prêmios de seguros de saúde .....	2.333	2.649	3.036
Prêmios de seguros de automóveis, bens e acidentes .....	1.718	1.998	2.113
<b>Total.....</b>	<b>5.308</b>	<b>6.149</b>	<b>6.764</b>
Receita de planos de previdência .....	21	64	374
Receita financeira de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento .....	3.021	4.959	4.937
Variação de provisões técnicas de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos.....	(2.261)	(3.777)	(4.326)
Sinistros de seguros.....	(3.614)	(4.333)	(4.822)
Despesas de planos de previdência .....	R\$(370)	R\$(637)	R\$(751)

(1) Receita de clientes externos ao segmento.

### ***Seguros***

Oferecemos produtos de seguros por meio de várias entidades diferentes, todas elas controladas ou administradas por nossa subsidiária Bradesco Seguros. A Bradesco Seguros foi a maior seguradora no Brasil em 2004, com base no total do faturamento e provisões técnicas, segundo informações disponibilizadas pela SUSEP e ANS. A Bradesco Seguros, que está sediada na cidade do Rio de Janeiro, fornece uma ampla gama de produtos de seguros a pessoas físicas e jurídicas no Brasil. A Bradesco Seguros oferece produtos de seguros, tanto numa base individual quanto em contratos com empresas, segundo os quais seus empregados são segurados. Seus produtos incluem seguros de saúde, vida, acidentes pessoais, automóveis e outros bens.

### ***Seguro de Saúde***

O seguro de saúde oferece cobertura aos detentores de apólices quanto às despesas médico-hospitalares. Oferecemos nossos planos de assistência médica através de nossa subsidiária Bradesco Saúde S.A., que chamamos de “Bradesco Saúde”. Em 31 de dezembro de 2004, a Bradesco Saúde

possuía 2,5 milhões de detentores de apólices de seguros de saúde e odontológicos, inclusive detentores que obtiveram seu seguro por meio de seus empregadores e detentores que obtiveram-no numa base individual. Quase 12 mil empresas no Brasil possuem planos da Bradesco Saúde, incluindo 32 das 100 maiores empresas do país.

A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares. Em 31 de dezembro de 2004, contava com aproximadamente 9.300 laboratórios, 9.300 clínicas especializadas, 18.500 médicos, 3.000 hospitais, 1.100 clínicas odontológicas, 5.700 dentistas localizados em todo o país.

### ***Seguro de Vida***

A Bradesco Seguros oferece seu seguro de vida por meio de sua subsidiária Bradesco Vida e Previdência, que, em 31 de dezembro de 2004, possuía 6,7 milhões de detentores de apólices de seguro de vida e classificava-se em primeiro lugar no Brasil, em termos de pessoas físicas seguradas, conforme informações disponibilizadas pela SUSEP.

### ***Seguros de Automóveis, Ramos Elementares e Responsabilidade***

Oferecemos produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e responsabilidade através de nossa subsidiária Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros, que chamamos “Bradesco Auto/RE”. O seguro de automóveis cobre prejuízos decorrentes de roubo/furto e danos aos veículos, danos aos passageiros e danos causados a terceiros. Os seguros massificados são destinados a (i) pessoas físicas, principalmente nos riscos residenciais e seguros de equipamentos, e (ii) pessoas jurídicas de pequeno e médio porte.

Em ramos elementares massificados, o destaque é para o bilhete residencial, um produto com prêmio médio baixo, mas com alta rentabilidade. Para grandes grupos empresariais, a Bradesco Auto/RE possui uma equipe altamente especializada e totalmente dedicada a oferecer seguros sob medida e de acordo com as necessidades de cada Segurado (Riscos Nomeados e Operacionais, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia, Riscos de Petróleo, dentre outros).

Em 2004 a Bradesco Auto/RE encerrou o exercício com 1,1 milhão de veículos segurados e 819.848 apólices vigentes de ramos elementares, liderando o Mercado brasileiro em números de segurados, de acordo com informações publicadas pela SUSEP. A Bradesco Auto/RE participa nos seguros das 100 maiores empresas do país.

### ***Vendas de Produtos de Seguros***

Vendemos nossos produtos de seguros por meio de corretores em nossa rede de agências, bem como por meio de outros corretores de mercado em todo o Brasil. A Bradesco Seguros paga comissões a seus corretores pela intermediação de seguros. Em 31 de dezembro de 2004, 31.595 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Também oferecemos alguns produtos de seguros de automóveis, saúde e ramos elementares, diretamente por meio de nosso *website*.

### ***Fixação de Preços***

Os custos de serviços médico-hospitalares, bem como a frequência dos sinistros, orientam a fixação de preços para os seguros de saúde de pessoas físicas no Brasil. Os mesmos fatores aplicam-se à fixação de preços de seguros de saúde em grupo, sendo que estes são diferenciados dependendo do número de pessoas físicas seguradas e de regiões geográficas, conforme estudos atuariais.

A fixação de preços de seguro de vida é baseada nas tábuas atuariais consagradas, normativos publicados pelo órgão regulador do mercado, a SUSEP, levando-se em conta as características do produto a ser desenvolvido, tais como canal de distribuição, política de aceitação, margem do produto, comissionamento e impostos.

A fixação de preços de seguros de automóveis é influenciada pela frequência e grau de severidade dos sinistros, e leva em consideração uma grande quantidade de fatores, tais como: local de uso do veículo e suas características específicas. Em linha com a prática mais comum no mercado, começamos a considerar o perfil do cliente na fixação de preços de seguros de automóveis, o que passou a ser adotado a partir de abril de 2004.

A rentabilidade dos seguros de automóveis depende em grande parte da pronta identificação e correção de disparidade entre níveis de prêmios e custos dos sinistros esperados. Os prêmios cobrados para a cobertura de danos a veículos refletem o valor do automóvel segurado e, conseqüentemente, os níveis de prêmios refletem em parte o volume de vendas de automóveis novos. O número de segurados aumentou 0,2% em 2004 em comparação a 2003.

Os preços no segmento de ramos elementares massificados são também orientados pela frequência dos sinistros e pelo seu valor médio, além das características específicas de localização da parte segurada. Já no segmento de ramos elementares não massificados a fixação dos preços leva em consideração as características individuais de cada risco, que são avaliados em parte por diretrizes publicadas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

### ***Resseguros***

As disposições regulamentares brasileiras determinam limites de retenção sobre os valores dos riscos que as seguradoras podem subscrever. Segundo estas disposições regulamentares, a Bradesco Seguros ressegura com o IRB quaisquer riscos que ele subscreva além dos limites de retenção, que geralmente incidem sobre grandes riscos de bens e responsabilidade. Adicionalmente, a Bradesco Seguros auxilia o IRB na celebração de contratos de resseguros com resseguradoras internacionais, relativos aos riscos que ele tenha ressegurado com o IRB.

Em 2004, a Bradesco Seguros ressegurou aproximadamente R\$548 milhões em riscos de seguros junto ao IRB. Embora o IRB seja responsável perante as cedentes na medida do valor ressegurado, a Bradesco Seguros permanece primariamente responsável como o segurador direto por todos os riscos ressegurados. A Bradesco Seguros tem participação de 21% no capital total do IRB, representada pela participação de 42% em seu capital não votante.

## ***Planos de Previdência Complementar***

Administramos planos de previdência complementar para pessoas físicas e jurídicas desde 1981 por meio de nossa subsidiária integral, a Bradesco Vida e Previdência, que é atualmente a principal administradora de planos de previdência complementar no Brasil, pelos critérios de contribuições para os planos, carteira de investimentos e provisões técnicas, segundo informações publicadas pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, que chamamos de “ANAPP”.

A Bradesco Vida e Previdência oferece e administra uma variedade de planos individuais, inclusive planos de previdência com pagamento único, anuidades e benefícios em caso de morte ou invalidez. Nossos maiores planos para pessoas físicas, em termos de capital, são planos do tipo de contribuições definidas, inclusive planos conhecidos como Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL e Fundos de Aposentadoria Individual - FAPI. Os FAPIs são fundos mútuos de investimentos. Os VGBLs e PGBLs são planos de previdência complementar e, a exemplo dos FAPIs, não estão sujeitos à tributação na fonte sobre a receita gerada pela carteira do fundo. Os participantes desses fundos são tributados por ocasião do resgate das cotas.

No 1º trimestre de 2002, a Bradesco Vida e Previdência iniciou a comercialização do Vida Gerador de Benefício Livre, que chamamos de “VGBL”, um contrato de investimento em previdência, o qual pode ser resgatado na forma de renda mensal ou pagamento único a partir da data escolhida pelo participante. Em 31 de dezembro de 2004, a Bradesco Vida e Previdência foi responsável por 45,5% das vendas de VGBL no Brasil, segundo a ANAPP.

No ano de 2004, a Bradesco Vida e Previdência respondeu por 36,9% do mercado de planos de previdência complementar e VGBL, com base nas contribuições e 47,1% dos ativos administrados, de acordo com a ANAPP.

As leis brasileiras atualmente permitem a existência de administradoras de planos de previdência complementar, tanto “abertas” quanto “fechadas”. Entidades de planos de previdência complementar “abertas” são aquelas disponíveis para todas as pessoas físicas e jurídicas que, por meio de uma contribuição regular, desejam filiar-se a um plano de benefícios. Entidades de planos de previdência complementar “fechadas” são aquelas disponíveis para grupos de pessoas, tais como: empregados de uma determinada empresa ou grupo de empresas do mesmo setor de atividades, profissionais liberais de um mesmo campo ou membros de sindicatos. As administradoras de planos de previdência complementar concedem benefícios ou uma renda mediante contribuições periódicas de seus membros, seus respectivos empregadores ou ambos. As leis brasileiras também permitem às instituições financeiras criar fundos de aposentadoria programada individual, com objetivo similar aos das administradoras de planos de previdência complementar, mas com uma estrutura mais semelhante à de um fundo mútuo.

Nossas receitas de contribuições para planos de previdência complementar cresceram em média 32,6% ao ano nos últimos cinco anos, em grande parte, devido ao aumento das vendas de nossos produtos por meio de nossa rede de agências.

Administramos planos de previdência complementar, que cobrem mais de 1,5 milhão de participantes, sendo 82,1% em planos de pessoas físicas individuais e o restante em planos de pessoas físicas através de empresas. Os planos empresariais responderam por 32,7% de nossas provisões técnicas.

Segundo os planos VGBL, PGBL e FAPI, os participantes podem contribuir em parcelas ou em pagamentos únicos. Os participantes nos planos de previdência complementar podem deduzir as contribuições efetuadas ao PGBL e ao FAPI até o limite de 12% da receita bruta tributável na declaração de ajuste anual do imposto de renda. Na ocasião do resgate ou do gozo de benefícios incidirá o imposto de renda na fonte conforme a legislação em vigor. Os planos VGBL, PGBL e FAPI podem ser adquiridos por empresas no Brasil em benefício de seus empregados. Em 31 de dezembro de 2004, a Bradesco Vida e Previdência administrava recursos da ordem de R\$9,1 bilhões no VGBL, R\$5,4 bilhões no PGBL e R\$332 milhões no FAPI.

Estamos utilizando VGBLs, FAPIs e PGBLs para substituir vários planos de retorno garantido, que representam um risco maior para nós. Os planos de retorno garantido asseguram aos participantes um retorno mínimo durante o período no qual eles fazem suas contribuições. O valor do retorno corresponde ao valor investido a uma taxa de inflação mais uma taxa de juros de 6% ao ano. Para minimizar flutuações de mercado, o nosso risco dos planos de retorno garantido é lastreado por investimentos em títulos do Tesouro do Governo Brasileiro. Ao contrário, os VGBLs, FAPIs e PGBLs não têm essa garantia.

De acordo com o U.S. GAAP, consideramos os VGBLs, FAPIs e PGBLs como contratos de investimentos de previdência.

A Bradesco Vida e Previdência também oferece planos de previdência para pessoas jurídicas, que são em geral, negociados e adaptados às necessidades específicas do cliente pessoa jurídica.

A Bradesco Vida e Previdência auferir receitas basicamente pela cobrança:

- de tarifas mensais de serviços com base: (i) no caso de fundos com uma garantia de retorno mínimo, uma percentagem da contribuição e retenção de qualquer retorno sobre o valor investido superior à respectiva taxa de inflação mais 6% de juros ao ano; e (ii) no caso dos planos que não garantem um retorno mínimo, uma percentagem das contribuições e a taxa de administração ou parte dela; e
- dos planos de benefícios por morte, com base na potencial diferença positiva estimada entre as hipóteses atuariais (tabelas biométricas) utilizadas para determinação da contribuição e a experiência do plano.

## **Títulos de Capitalização**

A Bradesco Capitalização oferece aos clientes títulos de capitalização, que são comercializados nos formatos de contribuições únicas ou mensais. Cada título de capitalização tem um valor nominal que varia de R\$7,00 a R\$1.000,00 e auferir correção pela TR mais juros de 0,5% ao mês sobre o valor nominal. Periodicamente, são realizados sorteios em que os detentores dos títulos de capitalização concorrem a prêmios em dinheiro de até R\$2 milhões. Os títulos de capitalização são resgatáveis pelo titular, ao final do prazo de carência que é de doze meses. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos mais de 31,8 milhões de títulos de capitalização ativos e 2,8 milhões de clientes.

A Bradesco Capitalização foi a primeira empresa privada de capitalização do país a receber o Certificado ISO 9002, concedido pela Fundação Vanzolini. Em dezembro de 2002 foi atualizado para ISO 9001:2000. A Bradesco Capitalização é a primeira empresa do setor a receber o rating em escala nacional “brAA” da Standard & Poor’s, que é seu rating atual.

## **Atividades de Tesouraria**

Temos uma única tesouraria para todas as nossas atividades e de nossas subsidiárias. Nossa tesouraria realiza operações, que incluem operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente para fins de proteção (denominado “macro-hedge”), ela entra em transações, como essas, de acordo com os limites estabelecidos por nossa Alta Administração e controlada pela nossa área de gestão de riscos, utilizando uma metodologia de valor em risco (“VaR”). Para maiores informações sobre a metodologia de valor em risco (“VaR”), veja “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Riscos de Mercado - Risco e Gestão de Riscos - Risco de Mercado”.

## **Canais de Distribuição**

Possuímos a maior rede bancária do setor privado no Brasil. No exercício de 2004, reduzimos em 48 agências, decorrente basicamente, do processo de incorporação dos bancos. Nossa rede de agências é complementada por canais de distribuição alternativos, tais como: postos bancários especiais nas instalações de empresas selecionadas, caixas eletrônicos, serviços bancários por telefone e serviços bancários pela Internet. Ao introduzirmos novos sistemas de distribuição, concentramo-nos em aprimorar nossa segurança e aumentar nossa eficiência.

Além disso, a fim de estabelecer laços mais fortes com nossos clientes pessoas jurídicas, em 2004 criamos 239 postos e pontos de atendimento bancário, nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionados e 216 postos e pontos de atendimento bancário em 2003, alcançando um total de 2.301 postos e pontos de atendimento bancário em 31 de dezembro de 2004. Através desses postos especiais, oferecemos todos os produtos e serviços disponíveis em nossas agências.

Para informações sobre nossas agências internacionais em 31 de dezembro de 2004, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - a Companhia - Atividade Bancária Internacional”:

Também oferecemos serviços bancários em 5.383 agências dos correios e através de nossos correspondentes. Para maiores informações sobre este projeto, veja “ Histórico - Aquisições e Associações Recentes Importantes”.

### ***Distribuição Especializada de Produtos e Serviços***

Como parte de nosso sistema de distribuição, temos 5 áreas que oferecem uma gama diferenciada de produtos e serviços de maneira individualizada a empresas e pessoas físicas em todos os segmentos específicos de nossa base de clientes. A segmentação do mercado visa a alcançar melhor adequação ao perfil e ao porte dos clientes, permitindo atendimento diferenciado e melhora na eficiência.

### ***Bradesco Varejo***

Atende com qualidade a todas as parcelas da população, focando principalmente Pessoas Físicas com renda mensal até R\$4 mil e Empresas com faturamento anual até R\$15 milhões, compondo mais de 15 milhões de clientes que realizam diariamente milhões de transações em nossas Agências e Postos de Atendimento, em que os maiores clientes deste nicho recebem atendimento exclusivo, contando atualmente com mais de 2.700 Agências e mais de 2.300 Postos de Atendimento.

### ***Bradesco Corporate***



O segmento *Corporate* foi instituído em 1999, com o objetivo de atender clientes do mercado alvo, composto por empresas em sua maioria com faturamento superior a R\$180 milhões/ano, atendidos por 119 gerentes de relacionamento, com gestão de relacionamento centralizada, oferecendo além dos produtos tradicionais, soluções estruturadas - *Tailor Made*.

Como destaque temos a certificação ISO 9001:2000 para toda estrutura *Corporate* incluindo as plataformas de atendimento exclusivas aos clientes *Corporate*, e parcerias internacionais com os Bancos: UFJ-Japão, BBVA-Espanha, BES-Portugal.

Fomos o primeiro Banco brasileiro a realizar um acordo operacional através de uma aliança estratégica com UFJ Bank, possibilitando a inclusão bancária de cerca de 300 mil brasileiros residentes no Japão.

O *Bradesco Corporate* possui também estruturas especializadas para a gestão de clientes específicos, são elas:

- *Agribusiness* - opera toda cadeia produtiva deste segmento da economia, buscando viabilizar soluções estruturadas às necessidades das empresas, além de oferecer produtos e serviços tradicionais;
- *Asian Desk* - atende clientes de origem asiática presentes no Brasil e desenvolve soluções financeiras nos negócios com o Japão e com toda a Ásia; e
- *Euro Desk* - atende grandes clientes de origem espanhola presentes no Brasil, explorando sinergias de negócios na Europa, Estados Unidos e América Latina.

### ***Bradesco Empresas***

O Bradesco Empresas foi criado em 2002 para atender empresas com faturamento anual entre R\$15 milhões e R\$180 milhões, através de suas sessenta e seis agências exclusivas com presença nas principais capitais brasileiras.

O Bradesco Empresas visa a oferecer o melhor gerenciamento dos negócios como: Empréstimos, Investimentos, Comércio Exterior, Derivativos, Cash Management e Operações Estruturadas.

A equipe do Bradesco Empresas conta com 362 gerentes de relacionamento, os quais estão inseridos no Programa de Certificação ANBID, atendendo em média de vinte e cinco a trinta grupos econômicos cada, abrangendo 17.319 empresas em todos os setores da economia.

### ***Bradesco Private Banking***

O Bradesco Private Banking iniciou suas atividades em 2000, com o objetivo exclusivo de gerenciar nosso relacionamento com pessoas físicas de elevada riqueza líquida. Para isso, buscamos a solução financeira mais adequada para cada cliente de alta renda, em um conceito personalizado, e fornecemos assessoria de alocação de ativos, orientação fiscal, tributária e sucessória. O Bradesco Private Banking foi o primeiro Private Banking do mercado brasileiro a conquistar o Certificado ISO 9001:2000.

### ***Bradesco Prime***

O Bradesco Prime iniciou suas atividades em maio de 2003, oferecendo produtos e serviços personalizados a pessoas físicas com renda mensal a partir de R\$4.000 ou com investimentos a partir de R\$50.000. Os 1.023 Gerentes são profissionais em constante processo de qualificação para atender as necessidades financeiras dos 206.175 clientes.

O Bradesco Prime tem por objetivo coordenar o relacionamento comercial com os clientes do segmento, que contam com espaço exclusivo especialmente projetado para proporcionar conforto e privacidade, atendimento personalizado por Gerentes de Relacionamento que administram uma carteira reduzida de clientes, além de produtos e serviços diferenciados, dentre eles a “Conta Prime Bradesco”, um programa de fidelidade que visa, por meio da oferta de benefícios crescentes, a valorizar e incentivar o relacionamento dos clientes com o Banco.

Os clientes Prime contam atualmente com uma rede de 177 Agências exclusivas do segmento Bradesco Prime, distribuídas em todo o País, sendo 147 Agências em espaço compartilhado com Agências do Segmento Varejo e trinta Agências exclusivas. Adicionalmente, os clientes podem:

- utilizar canais exclusivos de Internet Banking;
- receber assistência especializada de nosso Call Center; e
- ter acesso à ampla Rede de Atendimento do Bradesco, em todo o território nacional.

O Bradesco Prime oferece:

- Agência Prime Digital, focada no atendimento aos clientes por meio de central telefônica, com horário de funcionamento expandido (das 8:00 às 20:00 horas, 7 dias por semana, inclusive feriados); e
- Agência Prime Cidade de Deus, primeira Agência Wireless na América Latina, onde os gerentes possuem equipamentos ligados remotamente, possibilitando a realização de negócios no próprio ambiente do cliente.

O Gerente de Relacionamento é um profissional em constante processo de qualificação para atender as necessidades financeiras do cliente. Todos os gerentes Bradesco Prime estão no programa de certificação da ANBID.

### ***Sistema de Agências***

O principal canal de distribuição de nossos serviços bancários é a nossa rede de agências. Além de oferecer serviços bancários no varejo, as agências servem como uma rede de distribuição para todos os outros produtos e serviços que oferecemos a nossos clientes, inclusive nossos serviços de processamento de pagamentos e cobrança, nosso serviço bancário “private” e nossos produtos de gestão de ativos. Nós comercializamos nossos serviços de arrendamento mercantil através de canais operados por nossa rede de agências, assim como diretamente através de nossa subsidiária integral Bradesco Leasing. A Bradesco Corretora e a Bradesco Consórcios também comercializam nossos serviços de corretagem, negociação e consórcio através de nossas agências. A Bradesco Vida e Previdência vende seus produtos, com base em

comissões, por meio de 8.102 representantes independentes em todo o país, dos quais a maior parte está baseada em nossas instalações.

Vendemos nossos produtos de seguros e previdência por meio de corretores exclusivos sediados em nossa rede de agências bancárias e por meio de outros corretores, não exclusivos, em todo o Brasil, todos eles remunerados com base em comissões. Vendemos também através de nosso website. Em 31 de dezembro de 2004, 31.595 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Os títulos de capitalização são comercializados através das agências bancárias, Internet, Central de Atendimento e canais de distribuição externos.

A tabela abaixo determina a distribuição das vendas dos produtos indicados através de nossas agências e fora delas:

	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Porcentagem do total das vendas, por produto)</b>		
<b>Produtos de seguros:</b>			
Vendas através das agências .....	29,4%	37,4%	38,5%
Vendas fora das agências .....	70,6	62,6	61,5
<b>Produtos de previdência complementar:</b>			
Vendas através das agências .....	85,8	72,1	85,4
Vendas fora das agências .....	14,2	27,9	14,6
<b>Produtos de arrendamento mercantil:</b>			
Vendas através das agências .....	97,0	96,6	91,2
Vendas fora das agências .....	3,0	3,4	8,8
<b>Títulos de capitalização:</b>			
Vendas através das agências .....	94,9	89,8	89,7
Vendas fora das agências .....	5,1%	10,2%	10,3%

### ***Processamento de Dados***

A Organização dispõe de dois centros de processamento de dados com vinte e quatro computadores de grande porte e 918 computadores de médio porte. Todas as nossas agências e ATMs contam com serviços de telecomunicações com capacidade de comutação a qualquer dos dois centros de processamento de dados. Tal estrutura processa todas as transações do Banco Bradesco e demais empresas do grupo.

### ***Canais de Atendimento***

Nossos clientes possuem ampla acessibilidade para consulta sobre seus registros de transações através de vários meios eletrônicos: Auto-Atendimento, Fone Fácil e Internet.

### ***Auto-Atendimento***

Operamos uma rede de Auto-Atendimento, distribuída em pontos estratégicos por todo o País, composta de 21.822 máquinas, 19.239 delas funcionando mesmo nos finais de semana e feriados, processando em média 5,3 milhões de operações on-line e em tempo real por dia;

Estamos em processo de substituição de máquinas obsoletas, e atualmente substituímos uma média de 400 máquinas por mês.

### ***Serviços pela Internet***

Oferecemos aos nossos clientes 445 diferentes serviços (255 a Pessoa Física e 190 a Pessoa Jurídica). Durante 2004, atingimos a marca de 6,4 milhões de clientes cadastrados e registramos 281 milhões de transações bancárias através de nosso site Internet Banking.

O Bradesco ShopInvest foi a primeira corretora pela Internet no Brasil e é o Site de Investimentos do Bradesco que possibilita ao cliente pessoa física, correntista ou não, investir com facilidade e segurança. Ele disponibiliza informações necessárias para quem deseja conhecer e investir no Mercado Financeiro, facilitando a escolha mais adequada ao seu perfil. Em 31 de dezembro de 2004, possuíamos mais de 1,0 milhão de usuários cadastrados no Shopinvest, que realizaram 1,1 milhão de transações no período, que somaram a quantia equivalente a R\$5,9 bilhões. O ShopInvest oferece aos investidores a oportunidade de investir em 15 fundos mútuos.

Oferecemos 112 estações de acesso à Internet “Web Points” em nossas agências. O Web Point permite que os clientes que não possuem um computador acessem a Internet.

O ShopCredit possibilita aos clientes pessoa física e jurídica, obter recursos para linhas de empréstimos e financiamentos oferecidas pelo Banco. Em 2004, foram registradas aproximadamente 11,4 milhões de transações, no valor de R\$276,2 milhões.

O Bradesco Net Empresa, site dedicado à pessoa jurídica, possibilita, entre outras operações, a transferência de fundos entre contas bancárias, efetuar pagamentos e conduzir outras transações, entre outros serviços. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos registrado o volume de 284.230 empresas cadastradas e 22,4 milhões de transações realizadas.

### ***Serviços por Telefone***

No “Fone Fácil”, nossos clientes podem realizar suas transações bancárias por telefone a qualquer momento, de onde quer que estejam. Nossa Central de Atendimento encontra-se estruturada com 1.492 pontos de atendimento telefônicos nas nossas centrais em São Paulo e Osasco, para atendimento às operações, tanto bancária quanto de cartão de crédito. Em 2004, foram recebidas 240,7 milhões de chamadas, abrangendo operações no valor global de R\$5,5 bilhões. Nossa Central de Atendimento foi a primeira do setor bancário a receber o certificado de qualidade ISO9001:2000.

Os clientes podem usar nossa Central de Atendimento para obter uma ampla gama de produtos e serviços, inclusive:

- tirar extratos de contas e verificar o status de transações;
- transferir recursos entre contas, inclusive para outros bancos;
- pagar contas;
- solicitar empréstimos ou cartões de crédito;

- aplicar e administrar investimentos;
- adquirir títulos de capitalização; e
- adquirir planos de previdência complementar.

### **Investimentos**

Para uma discussão de nossos investimentos nos últimos três anos, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos”.

## **Gestão de Riscos**

### **Área de Gestão de Riscos**

Com administração totalmente independente das áreas comerciais e de negócios, nossa Área de Gestão de Riscos tem a responsabilidade de assegurar o controle e o monitoramento dos riscos de mercado, de crédito e operacional, além do acompanhamento das atividades voltadas à prevenção de “lavagem” de dinheiro.

Coordena também as ações necessárias ao atendimento às regulamentações emanadas pelo Banco Central do Brasil, referentes ao Novo Acordo de Basileia (Basileia II) à Lei Sarbanes - Oxley, Seção 404.

Em 2004, estamos estendendo a análise de riscos às nossas subsidiárias, tais como a Bradesco Vida e Previdência, a Bradesco Saúde, a Bradesco Seguros, a BRAM e a Bradesco Capitalização. Como resultado, todas as nossas atividades de gestão de risco são supervisionadas e, em alguns casos, realizadas pela nossa área de gestão de riscos.

### ***Gerenciamento de Risco de Mercado***

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda em função da oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição.

Nós mensuramos e gerenciamos por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar nossas decisões estratégicas com agilidade e confiança.

Adotamos uma política conservadora, em termos de exposição a riscos de mercado: os limites de risco, que consideramos “Valor ao Risco” - VaR (Value at Risk) são definidos pela Alta Administração e o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 97,5%. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de bases estatísticas, sendo usadas em processos adotados com visão prospectiva, de acordo com estudos econômicos.

A metodologia aplicada, assim como os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando-se técnicas de backtesting.

Além disso, é feita diariamente uma análise de sensibilidade das posições (Sensitivity Analysis), que mede o efeito na carteira do movimento da curva da taxa de juros interna, como também da curva do cupom cambial (diferencial de juros pago acima da variação cambial) e da taxa de câmbio.

Para maiores informações sobre como avaliamos e monitoramos o risco de mercado, veja, “Item 11 - Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”.

### ***Gerenciamento de Risco de Crédito***

Como parte do aprimoramento do processo de Gestão de Risco de Crédito, estamos trabalhando no refinamento dos procedimentos de coleta e controle de informações da carteira, no desenvolvimento de

novos modelos para estimação de perdas, na aferição e elaboração de inventários dos ratings utilizados nos vários setores em que atuamos, no acompanhamento dos processos de análise, concessão e liquidação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação das causas de inadimplência.

O direcionamento dos esforços prioriza a utilização de modelos avançados e robustos de mensuração de riscos integrados a todos os componentes do processo de crédito em linha com as melhores práticas e as recomendações dos modelos mais avançados do Novo Acordo de Capitais da Basiléia.

O Comitê Executivo de Risco de Crédito, criado em 2004, reúne-se mensalmente com a participação da alta administração, com objetivo de assegurar a gestão estratégica da carteira de operações de crédito da Organização.

O Comitê Executivo de Risco de Crédito é responsável por:

- implementação da sistemática de cálculo das perdas esperadas e inesperadas, além da alocação de capital correspondente, em Compliance com os requerimentos do Acordo de Basiléia II;
- backtesting dos modelos utilizados para mensuração de riscos da carteira de crédito;
- otimização dos sistemas de informações gerenciais de forma a atender a atual abordagem de segmentação dos clientes e departamentos, com ênfase na tomada de decisões, e gerenciamento da carteira de crédito;
- monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência de operações de crédito, através de análises individuais, baseadas na evolução dos saldos dos clientes e estimativas de recuperação, pelas principais áreas envolvidas (Comercial, Crédito e Recuperação); e
- contínua revisão e reestruturação de processos internos de monitoramento de risco de crédito, revisão de estruturas organizacionais e demandas de tecnologia da informação.

### ***Gerenciamento de Risco Operacional***

O risco operacional manifesta-se por meio da interrupção de negócios, falha de sistemas, erros, omissões, fraudes ou eventos externos, com impacto para os nossos clientes e para nossos negócios.

Gerenciamos riscos operacionais com base em metodologias e ferramentas próprias que proporcionam, dentre outros benefícios, a redução tanto do capital regulatório a ser alocado quanto da possibilidade de eventos de perdas operacionais. Esse conjunto inclui a disseminação da cultura de gestão de riscos em vários níveis, a divulgação de políticas corporativas e o estabelecimento de processos de monitoramento contínuo dos graus de exposição.

Elaboramos um plano de ação para alcançar total aderência aos 10 Princípios de Boas Práticas para Gerenciamento de Riscos Operacionais estabelecidos pelo Acordo de Basiléia II, e para cumprir demandas regulatórias do Banco Central.

Nesse âmbito, instituímos um sistema gerencial específico para uniformização das informações de gerenciamento de risco, visando ao acompanhamento e entendimento dos eventos de perdas operacionais, fato que permite a realização de avaliações detalhadas, sejam em bases gerenciais ou contábeis.

Nossa meta é implementar a Abordagem de Modelo Avançado de gestão do risco operacional definido pelo Comitê de Basiléia. A qualificação a esse Modelo propicia menor alocação de capital e maior vantagem competitiva, decorrente do aumento da eficiência operacional e da redução de eventos de perda.

### ***Gerenciamento de Controles Internos e Compliance***

Temos desenvolvido permanentemente políticas, sistemas e controles internos, visando à mitigação das possíveis perdas potenciais advindas de nossa exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos existentes de Governança Corporativa. Também adotamos metodologias e critérios adicionais para identificação, classificação, avaliação e acompanhamento de riscos e controles adotados. A estrutura de pessoas dedicada e os investimentos em tecnologia e em treinamento e reciclagem de pessoal, no conjunto, permitem afirmar com razoável grau de certeza, que a gestão de controles internos e compliance na Organização Bradesco é efetiva, e está alinhada aos padrões internacionais. Estamos em fase de adaptação para atender ao disposto na Lei Sarbanes - Oxley, Seção 404.

Nossa Área de Controles Internos é uma unidade do Departamento de Gestão de Riscos e Compliance e é responsável pela elaboração e divulgação de instruções de caráter técnico, critérios e procedimentos relacionados a controles internos e compliance, reporta-se diretamente ao nosso Diretor Presidente e fornece relatórios periódicos de status ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Alguns dos aspectos principais de esforços de Gestão de Riscos e Compliance são:

- A estrutura de controles internos implantada foi construída com base nos componentes e objetivos do controle contemplados na metodologia do Committee of Sponsoring Organizations - COSO e encontra-se aderente aos 25 Princípios de Controles Internos de Basiléia. Este sistema fortalece a melhoria contínua do processo usado para identificar e avaliar os controles usados para mitigar riscos e tem nos ajudado no cumprimento às exigências de reservas, incluindo a Seção 404 da Lei Sarbanes - Oxley;
- Nossos Agentes de Compliance são responsáveis pela execução das atividades de identificação, classificação, avaliação e monitoramento dos riscos e controles, assim como pela elaboração de testes de aderência e de planos de ação, segundo modelos definidos pela Área de Controles Internos.
- A implementação da gestão do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) tem a finalidade de garantir a efetivação das mensagens transitadas entre nossos Bancos e as entidades participantes desse sistema. Em complemento, o Banco dispõe de Plano de Contingência Sistêmico para o SPB, desenvolvido para garantir que falhas de sistemas sejam mínimas;
- O sistema de legitimação de TED - Transferência Eletrônica Disponível objetiva reduzir o risco operacional representado pela saída indevida de recursos do Grupo Bradesco, atribuindo maior grau de segurança e confiabilidade em suas transações;
- A implementação de ações de Prevenção e Combate à “Lavagem” de Dinheiro, consoantes às melhores práticas de governança corporativa. Estas medidas são revisadas durante os programas regulares de treinamento dos funcionários. Estamos constantemente melhorando a tecnologia usada no monitoramento das movimentações financeiras, a fim de evitar o



envolvimento da Organização em transações ou situações que possam estar, direta ou indiretamente, relacionadas aos crimes precedentes a “lavagem” de dinheiro, tipificados na Lei n.º 9.613/98; e

- A implementação de gestão da Segurança da Informação, representada pelo conjunto de medidas que se constituem basicamente de controles e Política de Segurança, objetiva a proteção das informações dos clientes e da empresa. Possuímos estrutura formal, com objetivos e responsabilidades específicas, com o propósito de definir, manter e melhorar a segurança da informação no ambiente corporativo. Com relação às informações de nossos clientes, adotamos as seguintes diretrizes:
  - as informações são coletadas de forma legal e sob o conhecimento do cliente;
  - as informações que nos são enviadas são armazenadas de forma íntegra e segura, sem alteração de qualquer parte, restringindo o acesso somente às pessoas autorizadas;
  - as informações são utilizadas apenas para as finalidades aprovadas pela Organização; e
  - as informações dos clientes nunca serão fornecidas a terceiros, exceto por determinação legal ou judicial.

### *Crédito*

Nossa política de crédito está voltada para:

- garantir os níveis de segurança, qualidade e liquidez de nossos ativos;
- manter agilidade e rentabilidade em nossas operações de crédito; e
- minimizar os riscos inerentes às operações de crédito.

Nossa política de crédito define os critérios para a fixação de limites operacionais e concessão de créditos. Os limites de crédito são determinados pelo “Comitê Executivo de Crédito”, que é composto por nossos vice-presidentes, diretores gerentes responsáveis por nossa área operacional e por nosso diretor de crédito. O Comitê Executivo de Crédito atualiza nossos limites de crédito de acordo com alterações em nossa política interna e no mercado brasileiro em geral. Nossa Diretoria Executiva também aprova os sistemas de avaliação, que nossas agências e departamentos usam para cada tipo de empréstimo ao apreciar solicitações de crédito.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas/grupos econômicos, que demonstrem idoneidade e capacidade de pagamento de suas obrigações, procurando-se sempre ampará-los com garantias condizentes aos riscos assumidos. Ao avaliar a concessão de crédito, nós consideramos as finalidades, valor e prazo dos créditos concedidos, além da classificação de risco que o empréstimo receberia, segundo o nosso sistema de classificação de risco. Nosso sistema de classificação de risco divide o nível de risco em 9 categorias, de excelente a não cobrável, com base em considerações econômico-financeiras, tais como o perfil e a capacidade de pagamento do tomador. Veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito”.

Temos vários níveis de aprovação para solicitações de créditos, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, que variam do gerente local do Banco ao nosso Comitê Executivo de Crédito. Nossas agências possuem limites de alçada definidos de acordo com o seu porte e garantia oferecida na operação. Apesar disso, não possuem autorização para aprovar solicitações de crédito de qualquer tomador que:

- esteja classificado como menos do que “aceitável”, segundo nosso sistema interno de classificações de créditos;
- não possua ficha cadastral atualizada;
- possua restrições cadastrais relevantes; ou
- tenha operações de crédito vencidas.

Temos limites de crédito conforme nossos tipos de empréstimos. Aprovamos previamente os limites de crédito para nossos clientes pessoas físicas e jurídicas, e atualmente concedemos créditos ao setor público somente em circunstâncias muito limitadas.

Em todos os casos, os recursos somente são concedidos se o órgão competente aprovar a linha de crédito. Reavaliamos os limites de crédito de nossos clientes grandes empresas no mínimo a cada 180 dias. Os limites de crédito para os demais clientes, incluindo pessoas físicas, pequenas e médias empresas, são reavaliados no mínimo a cada noventa dias.

Se o pagamento de um empréstimo está em mora, o gerente da agência ou o departamento que originou o crédito é responsável por tomar as medidas iniciais para determinar se a inadimplência pode ser sanada. Se o empréstimo permanecer inadimplente, após exauridos os mecanismos para cobrança amigável, o gerente da agência ou do departamento encaminhará o empréstimo ao Departamento de Recuperação de Créditos.

Nossa política de crédito não é estática: como parte de nosso processo de gestão de riscos, continuamos a melhorar nossos procedimentos de crédito, incluindo nossos procedimentos para coletar dados dos tomadores, para calcular perdas potenciais e para avaliar ratings aplicáveis. Além disso, estamos avaliando nossa gestão de risco de crédito institucional frente às recomendações esperadas do Novo Acordo de Basiléia, incluindo:

- reestruturação de nossa metodologia para cálculo das perdas esperadas;
- identificação e implementação de mudanças em nossos processos de divulgação para melhorar a gestão de nossa carteira de crédito;
- elaboração de nossa estrutura de gestão da informação; e
- avaliação da estrutura organizacional de nossas práticas de avaliação, incluindo uma revisão das demandas sobre nossa tecnologia e a discussão de quaisquer questões encontradas.

### ***Operações de Crédito à Pessoa Física***

Dependendo da garantia exigida, empréstimos às pessoas físicas de até R\$50.000 são aprovados em nível de agência. Se o empréstimo e o tipo de garantia não estiverem dentro dos limites estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito para aprovação em nível de agência devido ao porte da respectiva agência, a aprovação do empréstimo será submetida ao Departamento de Crédito (ou a uma autoridade mais elevada). A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos às pessoas físicas, dependendo do valor e do tipo de garantia oferecida:

Autoridade responsável pela decisão:	Faixa de autoridade de aprovação de crédito	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena <sup>(1)</sup> .....	R\$ 0 a 5	R\$ 0 a 10
Gerente de agência pequena <sup>(2)</sup> .....	0 a 10	0 a 20
Gerente de agência média <sup>(3)</sup> .....	0 a 15	0 a 30
Gerente de agência grande <sup>(4)</sup> .....	0 a 20	0 a 50

(1) Agência com captação total abaixo de R\$1.999.999.

(2) Agência com captação total entre R\$2.000.000 e R\$5.999.999.

(3) Agência com captação total entre R\$6.000.000 e R\$14.999.999.

(4) Agência com captação total acima de R\$15.000.000.

Nós utilizamos um sistema específico de “Credit Scoring” (classificação de crédito) para analisar essas operações, que nos proporciona um nível de flexibilidade em nosso processo decisório, mantendo ao mesmo tempo, padrões consistentes de risco de crédito.

Disponibilizamos às nossas agências ferramentas que lhes permitem analisar créditos para pessoas físicas de forma rápida, eficiente e padronizada, e produção dos correspondentes contratos de empréstimo automaticamente. Com tais ferramentas, nossas agências podem responder rapidamente aos clientes, manter baixos custos e controlar os riscos inerentes ao crédito direto ao consumidor no mercado brasileiro.

Se o gerente da agência não estiver autorizado a aprovar o empréstimo solicitado, a decisão será submetida a um nível superior de nosso Departamento de Crédito. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos às pessoas físicas acima de R\$50.000, independente do tipo de garantia:

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do empréstimo	
	Mínimo	Máximo
	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito .....	51	8.000
Diretor de Crédito .....	8.001	10.000
Comitê Diário de Crédito .....	10.001	35.000
Comitê Executivo de Crédito.....	35.001	100.000
Comitê Executivo de Crédito, com ratificação do Presidente.....	Acima de 100.000	

### ***Operações de Crédito às Pessoas Jurídicas***

Para clientes pessoa jurídica, dependendo da garantia proposta e do porte da agência, empréstimos de até R\$400.000 são aprovados em nível de agência. Da mesma maneira, para empréstimos às pessoas físicas, se o valor e o tipo da garantia oferecida não se encontrarem dentro dos limites estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito para aprovação em nível de agência, a aprovação do empréstimo será submetida ao Departamento de Crédito.

A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos às pessoas jurídicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas:

	Faixa de autoridade de aprovação de crédito	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
<b>Autoridade responsável pela decisão:</b>	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena <sup>(1)</sup> .....	R\$ 0 a 10	R\$ 0 a 60
Gerente de agência pequena <sup>(2)</sup> .....	0 a 20	0 a 120
Gerente de agência média <sup>(3)</sup> .....	0 a 30	0 a 240
Gerente de agência grande <sup>(4)</sup> .....	0 a 50	0 a 400
Gerente de agência Bradesco Empresas <sup>(5)</sup> .....	0 a 100	0 a 400

- (1) Agência com captação total abaixo de R\$1.999.999.
- (2) Agência com captação total entre R\$2.000.000 e R\$5.999.999.
- (3) Agência com captação total entre R\$6.000.000 e R\$14.999.999.
- (4) Agência com captação total acima de R\$15.000.000.
- (5) Agência exclusiva para atendimento de empresas de médio porte (middle market).

A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos para clientes pessoas jurídicas acima de R\$400.000, independente do tipo de garantia oferecida:

	Valor do empréstimo	
	Mínimo	Máximo
<b>Autoridade responsável pela decisão:</b>	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito .....	401	8.000
Diretor de Crédito .....	8.001	10.000
Comitê Diário de Crédito .....	10.001	35.000
Comitê Executivo de Crédito.....	35.001	100.000
Comitê Executivo de Crédito, com ratificação do Presidente.....	Acima de 100.000	

A fim de autorizar um empréstimo a uma pessoa jurídica, o gerente da agência, o Departamento de Crédito, o Comitê Diário de Crédito e o Comitê Executivo de Crédito levam em consideração basicamente 5 fatores principais:

- dados econômico-financeiros do cliente, avaliando a capacidade de geração de recursos, grau de endividamento, fluxo de caixa e liquidez, rentabilidade e qualidade dos ativos;
- avaliação das perspectivas e tendências setoriais, conforme cenário macroeconômico;
- projeções econômico-financeiras da empresa (resultados e geração de caixa, avaliando sua capacidade de pagamento futura, baseando-se em pesquisas e visitas à companhia);
- uma análise dos dados cadastrais e comportamentais, com base em critérios análogos aos usados para avaliar empréstimos para pessoas físicas; e
- informações qualitativas, observando aspectos mercadológicos e gerenciais do tomador.

## *Sistemas de Processamento de Dados*

Nossas principais instalações de computação estão localizadas em nossos dois centros operacionais, em Osasco e em Alphaville (Barueri), no Estado de São Paulo. Nossos sistemas essenciais podem ser cobertos por qualquer um dos centros operacionais, na hipótese de um deles ser fechado ou sofrer um problema técnico significativo. Até a presente data, nenhum dos centros operacionais foi fechado ou sofreu um problema técnico. Para assegurar a continuidade das nossas operações em caso de falta de energia, nosso centro operacional de Osasco é auto-suficiente em termos de energia por 56 horas e nosso centro operacional de Alphaville (Barueri) é auto-suficiente em termos de energia por 65 horas. No caso de haver possibilidade de reabastecimento dos nossos tanques de combustível, temos autonomia ininterrupta no fornecimento de energia.

## **Financiamento**

### *Captação de Depósitos*

Nossa principal fonte de financiamento são depósitos de pessoas físicas e jurídicas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2004, nossos depósitos totalizavam R\$68,6 bilhões, representando 42,5% do total de nossas obrigações.

Oferecemos os seguintes tipos de contas de depósito:

- contas correntes;
- contas de depósitos para investimentos;
- contas de poupança;
- depósitos a prazo; e
- depósitos interfinanceiros, oriundos de instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra nosso total de depósitos, por tipo e por fonte, nas datas indicadas:

	31 de dezembro de:			% do total de depósitos
	2002	2003	2004	2004
(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
De clientes:				
Depósitos à vista .....	R\$13.374	R\$12.912	R\$15.384	22,4%
Depósitos em poupança .....	20.731	22.140	24.783	36,1
Depósitos a prazo .....	22.202	22.944	28.460	41,5
Interfinanceiro .....	26	31	20	-
<b>Total .....</b>	<b>R\$56.333</b>	<b>R\$58.027</b>	<b>R\$68.647</b>	<b>100,0%</b>

Segundo normatização da autoridade monetária, devemos depositar no Banco Central uma porcentagem de nossos depósitos recebidos de clientes, em depósitos à vista, de poupança e a prazo, na forma de depósitos compulsórios, conforme abaixo:

- *Depósitos à vista e contas de depósitos para investimentos*: somos obrigados a depositar 45% do saldo médio diário dos saldos dessas contas, o que exceder R\$44 milhões, no Banco Central em bases não remuneradas.
- *Depósitos de poupança*: devemos depositar, em uma conta no Banco Central, um valor em dinheiro equivalente a 20% do saldo médio total de nossos depósitos de poupança, durante a semana anterior. A conta é remunerada pela TR mais 6,17% de juros ao ano; e
- *Depósitos a prazo*: somos obrigados a depositar no Banco Central na forma de títulos do governo, 15% do saldo médio de nossos depósitos à prazo, o que exceder a R\$30 milhões, com uma redução de R\$300 milhões, após apurado o valor do exigido. Os títulos são remunerados de acordo com as taxas vigentes de mercado.

Devemos depositar no Banco Central um valor adicional, igual a (a) 8% sobre o saldo médio dos depósitos a prazo e à vista durante a semana anterior mais (b) 10% sobre o saldo médio dos depósitos de poupança durante a semana anterior, sempre que na aplicação desses percentuais, na somatória desses produtos o saldo exceder a R\$100 milhões. Esse valor adicional é depositado em uma conta no Banco Central e é remunerado à taxa SELIC.

A regulamentação do Banco Central exige que:

- apliquemos, no mínimo, 25% dos depósitos à vista para oferecer crédito rural e, caso não seja feita tal aplicação mínima, devemos depositar o valor não utilizado em uma conta não remunerada no Banco Central;
- destinemos 2% dos depósitos à vista em operações de microcrédito; e
- destinemos ao menos 65% do valor total dos depósitos recebidos em contas de poupança ao financiamento imobiliário residencial ou construção habitacional. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados ou empréstimos para construção residencial e outros financiamentos, todos de acordo com o especificado na orientação emitida pelo Banco Central.

Os depósitos em poupança no Brasil são remunerados, em 0,5% ao mês + TR, após os recursos terem permanecido por no mínimo um mês corrido com relação a pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e por noventa dias com relação a pessoas jurídicas com fins lucrativos. Os rendimentos auferidos em contas de poupança de pessoas físicas são isentos de imposto de renda.

Os CDBs pagam uma taxa de juros pré-fixada ou pós-fixada, que, em geral, é uma porcentagem da taxa de juros interbancária. A distribuição entre os CDBs às taxas pré-fixadas e às taxas pós-fixadas varia periodicamente, dependendo das expectativas de taxas de juros de mercado.

Os depósitos à vista, os depósitos para investimentos, os depósitos de poupança, os depósitos a prazo, letras hipotecárias, cartas de crédito e títulos de emissão própria são garantidos, no seu somatório, pelo Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, até o valor de R\$20.000 por cliente, na hipótese de liquidação de um banco.

Nós emitimos CDIs às outras instituições financeiras, cuja negociação está restrita ao mercado interbancário. São negociados com taxa pré-fixada ou flutuante por um dia ou com prazos mais longos.

### ***Outras Fontes de Financiamento***

Nossas outras fontes de financiamento incluem nossas operações de mercados de capitais, operações de importação/exportação e repasses.

A tabela a seguir indica a fonte e o valor de nossas outras fontes de financiamento nas datas indicadas:

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	(Em milhões de reais)		
<b>Fontes de Recursos:</b>			
Financiamento à importação e exportação .....	R\$7.741	R\$6.034	R\$5.340
Repasses de recursos internos .....	7.000	7.556	8.357
Obrigações por arrendamento mercantil.....	443	449	333
<b>Mercado de Capitais:</b>			
Captações no mercado aberto.....	7.633	27.490	16.532
“Euronotes” .....	2.077	3.290	1.619
Letras hipotecárias .....	369	1.017	674
Dívidas subordinadas .....	3.322	4.995	5.973
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito .....	-	2.599	2.655
“Commercial paper” .....	1.884	1.761	2.920
Outros .....	192	187	54
<b>Total .....</b>	<b>R\$30.661</b>	<b>R\$55.378</b>	<b>R\$44.457</b>

Nossas operações no mercado de capitais atuam como uma fonte de financiamento para nós, através de nossas operações com instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de investimento com renda fixa e variável, e fundos de investimento estrangeiros. Nessas operações, vendemos valores mobiliários, públicos e privados, com a obrigação de recomprá-los. Essas operações são, em geral, de curto prazo.

Mantemos relacionamentos com várias instituições financeiras dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina para fornecer empréstimos aos nossos clientes por meio de repasses, inclusive a concessão de linhas de crédito para financiamento ao comércio exterior.

Efetuamos operações de repasse quando atuamos como agentes de transferência de recursos de órgãos de desenvolvimento, concedendo créditos a terceiros que, por sua vez, são financiados pelas Organizações de desenvolvimento. O BNDES, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - “IDB” são os principais provedores desses recursos. Os critérios para empréstimo, a decisão de emprestar e os riscos de crédito são de nossa responsabilidade, sujeitos a certas limitações estabelecidas pelos órgãos que concedem os recursos.

### **Imobilizado**



Em 31 de dezembro de 2004, possuíamos 863 propriedades e alugávamos 2.192 propriedades por todo o Brasil e 6 propriedades no exterior, as quais usamos para operação de nossa rede de agências e desempenho dos negócios da organização. Possuímos o imóvel onde a nossa sede está localizada, na Cidade de Deus, Osasco, região metropolitana de São Paulo - Brasil. Praticamente todos os contratos de locação têm cláusula de renovação automática e têm prazo médio de duração de doze anos.

### **Sazonalidade**

Acreditamos que a sazonalidade não afeta significativamente os nossos negócios.

### **Concorrência**

Enfrentamos uma concorrência significativa em todas as nossas principais áreas de operação, pois os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos. Em 31 de dezembro de 2004, existiam 139 bancos múltiplos, prestando uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, financiamento ao consumidor, banco de investimento e outros serviços, 24 bancos comerciais, 21 bancos de investimento e várias sociedades corretoras de valores, arrendamento mercantil, poupança e empréstimos e outras instituições financeiras no Brasil. Para maiores informações sobre os riscos relacionados com a concorrência, veja “Item 3. Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro - O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil podem afetar nossas perspectivas de negócios de forma negativa”.

As instituições bancárias do setor público também desempenham um papel importante no setor de atividades bancárias, o maior segmento do sistema financeiro, e operam dentro dos mesmos parâmetros legais e regulamentares que os bancos do setor privado. A maior instituição brasileira em termos de ativo é o Banco do Brasil, que pertence ao setor público. A rede de agências do Banco do Brasil é maior do que a nossa. O setor de atividade bancária comercial privada é dominado, tanto em termos de empréstimos totais quanto de depósitos totais, por quatro bancos: nós mesmos, o Banco Itaú S.A. conhecido como “Banco Itaú”, o Banco Santander S.A. também conhecido como “Banco Santander” e o Unibanco, tendo todos eles uma forte presença nacional.

### ***Atividade Bancária***

No setor de atividade bancária comercial competimos por clientes, pessoas físicas e jurídicas, com outros grandes bancos brasileiros. Nossos principais concorrentes na área de atividade bancária são o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Unibanco e o Banco Santander. O setor bancário brasileiro passou por algumas consolidações nos últimos anos, por meio de aquisições e privatizações. Por exemplo, em 2003, o Banco ABN AMRO Real adquiriu o controle do Banco Sudameris, tornando-se o 6º maior banco do Brasil em termos de ativos, de acordo com o Banco Central.

O setor de atividade bancária no Brasil tem também se deparado com uma concorrência crescente por parte de bancos estrangeiros nos últimos anos. Além do Banco Santander, alguns grandes bancos norte-americanos, europeus e asiáticos, incluindo o Citibank, o BankBoston, o ABN AMRO e a Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, conhecido como “HSBC”, estão atualmente operando no Brasil. Outros bancos estrangeiros poderiam entrar no mercado brasileiro e aumentar sua competitividade. Os bancos estrangeiros também podem participar dos processos de privatizações. Em 31 de dezembro de 2004, os bancos estrangeiros detinham 18,2% do total de ativos no sistema financeiro brasileiro.

Os bancos comerciais também se deparam com uma concorrência crescente por parte de outros intermediários financeiros, que podem oferecer às grandes empresas acesso aos mercados de capitais como uma alternativa para empréstimos bancários. Como somos um banco múltiplo, procuramos manter uma posição competitiva nesse sentido, por meio de nossa divisão de banco de investimento.

Atualmente usufruímos de algumas vantagens competitivas por sermos o maior banco brasileiro no setor privado e termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes no setor privado. Contudo, na hipótese de um de nossos concorrentes ou um banco estrangeiro adquirir um ou mais de um dos grandes bancos brasileiros, nossa vantagem competitiva poderia ser reduzida e a estrutura do setor bancário brasileiro poderia se alterar consideravelmente. Embora acreditemos estar bem posicionados para competir nesse novo ambiente, essa concorrência poderia prejudicar nossa posição no setor financeiro brasileiro.

### *Cartões de Crédito*

O mercado de cartões de crédito no Brasil é altamente competitivo, compreendendo aproximadamente 52 milhões de cartões emitidos em 31 de dezembro de 2004. Nossos principais concorrentes são Credicard, Banco do Brasil, Banco Itaú e Unibanco. A Administração acredita que os principais fatores de concorrência nessa área são as taxas de juros, anuidades, a rede de distribuição de cartões e os benefícios oferecidos nos cartões.

Outro concorrente do produto cartão de crédito é o cheque pré-datado, um meio popular de pagamento a prazo no Brasil, pelo qual os clientes pagam produtos e serviços com cheques bancários com datas futuras, permitindo efetivamente o pagamento parcelado em um prazo maior. Devido à sua conveniência e crescente aceitação, acreditamos que os cartões de crédito gradualmente substituirão os cheques pré-datados.

### *Arrendamento Mercantil*

De um modo geral, o mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por sociedades afiliadas a fabricantes de veículos e de equipamentos (como a HP e a IBM) e grandes bancos (como Banco Itaú, Banco Safra, ABN AMRO e Banco do Brasil). Atualmente, usufruímos algumas vantagens competitivas por termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes do setor privado. Além disso, nosso tamanho nos permite custear nossas atividades de arrendamento mercantil a taxas mais favoráveis, levando as despesas com taxas de juros menores para nossos clientes.

### *Gestão de Ativos*

O setor de gestão de ativos no Brasil cresceu significativamente nos últimos anos. Em 2004, tivemos uma expressiva captação nos nossos fundos destinados ao segmento de previdência complementar (PGBLs e VGBLs) e no Bradesco FAQ Hiperfundo DI, fundo destinado ao varejo. Até meados da década de 90, o setor de gestão de ativos era dominado por bancos comerciais, que ofereciam fundos de renda fixa a clientes da área bancária de varejo. Porém, os bancos transferiram as suas áreas de gestão de ativos para pessoas jurídicas independentes, a exemplo da criação da BRAM, a fim de separar suas operações de gestão de ativos e de tesouraria, para cumprir a regulamentação bancária. Outras empresas especializadas em gestão de ativos, geralmente afiliadas a bancos estrangeiros, foram estabelecidas no Brasil nos últimos anos. Consequentemente, a concorrência no setor de gestão de ativos aumentou

drasticamente desde 1995. Nossos principais concorrentes nesse setor incluem o Banco do Brasil, o Banco Itaú e o Unibanco.

### ***Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização***

#### ***Setor de Seguros***

A Bradesco Seguros enfrenta uma concorrência crescente por parte de várias empresas nacionais e multinacionais, em todos os ramos de seguros.

Em 31 de dezembro de 2004, nossos principais concorrentes eram: Sul América Cia. Nacional de Seguros, Itaú Seguros S.A., Unibanco AIG Seguros S.A., Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, Banco do Brasil Seguros e Caixa Seguradora S.A, que representam no total aproximadamente 44% do prêmio total gerado no mercado, conforme informações disponibilizadas pela SUSEP e ANS. Embora as empresas nacionais subscrevam a maior parte das atividades de seguros, também enfrentamos concorrência, principalmente no ramo de seguro saúde, por parte de empresas locais ou regionais, pois elas operam com menor custo ou se especializam em fornecer cobertura para grupos de riscos específicos.

A concorrência no setor de seguros no Brasil alterou-se drasticamente nos últimos anos à medida em que empresas estrangeiras passaram a constituir associações com seguradoras brasileiras com maior experiência no mercado brasileiro. Por exemplo, em março de 2002, o banco holandês ING, adquiriu uma participação de uma das empresas do Grupo Sul América. Desde 1996, o grupo AIG passou a operar em seguros no Brasil através de uma associação com o Unibanco. A Hartford já opera há anos no Brasil através de uma associação com o Grupo Icatu. AXA, AGF, ACE, Generali e outras seguradoras estrangeiras oferecem seguros no Brasil com estrutura local própria.

Acreditamos que os principais fatores competitivos nessa área sejam preço, estabilidade financeira, reconhecimento do nome e dos serviços. Em nível de agências, acreditamos que a concorrência baseia-se principalmente no nível dos serviços, inclusive o tratamento dos sinistros, o nível de automação e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os agentes pessoas físicas. Acreditamos que nossa capacidade de distribuir produtos de seguros por meio de nossa rede de agências nos dá uma vantagem competitiva sobre a maioria das seguradoras. Como a maioria de nossos produtos de seguros é oferecida por meio de agências bancárias no varejo, nos beneficiamos de algumas economias de custos e sinergias de comercialização, em comparação com os nossos concorrentes. Contudo, essa vantagem no custo poderia tornar-se menos significativa com o passar do tempo, à medida que os grandes bancos privados passem a utilizar suas próprias redes de agências para oferecer produtos de seguros por meio de agentes exclusivos.

#### ***Setor de Previdência Complementar***

O processo de estabilização monetária trazido pela implementação do plano real estimulou o setor de previdência complementar, atraindo para o mercado brasileiro novos “players” internacionais, como: a Principal, que se associou ao Banco do Brasil, criando a Brasilprev; a Hartford, que se associou ao grupo Icatu; a ING que se associou à Sul América; a Metlife; a Nationwide; entre outras.

Além da estabilidade monetária, o tratamento fiscal favorável e a perspectiva de uma reforma mais profunda no sistema de previdência oficial contribuíram para o aumento da concorrência.

Atualmente a Bradesco Vida e Previdência detém a liderança do mercado de previdência complementar, com 47,1% do total de ativos administrados no setor, segundo dados da ANAPP, em 31 de dezembro de 2004.

Os principais diferenciais competitivos são a marca Bradesco, a capilaridade da rede de agências, a estratégia, o pioneirismo e a inovação de produtos.

#### *Setor de Títulos de Capitalização*

A estabilidade da moeda, taxas cambiais mais estáveis e o controle da inflação tornaram o mercado mais competitivo a partir de 1994, no qual a Bradesco Capitalização detém em 31 de dezembro de 2004 a segunda posição do ranking com 20,6% de participação em Receitas de Títulos de Capitalização e 22,0% em provisões técnicas, de acordo com a SUSEP.

Os principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são: Brasilcap Capitalização S.A., Itaú Capitalização S.A., Icatu Hartford Capitalização S.A, Unibanco Companhia de Capitalização e Caixa Capitalização S.A.. Os principais fatores competitivos nesta área são a oferta de produtos de baixo custo com maior número de sorteios, segurança e estabilidade financeira, e o reconhecimento da marca por parte dos clientes.

## **REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO**

### **Principais Instituições Financeiras**

Em 31 de dezembro de 2004, 14 bancos comerciais e múltiplos do setor público controlados pelos Governos Federal e Estaduais, e 149 bancos comerciais e múltiplos do setor privado operavam no Brasil. Para fins da regulamentação brasileira, seguradoras, entidades de previdência complementar e emissores de títulos de capitalização não são considerados instituições financeiras.

#### ***Setor Financeiro Público Brasileiro***

Os Governos Federal e Estaduais controlam vários bancos e instituições financeiras comerciais. O principal propósito destas instituições é estimular o desenvolvimento econômico. As principais instituições bancárias pertencentes ao Governo desempenham um papel importante no setor bancário brasileiro. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos totais e ativos totais do sistema bancário, e são as principais financiadoras de fundos governamentais para as indústrias e a agricultura. Nos últimos oito anos, vários bancos múltiplos públicos foram privatizados e adquiridos por grupos financeiros brasileiros e estrangeiros.

Os principais bancos controlados pelo Governo incluem:

- *Banco do Brasil*, um banco controlado pelo Governo Federal, que fornece uma gama completa de produtos bancários aos setores público e privado. O Banco do Brasil é o maior banco múltiplo do Brasil e o principal agente financeiro do Governo Federal;

- *BNDES*, um banco de desenvolvimento totalmente controlado pelo Governo Federal, que concede financiamentos de médio e longo prazo ao setor privado brasileiro. As atividades do BNDES incluem a gestão do programa de privatizações do Governo Federal; e
- *Caixa Econômica Federal*, um banco múltiplo totalmente controlado pelo Governo Federal, que age como o principal agente do sistema regulamentado pelo Governo de concessão de empréstimos habitacionais. A Caixa Econômica Federal está classificada em primeiro lugar entre os bancos brasileiros, em termos de contas de poupança e financiamentos habitacionais.

### **Setor Financeiro Privado Brasileiro**

Em 31 de dezembro de 2004, o setor financeiro privado brasileiro incluía:

- 149 bancos comerciais e múltiplos, que prestam uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, atividade bancária de investimento (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive gestão de fundos e financiamento de imóveis;
- 21 bancos de investimento, engajados principalmente em operações de crédito especializados em subscrição e negociação de valores mobiliários; e
- 46 financeiras, 138 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 186 corretoras de valores, 51 sociedades de arrendamento mercantil, 5.218 fundos de investimento financeiros e fundos mútuos e 18 associações de poupança e empréstimo/sociedades de crédito imobiliário.

Os 149 bancos comerciais e múltiplos que operavam no Brasil, em 31 de dezembro de 2004, incluíam 65 bancos controlados por pessoas físicas e jurídicas brasileiras domiciliadas no Brasil, 53 bancos controlados por pessoas físicas e jurídicas não brasileiras e 31 bancos controlados em conjunto por pessoas físicas e jurídicas brasileiras e estrangeiras.

### **Principais Órgãos Reguladores**

A estrutura institucional básica do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida em 1964 pela Lei n.º 4.595, conhecida como a “Lei da Reforma Bancária”. A Lei da Reforma Bancária criou o Banco Central e o CMN, o Conselho Monetário Nacional.

#### ***O CMN***

O CMN, atualmente a mais alta autoridade responsável pela política monetária e financeira brasileira, é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública no Brasil. O CMN tem as funções de:

- regulamentar as operações de crédito realizadas por instituições financeiras brasileiras;
- regulamentar a emissão da moeda brasileira;
- supervisionar o câmbio e as reservas de ouro do Brasil;
- determinar as políticas de poupança, câmbio e investimento no Brasil; e

- regulamentar os mercados de capitais no Brasil.

### ***O Banco Central***

O Banco Central é responsável por:

- implementar as políticas monetária e de crédito estabelecidas pelo CMN;
- regulamentar e supervisionar as instituições financeiras brasileiras dos setores público e privado;
- controlar e monitorar o fluxo de moeda estrangeira de/para o Brasil; e
- fiscalizar o mercado financeiro brasileiro.

O presidente do Banco Central é nomeado pelo Presidente do Brasil para um mandato por tempo indeterminado, sujeito à aprovação pelo Senado brasileiro.

O Banco Central supervisiona instituições financeiras ao:

- determinar exigências mínimas de capital, exigências de reservas compulsórias e limites operacionais;
- ter o poder de autorizar documentos corporativos, aumentos de capital e o estabelecimento ou transferência de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior);
- ter o poder de autorizar mudanças no controle acionário das instituições financeiras;
- exigir a apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas, trimestrais revisadas, bem como mensais não auditadas; e
- exigir total acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação, e outras atividades econômicas relacionadas diariamente.

### ***A CVM***

A CVM, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, é responsável por regulamentar os mercados de valores mobiliários brasileiros, de acordo com as políticas de mercado de capitais e valores mobiliários determinadas pelo CMN.

A CVM é responsável pela regulamentação e supervisão dos fundos mútuos de renda variável. Além disso, desde novembro de 2004, a CVM tem autoridade de regulamentar e supervisionar os fundos de ativos de renda fixa. Para mais informações favor ver “*Regulamentação da Gestão de Ativos*”.

### **Regulamentação Bancária**

#### **Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras**

Segundo a Lei da Reforma Bancária, uma instituição financeira operando no Brasil:

- não pode operar sem a aprovação prévia do Banco Central e, no caso de banco estrangeiro, sem autorização concedida por decreto presidencial;
- não pode investir em ações de qualquer outra empresa acima dos limites regulamentares;
- não pode emprestar mais de 25% de seu patrimônio de referência a uma única pessoa ou grupo;
- não pode possuir imóveis, com exceção dos de uso próprio; e
- não pode conceder créditos ou prestar garantias para:
  - qualquer pessoa física que controle a instituição ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do seu capital acionário;
  - qualquer pessoa jurídica, que controle a instituição com a qual esteja sob controle comum, ou qualquer diretor, conselheiro ou membro do conselho fiscal de tal pessoa jurídica, ou qualquer membro da família próxima de tais pessoas físicas;
  - qualquer pessoa jurídica, que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% de seu capital social (com algumas exceções);
  - qualquer pessoa jurídica que a instituição financeira controle ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social;
  - qualquer pessoa jurídica, cuja diretoria seja constituída, no todo ou em parte, pelos mesmos membros que a diretoria da instituição; e
  - diretores estatutários e conselheiros da instituição (ou membros de sua família próxima) ou qualquer companhia, que seja controlada por esses diretores estatutários, conselheiros ou membros de sua família próxima ou em cujo capital social tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

A restrição quanto às operações com as partes relacionadas não se aplica a operações executadas por instituições financeiras no mercado interbancário.

### ***Adequação e Alavancagem de Capital***

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basiléia. O acordo de Basiléia exige que os bancos tenham um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de 8%. Ao menos metade do total do Capital deve consistir do Capital Nível I. O Capital Nível I, ou principal, corresponde ao patrimônio menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui reservas de reavaliação de ativos, reservas para contingências e dívidas subordinadas, sujeitas a certas restrições. O Capital Nível II está limitado ao montante do Capital Nível I.

As exigências impostas pelo Banco Central diferem do Acordo de Basiléia em alguns aspectos. Entre as diferenças, podemos apontar que o Banco Central:

- (a) exige capital mínimo de 11% em relação aos ativos ponderados de risco;
- (b) não permite que as reservas para contingências sejam consideradas como capital;
- (c) obriga que sejam deduzidos do capital os ativos permanentes excedentes aos limites impostos pelo Banco Central;
- (d) exige um valor adicional de capital, com respeito a operações de “swap” de câmbio e de taxa de juros, registradas fora do balanço patrimonial, e de certas operações de créditos com recursos captados de terceiros; e
- (e) atribui diferentes ponderações de risco a certos ativos e valores de conversão de créditos, incluindo ponderações de risco de 300% sobre os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social.

Para maiores informações, veja “Item 5 - Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Cumprimento das Exigências de Capital.”

O Patrimônio de Referência de uma instituição financeira é representado pela somatória do Capital Nível I e Nível II, e é utilizado na determinação de seus limites operacionais.

As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, devem manter registros contábeis consolidados (para fins de cálculo de suas exigências de capital), de seus investimentos em empresas sempre que as instituições mantiverem, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto com outros parceiros, uma participação de controle nas investidas. Quando sua participação não resulta no controle de uma empresa, as instituições financeiras podem optar por contabilizar a participação como resultado de participação em empresas não consolidadas ao invés de consolidar.

Observadas determinadas condições e dentro de certos limites, as instituições financeiras podem incluir dívida subordinada na determinação de suas exigências de capital para fins de cálculo de seus limites operacionais, desde que tal dívida subordinada cumpra com os seguintes requisitos:

- deve ser previamente aprovada pelo Banco Central;
- não pode ser assegurada ou garantida pelo emissor ou qualquer de suas partes relacionadas;
- seu pagamento deve estar subordinado ao pagamento de outras obrigações do emissor no caso de dissolução;
- não pode ser resgatada por ato do detentor;
- deve ter uma cláusula que permita o adiamento do pagamento de juros ou resgate, caso isso possa ocasionar falha por parte do emissor no cumprimento dos níveis mínimos de patrimônio de referência ou de outras exigências operacionais;
- deve ser nominativa;
- quando emitida no exterior, deve conter uma cláusula de escolha de foro; e



- deve ter um prazo mínimo de cinco anos antes do resgate ou da amortização.

As instituições financeiras brasileiras podem escolher entre calcular suas exigências de capital em base consolidada ou não consolidada.

### ***Exigências de Reservas***

O Banco Central impõe às instituições financeiras brasileiras, periodicamente, uma reserva compulsória e exigências correlatas. O Banco Central usa as exigências de reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Historicamente, as reservas impostas sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo respondem por praticamente todos os valores exigidos para serem depositados no Banco Central. Para um resumo sobre as atuais exigências de reservas compulsórias aplicáveis à depósitos à vista, de poupança e a prazo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Financiamento - Captação de Depósitos”.

A exposição consolidada total de uma instituição financeira em moedas estrangeiras e ouro não pode exceder 30% de seu patrimônio de referência. Além disso, se a sua exposição for superior a 5% do patrimônio de referência, a instituição financeira deve possuir um capital adicional equivalente a pelo menos 50% da exposição.

No passado, o Banco Central impôs, sobre outros tipos de transações, certas exigências de depósitos compulsórios que não estão mais em vigor, e poderia impor novamente estas exigências ou impor restrições semelhantes no futuro. Para maiores informações sobre as restrições do Banco Central, veja “Item 3. Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

A partir de agosto de 2003, passamos a estar obrigados a direcionar parte dos recursos que captamos com depósitos à vista à operações de crédito destinadas à população de baixa renda e empresas de pequeno porte. Nos termos da regulamentação do CMN sobre o assunto, estas operações de crédito devem ter as seguintes características:

- o valor máximo por transação a qualquer tomador de recursos é limitado a R\$600 para pessoas físicas e R\$1.000 para empresas de pequeno porte;
- a taxa máxima de juros efetivos não pode ultrapassar a 2% ao mês;
- a comissão para abertura do crédito é limitada a 2% no caso de operações com pessoas físicas e a 4% no caso de operações com pessoas jurídicas; e
- o prazo das operações não pode ser inferior a 120 dias.

### ***Exigências de Composição de Ativos***

As instituições financeiras brasileiras não podem alocar mais de 25% de seu patrimônio de referência em operações de crédito (inclusive garantias) a um mesmo cliente (inclusive sua matriz, afiliadas e subsidiárias) ou em valores mobiliários de qualquer emitente, e não podem atuar na qualidade de subscritoras (com exclusão de subscrição de melhores esforços) de valores mobiliários emitidos por qualquer emitente representando mais de 25% do patrimônio de referência.

O ativo permanente (definido como propriedades e equipamentos, outros que não operações de arrendamentos mercantis, investimentos não consolidados e ativos diferidos) de instituições financeiras brasileiras não pode exceder a 50% de seu patrimônio de referência.

### ***Operações Compromissadas***

As operações compromissadas estão sujeitas aos limites de capital operacional, com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado com as disposições regulamentares do Banco Central. Uma instituição financeira somente pode deter operações compromissadas em valores de até 30 vezes o seu patrimônio de referência. Dentro desse limite, operações compromissadas envolvendo valores mobiliários privados não podem exceder o dobro do valor do patrimônio de referência. Limites em operações compromissadas envolvendo valores mobiliários lastreados por autoridades governamentais brasileiras variam de acordo com o tipo de valores mobiliários envolvidos na operação e o risco percebido do emitente, conforme estabelecido pelo Banco Central.

### ***Repasso de Recursos Tomados no Exterior***

As instituições financeiras e as empresas de arrendamento mercantil estão autorizadas a tomar emprestado recursos em moeda estrangeira nos mercados internacionais (por meio de empréstimos diretos ou da emissão de valores mobiliários de dívida) de modo a repassar tais recursos no Brasil. Estes repasses tomam a forma de empréstimos em moeda brasileira, mas indexados ao dólar norte-americano. Os termos do repasse precisam refletir os termos da operação original. A taxa de juros cobrada no empréstimo externo precisa também se adequar às práticas do mercado internacional. Além do custo original da operação, a instituição financeira poderá somente cobrar uma comissão de repasse.

### ***Posição de Câmbio***

As operações envolvendo a compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio.

Para fins de regulamentação de controle de câmbio, até 14 de março de 2005, o mercado de câmbio brasileiro era dividido em dois segmentos: os mercados de taxa de câmbio de mercado comercial (“Mercado Comercial”) e câmbio de mercado flutuante (“Mercado Flutuante”). O Mercado Comercial estava reservado primariamente para transações comerciais no exterior e transações que geralmente requerem registro no Banco Central. O Mercado Flutuante aplicava-se a todas as transações, às quais o Mercado Comercial não se aplica. Somente bancos, corretores, negociadores e o Banco Central tinha acesso ao Mercado Comercial, enquanto o Mercado Flutuante estava aberto para todas as instituições autorizadas pelo Banco Central.

Em março de 2005, o Banco Central do Brasil editou vários atos normativos, em vigor a partir de 14 de março de 2005, que modificaram significativamente o regime aplicável em matéria de câmbio. As referidas normas foram divulgadas pelo Banco Central como parte do programa liberalizador que busca melhorar a eficiência do mercado de câmbio e permitir maior transparência aos fluxos de moeda estrangeira dentro e fora do Brasil.

De acordo com as novas normas, os Mercados Comercial e Flutuante foram unificados sob um regime único aplicável em matéria de câmbio (“Mercado de Câmbio”), no qual todas as transações são concentradas. O Mercado de Câmbio recentemente unificado permite a liquidação em moeda estrangeira

de quaisquer compromissos em moeda nacional “feias”, os quais são firmados entre pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País e pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, mediante apresentação de documentação pertinente.

O acesso ao Mercado de Câmbio pode ser concedido pelo Banco Central do Brasil, a bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, agências de turismo e aos meios de hospedagem de turismo. Entretanto, ficaram automaticamente autorizados a operar no Mercado de Câmbio os agentes que, em 4 de março de 2005, estavam autorizados a operar nos Mercados Comercial e Flutuante.

O Banco Central atualmente não impõe limites para as posições compradas combinadas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é maior que o valor das vendas) de taxa comercial e flutuante de instituições autorizadas a operar nos Mercados de Câmbio. Os bancos podem deter posições vendidas combinadas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é menor que o valor das vendas) no Mercado de Câmbio até certa proporção do valor do seu patrimônio líquido. Se a posição comprada combinada de um banco no Mercado de Câmbio for maior do que US\$6,0 milhões em qualquer dia, então o banco será obrigado a depositar o valor excedente no Banco Central.

### ***Taxas de Juros***

A Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, estabeleceu um teto de 12% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Entretanto, desde a promulgação da Constituição, tal taxa não era aplicada, já que a regulamentação de tal determinação estava pendente. Em maio de 2003, o artigo aplicável foi revogado por força de Emenda Constitucional.

### **Tratamento de Operações de Crédito**

As instituições financeiras são obrigadas a classificar suas operações de crédito em nove categorias que vão de AA até H, com base em seu risco. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central e estão relacionados:

- às condições do devedor e do fiador, tais como: a situação econômica e financeira, o nível de endividamento, a capacidade de gerar lucros, o fluxo de caixa, os atrasos em pagamentos, as contingências e os limites de crédito; e
- às condições da operação, tais como: a natureza e finalidade, o tipo, o nível de liquidez, a suficiência das garantias e o valor total do crédito.

No caso de tomadores pessoas jurídicas, as nove categorias, de acordo com nosso conceito, são as seguintes:

<b>Rating</b>	<b>Classificação Bradesco</b>	<b>Conceito Bradesco</b>
AA	Excelente	Empresa/grupo de primeira linha, com porte, tradição e liderança no mercado com conceito e situação econômico-financeira excelentes.
A	Ótimo	Empresa/grupo de porte, situação econômico-financeira ótima, atuando em

		mercados com perspectivas positivas e/ou potencial de expansão.
B	Boa	Empresa/grupo que, independente do porte, possui boa situação econômico-financeira.
C	Aceitável	Empresa/grupo com situação econômico-financeira satisfatória, porém, com desempenho sujeito às variações da economia.
D	Regular	Empresa/grupo com situação econômico-financeira declinante, ou com dados contábeis não satisfatórios, sob a gestão de risco.

Operações de crédito de liquidação duvidosa são classificadas segundo a perspectiva de perda, conforme indicações abaixo:

<b>Rating</b>	<b>Classificação Bradesco</b>
E	Deficiente
F	Ruim
G	Crítica
H	Péssima

Uma operação de crédito poderá receber uma melhor classificação (*upgrade*) se tiver garantia ou pior classificação (*downgrade*) se estiver em inadimplência.

No caso de operações com pessoas físicas, nós também adotamos um sistema similar de classificação em nove categorias. Nós classificamos o crédito com base na renda, patrimônio e histórico de crédito de pessoa física, bem como outras informações cadastrais.

As instituições financeiras precisam fazer provisões para perdas com operações de crédito mensalmente para cobrir as contingências. Em geral, os bancos revisam as classificações de empréstimos anualmente. Entretanto, uma revisão é feita a cada seis meses no caso de operações que sejam concedidas ao mesmo cliente ou grupo econômico, cujo valor agregado exceder a 5% do patrimônio de referência da instituição financeira. Uma operação de crédito, vencida e não paga, é revisada mensalmente.

Para operações de crédito, vencidas e não pagas, as disposições regulamentares estabelecem classificações de risco máximas, como segue:

<b>Número de Dias Vencidos<sup>(1)</sup></b>	<b>Classificação Máxima</b>
15 a 30 dias .....	B
31 a 60 dias .....	C
61 a 90 dias .....	D
91 a 120 dias .....	E
121 a 150 dias .....	F
151 a 180 dias .....	G
Mais de 180 dias .....	H

(1) O período deve ser dobrado no caso de operações de crédito, cujo vencimento seja superior a 36 meses.

As instituições financeiras deverão determinar, mensalmente, se qualquer um dos empréstimos deve ser reclassificado como resultado destas classificações máximas, e se sim, precisam ajustar as suas provisões, conforme o caso.

As disposições regulamentares especificam um provisionamento mínimo para cada categoria de empréstimo, que é medido como uma percentagem do valor total da operação de crédito, como segue:

<b>Classificação do Empréstimo</b>	<b>Provisão Mínima</b>
AA .....	-
A.....	0,5%
B.....	1,0
C.....	3,0
D.....	10,0
E.....	30,0
F.....	50,0
G.....	70,0
H <sup>(1)</sup> .....	100,0%

(1) Os bancos precisam baixar contabilmente quaisquer empréstimos seis meses após receberem a classificação H.

As operações de crédito de até R\$50.000 podem ser classificadas ou pelo método de avaliação própria da instituição financeira ou de acordo com os critérios de atraso nos pagamentos, acima descritos.

As instituições financeiras precisam disponibilizar as suas políticas de empréstimos e classificação de empréstimos para o Banco Central e para seus auditores independentes. Também terão que submeter ao Banco Central informações relativas à sua carteira de empréstimos, juntamente com as suas demonstrações financeiras. Tais informações precisam incluir:

- discriminação das atividades e natureza dos tomadores;
- vencimentos dos empréstimos;
- valores dos empréstimos renegociados, baixados para perda e recuperados;
- diversificação da carteira de empréstimos, de acordo com a classificação de empréstimos; e
- empréstimos em atraso.

### **Regulamentação e Política Anteriores a 2000**

O sistema atual de classificação de operações de crédito em 9 categorias de risco entrou em vigor em março de 2000. Antes de março de 2000, o Banco Central exigia que todos os bancos brasileiros classificassem os créditos de curso anormal como em atraso ou em inadimplência. As operações de crédito em atraso eram empréstimos cujo pagamento do principal ou dos juros estivessem atrasados em mais de sessenta dias. Quando uma operação de crédito era classificada como em atraso, éramos obrigados a provisionar 20% do valor do empréstimo, como uma provisão para perda potencial, se o empréstimo fosse totalmente garantido, 50% se o empréstimo fosse parcialmente garantido e 100% se o empréstimo não apresentasse garantias. As operações de crédito em inadimplência eram empréstimos que estavam com pelo menos 360 dias de atraso, se totalmente garantidos, 180 dias de atraso se parcialmente

garantidos ou sessenta dias de atraso se o empréstimo não apresentasse garantias. Dependendo do valor e do tipo de garantia, empréstimos podiam ser considerados em inadimplência em uma data anterior. Quando uma operação de crédito era transferida para a categoria de créditos em inadimplência, éramos obrigados a fazer uma provisão de 100% do valor do empréstimo. As operações de crédito efetuadas por instituições financeiras a tomadores do setor público eram consideradas em inadimplência, sessenta dias após serem considerados como em atraso. Era requerida a constituição de uma provisão de 100% do valor dos financiamentos à exportação com vinte dias (no caso de financiamento para pré-exportação) e com trinta dias (no caso de financiamento de exportação já realizada), depois que o financiamento já estivesse vencido.

Nossas políticas internas eram de fato mais restritas, já que considerávamos qualquer crédito como de curso anormal, se estivesse vencido e não pago há mais de sessenta dias.

Durante o período em que um empréstimo estivesse vencido e não pago, somente reconhecíamos juros como receitas até sessenta dias em atraso e, após, quando efetivamente recebidos.

### ***Sistema de Pagamentos Brasileiro***

O Sistema de Pagamentos Brasileiro foi regulamentado e estruturado por legislação editada em 2001. Estas medidas foram adotadas visando a aumentar a agilidade do sistema pela adoção da compensação multilateral, a segurança e a solidez do sistema, pela redução do risco de inadimplemento sistêmico e do risco de crédito e liquidez das instituições financeiras.

Os sistemas integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro deverão criar dispositivos de segurança e regras de controle de risco de contingências de compartilhamento de perdas entre os participantes e de execução direta de posições em custódia de contratos e de garantias pelos participantes. Adicionalmente, tornou-se obrigatória para as câmaras de compensação e prestadoras de serviços de liquidação, importantes para o sistema, a segregação de patrimônio como garantia adicional para liquidação das operações.

De acordo com as novas regras, a responsabilidade pela liquidação das operações foi atribuída às câmaras de compensação ou prestadoras de serviços responsáveis por ela. Uma vez que uma transação financeira tenha sido submetida para compensação e liquidação, normalmente torna-se a obrigação da câmara de compensação e/ou prestador de serviço de liquidação relevante à compensação e liquidação da mesma, não existindo mais o risco de falência ou insolvência de parte do participante do mercado que submeteu a transação para compensação e liquidação.

As instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central devem, segundo as novas regras, criar mecanismos para identificar e evitar riscos de liquidez, de acordo com certos procedimentos estabelecidos pelo Banco Central. Segundo esses procedimentos, as instituições devem:

- manter e documentar os critérios para mensuração de riscos de liquidez e mecanismos para gestão de riscos;
- elaborar análises de dados econômico-financeiros, que permitam avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez e fluxos de caixa da instituição;
- elaborar relatórios que permitam o monitoramento dos riscos de liquidez da instituição;

- identificar e avaliar os mecanismos para reversão de posições, que coloquem em risco a situação econômico-financeira da instituição e para obter recursos necessários para realizar tais reversões;
- implantar sistemas de controle e realizar periodicamente testes de avaliação dos sistemas de controle;
- fornecer de forma imediata à Administração da instituição, informações e análises sobre o risco de liquidez identificado, incluindo quaisquer conclusões e providências adotadas; e
- estabelecer plano de contingência contendo estratégia de gestão de situações de crise de liquidez.

As instituições financeiras foram diretamente afetadas pela reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro. As operações, anteriormente processadas ao final do dia, levavam à existência de um saldo, positivo ou negativo, para cada instituição, o que não é mais permitido. Sua liquidação agora deve ser processada em tempo real, e os valores acima de R\$5.000 devem ser processados por transferência eletrônica direta entre as instituições. Caso sejam efetivados por cheques, será cobrada taxa bancária adicional.

Depois de um período de testes e implementação gradual, o novo sistema brasileiro de compensação começou a funcionar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm o poder de regulamentar e monitorar os sistemas de pagamento e compensação brasileiro.

### **Liquidação de Instituições Financeiras**

Em fevereiro de 2005, após longos debates travados no Congresso Nacional brasileiro, foi aprovada a nova Lei de Falência 11.101/05, revogando o Decreto-Lei 7.661/45 anterior que regulava a matéria, datado de 1945. O principal objetivo do novo regime falimentar é evitar a quebra de empresas consideradas viáveis, as quais são incapazes de cumprir com suas obrigações. O novo regime ora instituído visa a fazê-lo, fornecendo maiores níveis de flexibilidade para planejar estratégias de reorganização, além de atribuir maiores garantias aos credores. Essa lei também busca melhorar a habilidade de recuperação dos credores através da recuperação judicial intentada através de acordo entre a sociedade e uma comissão formada pelos credores. As disposições constantes da nova Lei de Falências não se aplicam, contudo, às instituições financeiras, que permanecem sujeitas ao regime jurídico anterior Lei 6.024/74, que rege a intervenção e liquidação administrativa das instituições financeiras.

#### *Intervenção*

O Banco Central irá intervir nas operações e administração de qualquer instituição financeira não controlada pelo Governo Federal, se a instituição:

- sofrer prejuízos devido à má administração, que coloquem os credores em risco;
- transgredir de forma recorrente as disposições regulamentares bancárias; ou
- estiver insolvente.

A intervenção também poderá ser ordenada, segundo pedido da Administração da instituição financeira.

A intervenção não poderá exceder a doze meses. Durante o período de intervenção ficam suspensas as obrigações vencidas, as contratadas antes da intervenção que ainda não venceram, e as obrigações de depósitos da instituição.

#### *Liquidação Administrativa*

O Banco Central irá liquidar uma instituição financeira, se:

- a situação econômica ou financeira da instituição estiver em risco, particularmente quando a instituição deixa de cumprir as suas obrigações à medida que estas vencem, ou no caso de declaração de falência;
- a Administração praticar uma transgressão séria às leis, regras ou disposições regulamentares bancárias;
- a instituição sofrer um prejuízo que sujeite seus credores não privilegiados e não garantidos a um risco severo; ou
- se, na revogação da licença para operar, a instituição não iniciar os procedimentos ordinários de liquidação dentro de noventa dias, ou, se iniciados, o Banco Central determinar que o ritmo da liquidação pode prejudicar os credores da instituição.

Como consequência da liquidação administrativa:

- as ações judiciais potenciais ou em andamento, reivindicando interesses ou direitos sobre os ativos da instituição, são suspensas;
- as obrigações da instituição vencem antecipadamente;
- a instituição não pode cumprir com nenhuma cláusula de prejuízos de liquidação contida em contratos unilaterais;
- os juros contra a instituição não são acumulados até que os passivos sejam completamente liquidados; e
- o período de prescrição com respeito às obrigações da instituição é suspenso.

#### *Regime de Administração Especial Temporária*

O regime de administração especial temporária, conhecido como “RAET”, é uma forma menos severa de intervenção pelo Banco Central em instituições financeiras, que permite que as instituições continuem a operar normalmente. O RAET pode ser ordenado no caso de uma instituição que:

- entre em operações recorrentes que sejam contra as políticas econômicas e financeiras determinadas pelas leis federais;



- enfrente uma escassez de ativos;
- falhe em cumprir com as regras de reservas compulsórias;
- tenha administração imprudente ou fraudulenta; ou
- tenha operações ou circunstâncias que exijam uma intervenção.

#### *Pagamento de Credores em uma Liquidação*

Na liquidação de uma instituição financeira, os salários e indenizações dos funcionários e créditos tributários têm a mais alta prioridade em relação a quaisquer créditos contra o patrimônio da massa falida. Em novembro de 1995, o Banco Central criou o FGC para garantir o pagamento de fundos depositados junto a instituições financeiras, em caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência. As entidades membro do FGC são instituições financeiras que aceitam depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como sociedades de crédito e poupança. O FGC é financiado principalmente por contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que trabalham com depósitos de clientes.

O FGC é um sistema de seguro de depósitos que garante até um valor máximo de R\$20.000 para depósitos e certos instrumentos de crédito mantidos por um cliente em uma instituição financeira (ou em instituições financeiras que integram o mesmo grupo financeiro). A responsabilidade das instituições participantes é limitada ao valor de suas contribuições para o FGC, com a exceção de que em circunstâncias limitadas, se os pagamentos do FGC forem insuficientes para cobrir os prejuízos segurados, as instituições participantes poderão ser solicitadas a fazer contribuições e adiantamentos extraordinários. O pagamento de créditos não garantidos e depósitos de clientes não cobertos pelo FGC estão sujeitos ao pagamento prévio de todos os créditos garantidos e outros créditos, para os quais leis específicas concedam privilégios especiais.

#### **Procedimentos Internos de Cumprimento**

Todas as instituições financeiras precisam ter em vigor políticas e procedimentos internos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas financeiros, operacionais e de informações gerenciais; e
- seu cumprimento com todas as disposições regulamentares a elas aplicáveis.

A diretoria de uma instituição financeira é responsável pela implementação de uma estrutura efetiva de controle interno ao definir responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecer metas e procedimentos correspondentes em todos os níveis da instituição. A diretoria é também responsável pela verificação do cumprimento com todos os procedimentos internos.

Em dezembro de 2003, alteramos nosso estatuto para incluir a previsão de um comitê de controles internos e *compliance* formado de 3 a 6 membros indicados por nosso Conselho de Administração.

#### **Restrições a Bancos Estrangeiros e Investimento Estrangeiro**

A Constituição Federal Brasileira proíbe as instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem novas agências no Brasil, com exceção das devidamente autorizadas pelo Governo Brasileiro. Um banco estrangeiro devidamente autorizado a operar no Brasil por meio de uma agência ou uma subsidiária está sujeito às mesmas normas, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer outra instituição financeira brasileira.

A Constituição Federal Brasileira permite que as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras somente se tiverem autorização específica do Governo Brasileiro. Contudo, os investidores estrangeiros sem autorização específica podem adquirir ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras de capital aberto ou recibos de depósitos oferecidos no exterior representando ações sem direito a voto.

### **Regulamentação contra Lavagem de Dinheiro e sobre Sigilo Bancário**

Segundo as leis brasileiras contra a lavagem de dinheiro, as instituições financeiras precisam:

- (a) manter registros atualizados referentes a seus clientes;
- (b) manter registros e controles internos;
- (c) registrar operações envolvendo moeda brasileira e estrangeira, valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo que possa ser convertido em dinheiro;
- (d) manter registros de operações maiores que R\$10.000 em um mês civil ou que revelem um padrão de atividade que sugira um esquema para evitar a identificação;
- (e) manter registros de todas as operações com cheques; e
- (f) manter registros e informar ao Banco Central acerca dos depósitos e saques em valores acima de R\$100.000.

A instituição financeira deve revisar as operações ou propostas, quando suas características possam indicar a existência de um crime e informar o Banco Central da transação proposta ou executada. Os registros mencionados em (c), (d) e (e) devem ser mantidos por no mínimo 5 anos.

As instituições financeiras precisam manter o sigilo sobre as suas operações e serviços bancários fornecidos a seus clientes. Certas exceções aplicam-se a esta obrigação, tais como: o compartilhamento de informações de histórico de crédito, atividade criminosa ou transgressão de disposições regulamentares bancárias ou divulgação de informações autorizadas pelas partes interessadas. O sigilo bancário também pode ser quebrado, quando necessário para a investigação de um ato ilegal.

O Governo e os fiscais da Secretaria da Receita Federal Brasileira podem também inspecionar os documentos, livros contábeis e registros financeiros de uma instituição em certas circunstâncias.

### **Mudança da Empresa de Auditoria Independente**

Todas as instituições financeiras precisam:

- ser auditadas por uma empresa de auditoria independente; e

- substituir suas empresas de auditoria independente para fins de preparação das demonstrações financeiras, para propósitos regulatórios, pelo menos a cada cinco exercícios fiscais consecutivos. Uma empresa de auditoria independente que emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras e então é substituída conforme esta regra pode ser contratada novamente três exercícios fiscais após emitir seu parecer.

Cada empresa de auditoria independente precisa comunicar imediatamente o Banco Central a respeito de qualquer evento que possa afetar adversamente, de forma significativa, o status relevante de uma instituição financeira.

Em março de 2002, a Lei de Sociedades Anônimas brasileira foi modificada conferindo aos membros do nosso Conselho de Administração, eleitos pelos nossos acionistas preferencialistas ou ordinaristas minoritários, direitos de veto sobre a indicação ou remoção de nossa empresa de auditoria independente. Para maiores informações com relação à nomeação de membros do Conselho, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Voto”.

### **Exigências de Auditoria**

Somos registrados nas bolsas de valores locais e, por sermos uma instituição financeira, somos obrigados a ter nossas demonstrações financeiras auditadas a cada seis meses, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Nossas informações trimestrais, arquivadas na CVM, estão sujeitas à revisão por nossos auditores independentes.

Em janeiro de 2003, a CVM baixou regulamentação determinando a divulgação, por parte das entidades auditadas, de diversas informações relacionadas à prestação, pela empresa de auditoria independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, sempre que tais outros serviços correspondam a mais de 5% dos honorários totais que a entidade pagou à empresa de auditoria externa.

Adicionalmente, as empresas de auditoria independentes deverão prestar declaração à Administração da companhia auditada de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria externa.

Em maio de 2003, o CMN baixou nova regulamentação sobre auditoria, aplicável a todas instituições financeiras brasileiras, a qual foi alterada em novembro de 2003 e janeiro de 2004. Segundo esta regulamentação, somos obrigados a indicar um membro de nossa Administração para responder pelo acompanhamento e supervisão do cumprimento das regras de contabilidade e auditoria definidas na legislação.

Ainda nos termos desta regulamentação, as instituições financeiras que tenham um patrimônio de referência superior a R\$1 bilhão, administrem recursos de terceiros no mesmo montante, ou apresentem somatório de captações de depósitos de terceiros em montante superior a R\$5 bilhões estão obrigadas a criar um Comitê de Auditoria, composto por membros independentes. O número de membros, o critério de indicação e destituição, o mandato e as responsabilidades do Comitê de Auditoria devem ser especificados no Estatuto Social da instituição. Nosso Comitê de Auditoria está plenamente operacional desde 1º de julho de 2004. O Comitê de Auditoria é responsável pela recomendação à Administração da empresa de auditoria independente a ser contratada; revisão das demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas e parecer dos auditores, antes da publicação; avaliação da eficiência dos serviços de auditoria e dos procedimentos de controles internos, avaliação do cumprimento pela Administração de

recomendação da empresa de auditoria independente; entre outros. Nosso estatuto foi alterado em dezembro de 2003 para prever a existência de um Comitê de Auditoria. Em maio de 2004, nosso Conselho de Administração aprovou o regimento interno do Comitê de Auditoria e elegeu seus membros.

A partir de 1 de julho de 2004, somos obrigados a publicar um relatório do Comitê de Auditoria junto com nossas demonstrações financeiras semestral. O primeiro relatório do nosso Comitê de Auditoria foi em conjunto com nossas demonstrações financeiras do segundo semestre de 2004.

## **Regulamentação da Gestão de Ativos**

A gestão de ativos é regulamentada pelo CMN e pela CVM.

Em agosto de 2004, a CVM editou normativo (normativo 409/2004 da CVM) consolidando a legislação de fundos de renda fixa e fundos de renda variável. Anteriormente, os fundos de renda fixa encontravam-se sob a regulamentação do Banco Central, enquanto os fundos de ações eram regulados pela CVM.

O normativo 409/2004 da CVM entrou em vigor no dia 22 de novembro de 2004. Desde então, todos os novos fundos criados estão sujeitos a esse normativo. Enquanto que os fundos anteriormente existentes tiveram prazo até 31 de janeiro de 2005 para se adaptarem à nova regulamentação.

O fundo de investimento deve manter seu patrimônio aplicado em títulos e valores mobiliários, ativos e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro e de capitais, nos termos estabelecidos em seu regulamento, observados os limites estabelecidos pela CVM.

Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do fundo de investimento, excetuadas as aplicações em cotas de fundos de investimento e aquelas realizadas no Mercosul, devem estar devidamente registrados em contas de depósitos específicas de custódia abertas em nome do fundo. Tais contas devem ser mantidas nos sistemas de registro e compensação autorizados pelo Banco Central ou em instituições custodiantes autorizadas pela CVM.

Além das limitações previstas no regulamento de cada fundo, como regra geral, os fundos de investimento não podem:

- investir mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de um único emissor se tal emissor for (1) uma instituição não financeira, um acionista controlador, de sociedades por ela, direta ou indiretamente, controladas e de suas coligadas sob controle comum (2) entidade federal, estadual ou municipal ou (3) um outro fundo de investimento;
- investir mais de 20% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de emissão de uma mesma instituição financeira (inclusive do administrador do fundo), de seu controlador, de sociedades por ele, direta ou indiretamente, controlados e de suas coligadas sob controle comum;
- no caso de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, investir mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento imobiliário, fundo de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Conforme a composição de seu patrimônio, os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas classificam-se em:

- Fundo de Curto Prazo - deve aplicar seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou outra taxa de juros, ou índices indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias, e prazo médio de carteira de inferior a 60 dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais;
- Fundo Referenciado - deve identificar em sua denominação o seu indicador de desempenho, em função da estrutura dos ativos financeiros integrantes das respectivas carteiras, desde que, cumulativamente, (1) tenham, pelo menos, 80% de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil; ou (b) títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor seja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente; (2) estipulem que, pelo menos, 95% da carteira seja composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho (“benchmark”) escolhido; e (3) restrinjam a respectiva atuação no mercado de derivativos a realização de operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas;
- Fundo de Renda Fixa - deve possuir, pelo menos, 80% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, a fatores de renda fixa;
- Fundo de Ações - deve possuir, pelo menos, 67% da carteira de ativos em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado;
- Fundo Cambial - deve possuir, pelo menos, 80% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, à variação de preços de moeda estrangeira;
- Fundo de Dívida Externa - deve aplicar, pelo menos, 80% de seu patrimônio líquido em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União, sendo permitida a aplicação de até 20% do patrimônio líquido em outros títulos de crédito transacionados no mercado internacional; e
- Fundo de Multimercado - deve possuir política de investimento que envolva vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes previstas nas classificações dos fundos acima.

Em junho de 2005, foi editada Medida Provisória que estabelece que as entidades abertas de previdência complementar e as sociedades seguradoras poderão, a partir de 1º de janeiro de 2006, constituir fundos de investimento, com patrimônio segregado, vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar ou seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência comercializados. No caso de falecimento do participante ou segurado, os beneficiários podem optar pelo resgate das quotas ou recebimento de benefício de caráter continuado de acordo com a apólice de previdência complementar ou seguros de vida.

Os planos de previdência complementar e os seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência comercializados até 31 de dezembro de 2005 poderão ser adaptados pelas entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras à estrutura de fundos de investimentos. A referida modalidade de fundos, contudo, ainda se encontra pendente de regulamentação pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pela SUSEP.

### **Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras**

As corretoras e distribuidoras são parte do Sistema Financeiro Nacional e estão sujeitas à regulamentação e supervisão do CMN, do Banco Central e da CVM. As corretoras devem ser autorizadas pelo Banco Central e são as únicas instituições brasileiras autorizadas a negociar nas bolsas de valores e mercantis e de futuros do Brasil. Tanto as corretoras quanto as distribuidoras podem agir como subscritoras na colocação pública de valores mobiliários e engajar-se na corretagem de moeda estrangeira em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras deverão observar as regras de conduta estabelecidas pelas bolsas de valores e pela BM&F previamente aprovadas pela CVM, indicando um diretor estatutário responsável pela observância de tais regras.

Corretoras e distribuidoras não podem:

- com exceções limitadas, executar operações que possam ser qualificadas como a concessão de empréstimos para seus clientes, inclusive a concessão de direitos;
- cobrar comissões de seus clientes, referentes às operações de valores mobiliários, durante a fase primária de uma distribuição;
- adquirir ativos, inclusive imóveis, que não sejam para uso próprio; ou
- obter empréstimos de instituições financeiras, com exceção para: (i) empréstimos para aquisição de bens para uso relacionados ao objeto social da empresa; ou (ii) empréstimos, cujo valor não exceder a duas vezes o patrimônio líquido da empresa.

Os empregados, administradores, sócios, sociedades controladoras e sociedades controladas somente podem negociar valores mobiliários por conta própria utilizando a corretora a que estiverem vinculados.

### **Regulamentação da Internet e do Comércio Eletrônico**

O Congresso brasileiro não promulgou qualquer legislação específica regulamentando o comércio eletrônico. Desta forma, permanece sujeito às leis e disposições regulamentares existentes sobre o comércio e operações comerciais comuns.

Existem atualmente vários projetos de lei tratando da regulamentação do comércio eletrônico e da Internet no Congresso brasileiro. A legislação proposta, se promulgada, reconhecerá o valor legal, a validade e a possibilidade de aplicação de informações na forma de mensagens eletrônicas, permitindo que as partes celebrem um contrato, façam ou aceitem uma oferta por meio de mensagens eletrônicas.

A CVM baixou regulamentação das atividades de corretagem de valores mobiliários via Internet, que só podem ser realizadas por sociedades com registro. As páginas das corretoras deverão conter informações detalhadas sobre o sistema, tarifas, procedimentos de execução de ordens e segurança, bem como do funcionamento geral do mercado e os riscos envolvidos neste tipo de investimento.

As corretoras que realizam operações via Internet serão responsáveis pela garantia de segurança e pela operacionalidade dos sistemas que utilizarem, os quais deverão ser auditados semestralmente.

### **Regulamentação das Operações em Outras Jurisdições**

Temos agências e subsidiárias em várias outras jurisdições, tais como: Nova Iorque, Buenos Aires, Tóquio, Ilhas Cayman, Bahamas e Luxemburgo. O Banco Central realiza supervisão consolidada global sobre as agências, subsidiárias e propriedades corporativas de instituições financeiras brasileiras no exterior, sendo necessária a aprovação prévia do Banco Central para estabelecer qualquer nova agência, subsidiária ou escritório de representação. Além disso, na maioria dos casos, temos de obter a aprovação governamental dos bancos centrais e autoridades monetárias locais em tais jurisdições, antes de iniciar os negócios. Em todos os casos, estamos sujeitos à supervisão das autoridades locais.

### **Tributação**

#### ***Impostos sobre Operações Financeiras***

O Imposto sobre Operações Financeiras, conhecido como “IOF”, é um imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e de títulos e valores mobiliários, cujas alíquotas são fixadas pelo Ministro da Fazenda, dentro do limite máximo de 25% estabelecido por lei. O imposto é cobrado e recolhido pela instituição financeira envolvida.

O IOF pode incidir sobre várias operações cambiais, inclusive a conversão de moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira, com o propósito de pagamento de dividendos e repatriação de capital investido em nossas ADSs. Atualmente, entretanto, as únicas operações de câmbio, que estão sujeitas ao IOF são:

- a conversão de empréstimos externos para moeda brasileira com prazo menor que 90 dias, sobre a qual o IOF é cobrado à alíquota de 5%; e
- operações de câmbio para aquisição de produtos com cartões de crédito, cuja alíquota é de 2% do valor da transação.

O IOF pode também ser cobrado nas emissões de títulos e valores mobiliários, inclusive sobre aquelas realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros ou de mercadorias. A alíquota do IOF com relação às ações preferenciais e ADSs atualmente é de 0%. O Ministro da Fazenda, entretanto, tem a autoridade legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia dos valores das transações tributáveis, durante o período em que o investidor mantiver os valores mobiliários, mas somente até o limite dos ganhos realizados na transação e a partir de sua instituição ou elevação.

O IOF incide sobre operações de empréstimo de qualquer natureza, inclusive cheque especial, à alíquota de 0,0041% ao dia sobre o valor do principal. Nas transações de operações de empréstimos em que o valor principal não é determinado antes da transação, além do principal, o IOF também incide sobre os juros e outros encargos à mesma alíquota. Em qualquer caso, o IOF está sujeito à alíquota máxima de 1,5% ao longo de um ano.

O IOF incide sobre as operações de seguro à alíquota de:

- zero, nas operações de resseguro ou relativas a créditos de exportação, transporte internacional de mercadorias, seguros rurais ou quando os prêmios designados ao financiamento de planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência; ou
- 2% do valor dos prêmios pagos no caso de contratação de seguros privados de assistência à saúde;
- 4% (de 1º de setembro de 2004 a 31 de agosto de 2005), 2% (de 1º de setembro de 2005 a 31 de agosto de 2006) e zero (a partir de 1º de setembro de 2006), nas operações de seguro de vida e congêneres, de acidentes pessoais e do trabalho, exceto aquelas em que o valor dos prêmios seja destinado ao custeio dos planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência, caso em que estão sujeitas a alíquota zero; e
- 7% dos prêmios pagos no caso de outros tipos de seguro.

O IOF também incide sobre ganhos realizados nas transações com prazos de 30 dias ou menos, resultantes da venda, cessão, recompra e renovação de instrumentos de renda fixa ou resgate de quotas de fundos de investimento financeiro, fundos mútuos e de clubes de investimento. Para maiores informações sobre Fundos de Investimento Financeiro e Fundos Mútuos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da Gestão de ativos”. A alíquota máxima do IOF pagável nesses casos é de 1% ao dia, sendo regressiva de acordo com a duração das operações, podendo chegar a zero para transações com vencimento em 30 dias ou mais, exceto pelos seguintes tipos de transação, cuja alíquota atualmente é de 0%:

- transações de titularidade das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- transações das carteiras dos fundos de investimento e dos clubes de investimento;
- transações do mercado de renda variável, inclusive as realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e entidades assemelhadas; e
- resgates de quotas de fundos de investimento em ações.

### ***CPMF***

Em outubro de 1996, foi instituída uma nova contribuição, denominada Contribuição Provisória Sobre a Movimentação Financeira, a “CPMF”. Em dezembro de 2003, como consequência da reforma tributária, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a prorrogação do regime tributário da CPMF até 31 de dezembro de 2007. A CPMF é cobrada a uma alíquota de 0,38%. Apesar do caráter “temporário” da cobrança, o prazo de vigência da CPMF vem sendo sistematicamente prorrogado, desde a instituição da contribuição em 1996. Discute-se, atualmente, no Congresso Nacional brasileiro Proposta de Emenda Constitucional que prevê a transformação da contribuição provisória em permanente.

A CPMF é cobrada sobre qualquer lançamento à débito nas contas correntes bancárias mantidas no país, salvo algumas raras exceções, criando um incentivo para os clientes reduzirem as suas operações



no sistema financeiro e em investimentos de curto prazo. As transações realizadas no mercado de ações também são isentas de CPMF. As instituições financeiras são isentas da CPMF sobre operações financeiras celebradas no curso de seus negócios. A alíquota da CPMF pode ser alterada a qualquer momento pelo Governo Brasileiro, mas não pode exceder 0,38%. A alíquota da CPMF foi aumentada de 0,30% para 0,38% em março de 2001.

A partir de 1º de outubro de 2004, a alíquota da CPMF foi reduzida a 0% (1) nos lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, abertas e utilizadas exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança; (2) nos lançamentos a débito em contas especiais de depósito à vista tituladas por população de baixa renda, sujeitas a limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro***

Os impostos federais incluem dois componentes, um imposto de renda federal, conhecido como “IRPJ” e uma contribuição social sobre o lucro tributável, conhecida como “Contribuição Social”. Por sua vez, o imposto de renda federal inclui dois componentes, um imposto de renda normal à alíquota de 15% e um adicional à alíquota de 10%, portanto, o imposto de renda federal é cobrado a uma alíquota combinada de 25% do lucro líquido ajustado. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a uma alíquota de 9% do lucro líquido ajustado. A lei anterior determinava que, a partir de 1º de janeiro de 2003, a alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável seria reduzida para 8%. Todavia, em dezembro de 2002, o Governo Federal decidiu manter em definitivo a alíquota desse tributo em 9%, o que passou a se aplicar aos exercícios fiscais subsequentes.

Para maiores informações sobre nossas despesas com imposto de renda, veja nota 16 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

As pessoas jurídicas são tributadas com base em sua receita mundial e não sobre a receita produzida exclusivamente no Brasil. Como resultado, os lucros, ganhos de capital e outras receitas obtidas no exterior por sociedades brasileiras são computados na determinação de seu lucro líquido. Além disso, os lucros, ganhos de capital e outras receitas obtidas por filiais estrangeiras ou as receitas obtidas de subsidiárias ou sociedades estrangeiras controladas por uma sociedade brasileira são computados no cálculo do lucro de uma sociedade, na proporção de sua participação no capital social dessas sociedades estrangeiras. A sociedade brasileira é autorizada a compensar qualquer imposto de renda pago no exterior, até o valor do imposto de renda devido no Brasil cobrado sobre mesma receita. A reciprocidade do tratamento entre o Brasil e o país de onde provém o lucro ou ganho é exigida a fim de que esta regra se aplique. Desde 1º de janeiro de 2002, os lucros (inclusive lucros acumulados de anos anteriores) realizados por uma entidade brasileira de empresas afiliadas ou controladas são tributados na data do balanço patrimonial do final do exercício da entidade brasileira, a menos que, tais lucros acumulados sejam pagos ou disponibilizados para a entidade brasileira antes da data de seu balanço patrimonial de final de exercício, no caso em que, os lucros são tributados no momento em que são pagos ou disponibilizados.

Antes de 1º de janeiro de 2002, os lucros realizados por uma entidade no Brasil de uma filial ou agência eram tributados na data do balanço patrimonial da filial do exercício da entidade, e os lucros da coligada ou controlada eram tributados na data em que tais montantes fossem pagos ou disponibilizados para a empresa brasileira como dividendos ou de outra forma.

A distribuição de dividendos provenientes de lucros gerados por entidades brasileiras depois de 1º de janeiro de 1996 não está sujeita à retenção de imposto de renda na fonte quando pagos, nem ao imposto de renda de pessoa jurídica ou de pessoa física em suas respectivas declarações de rendimentos. Entretanto, como o pagamento de dividendos não pode ser deduzido para a empresa que os está pagando, existe um regime alternativo para remuneração dos acionistas, chamado de “juros sobre o capital próprio”, que permite às companhias deduzir do lucro tributável os juros destinados aos acionistas, para fins tributários. Essa dedutibilidade está limitada ao produto da (a) variação *pro rata* dia da taxa de juros de longo prazo divulgada pelo Governo Brasileiro (Taxa de Juros de Longo Prazo, conhecida como “TJLP”); multiplicada (b) pelo patrimônio líquido da entidade, apurado pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não podem exceder a:

- 50% do lucro líquido (antes da supracitada distribuição e quaisquer deduções para imposto de renda) de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no ano em que o pagamento é realizado; ou
- 50% dos lucros retidos, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no ano anterior ao ano em que o pagamento é realizado.

. As distribuições das participações no capital pagas aos detentores de ações preferenciais, inclusive ao banco depositário com respeito às ações preferenciais objeto de ADSs, estão sujeitas à uma retenção de imposto a uma alíquota de 15%, exceto para pagamentos a pessoas que sejam isentas de impostos no Brasil ou situadas em paraísos fiscais, os quais estão sujeitos à uma retenção na fonte de uma alíquota de imposto de 25%. Para maiores informações acerca da tributação dos juros sobre o capital próprio, veja “Item 10. Informações Adicionais - Implicações Fiscais - Considerações sobre os Tributação no Brasil - Distribuições de Juros Sobre Capital”.

Os créditos tributários incluem os prejuízos fiscais apurados no Brasil, os quais não possuem data de prescrição, sendo disponíveis para compensação com resultados tributários futuros. Os prejuízos fiscais são passíveis de compensação no limite anual de até 30% do lucro tributável.

Os ganhos realizados por detentores brasileiros sobre qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil são geralmente tributados nas seguintes alíquotas:

- 20%, se a transação for executada na bolsa de valores, no caso de operação “day trade”; ou
- 15%, nas demais hipóteses.

A partir de 1º de janeiro de 2005, os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, exceto as de “day trade” (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), passaram a estar sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% sobre os seguintes valores:

- nos mercados futuros: a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;
- nos mercados de opções: o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;

- nos contratos a termo, quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento: a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;
- nos contratos a termo com liquidação exclusivamente financeira: o valor da liquidação financeira previsto no contrato; e
- nos mercados à vista: o valor da alienação, nas operações com ações, ouro, ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados

Referida sistemática de tributação foi adotada com a finalidade de facilitar a atividade fiscalizadora das operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, empreendida pela Receita Federal. O imposto de renda retido na fonte, na forma referida acima, pode ser (i) deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto devido nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração anual de ajuste se houver saldo de imposto retido; ou (iv) compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Os ganhos auferidos na alienação de ações preferenciais no Brasil por detentores não brasileiros que sejam residentes em uma jurisdição que, segundo as leis brasileiras, seja considerada como sendo um “paraíso fiscal” (assim considerados os países que: (i) não tributam a renda; (ii) ou que tributam à uma alíquota inferior a 20% ou, ainda, (iii) país cuja legislação societária interna imponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição) estão sujeitas às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um “paraíso fiscal”, não estão sujeitos à tributação brasileira se:

- os resultados obtidos com a alienação das ações forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado segundo a Resolução 2.689.

De outra forma, se aplicará o mesmo tratamento aos residentes brasileiros.

### ***PIS E COFINS***

Dois tributos federais são cobrados sobre as receitas brutas das pessoas jurídicas em geral: a contribuição devida ao Programa de Integração Social, conhecido como “PIS”, e a Contribuição para Financiamento de Seguridade Social, conhecida como “COFINS”.

São excluídas da base de cálculo de ambas contribuições algumas receitas, tais como: dividendos, resultado de participações em empresas não consolidadas, lucro na venda de permanente e receitas de exportação recebidas em moeda estrangeira.

A legislação brasileira autoriza determinados ajustes à base de cálculo, dependendo do segmento do negócio e de outros aspectos. Em novembro de 1999, a base de contribuição foi expandida de “receitas” para “receitas brutas”.

PIS e COFINS sofreram alterações muito significativas nos últimos 3 anos. Isto porque o Governo Brasileiro decidiu implementar sistemática de cobrança não cumulativa para ambas as contribuições, permitindo que os contribuintes determinem sua base de cálculo descontando os créditos que surgem de certas operações da empresa. Como compensação pela admissão das compensações, as alíquotas de ambas as contribuições foram substancialmente elevadas. Na seqüência das alterações introduzidas na sistemática do PIS e da COFINS, a partir de maio de 2004 foi introduzida a cobrança de referidos tributos sobre a importação de bens ou serviços, caso em que o contribuinte é a pessoa jurídica importadora, domiciliada no Brasil.

A partir de agosto de 2004, foram reduzidas para zero as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa destas contribuições. Contudo, não foram eliminados os impostos sobre os pagamentos de juros sobre o capital.

Certas atividades econômicas são expressamente excluídas da sistemática de cobrança não-cumulativa de ambas as contribuições. Este é o caso das instituições financeiras, que permanecem sujeitas ao regime jurídico anterior, tanto do PIS quanto da COFINS.

A contribuição para o PIS incide sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas à alíquota de 0,65%, no caso das instituições financeiras.

Até janeiro de 1999, não estávamos sujeitos à COFINS. A partir de 1º de fevereiro de 1999, a COFINS passou a incidir sobre as nossas receitas brutas à alíquota de 3%. A partir de 1º de setembro de 2003, essa alíquota passou a ser de 4% para instituições financeiras. A base de contribuição para a COFINS é a mesma do PIS. De 1º de janeiro de 1999 até 31 de dezembro de 1999, nos foi permitido compensar os valores pagos a título da COFINS correspondente a 1/3 dos pagamentos da COFINS com a contribuição social sobre o lucro tributável.

### ***Regulamentação de Arrendamento Mercantil***

O embasamento jurídico que rege as operações de arrendamento mercantil é estabelecido pela Lei n.º 6.099 de 12 de setembro de 1974, e alterações posteriores, a qual chamamos de “Lei de Arrendamento Mercantil”, e pelos regulamentos periodicamente emitidos pelo CMN, segundo tal lei. A Lei de Arrendamento Mercantil estabelece diretrizes gerais para sua constituição, e as atividades que podem ser exercidas pelas sociedades de arrendamento mercantil. O CMN, em sua qualidade de regulador do sistema financeiro, fornece os detalhes das disposições contidas na Lei de Arrendamento Mercantil, controlando as operações realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil. As leis e os regulamentos emitidos pelo Banco Central relativamente a instituições financeiras em geral, tais como: exigências de relatórios, adequação e alavancagem de capital, limites na composição de ativos e tratamento de empréstimos de difícil liquidação são também aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil.

### ***Regulamentação de Seguros***

O sistema de seguros no Brasil é regido por dois órgãos normativos: o Conselho Nacional de Seguros Privados, que denominaremos o “CNSP”, e a SUSEP. A SUSEP é responsável pela implementação e fiscalização das políticas do CNSP e por assegurar o cumprimento das mesmas pelas seguradoras, corretores de seguros e pessoas seguradas. As seguradoras precisam de aprovação

governamental para operar, bem como de aprovação específica da SUSEP para comercializar cada um de seus produtos. As seguradoras podem vender apólices somente por meio de corretoras qualificadas.

As seguradoras devem constituir provisões técnicas, fundos e reservas de acordo com o critério do CNSP. Os investimentos que garantem a cobertura das provisões técnicas precisam ser diversificados. Uma parcela significativa dos ativos nos quais uma seguradora pode investir são valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras são importantes investidoras nos mercados financeiros brasileiros e estão sujeitas a várias regras e condições impostas pelo CMN sobre o investimento destinado para cobertura das provisões técnicas.

As seguradoras são proibidas de:

- agir como instituições financeiras, concedendo crédito e prestando garantias;
- negociar com valores mobiliários (sujeito a exceções); ou
- investir fora do Brasil, sem permissão específica das autoridades.

As seguradoras precisam operar dentro de limites técnicos determinados pela SUSEP, de acordo com as regras estabelecidas pelo CNSP. As regras levam em conta a situação econômica e financeira das seguradoras, as condições técnicas de suas respectivas carteiras e os resultados de suas operações com o IRB - Brasil Resseguros S.A.

O Governo Federal enviou ao congresso Nacional, anteprojeto de lei que prevê a abertura do mercado de resseguro, deixando o IRB livre para operar, como está hoje, em um mercado competitivo.

O Governo incluiu no anteprojeto, mecanismos que asseguram a transição para um mercado aberto, estabelecendo que nos dois primeiros anos após a abertura, as seguradoras locais deverão oferecer aos ressegurados locais (com sede no Brasil) ao menos 60% de cessão de resseguro. Nos dois anos seguintes a esse período inicial de transição, o percentual diminui para 40%.

Outra mudança prevista no anteprojeto diz respeito às atribuições do IRB. A fiscalização do mercado de resseguro, que atualmente cabe ao IRB, passa para o SUSEP.

As seguradoras precisam ressegurar os valores excedentes aos seus limites de retenção.

As seguradoras precisam entregar relatórios mensais não auditados, relatórios trimestrais revisados e relatórios auditados semestrais e anuais para a SUSEP.

As seguradoras estão isentas dos procedimentos normais de liquidação financeira no caso de falência e, ao invés disso, seguem um procedimento especial administrado pela SUSEP. As liquidações financeiras podem ser voluntárias ou compulsórias. O Ministro da Fazenda instituiu as dissoluções compulsórias de seguradoras.

Não existe atualmente restrição a investimento estrangeiro em seguradoras.

### *Seguros de Saúde*

Os seguros de saúde e os planos de saúde privados são atualmente regulamentados pela Lei n.º 9.656, de 4 de julho de 1998, e alterações posteriores, a qual conhecemos como a “Lei de Seguros de Saúde”, que determina as disposições gerais aplicáveis às companhias de seguro saúde, os termos e as condições gerais dos contratos celebrados entre companhias de seguro saúde e seus clientes. A Lei de Seguros de Saúde estabelece, entre outras coisas:

- cobertura obrigatória de certas despesas, tais como aquelas decorrentes de doenças preexistentes;
- as condições anteriores à admissão no plano;
- a área geográfica coberta para cada uma das apólices de seguros; e
- o critério de determinação de preços que os planos podem usar.

A ANS é responsável pela regulamentação e supervisão de serviços de saúde complementares prestados pelas companhias de seguros de saúde, segundo as diretrizes determinadas pelo Conselho de Saúde Suplementar.

Antes de 31 de dezembro de 2001, ainda sob a regulamentação e fiscalização da SUSEP, as seguradoras podiam oferecer planos privados de assistência à saúde. Depois dessa data, já sob a regulamentação e fiscalização da ANS, somente as seguradoras exclusivas em planos de assistência à saúde privados podem oferecer tais planos. Para cobrir este requisito legal, constituímos a Bradesco Saúde em 1999.

### **Previdência Complementar**

As entidades de previdência complementar abertas estão sujeitas, para fins de inspeção e controle, à autoridade do CNSP e da SUSEP, que estão sujeitas à autoridade regulatória do Ministério da Fazenda. O CMN, a CVM e o Banco Central podem emitir regulamentações pertinentes aos fundos de previdência complementar, com respeito às provisões técnicas.

As entidades de previdência complementar precisam constituir reservas e provisões técnicas como garantias para suas obrigações.

Em junho de 2005, foi editada Mediada Provisória que estabelece que as entidades abertas de previdência complementar e as sociedades seguradoras poderão constituir fundos de investimentos com patrimônio segregado. Essa nova lei está destinada a entrar em vigor a partir de 1 de janeiro de 2006. Para maiores informações, veja item 4. Informações sobre a Companhia -“Regulamentação da Gestão de Ativos”.

### **INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS**

Incluimos as informações a seguir para fins de análise, as quais devem ser lidas juntamente com o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### **Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros**

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos que rendem juros e nossos passivos que incidem juros, outras contas do ativo e passivo, os respectivos valores de receita e despesa de juros e os rendimentos reais/taxas médias relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis diários, que incluem os respectivos juros alocados.

Apresentamos os passivos em duas categorias: moeda local e estrangeiras. Os saldos em moeda local representam obrigações expressas em reais, enquanto que, os saldos em moeda estrangeira representam obrigações denominadas em moedas estrangeiras, basicamente o dólar norte-americano. Não desmembramos os saldos de nossos ativos entre moeda nacional e internacional, pois substancialmente todos os nossos ativos são expressos em reais.

Excluimos os créditos de curso anormal de “operações de crédito” na determinação da média de ativos e passivos, e os classificamos como ativos que não rendem juros. Recuperações de empréstimos devidos e não recebidos durante o período normal do contrato estão incluídos em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

Não apresentamos a receita de juros numa base fiscal equivalente, visto que as leis tributárias brasileiras não concedem, atualmente, isenções tributárias sobre juros auferidos em títulos e valores mobiliários.

Adicionalmente, as comissões recebidas de vários compromissos de empréstimos estão incluídas em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

	Em 31 de dezembro de:								
	2002			2003			2004		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)
<b>Ativos que rendem juros<sup>(1)</sup>:</b>	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Operações de crédito.....	R\$49.590	R\$17.025	34,3%	R\$51.039	R\$12.176	23,9%	R\$55.230	R\$12.812	23,2%
Aplicações em operações compromissadas.....	10.322	2.947	28,6	19.487	3.861	19,8	18.628	2.738	14,7
Títulos e valores mobiliários de negociação.....	19.537	3.595	18,4	27.077	5.932	21,9	34.039	5.330	15,7
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	3.045	487	16,0	3.147	397	12,6	5.682	408	7,2
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	5.295	1.954	36,9	3.088	482	15,6	4.528	659	14,6
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	2.154	296	13,7	4.651	347	7,5	3.226	161	5,0
Outros ativos que rendem juros:									
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	8.149	2.058	25,3	11.988	1.459	12,2	13.070	1.542	11,8
Outros ativos.....	340	32	9,4	985	62	6,3	858	73	8,5
<b>Total de ativos que rendem juros.....</b>	<b>98.432</b>	<b>28.394</b>	<b>28,8</b>	<b>121.462</b>	<b>24.716</b>	<b>20,3</b>	<b>135.261</b>	<b>23.723</b>	<b>17,5</b>
<b>Ativos que não rendem juros<sup>(3)</sup>:</b>									
Caixa e contas correntes em bancos.....	2.746	-	-	2.895	-	-	2.869	-	-
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	3.371	-	-	4.499	-	-	4.261	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	1.772	-	-	1.625	-	-	1.320	-	-
Créditos de curso anormal.....	2.282	-	-	2.172	-	-	1.904	-	-
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.360)	-	-	(3.919)	-	-	(4.005)	-	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos....	552	-	-	177	-	-	502	-	-
Imobilizado de uso.....	3.176	-	-	2.795	-	-	3.026	-	-
Ágio.....	-	-	-	-	-	-	240	-	-

Ativos intangíveis.....	2.340	-	-	1.064	-	-	1.654	-	-
Outros ativos.....	12.136	-	-	14.102	-	-	15.859	-	-
<b>Total de ativos que não rendem juros.....</b>	<b>25.015</b>	-	-	<b>25.410</b>	-	-	<b>27.630</b>	-	-
<b>Total do ativo .....</b>	<b>R\$123.447</b>	<b>R\$28.394</b>	<b>23,0%</b>	<b>R\$146.872</b>	<b>R\$24.716</b>	<b>16,8%</b>	<b>R\$162.891</b>	<b>R\$23.723</b>	<b>14,6%</b>

Em 31 de dezembro de:

	2002			2003			2004		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)
<b>Passivos que incidem juros:</b>	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Depósitos interfinanceiros:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	R\$223	R\$36	16,1%	R\$657	R\$111	16,9%	R\$90	R\$14	15,6
<b>Total.....</b>	<b>223</b>	<b>36</b>	<b>16,1</b>	<b>657</b>	<b>111</b>	<b>16,9</b>	<b>90</b>	<b>14</b>	<b>15,6</b>
Depósitos de poupança:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	19.033	1.585	8,3	20.680	2.038	9,9	22.499	1.654	7,4
<b>Total.....</b>	<b>19.033</b>	<b>1.585</b>	<b>8,3</b>	<b>20.680</b>	<b>2.038</b>	<b>9,9</b>	<b>22.499</b>	<b>1.654</b>	<b>7,4</b>
Depósitos a prazo:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	18.392	2.936	16,0	20.629	4.123	20,0	21.871	3.241	14,8
Internacional <sup>(4)</sup> .....	2.955	252	8,5	3.601	112	3,1	3.288	86	2,6
<b>Total.....</b>	<b>21.347</b>	<b>3.188</b>	<b>14,9</b>	<b>24.230</b>	<b>4.235</b>	<b>17,5</b>	<b>25.159</b>	<b>3.327</b>	<b>13,2</b>
Captações no mercado aberto.....	9.670	2.051	21,2	15.486	2.855	18,4	18.070	2.390	13,2
Obrigações por empréstimos:									
Curto prazo:									
Internacional <sup>(4)</sup> .....	10.137	3.975	39,2	9.219	(387)	(4,2)	8.442	(83)	(1,0)
<b>Total.....</b>	<b>10.137</b>	<b>3.975</b>	<b>39,2</b>	<b>9.219</b>	<b>(387)</b>	<b>(4,2)</b>	<b>8.442</b>	<b>(83)</b>	<b>(1,0)</b>
Longo prazo:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	7.324	1.716	23,4	7.811	1.275	16,3	9.238	1.464	15,8
Internacional <sup>(4)</sup> .....	5.093	2.376	46,7	8.606	(410)	(4,8)	8.601	153	1,8
<b>Total.....</b>	<b>12.417</b>	<b>4.092</b>	<b>33,0</b>	<b>16.417</b>	<b>865</b>	<b>5,3</b>	<b>17.839</b>	<b>1.617</b>	<b>9,1</b>
<b>Total de passivos que incidem juros</b>	<b>72.827</b>	<b>14.927</b>	<b>20,5</b>	<b>86.689</b>	<b>9.717</b>	<b>11,2</b>	<b>92.099</b>	<b>8.919</b>	<b>9,7</b>
<b>Passivos que não incidem juros:</b>									
Depósitos à vista:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	9.678	-	-	10.876	-	-	13.163	-	-
Internacional <sup>(4)</sup> .....	182	-	-	270	-	-	206	-	-
<b>Total.....</b>	<b>9.860</b>	-	-	<b>11.146</b>	-	-	<b>13.369</b>	-	-
Outros passivos que não incidem juros.....	30.529	-	-	36.790	-	-	43.346	-	-
<b>Total de passivos que não incidem   juros.....</b>	<b>40.389</b>	-	-	<b>47.936</b>	-	-	<b>56.715</b>	-	-
<b>Total do passivo .....</b>	<b>113.216</b>	<b>14.927</b>	<b>13,2</b>	<b>134.625</b>	<b>9.717</b>	<b>7,2</b>	<b>148.814</b>	<b>8.919</b>	<b>6,0</b>
<b>Patrimônio líquido.....</b>	<b>10.015</b>	-	-	<b>12.138</b>	-	-	<b>14.012</b>	-	-
<b>Participação minoritária nas   controladas.....</b>	<b>216</b>	-	-	<b>109</b>	-	-	<b>65</b>	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio</b>	<b>R\$123.447</b>	<b>R\$14.927</b>	<b>12,1%</b>	<b>R\$146.872</b>	<b>R\$9.717</b>	<b>6,6%</b>	<b>R\$162.891</b>	<b>R\$8.919</b>	<b>5,5%</b>



**líquido.....**

- 
- 
- 
- 
- 
- 
- (1) Substancialmente expressos em reais.
  - (2) Calculado usando a média histórica do custo amortizado. Se calculado usando o valor contábil, os valores médios de rendimento/taxa seriam de 6,9% em 2004, 12,3% em 2003 e 16,9% em 2002.
  - (3) Expressos em reais.
  - (4) Expressos em moedas estrangeiras, substancialmente em dólares norte-americanos.

## Variações nas Receitas e Despesas de Juros - Análise de Volume e Taxas

A tabela a seguir demonstra os efeitos das variações nas nossas receitas e despesas de juros decorrentes das variações em volumes e rendimentos médios/taxas médias relativamente aos períodos apresentados. Calculamos as variações em volumes e taxas de juros com base na avaliação de saldos médios durante o período e variações nas taxas médias de juros sobre ativos que rendem juros e passivos que incidem juros. Alocamos a variação líquida dos efeitos combinados de volumes e taxas proporcionalmente a volumes e a taxas médias, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

	31 de dezembro de:					
	2003/2002			2004/2003		
	Aumento (redução) devido às variações em:					
Volume médio	Rendimento		Variação líquida	Rendimento		Variação líquida
	/ taxa médio(a)			/ taxa médio(a)		
(Em milhões de reais)						
<b>Ativos que rendem juros:</b>						
Operações de crédito.....	R\$484	R\$(5.333)	R\$(4.849)	R\$979	R\$(343)	R\$636
Aplicações em operações compromissadas ...	2.021	(1.107)	914	(164)	(959)	(1.123)
Títulos e valores mobiliários de negociação ...	1.564	773	2.337	1.319	(1.921)	(602)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	16	(106)	(90)	230	(219)	11
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	(617)	(855)	(1.472)	211	(34)	177
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	231	(180)	51	(89)	(97)	(186)
Depósitos compulsórios no Banco Central ...	730	(1.329)	(599)	129	(46)	83
Outros ativos .....	44	(14)	30	(9)	20	11
<b>Total de ativos que rendem juros.....</b>	<b>4.473</b>	<b>(8.151)</b>	<b>(3.678)</b>	<b>2.606</b>	<b>(3.599)</b>	<b>(993)</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>						
Depósitos interfinanceiros:						
Doméstico.....	73	2	75	(89)	(8)	(97)
<b>Total .....</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>75</b>	<b>(89)</b>	<b>(8)</b>	<b>(97)</b>
Depósitos de poupança:						
Doméstico.....	145	308	453	168	(552)	(384)
<b>Total.....</b>	<b>145</b>	<b>308</b>	<b>453</b>	<b>168</b>	<b>(552)</b>	<b>(384)</b>
Depósitos a prazo:						
Doméstico.....	386	801	1.187	236	(1.118)	(882)
Internacional .....	46	(186)	(140)	(9)	(17)	(26)
<b>Total.....</b>	<b>432</b>	<b>615</b>	<b>1.047</b>	<b>227</b>	<b>(1.135)</b>	<b>(908)</b>
Captações no mercado aberto.....	<b>1.101</b>	<b>(297)</b>	<b>804</b>	<b>426</b>	<b>(891)</b>	<b>(465)</b>
Obrigações por empréstimos:						
Curto prazo:						
Internacional .....	(330)	(4.032)	(4.362)	30	274	304
<b>Total.....</b>	<b>(330)</b>	<b>(4.032)</b>	<b>(4.362)</b>	<b>30</b>	<b>274</b>	<b>304</b>
Longo prazo:						
Doméstico.....	108	(549)	(441)	227	(38)	189
Internacional .....	944	(3.730)	(2.786)	-	563	563
<b>Total.....</b>	<b>1.052</b>	<b>(4.279)</b>	<b>(3.227)</b>	<b>227</b>	<b>525</b>	<b>752</b>

Total de passivos que incidem juros ..... R\$2.473 R\$(7.683) R\$(5.210) R\$989 R\$(1.787) R\$(798)

## Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

A tabela a seguir apresenta o saldo médio de nossos ativos que rendem juros e dos passivos que incidem juros e da receita de juros líquida, comparando a margem de juros líquida e o diferencial de juros líquido relativamente aos períodos indicados:

	2002	2003	2004
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
Saldo médio de ativos que rendem juros .....	R\$98.432	R\$121.462	R\$135.261
Saldo médio dos passivos que incidem juros .....	72.827	86.689	92.099
Receita de juros líquida <sup>(1)</sup> .....	R\$13.467	R\$14.999	R\$14.804
Taxa de juros sobre o saldo médio de ativos que rendem juros....	28,8%	20,3%	17,5%
Taxa de juros sobre o saldo médio dos passivos que incidem juros .....	20,5	11,2	9,7
Rendimentos líquidos sobre ativos que rendem juros <sup>(2)</sup> .....	8,3	9,1	7,8
Margem de juros líquida <sup>(3)</sup> .....	13,7%	12,3%	10,9%

(1) Total da receita de juros menos o total da despesa de juros.

(2) Diferença entre o rendimento sobre as taxas da média de ativos que rendem juros e a taxa sobre a média de obrigações que incidem juros.

(3) Receita de juros líquida, dividida pela média de ativos que rendem juros.

## Retorno sobre o Patrimônio e Ativos

A tabela a seguir apresenta índices financeiros selecionados para o período indicado:

	2002	2003	2004
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentuais e informações por ação)</b>		
Lucro líquido .....	R\$2.142	R\$2.302	R\$3.327
Ativos totais médios .....	123.447	146.872	162.891
Patrimônio líquido médio .....	R\$10.015	R\$12.138	R\$14.012
Lucro líquido como percentagem dos ativos totais médios.....	1,7%	1,6%	2,0%
Lucro líquido como percentagem do patrimônio líquido médio .....	21,4	19,0	23,7
Patrimônio líquido médio como percentagem dos ativos totais médios .....	8,1%	8,3%	8,6%
Índice de pagamento de dividendos por classe de ações <sup>(1)</sup> :			
Preferenciais .....	0,44	0,58	0,40
Ordinárias .....	0,44	0,58	0,40

(1) Dividendos totais declarados divididos pelo lucro líquido.

## Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento nas datas indicadas. Os valores abaixo excluem nossos investimentos em empresas não consolidadas. Para

informações adicionais sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, veja nota 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Os valores também excluem nossas reservas compulsórias em valores mobiliários do Governo Federal, conforme exigido pelo Banco Central. Para maiores informações sobre as nossas reservas compulsórias, veja nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Apresentamos os ativos de negociação e os valores mobiliários disponíveis para venda pelo valor de mercado. Veja notas 2(e), 2(f), 2(g), 2(h), 4, 5 e 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18, para mais informações sobre o nosso tratamento de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e títulos e valores mobiliário mantidos até o vencimento.

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
<b>Títulos e valores mobiliários de negociação:</b>			
Títulos públicos brasileiros .....	R\$6.920	R\$11.389	R\$8.787
Aplicações em quotas de fundos .....	15.415	22.929	21.941
Instrumentos financeiros derivativos .....	282	283	491
Títulos de governos estrangeiros.....	71	212	162
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	13	220	554
Títulos emitidos por empresas não financeiras .....	67	985	1.115
Títulos emitidos por instituições financeiras .....	15	1.055	44
<b>Total .....</b>	<b>R\$22.783</b>	<b>R\$37.073</b>	<b>R\$33.094</b>
Percentagem dos títulos mobiliários de negociação sobre o total de ativos.....	17,5%	22,3%	18,7%
<b>Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:</b>			
Títulos públicos brasileiros .....	R\$1.222	R\$1.694	R\$2.388
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	143	1.264	3.221
Títulos emitidos por empresas não financeiras .....	849	1.086	1.880
Títulos emitidos por instituições financeiras .....	125	52	246
Ações de companhias abertas .....	2.427	2.098	2.368
<b>Total .....</b>	<b>R\$4.766</b>	<b>R\$6.194</b>	<b>R\$10.103</b>
Percentagem dos títulos disponíveis para venda sobre o total de ativos	3,7%	3,7%	5,7%
<b>Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:</b>			
Títulos públicos brasileiros .....	R\$2.929	R\$3.085	R\$3.152
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior <sup>(1)</sup> .....	1.072	180	976
Títulos emitidos por instituições financeiras .....	-	-	53
Títulos de governos estrangeiros.....	-	-	19
<b>Total .....</b>	<b>R\$4.001</b>	<b>R\$3.265</b>	<b>R\$4.200</b>
Percentagem dos títulos mantidos até o vencimento sobre o total de ativos.....	3,1%	2,0%	2,4%

(1) Veja nota 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

## Distribuição por Prazo de Vencimento

A tabela a seguir apresenta os vencimentos e as taxas médias ponderadas de rendimentos, em 31 de dezembro de 2004, de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2004, não detínhamos em nossa carteira rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos de impostos.

31 de dezembro de 2004												
Vencimento em Até 1 ano		Vencimento de 1 a 5 anos		Vencimento de 5 a 10 anos		Vencimento após 10 anos		Vencimento não especificado		Total		
Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		
(Em milhões de reais, exceto percentagens)												
<b>Títulos e valores mobiliários de negociação<sup>(1)</sup>:</b>												
Títulos públicos brasileiros.....	<b>R\$3.393</b>		<b>R\$4.721</b>		<b>R\$527</b>		<b>R\$146</b>				<b>R\$8.787</b>	
. Prefixado.....	1.301	18,3%	20	18,0%	-	-	-	-	-	-	1.321	18,3%
. Pós-fixado.....	1.924	15,1	4.701	15,1	527	15,4%	146	15,1	-	-	7.298	15,4
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	168	(5,3)	-	-	-	-	-	-	-	-	168	(5,3)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	<b>31</b>		<b>457</b>		<b>65</b>		<b>1</b>				<b>554</b>	
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	31	1,5	457	2,4	65	0,5	1	2,9	-	-	554	2,0
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	<b>161</b>		<b>1</b>		-		-				<b>162</b>	
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	161	(7,0)	1	1,0	-	-	-	-	-	-	162	(6,9)
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	<b>191</b>		<b>745</b>		<b>178</b>		<b>1</b>				<b>1.115</b>	
. Pós-fixado.....	83	14,8	685	17,1	155	17,1	-	-	-	-	923	17,1
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	108	(4,8)	60	(0,2)	23	0,9	1	0,3	-	-	192	(2,7)
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	<b>40</b>		<b>4</b>		-		-				<b>44</b>	
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	40	(8,1)	4	(10,5)	-	-	-	-	-	-	44	(6,8)
Aplicações em quotas de fundos <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>R\$21.941</b>		<b>21.941</b>	
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	21.941	-	21.941	-
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	-	-	-			<b>491</b>	
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	491	-	491	-
<b>Total dos títulos e valores mobiliários de negociação.....</b>	<b>3.816</b>		<b>5.928</b>		<b>770</b>		<b>148</b>		<b>22.432</b>		<b>33.094</b>	
<b>Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado<sup>(2)</sup>:</b>												
Títulos públicos brasileiros.....	<b>749</b>		<b>800</b>		<b>380</b>		<b>459</b>				<b>2.388</b>	
. Prefixado.....	470	18,7	93	14,5	-	-	-	-	-	-	563	18,0
. Pós-fixado.....	267	10,8	707	13,9	380	16,1	459	13,9	-	-	1.813	13,9
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	12	(5,3)	-	-	-	-	-	-	-	-	12	(5,3)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	-		<b>630</b>		<b>1.386</b>		<b>1.205</b>				<b>3.221</b>	
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	630	3,9	1.386	2,4	1.205	3,3	-	-	3.221	3,0
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	<b>64</b>		<b>456</b>		<b>1.167</b>		<b>193</b>				<b>1.880</b>	
. Pós-fixado.....	64	15,1	450	14,9	311	14,2	46	15,1	-	-	871	16,9
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	6	1,0	856	0,3	147	0,3	-	-	1.009	0,3
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	-		-		<b>201</b>		<b>45</b>				<b>246</b>	
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	201	(1,8)	-	-	-	-	201	(1,8)
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	-	-	-	-	45	18,0	-	-	45	18,0
Carteira de ações (companhias abertas).....	-		-		-		-		<b>2.368</b>		<b>2.368</b>	
<b>Total dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....</b>	<b>813</b>		<b>1.886</b>		<b>3.134</b>		<b>1.902</b>		<b>2.368</b>		<b>10.103</b>	
<b>Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, ao custo amortizado:</b>												
Títulos públicos brasileiros.....	<b>95</b>		<b>978</b>		-		<b>2.079</b>				<b>3.152</b>	
. Pós-fixado.....	55	18,4	978	18,4%	-	-	2.079	20,6%	-	-	3.112	19,9
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	40	(5,3)	-	-	-	-	-	-	-	-	40	(5,3)
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	-		-		<b>53</b>		-				<b>53</b>	
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	-	-	53	(1,1)	-	-	-	-	53	(1,1)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	-		-		<b>976</b>		-				<b>976</b>	
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	-	-	976	2,9%	-	-	-	-	976	2,9
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	<b>19</b>		-		-		-				<b>19</b>	
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	19	(7,0%)	-	-	-	-	-	-	-	-	19	(7,0%)
<b>Total dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....</b>	<b>114</b>		<b>978</b>		<b>1.029</b>		<b>2.079</b>				<b>4.200</b>	

<b>Total Geral .....</b>	<b><u>R\$4.743</u></b>	<b><u>R\$8.792</u></b>	<b><u>R\$4.933</u></b>	<b><u>R\$4.129</u></b>	<b><u>R\$24.800</u></b>	<b><u>R\$47.397</u></b>
--------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	-------------------------	-------------------------

(1) A valor de mercado

(2) Aplicações em fundos mútuos de investimentos não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez. O rendimento médio não é determinado, pois os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários de negociação foram excluídos do cálculo do rendimento total.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda nas datas indicadas:

	Valor de mercado		Custo amortizado		Total
	Títulos e valores mobiliários de negociação	Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		
<b>31 de dezembro de 2004:</b>	(Em milhões de reais)				
Moeda brasileira (reais).....	R\$31.974	R\$5.660	R\$3.112		R\$40.746
Indexados por moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ..	952	4.431	1.029		6.412
Expressos em moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ...	168	12	59		239
<b>31 de dezembro de 2003:</b>					
Moeda brasileira (reais).....	35.344	3.716	2.718		41.778
Indexados por moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ..	929	609	367		1.905
Expressos em moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ...	800	1.869	180		2.849
<b>31 de dezembro de 2002:</b>					
Moeda brasileira (reais).....	22.352	4.051	2.458		28.861
Indexados por moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ..	-	-	471		471
Expressos em moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ...	R\$431	R\$715	R\$1.072		R\$2.218

(1) Predominantemente em dólar norte-americano.

## Depósitos Compulsórios no Banco Central

Somos obrigados a depositar recursos no Banco Central ou comprar e manter títulos públicos federais na forma de depósito compulsório.

A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos para os períodos indicados:

	31 de dezembro de:					
	2002		2003		2004	
	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Total de depósitos:</b>						
Sem juros <sup>(1)</sup> .....	R\$3.956	24,6%	R\$4.577	27,4%	R\$5.045	25,0%
Com juros <sup>(2)</sup> .....	12.101	75,4	12.113	72,6	15.164	75,0
<b>Total.....</b>	<b>R\$16.057</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$16.690</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$20.209</b>	<b>100,0%</b>

(1) Principalmente relativos a depósitos à vista.

(2) Principalmente relativos a depósitos em poupança e a prazo.

## Operações de Crédito

A tabela a seguir resume nossa carteira de operações de crédito por modalidade em aberto. Substancialmente, todas as nossas operações de crédito referem-se a tomadores domiciliados no Brasil e

são expressas em reais. A maior parte de nossas operações de crédito denominadas em reais está indexada a taxas de juros fixas ou variáveis, e em menor proporção, denominada em ou indexada ao dólar norte-americano, acrescida de taxa de juros fixa.

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>				
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>(Em milhões de reais)</b>					
<b>Tipos de operações de crédito:</b>					
<b>Comerciais:</b>					
Industriais e outros .....	R\$16.275	R\$18.142	R\$20.157	R\$21.156	R\$23.343
Financiamento à importação .....	1.504	1.475	1.291	673	1.242
Financiamento à exportação.....	4.566	5.160	7.863	8.375	8.181
Arrendamento mercantil .....	2.028	1.667	1.506	1.364	1.626
Financiamento para construção de imóveis .....	545	543	427	415	449
<b>Pessoas físicas:</b>					
Cheque especial.....	647	1.199	1.033	1.134	1.301
Empréstimos hipotecários residenciais .....	1.625	1.246	1.200	1.097	921
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	5.491	6.985	8.269	10.231	14.981
Cartão de crédito.....	655	973	1.164	1.373	1.289
Crédito rural.....	2.910	2.959	3.922	4.404	6.034
Empréstimos em moeda estrangeira .....	1.499	2.388	3.151	2.429	1.588
Setor público .....	5	-	-	-	15
Créditos de curso anormal.....	1.689	2.257	2.341	2.144	2.206
Provisão para perdas com operações de crédito .....	(2.345)	(2.941)	(3.455)	(3.846)	(4.063)
<b>Operações de crédito, líquidas .....</b>	<b>R\$37.094</b>	<b>R\$42.053</b>	<b>R\$48.869</b>	<b>R\$50.949</b>	<b>R\$59.113</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Os tipos de operações de crédito, acima apresentados, são os seguintes:

**Comerciais** - operações de crédito comerciais incluem empréstimos a clientes pessoas jurídicas, inclusive pequenas empresas, bem como o financiamento a importações para clientes pessoa jurídica. Também concedemos adiantamentos a exportadores pessoa jurídica por meio de contratos de câmbio que são normalmente empréstimos de curto e médio prazos.

**Financiamentos para construção de imóveis** - os financiamentos para construção de imóveis consistem basicamente de empréstimos hipotecários destinados a empresas de construção, que em geral, têm vencimentos de médio prazo.

**Arrendamento mercantil (“Leasing”)** - contratos de “leasing” consistem basicamente de arrendamentos de equipamentos e automóveis, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas.

**Pessoas físicas** - empréstimos hipotecários a pessoas físicas para aquisição de casa própria que, em geral, têm vencimentos de longo prazo; cartões de crédito; e linhas de crédito pessoais por meio de limites de créditos previamente aprovados, em decorrência de saques a descoberto sobre contas de depósitos. Nós oferecemos também às pessoas físicas, empréstimos pessoais para outras necessidades, classificados como “outros financiamentos”, dos quais mais de 89% consistem, na data da tabela anterior, de empréstimos para aquisição de veículos e o crédito ao consumidor.

**Crédito rural** - representa empréstimos a tomadores que operam em atividades rurais, inclusive plantio, produção, criação de animais e reflorestamento.



**Setor público** - operações de crédito ao setor público são empréstimos destinados a entidades ou órgãos federais, estaduais e municipais brasileiros.

**Créditos de curso anormal** - nós classificamos todos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como de curso anormal. Uma vez que os créditos sejam classificados como de curso anormal, nós paramos de apropriar juros sobre eles.

**Impairment** - clientes com créditos de valores significativos que representem ou possuam indícios de que poderão vir a apresentar problemas de inadimplência ou deterioração de qualidade creditícia, com potencial de perdas de crédito para a Organização, são qualificados como “impaired”, estando sujeitos à revisão de sua perda (“impairment”), de acordo com o SFAS 114, “Contabilização de Inadimplência de Empréstimo por um Credor”, conforme alterado pelo SFAS 118.

Avaliamos os créditos “impaired” baseados:

- no valor presente do fluxo de caixa esperado, descontado na taxa contratada do empréstimo;
- na observação do valor de mercado dos empréstimos; ou
- no valor de realização da garantia dos empréstimos.

Por meio da provisão para perdas em operações de crédito, estabelecemos uma provisão para avaliação relativamente à diferença entre o valor contábil do empréstimo em inadimplência e seu valor esperado de realização, conforme acima determinado. A provisão para perdas com operações de crédito é ajustada a cada período, tendo em vista as variações na carteira de operações de crédito.

Para os créditos em curso anormal não enquadrados como “impaired”, nós constituímos uma provisão até 100% do valor de nossos créditos, no momento ou antes que se tornem 180 dias vencidos, dependendo de seu rating de crédito.

Os empréstimos de saldos menores, tais como: cheque especial, cartões de crédito, empréstimos hipotecários residenciais e crédito ao consumidor, são agregados para a finalidade de avaliação do risco de inadimplência com base em nossa experiência histórica e perspectivas futuras. Os empréstimos de saldos maiores são avaliados, baseados nas características de risco de cada devedor.

### ***Baixas***

Os créditos são baixados usualmente entre 180 e 360 dias de vencimento, conforme sua classificação de risco inicial. Em geral, a baixa ocorre ao final de 360 dias. Apenas para créditos com prazos mais longos (superiores a 36 meses), a baixa pode ser postergada, ocorrendo em até 540 dias.

Em geral nós mantemos os empréstimos vencidos como créditos de curso anormal antes de baixá-los. De acordo com as políticas anteriores, nós mantínhamos os créditos de curso anormal por apenas 240 dias antes de baixá-los. Como resultado da adoção de novas políticas, o saldo de nossos créditos de curso anormal aumentou em um valor igual ao valor dos empréstimos que estavam entre 240 a 360 dias em atraso. Além disso, já que as provisões para perdas com operações de crédito relativas a quaisquer empréstimos permanecem em nossos registros até que o empréstimo seja baixado, a nossa provisão para perdas com operações de crédito também aumentou quando implementamos a nova política. Visto que o

valor da provisão para cada crédito de curso anormal vencido há mais de 240 dias é igual ao valor daquele empréstimo, o valor deste aumento também ficou igual ao valor dos créditos que estavam entre 240 a 360 dias em atraso.

Não efetuamos alterações em nosso sistema de classificação de empréstimos. Para maiores informações sobre nossa categorização de empréstimos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito” e “Classificação da Carteira de Operações de Crédito”.

## Vencimentos e Taxas de Juros das Operações de Crédito

As tabelas a seguir apresentam a distribuição de vencimentos de nossas operações de crédito por tipo, bem como a composição da carteira de operações de crédito por taxa de juros e vencimento no período indicado:

31 de dezembro de 2004										
	Devido de 30 dias ou menos	Devido de 31 a 90 dias	Devido de 91 a 180 dias	Devido de 181 a 360 dias	Devido de 1 a 3 anos	Devido após 3 anos	Sem vencimento declarado <sup>(2)</sup>	Empréstimos totais brutos	Provisão para perdas em operações de crédito	Total
(Em milhões de reais)										
<b>Tipos de operações de crédito</b>										
<b>Comerciais:</b>										
Industriais e outros .....	R\$3.969	R\$7.512	R\$3.547	R\$3.001	R\$3.910	R\$1.210	R\$934	R\$24.083	R\$(1.600)	R\$22.483
Financiamento à importação.	273	387	297	187	10	88	26	1.268	(45)	1.223
Financiamento à exportação.	1.486	1.759	1.445	824	1.824	842	71	8.251	(122)	8.129
<b>Financiamento para</b>										
construção de imóveis .....	5	15	58	69	217	84	24	472	(23)	449
Arrendamento mercantil .....	173	181	234	414	602	11	46	1.661	(53)	1.608
<b>Pessoas físicas:</b>										
Cheque especial .....	1.164	-	-	-	-	-	278	1.442	(191)	1.251
<b>Empréstimos hipotecários</b>										
residenciais .....	42	40	35	112	291	393	134	1.047	(111)	936
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	1.660	2.442	2.558	3.533	4.544	122	929	15.788	(1.415)	14.373
Cartão de crédito .....	-	-	-	-	-	-	1.476	1.476	(188)	1.288
Crédito rural .....	187	400	984	1.164	958	2.326	63	6.082	(302)	5.780
<b>Empréstimos em moeda</b>										
estrangeira .....	130	70	466	374	547	-	4	1.591	(13)	1.578
Setor público .....	-	-	1	1	3	10	-	15	-	15
<b>Total .....</b>	<b>R\$9.089</b>	<b>R\$12.806</b>	<b>R\$9.625</b>	<b>R\$9.679</b>	<b>R\$12.906</b>	<b>R\$5.086</b>	<b>R\$3.985</b>	<b>R\$63.176</b>	<b>R\$(4.063)</b>	<b>R\$59.113</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

(2) Consistem basicamente de cartões de crédito e créditos de curso anormal.

31 de dezembro de 2004								
	Devido de 30 dias ou menos	Devido de 31 a 90 dias	Devido de 91 a 180 dias	Devido de 181 a 360 dias	Devido de 1 a 3 anos	Devido após 3 anos	Sem vencimento declarado	Empréstimo: totais brutos
(em milhões de reais)								
<b>Tipos de empréstimos a</b>								
<b>clientes por vencimento:</b>								
Taxas pós-fixadas <sup>(1)</sup> .....	R\$2.415	R\$3.300	R\$4.197	R\$4.263	R\$6.145	R\$4.260	R\$2.206	R\$26.786
Taxas prefixadas .....	6.674	9.506	5.428	5.416	6.761	826	1.779	36.390
<b>Total .....</b>	<b>R\$9.089</b>	<b>R\$12.806</b>	<b>R\$9.625</b>	<b>R\$9.679</b>	<b>R\$12.906</b>	<b>R\$5.086</b>	<b>R\$3.985</b>	<b>R\$63.176</b>

(1) Incluímos créditos de curso anormal.

## Processo de Aprovação de Crédito

Para uma descrição mais detalhada de nosso processo de aprovação de créditos, veja “A Companhia - Gestão de Risco - Crédito.”

## Indexação

Praticamente toda nossa carteira de operações de crédito é expressa em reais. Contudo, uma parte de nossa carteira é indexada a moedas estrangeiras, predominantemente o dólar norte-americano. Nossas operações de crédito, indexadas ao dólar norte-americano, consistem do repasse de fundos em “Eurobonds” e do financiamento a exportações e importações. Em muitos casos, os clientes contratam operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco da variação cambial.

## Créditos de curso anormal e provisão para perdas com operações de crédito

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossos créditos de curso anormal (que consistem totalmente de empréstimos que não rendem juros), bem como alguns índices de qualidade de ativos, relativamente aos períodos indicados. Agregamos empréstimos homogêneos e de baixo valor, tais como: cheques especiais, empréstimos em parcelas de clientes e financiamentos de cartões de crédito a fim de medir os créditos inadimplentes. Avaliamos os empréstimos de maior valor com base nas características de risco de cada tomador individual. Não temos qualquer empréstimo reestruturado significativo.

	Em 31 de dezembro de:				
	2000	2001	2002	2003	2004
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
Empréstimos de curso anormal.....	R\$1.689	R\$2.257	R\$2.341	R\$2.144	R\$2.206
Bens não de uso, líquidos de provisão.....	213	192	257	194	229
<b>Total de créditos de curso anormal e bens não de uso próprio ....</b>	<b>1.902</b>	<b>2.449</b>	<b>2.598</b>	<b>2.338</b>	<b>2.435</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	2.345	2.941	3.455	3.846	4.063
<b>Total das operações de crédito .....</b>	<b>R\$39.439</b>	<b>R\$44.994</b>	<b>R\$52.324</b>	<b>R\$54.795</b>	<b>R\$63.176</b>
Percentagem do total de empréstimos de curso anormal sobre o total de					
operações de crédito .....	4,3%	5,0%	4,5%	3,9%	3,5%
Percentagem do total de empréstimos de curso anormal e bens não de uso					
próprio sobre o total de operações de crédito.....	4,8	5,4	5,0	4,3	3,9
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre o total de operações de crédito .....	5,9	6,5	6,6	7,0	6,4
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os					
empréstimos de curso anormal .....	138,8	130,3	147,6	179,4	184,2
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os					
empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio .....	123,3	120,1	133,0	164,5	166,9
Percentagem das baixas líquidas durante o período sobre o saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal.....	2,1%	2,7%	3,9%	3,1%	2,1%

Nós não temos montantes significativos em empréstimos estrangeiros. Em grande parte, todos os nossos ativos são denominados em reais.

## Empréstimos Estrangeiros em Aberto

O valor agregado dos ativos financeiros a receber de clientes de países estrangeiros não excede a 1% do valor total dos ativos. Portanto, não acreditamos que essas informações sejam significativas para um entendimento dos riscos associados à nossa carteira de operações de crédito.

Adicionalmente, nossa base de depósitos é, basicamente, composta de clientes residentes no Brasil e o valor de depósitos em nossas agências fora do Brasil é menor do que 10% do total de nossos depósitos e, portanto, não é considerado significativo.

## Operações de Crédito por Atividade Econômica

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito por atividade econômica dos clientes nas datas indicadas e não inclui créditos de curso anormal.

	Em 31 de dezembro de:					
	2002		2003		2004	
	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
<b>Industriais:</b>						
Alimentos, bebidas e tabaco.....	R\$2.769	5,5%	R\$3.066	5,8%	R\$3.366	5,5%
Equipamentos eletro-eletrônicos e de comunicações.....	545	1,1	532	1,0	1.088	1,8
Produtos químicos e farmacêuticos.....	1.671	3,3	1.416	2,7	1.738	2,8
Construção civil.....	1.004	2,0	854	1,6	894	1,5
Setores de metais básicos.....	2.438	4,9	2.805	5,3	1.623	2,7
Têxteis, vestuário e produtos de couro ..	1.163	2,3	977	1,9	1.046	1,7
Fabricação de maquinário e equipamentos.....	1.049	2,1	929	1,8	1.307	2,1
Papel, produtos de papel, impressão e publicidade .....	1.586	3,2	1.609	3,0	1.337	2,2
Setor automotivo.....	1.060	2,1	2.074	3,9	2.484	4,1
Minerais não metálicos.....	222	0,4	225	0,4	302	0,5
Borracha e plásticos.....	484	1,0	616	1,2	764	1,3
Tecnologia de informação e equipamentos para escritório.....	95	0,2	33	0,1	55	0,1
Madeira e produtos de madeira, inclusive móveis.....	449	0,9	458	0,9	578	1,0
Setor extrativo.....	355	0,7	386	0,7	266	0,4
Petroquímicos.....	78	0,2	204	0,4	448	0,7
Outros setores industriais.....	1.794	3,6	2.257	4,3	846	1,4
<b>Subtotal .....</b>	<b>16.762</b>	<b>33,5</b>	<b>18.441</b>	<b>35,0</b>	<b>18.142</b>	<b>29,8</b>
<b>Pessoas físicas:</b>						
Créditos ao consumidor.....	10.466	20,9	12.738	24,2	17.571	28,8
Empréstimos hipotecários residenciais ..	1.200	2,4	1.097	2,1	921	1,5
Financiamento de contratos de arrendamento .....	103	0,2	56	0,1	44	0,1
<b>Subtotal .....</b>	<b>11.769</b>	<b>23,5</b>	<b>13.891</b>	<b>26,4</b>	<b>18.536</b>	<b>30,4</b>
<b>Construção de imóveis.....</b>	<b>427</b>	<b>0,9</b>	<b>415</b>	<b>0,8</b>	<b>449</b>	<b>0,7</b>
<b>Comerciais:</b>						
Varejo .....	2.919	5,8	3.295	6,3	5.632	9,3
Atacado .....	4.971	10,0	3.593	6,8	3.428	5,6
Serviços de hospedagem e “buffet”.....	218	0,4	193	0,4	225	0,4
<b>Subtotal .....</b>	<b>8.108</b>	<b>16,2</b>	<b>7.081</b>	<b>13,5</b>	<b>9.285</b>	<b>15,3</b>
<b>Serviços financeiros:</b>						
Instituições financeiras .....	691	1,4	552	1,0	969	1,6
Seguradoras e planos de previdência complementar .....	6	-	8	-	16	-
<b>Subtotal .....</b>	<b>697</b>	<b>1,4</b>	<b>560</b>	<b>1,0</b>	<b>985</b>	<b>1,6</b>
<b>Serviços:</b>						
Telecomunicações .....	2.702	5,4	1.917	3,6	1.462	2,4
Prestadores de serviços.....	1.173	2,3	1.370	2,6	1.358	2,2

Transporte .....	1.710	3,4	1.999	3,8	2.717	4,5
Imobiliários .....	554	1,1	731	1,4	496	0,8
Serviços de saúde e sociais .....	381	0,8	413	0,8	467	0,8
Lazer .....	444	0,9	374	0,7	332	0,5
Educação .....	150	0,3	208	0,4	245	0,4
Administração e defesa pública .....	8	-	2	-	11	-
Outros .....	1.176	2,4	845	1,6	451	0,7
<b>Subtotal .....</b>	<b>8.298</b>	<b>16,6</b>	<b>7.859</b>	<b>14,9</b>	<b>7.539</b>	<b>12,3</b>
<b>Agricultura, criação, silvicultura e pesca .....</b>	<b>3.922</b>	<b>7,9</b>	<b>4.404</b>	<b>8,4</b>	<b>6.034</b>	<b>9,9</b>
<b>Total .....</b>	<b>R\$49.983</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$52.651</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$60.970</b>	<b>100,0%</b>

### Classificação da Carteira de Operações de Crédito

A tabela a seguir mostra a classificação de nossa carteira de operações de crédito por categoria de risco, em 31 de dezembro de 2004, em que AA representa risco mínimo de crédito e H representa risco de crédito extremamente alto. Em 31 de dezembro de 2004, aproximadamente 92,6% de nossa carteira de operações de crédito era classificada entre as categorias AA e C, representando empréstimos em regime de competência total.

Nível de risco	Empréstimos	Empréstimos de curso anormal (Em milhões de reais)	Provisão para perdas com operações de créditos
AA .....	R\$15.489	-	-
A .....	28.035	-	R\$136
B .....	4.516	-	66
C .....	10.433	-	748
D .....	1.356	R\$342	454
E .....	130	220	167
F .....	318	211	348
G .....	147	164	293
H .....	546	1.269	1.851
<b>Total .....</b>	<b>R\$60.970</b>	<b>R\$2.206</b>	<b>R\$4.063</b>

### Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a provisão para perdas com operações de crédito por modalidade relativamente aos períodos indicados:

	2000	2001	2002	2003	2004
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
<b>Saldo no início do período:</b>	<b>R\$1.783</b>	<b>R\$2.345</b>	<b>R\$2.941</b>	<b>R\$3.455</b>	<b>R\$3.846</b>
<b>Baixado do ativo:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros .....	(493)	(657)	(751)	(1.006)	(853)
Financiamento à importação .....	(2)	(22)	(5)	(14)	(5)
Financiamento à exportação .....	(17)	-	(6)	(28)	(13)
Financiamento para construção de imóveis .....	(1)	(67)	(5)	(5)	(5)
Arrendamento mercantil .....	(59)	(29)	(31)	(85)	(31)
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	(15)	(9)	(287)	(284)	(278)
Empréstimos hipotecários residenciais .....	(46)	(185)	(26)	(72)	(135)
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	(60)	(88)	(900)	(290)	(207)
Cartão de crédito .....	(47)	(4)	(162)	(163)	(287)
Crédito rural .....	(89)	(341)	(145)	(109)	(8)
Empréstimos em moeda estrangeira .....	(70)	(12)	(2)	(2)	(2)
<b>Total baixado do ativo .....</b>	<b>(899)</b>	<b>(1.414)</b>	<b>(2.320)</b>	<b>(2.058)</b>	<b>(1.824)</b>

**Recuperações:**

Comerciais:					
Industriais e outros.....	82	52	69	144	286
Financiamento à importação.....	-	-	2	-	1
Financiamento à exportação.....	-	-	1	-	-
Financiamento para construção de imóveis.....	4	3	1	-	-
Arrendamento mercantil.....	18	16	17	18	4
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	6	17	83	48	54
Empréstimos hipotecários residenciais.....	71	76	5	2	69
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	20	38	97	193	175
Cartão de crédito.....	5	33	15	7	7
Crédito rural.....	8	5	1	3	5
Empréstimos em moeda estrangeira.....	3	7	-	-	11
<b>Total das recuperações.....</b>	<b>217</b>	<b>247</b>	<b>291</b>	<b>415</b>	<b>612</b>
<b>Valor líquido baixado do ativo.....</b>	<b>(682)</b>	<b>(1.167)</b>	<b>(2.029)</b>	<b>(1.643)</b>	<b>(1.212)</b>
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito...	<b>1.244</b>	<b>1.763</b>	<b>2.543</b>	<b>2.034</b>	<b>1.429</b>
<b>Saldo no final do período.....</b>	<b>R\$2.345</b>	<b>R\$2.941</b>	<b>R\$3.455</b>	<b>R\$3.846</b>	<b>R\$4.063</b>
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal.....	2,1%	2,7%	3,9%	3,1%	2,1%

(1) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Com base em informações disponíveis sobre nossos devedores, acreditamos que o valor da provisão para perdas com operações de crédito é suficiente para cobrir prováveis perdas em nossa carteira de operações de crédito.

A tabela a seguir apresenta nossa provisão para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e recuperações incluídas nos resultados de operações relativamente aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:			% de alteração	
	2002	2003	2004	2003/2002	2004/2003
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	R\$2.543	R\$2.034	R\$1.429	(20,0)%	(29,7)%
Empréstimos baixados.....	(2.320)	(2.058)	(1.824)	(11,3)	(11,4)
Empréstimos recuperados.....	291	415	612	42,6	47,5
Líquido baixado do ativo.....	R\$(2.029)	R\$(1.643)	R\$(1.212)	(19,0)%	(26,2)%
Provisão para perdas com operações de crédito <sup>(1)</sup> ..	4,9%	3,8%	2,5%		

(1) Provisão como uma percentagem da média de empréstimos em aberto.

**Alocação da Provisão para Perdas com Operações de Crédito**

As tabelas a seguir apresentam a alocação da provisão para perdas com operações de crédito relativamente aos períodos indicados. O valor da provisão alocada e a categoria de operações de crédito são expressos como uma percentagem do total de operações de crédito.

## 31 de dezembro de 2000

	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito <sup>(1)</sup>	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito <sup>(2)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>
<b>Provisão alocada</b>				
(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
<b>Tipo de operações de crédito:</b>				
Comerciais:				
Industriais e outros .....	R\$956	2,5%	2,4%	43,2%
Financiamento à importação .....	33	0,1	0,1	4,0
Financiamento à exportação .....	35	0,1	0,1	12,1
Financiamento para construção de imóveis .....	63	0,2	0,1	1,4
Arrendamento mercantil .....	139	0,4	0,3	5,4
Pessoas físicas:				
Cheque especial .....	65	0,2	0,2	1,7
Empréstimos hipotecários residenciais .....	198	0,5	0,5	4,3
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	279	0,7	0,7	14,5
Cartão de crédito .....	23	0,1	0,1	1,7
Crédito rural .....	430	1,1	1,1	7,7
Empréstimos em moeda estrangeira .....	124	0,3	0,3	4,0
<b>Total .....</b>	<b>R\$2.345</b>	<b>6,2%</b>	<b>5,9%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

## 31 de dezembro de 2001

	Provisão alocada como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	Provisão alocada como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>
<b>Provisão alocada</b>				
(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
<b>Tipo de operações de crédito:</b>				
Comerciais:				
Industriais e outros .....	R\$1.671	3,9%	3,7%	42,6%
Financiamento à importação .....	45	0,1	0,1	3,5
Financiamento à exportação .....	30	0,1	0,1	12,1
Financiamento para construção de imóveis .....	27	0,1	0,1	1,3
Arrendamento mercantil .....	123	0,3	0,3	3,9
Pessoas físicas:				
Cheque especial .....	92	0,2	0,2	2,8
Empréstimos hipotecários residenciais .....	155	0,4	0,3	2,9
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	374	0,9	0,8	16,1
Cartão de crédito .....	27	0,1	0,1	2,3
Crédito rural .....	339	0,8	0,7	6,9
Empréstimos em moeda estrangeira .....	58	0,1	0,1	5,6
<b>Total .....</b>	<b>R\$2.941</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,5%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

## 31 de dezembro de 2002

Provisão alocada	Provisão alocada como uma	Provisão alocada como uma	Categoria de operações de	Categoria de operações de



		percentagem do total de operação de crédito <sup>(1)</sup>	percentagem do total de operação de crédito <sup>(2)</sup>	crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros .....	R\$1.450	2,9%	2,8%	40,3%	40,2%
Financiamento à importação .....	42	0,1	0,1	2,6	2,5
Financiamento à exportação .....	95	0,2	0,2	15,7	15,1
Financiamento para construção de imóveis .....	53	0,1	0,1	0,9	0,9
Arrendamento mercantil .....	142	0,3	0,3	3,0	3,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	155	0,3	0,3	2,1	2,2
Empréstimos hipotecários residenciais .....	202	0,4	0,4	2,4	2,6
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	898	1,8	1,6	16,5	17,5
Cartão de crédito .....	82	0,2	0,2	2,3	2,4
Crédito rural .....	261	0,5	0,5	7,9	7,6
Empréstimos em moeda estrangeira .....	75	0,2	0,1	6,3	6,0
<b>Total .....</b>	<b>R\$3.455</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluímos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

31 de dezembro de 2003					
		Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito <sup>(1)</sup>	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito <sup>(2)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros .....	R\$1.738	3,3%	3,2%	40,1%	40,0%
Financiamento à importação .....	57	0,1	0,1	1,3	1,3
Financiamento à exportação .....	83	0,2	0,1	15,9	15,3
Financiamento para construção de imóveis .....	32	0,1	0,1	0,8	0,8
Arrendamento mercantil .....	115	0,2	0,2	2,6	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	179	0,3	0,3	2,2	2,4
Empréstimos hipotecários residenciais .....	253	0,5	0,5	2,1	2,3
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	974	1,9	1,8	19,4	20,0
Cartão de crédito .....	121	0,2	0,2	2,6	2,7
Crédito rural .....	269	0,5	0,5	8,4	8,1
Empréstimos em moeda estrangeira .....	25	-	-	4,6	4,5
<b>Total .....</b>	<b>R\$3.846</b>	<b>7,3%</b>	<b>7,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluímos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

31 de dezembro de 2004					
		Provisão alocada como uma percentagem do	Provisão alocada como uma percentagem do	Categoria de operações de crédito como uma	Categoria de operações de crédito como uma
<b>Provisão alocada</b>					

		total de operação de crédito <sup>(1)</sup>	total de operação de crédito <sup>(2)</sup>	percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros .....	R\$1.600	2,6%	2,5%	38,3%	38,1%
Financiamento à importação .....	45	0,1	0,1	2,1	2,0
Financiamento à exportação .....	122	0,2	0,2	13,4	13,1
Financiamento para construção de imóveis .....	23	-	-	0,7	0,7
Arrendamento mercantil .....	53	0,1	0,1	2,7	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	191	0,3	0,3	2,1	2,3
Empréstimos hipotecários residenciais .....	111	0,3	0,2	1,5	1,7
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	1.415	2,3	2,2	24,6	25,0
Cartão de crédito .....	188	0,3	0,3	2,1	2,4
Crédito rural .....	302	0,5	0,5	9,9	9,6
Empréstimos em moeda estrangeira .....	13	-	-	2,6	2,5
<b>Total .....</b>	<b>R\$4.063</b>	<b>6,7%</b>	<b>6,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

## Média dos Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média dos saldos de depósitos, bem como a média de taxas de juros pagas sobre depósitos relativamente aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	2002		2003		2004	
	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
<b>Depósitos domésticos:</b>						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista .....	<b>R\$9.678</b>	-	<b>R\$10.876</b>	-	<b>R\$13.163</b>	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos interfinanceiros .....	223	16,1%	657	16,9%	90	15,6%
Depósitos de poupança.....	19.033	8,3	20.680	9,9	22.499	7,4
Depósitos a prazo .....	<u>18.392</u>	16,0	<u>20.629</u>	20,0	<u>21.871</u>	14,8
<b>Total de depósitos que incidem juros .....</b>	<b><u>37.648</u></b>	<b>12,1</b>	<b><u>41.966</u></b>	<b>14,9</b>	<b><u>44.460</u></b>	<b>11,0</b>
<b>Total de depósitos domésticos .....</b>	<b><u>47.326</u></b>	<b>9,6</b>	<b><u>52.842</u></b>	<b>11,8</b>	<b><u>57.623</u></b>	<b>8,5</b>
<b>Depósitos internacionais <sup>(1)</sup>:</b>						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista .....	<b>182</b>	-	<b>270</b>	-	<b>206</b>	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos a prazo .....	<u>2.955</u>	8,5	<u>3.601</u>	3,1	<u>3.288</u>	2,6
<b>Total de depósitos que incidem juros .....</b>	<b><u>2.955</u></b>	<b>8,5</b>	<b><u>3.601</u></b>	<b>3,1</b>	<b><u>3.288</u></b>	<b>2,6</b>
<b>Total de depósitos internacionais .....</b>	<b><u>3.137</u></b>	<b>8,0</b>	<b><u>3.871</u></b>	<b>2,9</b>	<b><u>3.494</u></b>	<b>2,5</b>
<b>Total de depósitos .....</b>	<b><u>R\$50.463</u></b>	<b>9,5%</b>	<b><u>R\$56.713</u></b>	<b>11,2%</b>	<b><u>R\$61.117</u></b>	<b>8,2%</b>

(1) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente em dólares norte-americanos.

## Vencimentos dos Depósitos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossos depósitos por vencimentos na data indicada:

	31 de dezembro de 2004				Total
	Vencimento em até 3 meses	Vencimento de 3 a 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento após 1 ano	
(Em milhões de reais)					
<b>Depósitos domésticos:</b>					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista <sup>(1)</sup> .....	<b>R\$15.155</b>	-	-	-	<b>R\$15.155</b>
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros .....	20	-	-	-	20
Depósitos de poupança <sup>(1)</sup> .....	24.783	-	-	-	24.783
Depósitos a prazo .....	4.870	R\$2.653	R\$3.586	R\$15.137	26.246
<b>Total de depósitos que incidem juros.....</b>	<b>29.673</b>	<b>2.653</b>	<b>3.586</b>	<b>15.137</b>	<b>51.049</b>
<b>Total de depósitos domésticos .....</b>	<b>44.828</b>	<b>2.653</b>	<b>3.586</b>	<b>15.137</b>	<b>66.204</b>
<b>Depósitos internacionais<sup>(2)</sup>:</b>					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista .....	<b>229</b>	-	-	-	<b>229</b>
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros .....	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo .....	1.460	179	166	409	2.214
<b>Total de depósitos que incidem juros .....</b>	<b>1.460</b>	<b>179</b>	<b>166</b>	<b>409</b>	<b>2.214</b>
<b>Total de depósitos internacionais.....</b>	<b>1.689</b>	<b>179</b>	<b>166</b>	<b>409</b>	<b>2.443</b>
<b>Total de depósitos .....</b>	<b>R\$46.517</b>	<b>R\$2.832</b>	<b>R\$3.752</b>	<b>R\$15.546</b>	<b>R\$68.647</b>

(1) Os depósitos à vista e de poupança estão classificados no vencimento em três meses ou menos, sem considerar a média história do giro.

(2) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente em dólares norte-americanos.

A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento de depósitos a prazo em aberto na data indicada com saldos superiores a US\$100.000 (ou seu equivalente) por vencimento:

	31 de dezembro de 2004	
	Moeda local	Moeda internacional
(Em milhões de reais)		
Vencimento em até 3 meses .....	R\$3.981	R\$1.316
Vencimento de 3 a 6 meses.....	1.736	170
Vencimento de 6 a 12 meses .....	1.763	161
Vencimento após 12 meses .....	7.444	405
<b>Total de depósitos superiores a US\$100.000.....</b>	<b>R\$14.924</b>	<b>R\$2.052</b>

## Captações no Mercado Aberto e Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

As captações no mercado aberto e obrigações por empréstimo de curto prazo totalizaram R\$24.804 milhões em 31 de dezembro de 2004, R\$35.285 milhões em 31 de dezembro de 2003 e R\$17.272 milhões em 31 de dezembro de 2002. As principais categorias de obrigações por empréstimos de curto prazo são: financiamentos à importação e exportação e os “commercial papers”.

A tabela a seguir apresenta um resumo das captações no mercado aberto e das obrigações por empréstimos de curto prazo relativas aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2002	2003	2004
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
<b>Captações no mercado aberto:</b>			
Saldo em aberto.....	R\$7.633	R\$27.490	R\$16.532
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$13.361	R\$27.490	R\$26.596
Média ponderada da taxa de juros para o final do período.....	21,1%	15,1%	14,1%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$9.670	R\$15.486	R\$18.070
Média ponderada aproximada da taxa de juros real.....	21,2%	18,4%	13,2%
<b>Financiamentos à importação e exportação:</b>			
Saldo em aberto.....	R\$7.741	R\$6.034	R\$5.340
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$10.167	R\$8.114	R\$6.777
Média ponderada da taxa de juros para o final do período.....	2,8%	1,7%	1,9%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$7.902	R\$7.187	R\$5.765
Média ponderada aproximada da taxa de juros real.....	46,4%	(6,7)%	(4,3)%
<b>“Commercial paper”:</b>			
Saldo em aberto.....	R\$1.884	R\$1.761	R\$2.920
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$2.609	R\$2.530	R\$3.518
Média ponderada da taxa de juros para o final do período.....	1,7%	0,4%	1,6%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$2.235	R\$2.032	R\$2.673
Média ponderada aproximada da taxa de juros real.....	13,8%	4,7%	6,1%
<b>Outros .....</b>	R\$14	-	R\$12
<b>Total .....</b>	<b>R\$17.272</b>	<b>R\$35.285</b>	<b>R\$24.804</b>

## Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras

*Esta análise deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e as notas explicativas às mesmas e com outras informações financeiras incluídas em outras partes deste relatório anual.*

### Visão Geral

#### *Condições Econômicas Brasileiras*

Nossos resultados de operações são diretamente afetados pelas condições econômicas no Brasil. As condições econômicas impactam diretamente a habilidade usual de nossos clientes em pagar suas obrigações pontualmente, o que afeta nosso provisionamento para perdas com créditos e o saldo de créditos em aberto. Além disso, o impacto das condições econômicas sobre as taxas de câmbio afeta a

nossa receita financeira líquida, porque parte de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

O crescimento do Brasil ficou mais lento em 2001, depois de um forte crescimento em 2000, devido ao impacto da crise econômica em andamento na Argentina e ao baixo nível de crescimento da economia americana, que levaram a declínios de investimentos e consumos no Brasil, bem como em outros mercados emergentes. A situação econômica foi agravada pelo anúncio do Governo, em maio de 2001, das medidas para redução do consumo de energia elétrica, em resposta à crise energética. O impacto das medidas de economia de eletricidade que foram retiradas em fevereiro de 2002, juntamente com a situação econômica da Argentina e dos Estados Unidos, contribuíram para taxas mais baixas de crescimento do PIB, que foi de 1,5% em 2001 comparado a 4,5% em 2000. A inflação foi de 10,4% em 2001 comparada a 9,8% em 2000, conforme medida pelo “Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna” ou IGP-DI, um índice geral de preço emitido mensalmente pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. A desvalorização do real foi de 18,7% em relação ao dólar norte-americano durante o ano de 2001. Ao mesmo tempo, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros em quatro ocasiões, de 18 de abril de 2001 a 18 de julho de 2001, de 15,25% para 19,8%.

O crescimento da economia brasileira continuou lento em 2002, já que a incerteza política relativa às eleições presidenciais e aos baixos níveis de crescimento da economia americana continuaram a conduzir a declínios em investimentos e consumo no Brasil. O PIB cresceu 1,5% em 2002, assim como em 2001. A inflação foi de 26,4% em 2002, conforme medida pelo IGP-DI. O real desvalorizou-se em 52,3% contra o dólar norte-americano durante 2002. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, três vezes entre 20 de fevereiro e 17 de julho de 2002, de 19,00% para 18,00%. Entre 14 de outubro de 2002 e 18 de dezembro de 2002, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros para 25,00%.

A economia apresentou uma melhora no ano de 2003. A confiança dos investidores aumentou, já que a nova administração continuou, em grande parte, com as políticas macroeconômicas do governo anterior, incluindo a ênfase na responsabilidade fiscal, e o real valorizou-se em 18,2% sobre o dólar norte-americano. Entretanto, o crescimento econômico geral caiu, já que o PIB contraiu-se em 0,2% durante 2003, comparado a um crescimento de 1,5% em 2002. Essa contração foi devida, em grande parte, ao efeito das altas taxas de juros, que foram mantidas em níveis mais altos a fim de combater pressões inflacionárias, durante o primeiro semestre do ano, restringindo o crescimento econômico. O Banco Central aumentou a taxa de juros básica de 25% em 1º de janeiro de 2003 para 26,5% em 19 de fevereiro de 2003 e manteve-a até 18 de junho de 2003, quando passou a diminuir gradativamente chegando ao final de dezembro de 2003 em 16,5%. Durante o segundo semestre de 2003, a economia brasileira mostrou sinais de melhora, crescendo aproximadamente 7,2% durante o terceiro trimestre e 1,5% durante o quarto, comparando-se ao trimestre anterior.

O ambiente econômico em 2004 continuou a melhorar apesar das incertezas no cenário internacional, principalmente, na economia norte-americana e à elevação internacional do preço do petróleo, que continuou a enfraquecer o crescimento. O preço elevado de commodities básicos no Brasil contribuiu para um índice elevado de inflação de 7,7% em 2003 para 12,1% em 2004. A economia brasileira resistiu a esses fatores e continuou a se recuperar em grande parte devido a solidez de sua economia de exportação.

Durante o ano de 2004, o PIB cresceu 4,9% em relação ao ano de 2003 e o real teve uma valorização de 8,1% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$2,6544 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2004, comparado com R\$2,8892 em 31 de dezembro de 2003. Como

resultado de pressões inflacionárias crescentes sobre a economia brasileira, o Banco Central diminuiu a taxa de básica de juros de 16,5% para 16,0% em abril de 2004, mas começou a elevá-la no final do ano, atingindo 17,75% em dezembro de 2004.

A economia brasileira continuou a mostrar sinais de melhora nos primeiros cinco meses de 2005. Durante primeiro trimestre de 2005, o PIB aumentou 2,9% sobre o mesmo período de 2004, e o real valorizou-se para R\$2,4038 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2005, comparado a R\$2,6544 em 31 de dezembro de 2004, com uma cotação mais alta de R\$2,7621 por dólar norte-americano e uma cotação mais baixa de R\$2,3784 por dólar norte-americano durante o período. Nos primeiros cinco meses de 2005 o Banco Central aumentou em cinco vezes a taxa básica de juros de 17,75% em dezembro de 2004 para 19,75% em maio de 2005. A inflação para os primeiros cinco meses de 2005 foi 1,99%. Em 20 de junho de 2005 a taxa de câmbio era de R\$2,3855 por dólar norte-americano.

A tabela a seguir indica a inflação brasileira medida pelo IGP-DI, a desvalorização ou valorização do real com relação ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio no final do período e as taxas médias de câmbio relativamente aos períodos indicados:

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em reais, exceto porcentagens)</b>		
Inflação (IGP-DI).....	26,4%	7,7%	12,1%
Desvalorização (valorização) do real vs. dólar americano....	52,3%	(18,2)%	(8,1)%
Taxa de câmbio no final do período - US\$1,00 <sup>(1)</sup> .....	R\$3,5333	R\$2,8892	R\$2,6544
Taxa de câmbio média - US\$1,00 <sup>(2)</sup> .....	R\$2,9461	R\$3,0964	R\$2,9150

(1) A taxa de câmbio real/US\$ em 20 de junho de 2005 era de R\$2,3855.

(2) A taxa de câmbio média é a soma das taxas de câmbio do fechamento no final de cada mês no período, dividida pelo número de meses no período.

**Fontes:** FGV e Banco Central do Brasil.

A tabela a seguir mostra a mudança no PIB real e as taxas de juros interbancárias médias para os períodos indicados:

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Varição no PIB real <sup>(1)</sup> .....	1,5%	(0,2)%	4,9%
Taxas básicas de juros médias <sup>(2)</sup> .....	19,2	23,3	16,2
Taxas médias de juros interbancários <sup>(3)</sup> .....	19,1%	23,3%	16,2%

(1) Calculada pela divisão da variação PIB real durante período pelo PIB real do ano anterior.

(2) Calculada de acordo com a metodologia do Banco Central (com base em taxas nominais).

(3) Calculada de acordo com a metodologia da Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados - CETIP (com base em taxas nominais).

**Fontes:** Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e CETIP.

As taxas de juros interbancários têm sido relativamente similares e às vezes são mais baixas que a taxa básica média dos últimos três anos, devido à uma relativa alta nos níveis de captação disponíveis no setor bancário brasileiro e à elevada competição entre os bancos. Estes fatores mudam as taxas de juros interbancários em direção à taxa básica de juros, já que os bancos procuram usar suas captações disponíveis para se manterem competitivos.

### ***Efeitos da Desvalorização/Valorização e das Taxas de Juros sobre a Receita Líquida de Juros***

Durante os períodos de altas taxas de juros como aqueles ocorridos em certos períodos de 1998 até o primeiro semestre de 2003, e posteriormente, com aumento nas taxas de juros no segundo semestre de 2004, nossa receita financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossos ativos que rendem juros aumentaram. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossas obrigações, nas quais incidem juros, aumentaram. Mudanças nos volumes de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também produzem mudanças em receitas e despesas financeiras. Por exemplo, um aumento em nossa receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume de nossos empréstimos em aberto durante o período.

Além disso, quando o real é desvalorizado, como ocorreu em certos períodos de 1998 a 2002, e de maneira mais significativa em 1999 e em 2002, incorremos em perdas em nossos passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, tais como: nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa aumenta, e incorremos em ganhos em nossos ativos denominados em moedas estrangeiras, tais como nossos títulos e operações de crédito indexados ao dólar, quando a receita desses ativos mensuradas em reais aumenta.

Opostamente, quando o real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, como ocorreu em 2003 e em 2004, incorremos em perdas em nossos ativos monetários denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, e registramos ganhos em nossos passivos denominados em ou indexados a moeda estrangeira. Dessa forma, a redução de 28,5% na receita financeira oriunda de empréstimos em 2003 comparada a 2002 e a redução de 34,9% em nossa despesa financeira em 2003 comparada a 2002 foram ambas atribuíveis, em grande parte, à valorização do real de 18,2% contra o dólar durante 2003. Comparativamente, o real se valorizou apenas 8,1% em relação ao dólar norte-americano em 2004.

Em 2004 nossa receita financeira decresceu apenas 4,0% quando comparada a 2003 e nossa despesa financeira reduziu em 8,2% em 2004 comparado a 2003 e nossas taxas médias de juros, principalmente o CDI, que caiu de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo acréscimo no saldo médio das operações.



A tabela a seguir mostra nossos ativos e passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras para os períodos indicados:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Ativos:</b>			
Caixa e conta corrente em bancos .....	R\$1.050	R\$599	R\$380
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.548	4.069	4.751
Aplicações em operações compromissadas .....	285	4.503	1.011
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	943	502	211
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo .....	431	1.729	1.120
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo .....	715	2.478	4.443
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	1.543	547	1.088
Operações de crédito, líquidos .....	14.752	13.201	11.089
Outros ativos.....	193	1.195	1.306
<b>Total dos ativos .....</b>	<b>21.460</b>	<b>28.823</b>	<b>25.399</b>
<b>Contas de compensação - valor nominal:</b>			
Derivativos - posição comprada:			
Futuros .....	4.357	7.014	3.171
Termo .....	123	20	302
Opções .....	-	4	-
Swap .....	2.714	3.350	534
<b>Total.....</b>	<b>R\$28.654</b>	<b>R\$39.211</b>	<b>R\$29.406</b>
<b>Em 31 de dezembro de:</b>			
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Passivos:</b>			
Depósitos.....	R\$3.165	R\$4.207	R\$2.443
Captações no mercado aberto .....	730	3.406	924
Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	9.639	7.795	8.272
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	4.487	9.283	6.837
Outras obrigações .....	2.836	1.124	1.672
<b>Total dos passivos.....</b>	<b>20.857</b>	<b>25.815</b>	<b>20.148</b>
<b>Contas de compensação - valor nominal:</b>			
Derivativos - posição vendida:			
Futuros .....	660	8.718	6.742
Termo .....	157	550	275
Opções .....	-	148	47
Swap .....	4.589	2.904	2.636
<b>Total.....</b>	<b>26.263</b>	<b>38.135</b>	<b>29.848</b>
<b>Exposição líquida .....</b>	<b>R\$2.391</b>	<b>R\$1.076</b>	<b>R\$(442)</b>

O excesso de nossos ativos expressos e indexados em dólares sobre os passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, ajustados pelos instrumentos financeiros derivativos, bem como as taxas de juros mais altas que recebemos em nossos ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras comparados com os nossos passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, levaram a ganhos financeiros líquidos em nossa posição em moeda estrangeira para 2002 e 2003.

Em 2004, o excesso de nossos passivos expressos e indexados em dólares sobre os ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras, ajustados pelos instrumentos financeiros derivativos, levaram a ganhos financeiros líquidos, como resultado da valorização do real no período.

Usamos “swaps”, contratos futuros e outros instrumentos financeiros derivativos de proteção para minimizar o impacto potencial da desvalorização ou valorização da moeda. Para maiores informações sobre o nosso uso de derivativos para fins de proteção, veja notas 2(e), 2(f) e 22(b) das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Efeitos da Desvalorização e das Taxas de Juros sobre Atividades de Tesouraria e Operações de Crédito***

De maneira geral, a deterioração na economia brasileira ocasionou volumes crescentes de empréstimos vencidos entre nossos clientes. Consequentemente, durante esses períodos devemos elevar nossas provisões para perdas com operações de crédito. Em 2000, nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito eram de R\$1.244 milhões.

Entretanto, com a deterioração subsequente da economia em 2001 e 2002, nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito aumentaram para R\$1.763 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2001 e para R\$2.543 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito diminuíram para R\$2.034 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e R\$1.429 milhões em 31 de dezembro de 2004, apesar do aumento no saldo médio de nossa carteira de operações de crédito, refletindo aprimoramentos constantes em nosso processo para avaliar créditos potenciais, aliado ao processo contínuo de melhoria apresentado pela economia brasileira.

Nosso saldo de operações de crédito em aberto cresceu de R\$54.795 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$63.176 milhões em 31 de dezembro de 2004. Este aumento de 15,3% em nossas atividades de empréstimos resultou de nossos esforços contínuos de expansão, aliado ao aumento na confiança do consumidor e a retomada do crescimento econômico, tanto no mercado local quanto no mercado externo. Em virtude da demanda por crédito ter aumentado, reduzimos nossos investimentos em títulos e valores mobiliários de negociação ao valor justo de R\$37.073 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$33.094 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução foi compensada parcialmente pelo aumento na carteira de títulos e valores mobiliários de negociação, possibilitado pelo crescimento nas vendas de nossos contratos de investimento de previdência VGBL e PGBL.

### ***Impostos***

Nossa despesa com imposto de renda é constituída por dois componentes: o imposto de renda federal e uma contribuição social sobre o lucro. O imposto de renda federal inclui dois componentes: um imposto de renda federal e um imposto de renda adicional. Em 31 de dezembro de 2004, o imposto de renda federal foi calculado a uma alíquota combinada de 25% do lucro líquido ajustado. Na mesma data, a

contribuição social sobre o lucro foi calculada a uma alíquota de 9% do lucro líquido ajustado. Em 1º de fevereiro de 2000, a alíquota base efetivamente estabelecida para a contribuição social sobre o lucro foi de 8%, com um adicional de 1%, cobrado até 31 de dezembro de 2002. Em 1º de janeiro de 2003, a alíquota de contribuição social sobre o lucro deveria ser reduzida era 8%. Todavia, o Governo Federal decidiu manter a alíquota desse tributo em 9%.

As empresas brasileiras podem efetuar os pagamentos aos acionistas, caracterizados como distribuição dos juros sobre o capital próprio, como alternativa para o pagamento de dividendos, e podem deduzir esses pagamentos da receita tributável. Procuramos maximizar o montante de dividendos que pagamos na forma de juros sobre o capital próprio. Para maiores informações sobre a nossa despesa com impostos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Alocação do Lucro Líquido e Distribuição dos Dividendos” e “Implicações Fiscais - Distribuições de Juros sobre o Capital”.

### ***Impacto das Recentes Aquisições e Associações Importantes em Nossa Performance Financeira Futura***

Em dezembro de 2000, nós efetuamos um acordo de associação/serviços de telecomunicações com o Unibanco e a Portugal Telecom e duas de suas afiliadas. Conforme esse acordo, a BUS Holding tornou-se nossa subsidiária e seus resultados, conseqüentemente, foram consolidados aos nossos. No acordo original de associação, a BUS Holding recebeu um valor inicial em reais equivalente a R\$548 milhões, dos quais R\$335 milhões correspondiam a ágio na compra de nossa infra-estrutura de tecnologia, que está sendo amortizado à proporção de R\$67 milhões por ano. O pagamento e a amortização relacionada foram refletidos em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2001 e terão reflexo até 31 de dezembro de 2006. A transação foi finalizada em 2002, com a liquidação da BUS Holding. Para maiores informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - “Joint Venture” da BUS - Serviços de Telecomunicações.”

Em 20 de agosto de 2001, nós vencemos um processo de licitação pública organizado pelos Correios, para oferecer serviços bancários em seus postos de serviços. Nós assinamos o acordo mencionado com os Correios em setembro de 2001. O acordo com os Correios resultou em um aumento de nossas receitas e de nosso lucro, assim como de nossas despesas. O montante desses aumentos nas receitas, no lucro e nas despesas durante o restante do acordo são incertos, e conseqüentemente, não podemos estimar com segurança o impacto dessa transação em nossa performance financeira futura. Para maiores informações sobre o Acordo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - Banco Postal .”

Nos últimos três anos, fizemos as seguintes aquisições importantes:

- em janeiro de 2002, nós adquirimos o controle do Banco Mercantil e suas empresas controladas. Em março de 2003, incorporamos as ações dos acionistas minoritários do Banco Mercantil, convertendo em nossa subsidiária integral. Em maio de 2003, as agências, os ativos e passivos do Banco Mercantil foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil;

- em janeiro de 2002, adquirimos o controle do BEA, através de leilão, por um preço de compra de R\$182,9 milhões. Em junho de 2003, as agências, os ativos e passivos do BEA foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil;
- em fevereiro de 2002, nós adquirimos 100% das ações do BancoCidade e suas empresas controladas. Em junho de 2002, as agências, os ativos e passivos do BancoCidade foram incorporados ao BCN pelo valor contábil. Posteriormente, em 2004 o BCN foi incorporado pelo Bradesco;
- em janeiro de 2003, entramos em acordo para adquirir 100% das ações de emissão do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada. Quando concluímos a operação em junho de 2003, o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária integral e em setembro de 2003, todas as agências, ativos e passivos do BBV Banco foram transferidos para o Bradesco;
- em novembro de 2003, entramos em acordo para aquisição da totalidade das ações das Instituições Zogbi. Quando concluímos a operação em fevereiro de 2004, as Instituições Zogbi tornaram-se nossas subsidiárias integrais; e
- em fevereiro de 2004, adquirimos o controle do BEM em leilão, por um preço de R\$78 milhões. Em outubro de 2004, os ativos, passivos e agências foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil.

Em cada caso, acreditamos que as aquisições e as transferências relacionadas de ativos e passivos resultaram em um aumento em nossas receitas, despesas e lucro. Contudo, não contabilizamos separadamente estas aquisições e as operações adquiridas foram integradas em nossas operações. Dessa forma, não fomos capazes de quantificar o impacto financeiro destas aquisições. Do mesmo modo, esperamos que cada uma das aquisições e transferências relacionadas de ativos e passivos possam resultar em aumentos em nossas receitas e despesas no futuro. O valor de tais aumentos é incerto e, portanto, não se pode estimar com segurança o impacto destas transações sobre nosso desempenho financeiro futuro. Para maiores informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes.”

Com exceção do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada, nenhuma de nossas aquisições realizadas desde janeiro de 1998 foi significativa, se medido de acordo com o US GAAP.

## **POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

Nossas políticas contábeis significativas estão descritas na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas incluídas no Item 18. A seguinte discussão descreve aquelas áreas que exigem maior julgamento ou envolvem um grau mais alto de complexidade na aplicação das políticas contábeis, que afetam atualmente nossa situação financeira e o resultado das operações. As estimativas contábeis, que fazemos nestes contextos, nos obrigam a fazer suposições sobre assuntos que são altamente incertos. Em cada caso, se tivéssemos feito outras estimativas, ou se as mudanças nas estimativas ocorressem de período a período, poderiam ter tido um impacto significativo sobre nossa situação financeira ou resultado das operações, como demonstrado em nossas demonstrações financeiras.

### ***Provisão para Perdas com Operações de Crédito***

Nós ajustamos periodicamente nossa provisão para perdas com operações de crédito com base em uma análise de nossa carteira de operações de crédito, incluindo nossa estimativa das perdas prováveis em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil no final de cada período.

A determinação do valor da provisão para perdas com operações de crédito exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições com relação à nossa carteira de operações de crédito, tanto em bases individuais como em base da carteira. Quando revisamos nossa carteira como um todo, vários fatores podem afetar nossa estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Quando revisamos nossas operações de crédito em bases individuais, fazemos julgamentos relativos aos fatores que mais provavelmente devem afetar os níveis de risco e qual classificação de crédito específica atribuir. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas com operações de crédito, incluem:

- condições econômicas brasileiras gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento de nossa carteira de operações de crédito;
- política monetária do Governo Brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar operações de crédito ou confirmar a deterioração de crédito existente.

Nós usamos modelos para nos ajudar a analisar nossas operações de crédito e determinar quais provisões para perdas com operações de crédito a constituir. Embora nossos modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes do nosso julgamento e da qualidade das informações que recebemos. Além disso, a volatilidade da economia brasileira pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Conseqüentemente, até o ponto em que as perdas com operações de crédito reais diferem-se das previsões ou do julgamento da Administração, a provisão para perdas com operações de crédito pode não ser indicativa de baixas futuras.

Nossa determinação de provisão para perdas com operações de crédito é influenciada pela classificação de risco de cada operação de crédito. Assumindo uma oscilação positiva de 1,0% na taxa de inadimplência esperada para nossa carteira de operações de crédito adimplente em 31 de dezembro de 2004, a provisão para perdas com operações de crédito aumentaria em aproximadamente R\$16,9 milhões. Esta análise de sensibilidade é hipotética e tem a intenção de ilustrar o impacto que a classificação de risco e a severidade de perdas têm sobre nossa determinação da provisão para perdas com operações de crédito. A análise não deveria ser considerada uma reflexão de nossas expectativas para determinações futuras da classificação de risco ou para alterações futuras na severidade de perdas. Em razão dos procedimentos que seguimos, a fim de determinar nossa classificação de risco da carteira de crédito e nossa avaliação da severidade de perdas, acreditamos que a classificação de risco atual e a estimativa da severidade de perdas para nossa carteira de crédito são adequadas.

Para informações adicionais relativas às nossas práticas referentes à provisão para perdas com operações de crédito veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Créditos de Curso Anormal” e “Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

### ***Avaliação de Títulos e Derivativos***

Os instrumentos financeiros registrados ao valor justo em nossas demonstrações financeiras incluem, principalmente, títulos classificados como de negociação, disponíveis para venda e outros ativos de negociação, incluindo derivativos. O valor justo é definido como o valor no qual uma posição poderia ser fechada ou vendida em uma transação com uma parte instruída e disposta.

Estimamos o valor justo usando preços cotados de mercado quando disponíveis. Nós observamos que o preço cotado de mercado pode ser afetado pelo volume de títulos negociados e pode não refletir os prêmios de controle resultantes dos acordos de ações com acionistas, que detêm investimentos significativos. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

Quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, nós usamos modelos para estimar o valor justo. Os fatores usados nestes modelos incluem cotações de distribuidores, modelos de precificação, preços de instrumentos com características similares e fluxos de caixa descontados. A precificação baseada em modelos também usa informações sobre taxas de juros, taxas cambiais, volatilidade de opções, quando relevantes e disponíveis.

A determinação do valor justo quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis envolve o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso dar a diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. Por exemplo, dados de mercado confiáveis quando da estimativa do impacto de se manter uma grande posição ou a vencer são geralmente limitados. Do mesmo modo, usamos nosso julgamento na estimativa de preços quando nenhum parâmetro externo existe. Se fizermos suposições incorretas ou o próprio modelo fizer correlações ou suposições incorretas, o valor da receita ou perda registrado para um ativo ou passivo específico pode ser exagerado. O julgamento deve também determinar se um declínio no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mantido até o vencimento ou de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que reconheçamos uma desvalorização do custo atualizado e que possamos a refletir a redução como despesa. Na avaliação de, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide o período histórico a ser considerado e quão severa uma perda pode ser.

Estes métodos de avaliação poderiam expor a Companhia a resultados materialmente diferentes, se os modelos usados ou as suposições subjacentes forem inexatos.

### ***Classificação dos Títulos***

A classificação dos títulos em de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento é baseada na intenção da Administração em manter ou negociar tais títulos na data da aquisição. O tratamento contábil dos títulos que mantemos depende de se nós os classificamos na aquisição como de negociação, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. As mudanças circunstanciais podem modificar nossa estratégia com relação a um título específico, que exige uma transferência entre as três categorias indicadas acima.

## ***Imposto de Renda***

A determinação do valor de nossos impostos é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Em geral, nossa avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Nossa avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido pode ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita a alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. O apoio para nossas avaliações e suposições pode mudar com o decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, influenciando nossa determinação do valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente, monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações de novas leis tributárias, bem como novos desenvolvimentos, que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise da possibilidade de realizar ativos fiscais diferidos.

Para maiores informações a respeito de nosso imposto de renda, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro”. Nossa política contábil com respeito a reconhecimento de imposto de renda é discutida na nota 2(q) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

## ***Uso de Estimativas***

Na apresentação das demonstrações financeiras, nossa Administração faz estimativas e premissas que também incluem o valor das provisões para impostos diferidos, as premissas subjacentes ao cálculo da provisão para perdas com operações de crédito, as premissas para cálculos de provisões técnicas para seguros, a escolha de vidas úteis de certos ativos e a determinação de se um ativo ou grupo de ativos específico foi deteriorado. As estimativas, por sua natureza, são baseadas no julgamento e nas informações disponíveis. Portanto, os resultados reais poderiam diferir destas estimativas.

## ***Contabilização de Transações Extraordinárias e Únicas***

Contabilizar transações extraordinárias e únicas, para as quais não existe literatura específica, exige um julgamento significativo para identificar os termos essenciais da transação, determinando quais situações na literatura podem ser consideradas análogas, concluindo se os tratamentos aplicados em situações análogas são apropriados, e finalmente, determinando quais dos tratamentos possíveis identificados é o método contábil mais apropriado para contabilizar a transação.

Algumas de nossas transações, como a da BUS e de produtos e transações únicas no mercado brasileiro, exigem que a Administração aplique julgamento significativo na determinação do tratamento contábil apropriado para cada transação.

Para informações adicionais sobre as transações da BUS, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - “Joint-Venture” da BUS - Serviços de Telecomunicações”. Nossa política contábil com respeito a esta transação é discutida na nota 27 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.



## Compromissos e Contingências

Temos obrigações contratuais para fazer certos pagamentos a terceiros, de acordo com os valores apresentados na tabela abaixo:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2004				Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
	(Em R\$ milhões)				
Depósitos a prazo .....	R\$12.914	R\$15.073	R\$361	R\$112	R\$28.460
Captação no mercado aberto .....	14.521	1.594	417	-	16.532
Empréstimos de longo prazo .....	4.468	5.760	2.226	7.199	19.653
Outras obrigações <sup>(1)</sup> .....	33.469	13.991	674	209	48.343
<b>Total .....</b>	<b>R\$65.372</b>	<b>R\$36.418</b>	<b>R\$3.678</b>	<b>R\$7.520</b>	<b>R\$112.988</b>

(1) Inclui provisões técnicas para sinistros de seguros e planos de previdência e contratos de investimentos de previdência.

## Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de transações de crédito relacionados, com intuito de administrar as necessidades de financiamento de nossos clientes, que não são registradas no balanço patrimonial de acordo com os US GAAP. A tabela a seguir resume os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2004:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2004				Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
	(Em R\$ milhões)				
Garantias financeiras .....	R\$1.791	R\$1.589	R\$886	R\$3.834	R\$8.100
Cartas de crédito .....	130	-	-	-	130
<b>Total .....</b>	<b>R\$1.921</b>	<b>R\$1.589</b>	<b>R\$886</b>	<b>R\$3.834</b>	<b>R\$8.230</b>

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos por nós para garantir o desempenho de um cliente perante a um terceiro. Temos geralmente o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior e para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo commercial papers, financiamentos de títulos e transações similares. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

Esperamos que muitas destas garantias expirem sem a necessidade de antecipação de caixa. Portanto, no curso normal dos negócios, esperamos que tais transações não tenham impacto sobre nossa liquidez.

## Resultados por Segmento

Nós operamos e administramos nossos negócios através de dois segmentos operacionais: o segmento bancário e o segmento de seguros, previdência e capitalização. Nossos segmentos são administrados com base nos tipos de produtos e serviços oferecidos e suas bases de clientes relacionadas. Nós avaliamos o desempenho de nossos segmentos com base no lucro líquido, na receita financeira líquida e na receita e despesa não financeira.

A somatória dos valores apresentados por segmento pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outros segmentos não significativos e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

No nosso segmento bancário, oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários aos nossos clientes, incluindo operações de captação de depósitos e concessão de empréstimos, serviços de cartão de débito e crédito e serviços de mercado de capitais, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento bancário, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - A Companhia - Atividade Bancária.”

Em nosso segmento de seguros, previdência e capitalização, oferecemos uma gama de produtos e serviços aos nossos clientes, incluindo seguro de vida, saúde, acidentes, automóveis e bens; planos de previdência individuais e corporativos, bem como os títulos de capitalização, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento de Seguros, Previdência e Capitalização veja, “Item 4 - Informações sobre a Companhia - A Companhia - Seguros, Previdência e Capitalização.”

## Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2004 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2003

As tabelas a seguir mostram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2004 e 2003, para companhia e por segmento:

	Consolidado		Variação percentual
	2003	2004	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$14.999	R\$14.804	(1,3)%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(2.034)	(1.429)	(29,7)
Receitas não financeiras .....	11.109	14.282	28,6
Despesas não financeiras .....	(21.418)	(23.717)	10,7
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	2.656	3.940	48,3
Imposto de renda e contribuição social.....	(346)	(601)	73,7
Lucro antes de participações minoritárias .....	2.310	3.339	44,5
Participações de acionistas minoritários.....	(8)	(12)	50,0
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>R\$2.302</b>	<b>R\$3.327</b>	<b>44,5%</b>

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2003	2004	Variação percentual	2003	2004	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$10.034	R\$9.861	(1,7)%	R\$4.959	R\$4.937	(0,4)%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.034)	(1.429)	(29,7)	-	-	-
Receitas não financeiras .....	4.041	6.370	57,6	7.020	7.794	11,0
Despesas não financeiras.....	(10.424)	(11.418)	9,5	(10.949)	(12.201)	11,4
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	1.617	3.384	109,3	1.030	530	(48,5)
Imposto de renda e contribuição social .....	24	(457)	-	(364)	(138)	(62,1)
Lucro antes das participações minoritárias .....	1.641	2.927	78,4	666	392	(41,1)
Participação de acionistas minoritários .....	(6)	(8)	33,3	(2)	(4)	100,0
Lucro líquido .....	<u>R\$1.635</u>	<u>R\$2.919</u>	78,5%	<u>R\$664</u>	<u>R\$388</u>	(41,6)%

### Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2003 e 2004, para companhia e por segmento:

	Consolidado			Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2003	2004	Variação percentual	2003	2004	Variação percentual	2003	2004	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagem)									
Receitas financeiras .....	R\$24.716	R\$23.723	(4,0)%	R\$19.768	R\$18.793	(4,9)%	R\$4.959	R\$4.937	(0,4)%
Despesas financeiras .....	(9.717)	(8.919)	(8,2)	(9.734)	(8.932)	(8,2)	-	-	-
Receitas financeiras líquidas .....	<u>R\$14.999</u>	<u>R\$14.804</u>	(1,3)%	<u>R\$10.034</u>	<u>R\$9.861</u>	(1,7)%	<u>R\$4.959</u>	<u>R\$4.937</u>	(0,4)%

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto da redução de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2004 em comparação a 2003:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2004/2003		
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$1.617	(R\$114)	R\$1.549
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(1.812)	(59)	(1.571)
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>(R\$195)</b>	<b>R\$(173)</b>	<b>R\$(22)</b>

### Atividade Bancária

A redução de R\$173 milhões nas receitas financeiras líquidas no segmento bancário em 2004 em relação a 2003 decorreu, de um aumento no volume médio das obrigações que incidem juros de 6,2% comparado com um aumento no volume médio dos ativos que rendem juros de 5,7%, que levaram a uma redução das receitas financeiras líquidas de R\$114 milhões. Esta redução foi principalmente devido ao aumento de 16,7% em captações no mercado aberto, de 8,7% em nosso saldo médio das obrigações por empréstimos a longo prazo, do acréscimo de 3,8% em nossa obrigação com depósitos a prazo, que foi compensado em parte pelo aumento no volume médio da carteira de operações de crédito de 8,2%, decorrente do aumento de crédito para pessoa física, em especial, o empréstimo pessoal e o financiamento de veículos.

A redução na taxa de juros básica de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004, resultou em uma queda de R\$59 milhões nas receitas financeiras líquidas em 2004 quando comparado a 2003.

A margem financeira líquida é a receita financeira líquida como uma percentagem da média de ativos que rendem juros. Nossa margem financeira líquida no segmento bancário reduziu de uma taxa de 10,1% em 2003 para uma taxa de 9,4% em 2004.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

A queda de R\$22 milhões nas receitas financeiras líquidas, oriundas das atividades de seguros, previdência e capitalização, em 2004 com relação a 2003, deve-se em grande parte a redução nas taxas médias de juros no período de 2004, parcialmente compensada pelo aumento no volume médio dos ativos que rendem juros. A taxa de juros básica reduziu de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004, o que resultou em uma queda de R\$1.571 milhões nas receitas financeiras líquidas em 2004 comparado a 2003. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 36,9%), levaram a um aumento nas receitas financeiras de R\$1.549 milhões. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 40,4% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários de negociação, possibilitado basicamente pelo aumento dos recursos provenientes da venda de contratos de investimento de previdência “PGBL” e “VGBL”.

Nossa margem financeira líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização reduziu de uma taxa de 22,7% em 2003 para uma taxa de 16,5% em 2004.

### ***Receitas Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2003 e em 2004:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Varição percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>			
Operações de crédito .....	R\$51.039	R\$55.230	8,2%
Aplicações em operações compromissadas .....	19.487	18.628	(4,4)
Títulos e valores mobiliários de negociação .....	27.077	34.039	25,7
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	3.147	5.682	80,6
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	3.088	4.528	46,6

Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	4.651	3.226	(30,6)
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	11.988	13.070	9,0
Outros ativos que rendem juros.....	985	858	(12,9)
<b>Total .....</b>	<b>R\$121.462</b>	<b>R\$135.261</b>	<b>11,4%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>20,3%</b>	<b>17,5%</b>	

	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>Variação percentual</u>
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>						
Operações de crédito.....	R\$51.039	R\$55.230	8,2%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas	19.487	18.628	(4,4)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação.	9.274	9.036	(2,6)	R\$17.803	R\$25.003	40,4%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	1.687	3.860	128,8	1.460	1.822	24,8
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	680	1.616	137,6	2.408	2.912	20,9
Aplicações em depósitos interfinanceiros ....	4.526	3.088	(31,8)	202	209	3,5
Depósitos compulsórios no Banco Central..	11.988	13.070	9,0	-	-	-
Outros ativos que rendem juros .....	985	858	(12,9)	-	-	-
<b>Total .....</b>	<b>R\$99.666</b>	<b>R\$105.386</b>	<b>5,7%</b>	<b>R\$21.873</b>	<b>R\$29.946</b>	<b>36,9%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>19,8%</b>	<b>17,8%</b>		<b>22,7%</b>	<b>16,5%</b>	

Para maiores informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto da redução em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2004 em comparação com 2003:

	<u>Consolidado</u>	<u>Atividade Bancária</u>	<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>
		<u>2004/2003</u>	
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros .....	R\$2.606	R\$883	R\$1.549
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(3.599)	(1.858)	(1.571)

### **Atividade Bancária**

As receitas financeiras da atividade bancária reduziram R\$975 milhões em 2004, uma queda de 4,9% se comparado a 2003, basicamente devido a queda nas receitas financeiras de aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários de negociação, que foi compensado em parte pelo acréscimo nas receitas financeiras de operação de crédito.

A redução nas receitas financeiras de aplicações em operações compromissadas de R\$3.861 milhões em 2003 para R\$2.738 milhões em 2004 foi atribuível, principalmente, a queda nas taxas médias de juros de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004, aliada a queda de 4,4% no saldo médio das operações.

A redução de 27,3% na receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários de negociação, de R\$1.842 milhões em 2003 para R\$1.340 milhões em 2004, foi atribuível, em grande parte a redução nas taxas médias de juros de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004, compensado em parte por menores perdas cambiais em 2004 comparado a 2003 como resultado da menor valorização do real em relação ao dólar de 8,1% em 2004 comparado a 18,2% em 2003. Quando o real se valoriza, a nossa receita financeira oriunda de tais ativos mensurada em reais diminui, portanto a redução em 2004 referente a valorização do real foi menor do que em 2003.

O acréscimo nas nossas receitas financeiras foi devido ao aumento na receita de operações de crédito em 5,2% de R\$12.176 milhões em 2003 para R\$12.812 milhões em 2004. O aumento na receita financeira decorre, basicamente, do aumento no saldo médio das operações de 8,2% de R\$51.039 milhões em 2003 para R\$55.230 milhões em 2004, parcialmente compensado por um declínio nas taxas de juros médias. Este aumento foi devido, principalmente, ao acréscimo nas operações de pessoas físicas, empréstimos pessoais e financiamento de veículos, em que as taxas de juros são maiores, e em menor proporção, pela redução nas perdas cambiais resultante da menor valorização do real em relação ao dólar norte-americano em 2004. Tal efeito foi parcialmente compensado pela queda nas taxas médias de juros de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004.

### **Seguros, Previdência e Capitalização**

A receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização reduziu R\$22 milhões em 2004, uma queda de 0,4% se comparado a 2003, devido, em grande parte, a redução nas taxas médias de juros no período de 2004, parcialmente compensada pelo aumento no volume médio dos ativos que rendem juros. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 36,9%), levaram a um aumento nas receitas financeiras de R\$1.549 milhões. Este acréscimo foi ocasionado, principalmente, pelo aumento de 40,4% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários de negociação, devido, basicamente, pelo aumento dos recursos provenientes dos contratos de investimento de previdência “PGBL” e “VGBL”, resultante das vendas elevadas destes produtos em 2004.

### **Despesas financeiras**

A tabela a seguir demonstra os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2003 e 2004, todos eles no segmento bancário:

	Consolidado		Variação percentual
	2003	2004	
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
<b>Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:</b>			
Depósitos de poupança .....	R\$20.680	R\$22.499	8,8%
Depósitos a prazo .....	24.230	25.159	3,8
Captações no mercado aberto .....	15.486	18.070	16,7
Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	9.219	8.442	(8,4)
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	16.417	17.839	8,7
Depósitos interfinanceiros .....	657	90	(86,3)
<b>Total .....</b>	<b>R\$86.689</b>	<b>R\$92.099</b>	<b>6,2%</b>
<b>Taxa média de juros paga .....</b>	<b>11,2%</b>	<b>9,7%</b>	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2003	2004	Variação percentual	2003	2004	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de obrigações as quais incidem juros:</b>						
Depósitos de poupança .....	R\$20.698	R\$22.502	8,7%	-	-	-
Depósitos a prazo .....	24.298	25.230	3,8	-	-	-
Captações no mercado aberto .....	15.486	18.070	16,7	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	9.219	8.442	(8,4)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	16.417	17.839	8,7	-	-	-
Depósitos interfinanceiros .....	657	90	(86,3)	-	-	-
<b>Total .....</b>	<b>R\$86.775</b>	<b>R\$92.173</b>	<b>6,2%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média de juros paga .....</b>	<b>11,2%</b>	<b>9,7%</b>		-	-	-

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra quanto da redução em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), comparando os anos de 2004 e 2003:

	<b>Consolidado</b>	<b>Atividade Bancária</b>	<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>
	<b>2004/2003</b>		
	<b>Aumento(redução)</b>		
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$989	R\$997	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(1.787)	(1.799)	-
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>(R\$798)</b>	<b>(R\$802)</b>	<b>-</b>

### ***Atividade Bancária***

A redução de 8,2% em nossas despesas financeiras em nosso segmento bancário, relativamente a 2004 em comparação a 2003, foi basicamente atribuível a uma diminuição de nossas despesas financeiras em nossas obrigações com depósitos à prazo, parcialmente compensada por um aumento em nossa despesa financeira sobre nossos empréstimos de longo prazo.

A queda em nossas despesas financeiras foi decorrente da diminuição de 21,4% em nossas despesas financeiras sobre operações de depósitos a prazo, de R\$4.250 milhões em 2003 para R\$3.340 milhões em 2004. Esta variação foi principalmente atribuível a uma queda nas taxas médias de juros de 23,3% em 2003 para 16,2% em 2004, que foi compensada parcialmente pelo aumento de 3,8% no saldo médio de nossas operações de depósitos a prazo no período de R\$24.298 milhões em 2003 para R\$25.230 milhões em 2004. O acréscimo no volume de nossas operações de depósitos a prazo, refere-se basicamente ao aumento da demanda de investidores institucionais.

Registramos receita financeira relacionada às nossas obrigações por empréstimos de curto prazo, representadas principalmente por linhas de crédito internacionais de curto prazo, denominadas em moeda estrangeira, em 2003 e 2004 como resultado dos ganhos cambiais devido à valorização do real em ambos os anos. Essa redução foi devido, principalmente, à menor valorização do real de 18,2% em 2003 e 8,1% em 2004 em relação ao dólar.

As despesas financeiras sobre nossas obrigações por empréstimos de longo prazo aumentaram em 86,9%, de R\$865 milhões em 2003 para R\$1.617 milhões em 2004. Este aumento deveu-se, principalmente, a um acréscimo de R\$563 milhões nas despesas financeiras sobre nossas linhas de crédito internacionais de longo prazo, denominadas em moeda estrangeira, que por sua vez foi em grande parte atribuível à menor valorização do real contra o dólar norte-americano em 2004 quando comparada a 2003.

### ***Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito***

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2003 e 2004, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma percentagem do saldo médio de operações de crédito):

	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		



Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano ..	R\$3.455	R\$3.846	11,3%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	2.034	1.429	(29,7)
Baixas de empréstimos.....	(2.058)	(1.824)	(11,4)
Empréstimos recuperados .....	415	612	47,5
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano ....	<u>R\$3.846</u>	<u>R\$4.063</u>	5,6%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito.....	3,8%	2,5%	

A provisão para perdas com operações de crédito aumentou 5,6% de R\$3.846 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$4.063 milhões em 31 de dezembro de 2004 devido, principalmente, ao aumento de 8,2% no saldo médio das operações de crédito.

Acreditamos que a situação econômica do Brasil ainda não tenha se estabilizado totalmente, embora a economia tenha mostrado indicações de melhora durante 2004. Consequentemente, nossos níveis de provisão para perdas com crédito reduziram-se como porcentagem das operações de crédito, de 7,0% em 2003 para 6,4% em 2004.

A economia brasileira apresentou bom desempenho em 2004, devido, em grande parte, a manutenção de uma austera política fiscal e monetária pelo Governo Federal. Como resultado, nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de empréstimos como porcentagem do total das operações de crédito, caiu de 3,9% em 2003 para 3,2% em 2004. Do mesmo modo, as recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 47,5% comparado a 2003, e as baixas de empréstimos caíram 11,4% em 2004, à medida que a taxa de inadimplência caiu. No geral, durante 2004, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito caíram 29,7% em comparação a 2003.

A habilidade de nossos tomadores em cumprir com suas obrigações em vista das melhores condições da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, é refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito. A porcentagem dos empréstimos nas quatro categorias de menor risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 92,6% em 31 de dezembro de 2004, um aumento em relação ao percentual apurado em 31 de dezembro de 2003, de 92,0%. Os empréstimos nas duas categorias de menor risco aumentaram de 68,1% do total no final do exercício de 2003 para 68,9% no final do ano de 2004, refletindo a melhora na qualidade total da carteira.

Nós acreditamos que a nossa provisão atual para perdas nas operações de crédito é suficiente para cobrir perdas futuras conhecidas e estimadas em nossa carteira. Para maiores informações, veja “Item 4. - Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Créditos de Curso Anormal - Baixas” e “Créditos de Curso Anormal e Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Nós acreditamos que o montante relativo às mudanças na provisão para perdas com operações de crédito, visto como o percentual do total da carteira, estão consistentes com nosso histórico de perdas líquidas experimentadas, índices de inadimplência e baixas.

Nossa estratégia de crescimento para nossa carteira de operações de crédito em 2004 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas - tais como: empréstimos pessoais e financiamentos de automóveis, que historicamente tem taxa de retorno melhor que as operações de crédito às empresas, ainda que apresentem maiores níveis de inadimplência. Tal estratégia se reflete no

crescimento da rubrica de “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, com evolução de 44,0% em 2004, aumentando sua participação sobre o total da carteira de crédito, de 20,0% em 2003 para 25,0% em 2004.

A expansão dos negócios com pessoas físicas ocorreu principalmente mediante esforços para estimular o crescimento orgânico da carteira, distribuído entre todos os segmentos de negócios especializados nesse tipo de cliente.

Embora com contribuição mais reduzida, a aquisição do Banco Zogbi, ocorrida durante 2004, complementou o plano de expansão, aumentando a atuação do Bradesco no segmento de crédito pessoal para clientes em faixas de renda mais baixa.

As mudanças na qualidade de nossa carteira de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança de critérios ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os segmentos que tiveram bom desempenho em 2004, continuam a se destacar aqueles voltados ao comércio exterior. Apesar da valorização do real, os exportadores foram auxiliados pelas favoráveis taxas de câmbio, visto que o dólar norte-americano desvalorizou-se quando mensurado contra o Euro.

O desempenho dos segmentos exportadores também se refletiu no crescimento da participação das operações de crédito rural em nossa carteira, subiu de 8,1% do total em 2003 para 9,6% do total em 2004. Isso acarretou uma necessidade adicional de R\$33 milhões de provisão para devedores duvidosos para o segmento, representando 2,3% da constituição de despesa com provisão para perdas com operações de crédito no período.

No segmento de pessoa jurídica, nós elevamos em 9,9% o saldo dos créditos classificados como “industriais e outros”, o maior segmento de nossa carteira de operações de crédito, sofrendo ligeira redução de participação sobre o do total das operações de crédito, alcançando 38,1%, contra 40,0% em 2003. A pequena redução relativa no nível das operações de crédito nesta classificação foi influenciada pela queda no volume de empréstimos a grandes empresas, que teve seu desempenho afetado pela valorização do real, dada a representatividade de ativos expressos em moeda estrangeira nessa carteira.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Receitas Não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2003 e 2004.

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receita de prestação de serviços.....	R\$3.463	R\$4.310	24,5%
Ganhos sobre títulos e valores mobiliários de negociação.....	45	1.236	2.646,7

Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	738	433	(41,3)
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio .....	198	269	35,9
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	60	66	10,0
Prêmios de seguros .....	6.149	6.764	10,0
Planos de previdência.....	64	374	484,4
Outras receitas não financeiras .....	392	830	111,7
<b>Total .....</b>	<b>R\$11.109</b>	<b>R\$14.282</b>	<b>28,6%</b>

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2003	2004	Variação percentual	2003	2004	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receita de prestação de serviços .....	R\$3.225	R\$3.885	20,5%	R\$191	R\$312	63,4%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação .....	154	1.248	710,4	(108)	(12)	(88,9)
Ganhos (perdas) líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	167	168	0,6	570	252	(55,8)
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio.....	198	269	35,9	-	-	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	101	32	(68,3)	(41)	33	-
Prêmios de Seguros .....	-	-	-	6.149	6.764	10,0
Planos de Previdência .....	-	-	-	64	374	484,4
Outras receitas não financeiras .....	196	768	291,8	195	71	(63,6)
<b>Total .....</b>	<b>R\$4.041</b>	<b>R\$6.370</b>	<b>57,6%</b>	<b>R\$7.020</b>	<b>R\$7.794</b>	<b>11,0%</b>

### **Atividade Bancária**

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 57,6% em 2004 em comparação a 2003, principalmente, devido ao aumento no resultado de títulos e valores mobiliários de negociação e ao aumento na receita de prestação de serviços.

O resultado dos títulos e valores mobiliários de negociação tiveram acréscimo de 710,4% passando de uma receita de R\$154 milhões em 2003 para uma receita de R\$1.248 em 2004, devido principalmente a uma redução nas perdas cambiais pela menor valorização do real, bem como, o aumento na receita com instrumentos financeiros derivativos. As receitas com prestação de serviços aumentaram em 20,5% em 2004 comparando-se a 2003, passando de R\$3.225 milhões em 2003 para R\$3.885 milhões em 2004, devido principalmente ao aumento no volume das operações que rendem tarifas e comissões, bem como ao aumento na base de clientes, sendo que as tarifas e comissões da administração de fundos e serviços de conta corrente foram os itens que mais se destacaram, em grande parte devido a um maior volume destas transações.

## Seguros, Previdência e Capitalização

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 11,0% em 2004 em comparação a 2003, principalmente, devido ao aumento nas receitas de prêmios de seguros e planos de previdência.

Nas receitas com prêmios de seguros, houve um aumento de 10,0%, passando de R\$6.149 milhões em 2003 para R\$6.764 milhões em 2004, devido, principalmente, ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis e de saúde, destacando-se o relacionamento eletrônico com os corretores e os segurados através da *Internet*.

### Despesas não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2003 e a 2004:

	Consolidado		
	2003	2004	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Salários e benefícios .....	R\$(4.677)	R\$(4.864)	4,0%
Despesas administrativas .....	(3.909)	(4.057)	3,8
Amortização de ativos intangíveis .....	(266)	(278)	4,5
Sinistros de seguros e provisões para sinistros incorridos e não avisados .....	(4.333)	(4.822)	11,3
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência .....	(3.777)	(4.326)	14,5
Despesas de planos de previdência .....	(637)	(751)	17,9
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência .....	(762)	(907)	19,0
Depreciação e amortização.....	(744)	(789)	6,0
Outras despesas não financeiras .....	(2.313)	(2.923)	26,4
<b>Total .....</b>	<b>R\$(21.418)</b>	<b>R\$(23.717)</b>	<b>10,7%</b>

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2003	2004	Varição percentual	2003	2004	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Salários e benefícios.....	R\$(4.189)	R\$(4.325)	3,2%	R\$(462)	R\$(480)	3,9%
Despesas administrativas .....	(3.555)	(3.722)	4,7	(484)	(455)	(6,0)
Amortização de ativos intangíveis .....	(256)	(274)	7,0	(10)	(4)	(60,0)
Sinistros de seguros e provisões para sinistros incorridos e não avisados .....	-	-	-	(4.333)	(4.822)	11,3
Varição de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	-	-	-	(3.777)	(4.326)	14,5
Despesas de planos de previdência .....	-	-	-	(637)	(751)	17,9

Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	-	-	-	(762)	(907)	19,0
Depreciação e amortização .....	(675)	(728)	7,9	(67)	(56)	(16,4)
Outras despesas não financeiras .....	(1.749)	(2.369)	35,4	(417)	(400)	(4,1)
<b>Total.....</b>	<b>R\$(10.424)</b>	<b>R\$(11.418)</b>	<b>9,5%</b>	<b>R\$(10.949)</b>	<b>R\$(12.201)</b>	<b>11,4%</b>

### ***Atividade Bancária***

As despesas não financeiras da atividade bancária aumentaram 9,5% em 2004 em comparação a 2003, basicamente devido a aumentos nas despesas administrativas e de salários e benefícios. As despesas com salários e benefícios aumentaram 3,2%, de R\$4.189 milhões em 2003 para R\$4.325 milhões em 2004 devido, em parte, ao efeito do acordo coletivo da categoria e ao efeito da consolidação dos Bancos BBV Banco, Zogbi e BEM, que foi compensada em parte pela sinergia ocorrida com a incorporação dos bancos adquiridos.

As despesas administrativas aumentaram 4,7%, de R\$3.555 milhões em 2003 para R\$3.722 milhões em 2004 devido, basicamente, à consolidação dos Bancos BBV Banco, Zogbi e BEM.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

As despesas não financeiras do segmento de seguros, previdência e capitalização, aumentaram 11,4% em 2004 em comparação a 2003, devido, basicamente, ao aumento nos sinistros de seguros e provisões para sinistros incorridos e não avisados, assim como na despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. Os sinistros de seguros aumentaram em 11,3% de R\$4.333 milhões em 2003 para R\$4.822 milhões em 2004, devido em grande parte ao acréscimo nas indenizações ocorridas nos ramos de seguro de automóveis e seguro de saúde, devido ao aumento do volume de apólices em vigor.

As despesas com variação de provisão de seguros, planos de previdência e títulos de capitalização, tiveram um aumento de 14,5% em 2004 de R\$3.777 milhões em 2003 para R\$4.326 milhões em 2004, decorrente da constituição de provisão na carteira do Ramo Saúde de R\$324 milhões, basicamente para equacionar o nivelamento dos prêmios para os segurados acima de 60 anos, devido a alteração na legislação em 2004.

### ***Imposto de Renda***

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34% desde fevereiro de 2000.

A despesa de imposto de renda aumentou 73,7% para R\$601 milhões em 2004, comparados com R\$346 milhões em 2003. A despesa com imposto de renda, como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, aumentou para 15,5% em 2004 em relação aos 13,3% em 2003. O acréscimo deve-se, principalmente, ao aumento do resultado tributável em 2004.

### ***Lucro Líquido***

Como resultado do anteriormente mencionado, o lucro líquido para o ano de 2004 aumentou em 44,5%, de R\$2.302 milhões em 2003 para R\$3.327 milhões em 2004.

**Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2003 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2002**

As tabelas a seguir mostram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2003 e 2002, para companhia e por segmento:

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$13.467	R\$14.999	11,4%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	(2.543)	(2.034)	(20,0)
Receitas não financeiras .....	7.963	11.109	39,5
Despesas não financeiras .....	(16.599)	(21.418)	29,0
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	2.288	2.656	16,1
Imposto de renda e contribuição social.....	(161)	(346)	114,9
Mudança de prática contábil.....	27	-	(100,0)
Lucro antes de participações minoritárias .....	2.154	2.310	7,2
Participações de acionistas minoritários.....	(12)	(8)	(33,3)
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>R\$2.142</b>	<b>R\$2.302</b>	<b>7,5%</b>

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Varição percentual</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Varição percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>					
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$10.436	R\$10.034	(3,9)%	R\$3.021	R\$4.959	64,2%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.543)	(2.034)	(20,0)	-	-	-
Receitas não financeiras .....	2.304	4.041	75,4	5.684	7.020	23,5
Despesas não financeiras .....	(8.630)	(10.424)	20,8	(7.989)	(10.949)	37,1
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	1.567	1.617	3,2	716	1.030	43,9
Imposto de renda e contribuição social.....	22	24	9,1	(173)	(364)	110,4
Mudança de prática contábil.....	27	-	(100,0)	-	-	-
Lucro antes das participações minoritárias ...	1.616	1.641	1,5	543	666	22,7
Participação de acionistas minoritários.....	(9)	(6)	(33,3)	(3)	(2)	(33,3)
Lucro líquido .....	<b>R\$1.607</b>	<b>R\$1.635</b>	1,7	<b>R\$540</b>	<b>R\$664</b>	23,0

## Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2003 e 2002, para companhia e por segmento:

	Consolidado			Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagem)									
Receitas financeiras .....	R\$28.394	R\$24.716	(13,0)%	R\$25.380	R\$19.768	(22,1)%	R\$3.021	R\$4.959	64,2%
Despesas financeiras .....	(14.927)	(9.717)	(34,9)	(14.944)	(9.734)	(34,9)	-	-	-
<b>Receitas financeiras líquidas.</b>	<b>R\$13.467</b>	<b>R\$14.999</b>	<b>11,4%</b>	<b>R\$10.436</b>	<b>R\$10.034</b>	<b>(3,9)%</b>	<b>R\$3.021</b>	<b>R\$4.959</b>	<b>64,2%</b>

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2003 em comparação a 2002:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2003/2002		
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$2.000	R\$899	R\$1.219
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(468)	(1.301)	719
<b>Alteração líquida.....</b>	<b>R\$1.532</b>	<b>R\$(402)</b>	<b>R\$1.938</b>

### Atividade Bancária

A redução de R\$402 milhões nas receitas financeiras líquidas no segmento bancário em 2003 em relação a 2002 foi devido ao efeito líquido da redução das taxas de juros médias durante o segundo semestre de 2003.

O efeito da redução nas receitas financeiras líquidas foi parcialmente compensado pelo efeito do aumento no volume médio dos ativos que rendem juros e das obrigações sobre as quais incidem juros. As alterações no volume médio das obrigações que incidem juros (que aumentaram 18,9%) e no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 20,5%), levaram a um aumento nas receitas financeiras líquidas de R\$899 milhões. Estes acréscimos foram principalmente devidos ao aumento de 88,8% em nosso saldo médio de aplicações dos títulos públicos vinculados com compromisso de revenda, entre as instituições financeiras nacionais, assim como um acréscimo médio de 30,1% nos títulos e valores mobiliários de negociação, devido, basicamente, ao aumento nos recursos disponíveis, principalmente, das emissões de dívidas subordinadas, bem como uma redução na demanda por crédito.

A margem financeira líquida é a receita financeira líquida como uma percentagem da média de ativos que rendem juros. Nossa margem financeira líquida no segmento bancário reduziu de uma taxa de 12,6% em 2002 para uma taxa de 10,1% em 2003.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

O aumento de R\$1.938 milhões nas receitas financeiras de juros, oriundas das atividades de seguros, previdência e capitalização, em 2003 com relação a 2002, deve-se em grande parte ao aumento no saldo médio dos ativos que rendem juros. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 37,4%), levaram a um aumento nas receitas financeiras de R\$1.219 milhões. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 43,6% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários de negociação, possibilitado pelo aumento nas vendas dos contratos de investimento de previdência “PGBL” e “VGBL”.

A taxa de juros básica permaneceu alta durante o ano, principalmente durante a maior parte do primeiro semestre de 2003, que resultou no acréscimo de R\$719 milhões nas receitas financeiras líquidas em 2003 comparado a 2002.

Nossa margem financeira líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentou de 19,0% em 2002 para 22,7% em 2003.

### ***Receitas Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2002 e em 2003:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>			
Operações de crédito .....	R\$49.590	R\$51.039	2,9%
Aplicações em operações compromissadas .....	10.322	19.487	88,8
Títulos e valores mobiliários de negociação .....	19.537	27.077	38,6
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	3.045	3.147	3,3
Títulos e valores mobiliários mantidos até vencimento .....	5.295	3.088	(41,7)
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	2.154	4.651	115,9
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	8.149	11.988	47,1
Outros ativos que rendem juros.....	340	985	189,7
<b>Total .....</b>	<b>R\$98.432</b>	<b>R\$121.462</b>	<b>23,4%</b>
<b>Taxa de juros média auferida.....</b>	<b>28,8%</b>	<b>20,3%</b>	



	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>Variação percentual</u>
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>						
Operações de crédito.....	R\$49.590	R\$51.039	2,9%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas	10.322	19.487	88,8	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação.	7.130	9.274	30,1	R\$12.396	R\$17.803	43,6%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	1.825	1.687	(7,6)	1.282	1.460	13,9
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	3.186	680	(78,7)	2.112	2.408	14,0
Aplicações em depósitos interfinanceiros....	2.148	4.526	110,7	124	202	62,9
Depósitos compulsórios no Banco Central..	8.149	11.988	47,1	-	-	-
Outros ativos que rendem juros .....	340	985	189,7	-	-	-
<b>Total .....</b>	<b><u>R\$82.690</u></b>	<b><u>R\$99.666</u></b>	<b>20,5%</b>	<b><u>R\$15.914</u></b>	<b><u>R\$21.873</u></b>	<b>37,4%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>30,7%</b>	<b>19,8%</b>		<b>19,0%</b>	<b>22,7%</b>	

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto da redução em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2003 em comparação com 2002:

	<u>Consolidado</u>	<u>Atividade Bancária</u>	<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>
	<u>2003/2002</u>		
	<u>Aumento (redução)</u>		
	<u>(Em milhões de reais)</u>		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros .....	R\$4.473	R\$3.362	R\$1.219
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(8.151)	(8.974)	719
<b>Alteração líquida.....</b>	<b><u>R\$(3.678)</u></b>	<b><u>R\$(5.612)</u></b>	<b><u>R\$1.938</u></b>

### **Atividade Bancária**

As receitas financeiras da atividade bancária diminuíram R\$5.612 milhões em 2003, uma redução de 22,1% se comparado a 2002, basicamente devido à redução nas receitas financeiras oriundas de operações de crédito, e em menor proporção, à redução na receita financeira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

O decréscimo de 28,5% na receita financeira oriunda de operações de crédito, de R\$17.025 milhões para R\$12.176 milhões, foi atribuível, em grande parte, ao efeito das perdas cambiais resultantes da valorização de 18,2% do real em relação ao dólar em 2003 em nossas transações indexadas/denominadas em dólares norte-americanos em contraste ao efeito dos ganhos cambiais sobre essas transações, que resulta da desvalorização de 52,3% do real contra o dólar durante 2002. Quando o real se valoriza, nossa receita financeira oriunda de tais ativos mensurados em real diminui e quando o real se desvaloriza nossa receita financeira oriunda de tais ativos mensuradas em real aumenta. O impacto da valorização do real em 2003 sobre a receita financeira das operações de crédito foi parcialmente compensado pelo impacto do aumento global nas taxas médias de juros durante o ano e no aumento no volume médio dos empréstimos que rendem juros devido à aquisição do BBV Banco em junho de 2003.

As receitas financeiras oriundas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento caíram de uma receita de R\$1.258 milhões em 2002 para uma despesa de R\$11 milhões em 2003. Embora a maior parte de nossos títulos mantidos até o vencimento esteja denominada em reais brasileiros, em 31 de dezembro de 2003, aproximadamente 17,0% destes títulos estavam denominados em ou indexadas a outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Quando o real se valoriza perante o dólar, incorremos em perdas cambiais nos títulos denominados em ou indexados ao dólar, que conseqüentemente rendem uma taxa de retorno mais baixa do que os títulos denominados em reais. Conseqüentemente, a redução na receita financeira de nossos títulos mantidos até o vencimento foi devida, em grande parte, ao impacto da valorização do real sobre nossa receita daqueles títulos indexados/denominados em dólares norte-americanos, que levou a uma redução de R\$723 milhões na receita financeira. A redução na receita de títulos mantidos até o vencimento também foi devido a um decréscimo no volume médio, que levou a uma redução de R\$546 milhões na receita financeira.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

A receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização aumentou R\$1.938 milhões em 2003, um aumento de 64,2% se comparado a 2002, basicamente devido ao aumento de 99,3% nas receitas com títulos e valores mobiliários de negociação, (composto basicamente por títulos públicos) de R\$2.054 milhões para R\$4.093 milhões, devido ao aumento de R\$1.080 milhões no volume médio, possibilitado pelo aumento dos recursos provenientes com a venda dos contratos de investimento em previdência “VGBL” e “PGBL”. O aumento na receita financeira também foi devido, parcialmente, ao aumento nas taxas de juros durante 2003, principalmente, à taxa SELIC, que ficou em 26,5% durante a maior parte dos seis primeiros meses de 2003.

### ***Despesas financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2002 e 2003:

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
<b>Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:</b>			
Depósitos de poupança .....	R\$19.033	R\$20.680	8,7%
Depósitos a prazo .....	21.347	24.230	13,5
Captações no mercado aberto .....	9.670	15.486	60,1

Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	10.137	9.219	(9,1)
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	12.417	16.417	32,2
Depósitos interfinanceiros.....	223	657	194,6
<b>Total .....</b>	<b>R\$72.827</b>	<b>R\$86.689</b>	<b>19,0%</b>
<b>Taxa média de juros paga.....</b>	<b>20,5%</b>	<b>11,2%</b>	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de obrigações as quais incidem juros:</b>						
Depósitos de poupança .....	R\$19.050	R\$20.698	8,7%	-	-	-
Depósitos a prazo .....	21.466	24.298	13,2	-	-	-
Captações no mercado aberto.....	9.673	15.486	60,1	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	10.137	9.219	(9,1)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	12.417	16.417	32,2	-	-	-
Depósitos interfinanceiros .....	223	657	194,6	-	-	-
<b>Total .....</b>	<b>R\$72.966</b>	<b>R\$86.775</b>	<b>18,9%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média de juros paga.....</b>	<b>20,5%</b>	<b>11,2%</b>		-	-	-

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto da redução em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), comparando os anos de 2003 e 2002:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2003/2002		
<b>Aumento (redução)</b> (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$2.473	R\$2.462	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(7.683)	(7.672)	-
<b>Alteração líquida.....</b>	<b>R\$(5.210)</b>	<b>R\$(5.210)</b>	<b>-</b>

#### *Atividade Bancária*

A redução de 34,9% em nossas despesas financeiras em nosso segmento bancário, relativamente a 2003 em comparação a 2002, foi basicamente atribuível a uma diminuição de nossas despesas financeiras em nossas obrigações por empréstimos, tanto de curto quanto de longo prazo, parcialmente compensada por um aumento em nossa despesa financeira sobre depósitos a prazo e os juros sobre as captações no mercado aberto.

Nossa despesa financeira relacionada às nossas obrigações por empréstimos de curto prazo, representadas principalmente por linhas de crédito internacionais de curto prazo, denominadas em moeda estrangeira, variou de uma despesa de R\$3.975 milhões em 2002 para uma receita de R\$387 milhões em 2003. Essa variação foi devido, principalmente, ao impacto do ganho cambial pela valorização do real de 18,2% em relação ao dólar durante 2003 sobre nossas operações indexadas em ou denominadas em dólares norte-americanos, em contraste ao impacto de perda cambial sobre tais transações pela desvalorização de 52,3% do real em relação ao dólar norte-americano em 2002. Quando o real se valoriza nessas transações, nossa despesa financeira mensurada em reais diminui (podendo tornar-se negativa, produzindo “receita”). A redução na despesa financeira também foi devida, em menor proporção, a uma redução no volume médio de nossos empréstimos de curto prazo.

A despesa financeira sobre nossas obrigações por empréstimos de longo prazo reduziram em 78,9%, de R\$4.092 milhões em 2002 para R\$865 milhões em 2003. Esta redução resultou, principalmente, de uma diminuição de R\$2.786 milhões nas despesas financeiras sobre nossas linhas de crédito internacionais de longo prazo, denominadas em moeda estrangeira, que por sua vez foi em grande parte devida a ganhos cambiais atribuíveis à valorização do real em 2003. A variação em nossa despesa financeira, com nossas obrigações de longo prazo foi compensada em parte pelo aumento de 32,2% no saldo médio das obrigações de longo prazo. Nossa despesa financeira com nossas linhas de crédito locais de longo prazo, indexadas à taxa cambial real/dólar norte-americano, diminuíram em R\$441 milhões, em grande parte, devido aos ganhos cambiais atribuíveis à valorização do real em 2003, uma vez que o saldo médio permaneceu praticamente estável entre 2002 e 2003.

A redução em nossas despesas financeiras foram compensadas em parte pelo aumento de 32,8% em nossas despesas financeiras sobre operações de depósitos a prazo, de R\$3.188 milhões em 2002 para R\$4.235 milhões em 2003. O acréscimo foi, principalmente, atribuível a um aumento de 13,5% no saldo médio de nossas operações de depósitos a prazo no período, bem como um acréscimo nas taxas médias de juros. O acréscimo no volume de nossas operações de depósitos a prazo deve-se à aquisição do BBV Banco em junho de 2003.

### ***Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito***

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos em 2002 e 2003, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma percentagem do saldo médio de operações de crédito):

	2002	2003	Variação percentual
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano ..	R\$2.941	R\$3.455	17,5%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	2.543	2.034	(20,0)
Baixas de empréstimos.....	(2.320)	(2.058)	(11,3)
Empréstimos recuperados.....	291	415	42,6

Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano ....	<u>R\$3.455</u>	<u>R\$3.846</u>	11,3%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito.....	4,9%	3,8%	

A provisão para perdas com operações de crédito aumentou 11,3% de R\$3.455 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$3.846 milhões em 31 de dezembro de 2003 devido, principalmente, ao aumento de 2,6% no saldo médio das operações de crédito.

Acreditamos que a situação econômica do Brasil ainda não tenha se estabilizado totalmente, embora a economia tenha mostrado indicações de melhora no final de 2003. Consequentemente, a provisão para perdas com operações de crédito como porcentagem das operações de crédito aumentou de 6,6% em 2002 para 7,0% em 2003.

A economia brasileira apresentou um desempenho melhor em 2003 do que nós havíamos previsto, devido em grande parte à transição tranquila da administração Fernando Henrique Cardoso para a nova administração Lula da Silva e à implementação de uma austera política fiscal pela nova administração. Como resultado, nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de empréstimos como porcentagem do saldo médio total das operações de crédito, caiu de 4,5% em 2002 para 3,9% em 2003. Do mesmo modo, as recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 42,6% comparado à 2002, e as baixas de empréstimos caíram 11,3% em 2003, à medida que a taxa de inadimplência caiu. No geral, durante 2003, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito caíram 20,0% em comparação a 2002.

A habilidade de nossos tomadores em cumprir com suas obrigações em vista das melhores condições da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, foi refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito em 2003. A porcentagem dos empréstimos nas quatro categorias de menor risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 92,0% em 31 de dezembro de 2003, um aumento em relação a 91,6% em 31 de dezembro de 2002. Os empréstimos nas duas categorias de menor risco aumentaram de 67,2% do total no final do exercício de 2002 para 68,1% do total no final do ano de 2003, refletindo a melhora na qualidade total da carteira.

Nossa estratégia de crescimento para nossa carteira de operações de crédito em 2003 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas, tais como empréstimos pessoais e financiamentos de automóveis durante 2003. Historicamente, temos experimentado melhores taxas de retorno e níveis mais estáveis de risco em operações de crédito às pessoas físicas que nas operações de crédito às empresas. Também reavaliamos a capacidade de alguns de nossos clientes do setor industrial, incluindo empresas de transporte, móveis e madeira, carga e veículos, bem como o setor de serviços, inclusive telecomunicações e energia, de cumprir com suas obrigações de pagamento deteriorou-se, levando a um aumento em nosso provisionamento no final de 2003, limitando a redução geral em nossas despesas com provisão para perdas com operações de crédito. Nós também efetuamos baixas das operações de crédito de alguns de nossos clientes, após exauridos nossos esforços de cobrança, levando a um aumento de 34,0% nas baixas para “industriais e outros” em 2003, comparado a 2002.

As mudanças na qualidade de nossas carteiras de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os segmentos que tiveram bom desempenho em 2003, destacam-se aqueles voltados ao comércio exterior, principalmente para as commodities agrícolas e minerais. Apesar da valorização do real, os exportadores foram auxiliados pela favorável taxa de câmbio, visto que o dólar norte-americano desvalorizou-se em relação ao Euro.

Dessa forma, também concentramos o crescimento da nossa carteira de créditos durante 2003 em grandes empresas de exportação, a maioria delas subsidiárias de empresas multinacionais. A aquisição do BBV Banco e a integração de sua carteira à nossa impulsionou tal estratégia, uma vez que a composição de sua carteira tinha empréstimos concentrados em grandes e solventes empresas européias e norte-americanas, e pouca penetração em pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Com isso, nós conseguimos elevar em 4,1% os créditos classificados como “industriais e outros”, o maior segmento de nossa carteira de operações de crédito, mantendo a classificação em um percentual relativamente estável do total das operações de crédito em 40,0% contra 40,2% em 2002. O aumento no nível das operações de crédito nesta classificação ocorreu, apesar do baixo nível de crescimento das empresas de médio e pequeno porte no Brasil em 2003.

O desempenho dos segmentos exportadores também se refletiu no crescimento da participação das operações de crédito rural em nossa carteira, que subiu de 7,6% do total em 2002 para 8,1% do total em 2003. Isso acarretou uma necessidade adicional de R\$8 milhões de provisão para devedores duvidosos para o segmento, representando 0,4% da constituição de despesa com provisão para perdas com operações de crédito no período.

Os empréstimos que concedemos a pessoas físicas como “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, tais como empréstimos pessoais e financiamento de veículos, cresceram 19,9% em 2003, aumentando sua participação de 17,5% em 2002 para 20,0% em 2003 do total da carteira de créditos. Isso resultou no crescimento da provisão para perdas com créditos de 8,5% sobre o saldo de 2002, proporcionalmente inferior ao aumento da carteira, devido a maior seletividade na concessão destes tipos de créditos.

Ao mesmo tempo, a provisão alocada aos empréstimos em moedas estrangeiras a pessoas físicas caiu de 2,2% em 2002 para 0,7% em 2003 e estes empréstimos caíram como porcentagem do total das operações de crédito, de 6,0% para 4,4%, em grande parte devido à valorização do real.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Receitas Não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2002 e 2003.

Para fins de comparação, os montantes relativos a determinados planos de aposentadoria complementares foram reclassificados para adequar-se à uma mudança na classificação a partir de 1º de janeiro de 2003, resultando em uma redução na receita de planos de previdência e um aumento na receita de prêmios de seguro de R\$327 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Esta reclassificação não teve efeito sobre a receita não financeira, sobre o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Para maiores informações veja “Item 3. Informações Chave - Dados Financeiros Selecionados”.

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receita de prestação de serviços.....	R\$2.894	R\$3.463	19,7%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação .....	(2.006)	45	-
Ganhos (perdas) líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	(38)	738	-
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio .....	148	198	33,8
Resultado de participações em empresas não consolidadas .....	150	60	(60,0)
Prêmios de seguros .....	5.308	6.149	15,8
Planos de previdência .....	21	64	204,8
Outras receitas não financeiras .....	1.486	392	(73,6)
<b>Total .....</b>	<b>R\$7.963</b>	<b>R\$11.109</b>	<b>39,5%</b>

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação percentual</b>
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receita de prestação de serviços .....	R\$2.803	R\$3.225	15,1%	R\$96	R\$191	99,0%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação .....	(2.062)	154	-	57	(108)	-
Ganhos (perdas) líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	(85)	167	-	48	570	1.087,5
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio.....	148	198	33,8	-	-	-
Resultado de participações em empresa não consolidadas .....	157	101	(35,7)	(14)	(41)	192,9
Prêmios de Seguros .....	-	-	-	5.308	6.149	15,8
Planos de Previdência .....	-	-	-	21	64	204,8
Outras receitas não financeiras .....	1.343	196	(85,4)	168	195	16,1
<b>Total .....</b>	<b>R\$2.304</b>	<b>R\$4.041</b>	<b>75,4%</b>	<b>R\$5.684</b>	<b>R\$7.020</b>	<b>23,5%</b>

### ***Atividade Bancária***

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 75,4% em 2003 em comparação a 2002, principalmente, devido a uma redução das perdas nas atividades de negociação de títulos e valores mobiliários e, em menor proporção, a um aumento na receita de prestação de serviços.

O resultado dos títulos e valores mobiliários de negociação melhorou de uma perda de R\$2.062 milhões em 2002 para uma receita de R\$154 milhões em 2003, principalmente devido ao impacto da desvalorização do real sobre nossas operações de “hedging” em 2002, o que não ocorreu em 2003. As receitas com prestação de serviços aumentaram em 15,1% em 2003 comparando-se a 2002, passando de R\$2.803 milhões em 2002 para R\$3.225 milhões em 2003, devido, principalmente, ao aumento no volume das operações que rendem tarifas e comissões e, em segundo lugar, ao aumento na base de clientes, sendo que as tarifas e comissões da administração de fundos e serviços de conta corrente foram os itens que mais se destacaram, em grande parte devido ao maior volume destas transações. Esses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 85,4% em outras receitas não financeiras devido principalmente ao reconhecimento, durante a consolidação de nossa demonstração de resultado, de uma variação negativa em nossos ativos estrangeiros devido à desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 23,5% em 2003 em comparação a 2002, principalmente, devido aos aumentos nas receitas de prêmios de seguros e nos ganhos realizados com títulos disponíveis para venda.

Nas receitas com prêmios de seguros, houve uma variação de 15,8%, passando de R\$5.308 milhões em 2002 para R\$6.149 milhões em 2003, devido principalmente ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis e de saúde, que por sua vez foi devido a maiores esforços de



marketing. Os ganhos realizados líquidos com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda subiram 1.087,5%, passando de R\$48 milhões em 2002 para R\$570 milhões em 2003, devido ao aumento nos preços de mercado para os títulos cotados nas bolsas de valores brasileiras.

### ***Despesas não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2002 e a 2003:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Salários e benefícios .....	R\$(3.992)	R\$(4.677)	17,2%
Despesas administrativas .....	(3.421)	(3.909)	14,3
Amortização de ativos intangíveis .....	(230)	(266)	15,7
Sinistros de seguros e provisões para sinistros incorridos e não relatados .....	(3.614)	(4.333)	19,9
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência .....	(2.261)	(3.777)	67,0
Despesas de planos de previdência .....	(370)	(637)	72,2
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência .....	(669)	(762)	13,9
Depreciação e amortização.....	(459)	(744)	62,1
Outras despesas não financeiras .....	(1.583)	(2.313)	46,1
<b>Total .....</b>	<b>R\$(16.599)</b>	<b>R\$(21.418)</b>	<b>29,0%</b>

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>					
Salários e benefícios.....	R\$(3.656)	R\$(4.189)	14,6%	R\$(335)	R\$(462)	37,9%
Despesas administrativas .....	(2.966)	(3.555)	19,9	(463)	(484)	4,5
Amortização de ativos intangíveis .....	(224)	(256)	14,3	(6)	(10)	66,7
Sinistros de seguros e provisões para sinistros incorridos e não relatados.....	-	-	-	(3.614)	(4.333)	19,9
Varição de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência .....	-	-	-	(2.261)	(3.777)	67,0
Despesas de planos de previdência .....	-	-	-	(370)	(637)	72,2
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência .....	-	-	-	(669)	(762)	13,9
Depreciação e amortização.....	(393)	(675)	71,8	(61)	(67)	9,8
Outras despesas não financeiras .....	(1.391)	(1.749)	25,7	(210)	(417)	98,6

Total.....	<u>R\$(8.630)</u>	<u>R\$(10.424)</u>	20,8%	<u>R\$(7.989)</u>	<u>R\$(10.949)</u>	37,1%
------------	-------------------	--------------------	-------	-------------------	--------------------	-------

### ***Atividade Bancária***

As despesas não financeiras aumentaram 20,8% em 2003 em comparação a 2002, basicamente devido aos aumentos nas despesas administrativas e de salários e benefícios. As despesas com salários e benefícios aumentaram 14,6% de R\$3.656 milhões em 2002 para R\$4.189 milhões em 2003 devido, em parte, ao aumento do número de funcionários, provenientes da aquisição do BBV Banco.

As despesas administrativas aumentaram 19,9% de R\$2.966 milhões em 2002 para R\$3.555 milhões em 2003 devido, basicamente, à expansão da rede de atendimento e ao aumento do nível de preços decorrente da inflação em 2003.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

As despesas não financeiras aumentaram 37,1% em 2003 em comparação a 2002, devido, basicamente ao aumento nos sinistros de seguros, assim como na despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. As despesas com variação de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos, tiveram um aumento de 67,0% de R\$2.261 milhões em 2002 para R\$3.777 milhões em 2003 decorrente do acréscimo nas vendas dos produtos “VGBL” e “PGBL” em 2003. Os sinistros de seguros aumentaram em 19,9% de R\$3.614 milhões em 2002 para R\$4.333 milhões em 2003, devido ao acréscimo nas indenizações ocorridas nos ramos de seguros de automóveis e seguros de saúde.

### ***Imposto de Renda***

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34% desde fevereiro de 2000.

Nós apuramos uma despesa de imposto de renda de R\$346 milhões em 2003, comparados com uma despesa de imposto de R\$161 milhões em 2002. Esta despesa com imposto de renda, como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, aumentou para 13,3% em 2003 em relação aos 7,5% em 2002. O acréscimo deve-se, principalmente, ao aumento do lucro tributável em 2003.

### ***Lucro Líquido***

Como resultado do anteriormente mencionado, o lucro líquido para o ano de 2003 aumentou em 7,5%, de R\$2.142 em 2002 para R\$2.302 milhões em 2003.

### ***Administração de Ativos e Obrigações***

Nossa política geral sobre a administração de ativos e obrigações é a seguinte:

- administrar riscos de taxa de juros, liquidez, câmbio e vencimento para maximizar nossa receita líquida de operações financeiras e nosso retorno sobre ativos e capital, à luz de nossa política interna de gestão de riscos; e

- manter níveis adequados de liquidez e capital.

Como parte de nossa administração de ativos e obrigações, procuramos evitar desencontros substanciais entre ativos e obrigações, fazendo coincidir, na medida do possível, a estrutura de vencimentos, moedas e taxas de juros dos empréstimos que concedemos, conforme os termos das operações, segundo as quais financiamos esses empréstimos. Respeitadas as restrições de nossa política, assumimos periodicamente posições descasadas, quanto a taxas de juros, vencimentos e, em circunstâncias mais limitadas, moedas estrangeiras, quando acreditamos que essas posições se justificam em razão de condições e perspectivas de mercado.

Monitoramos nossa posição de ativos e obrigações de acordo com as exigências e diretrizes do Banco Central. O Comitê de Tesouraria de nossa Administração reúne-se semanalmente para:

- estabelecer políticas de alocação de ativos e captação de recursos;
- tomar decisões sobre a estrutura de vencimentos de nossos ativos e obrigações;
- estabelecer limites de um dia (*overnight*) e no mesmo dia (*intra-day*) para nossos descasamentos em vencimentos, posições de taxas de juros e posições de moedas estrangeiras; e
- estabelecer limites de exposições, com base em nossa avaliação dos riscos, apresentados por nossas posições de *gaps* e níveis atuais de volatilidade de mercado.

Ao tomar tais decisões, nossa Administração avalia não somente nossos limites de exposição referentes a cada segmento de mercado e produto, mas também os níveis de volatilidade do mercado e a extensão à qual estamos expostos a riscos de mercado por meio de “descasamentos” de taxas de juros, vencimentos, liquidez e moeda. Ela também considera outros riscos em potencial, bem como a liquidez do mercado, nossas necessidades institucionais e oportunidades de ganho observadas. O Comitê realiza reuniões extraordinárias, conforme necessário em resposta às alterações macroeconômicas inesperadas.

Além disso, temos dois comitês de crédito, que ajudam a administrar nossos ativos e obrigações:

- o Comitê Executivo de Crédito, composto de membros de nossa Administração, que se reúne semanalmente, analisa créditos acima de R\$20 milhões e determina as políticas gerais que orientarão nossa Administração de ativos e obrigações até sua próxima reunião; e
- o Comitê Diário de Crédito, o qual se reúne diariamente e é responsável pela análise de créditos de até R\$20 milhões.

Além disso, nossa Administração recebe relatórios diários sobre nossas posições descasadas e em aberto, enquanto que o Comitê de Tesouraria avalia semanalmente nossa posição quanto a riscos.

## **Liquidez e Financiamento**

As exigências do Banco Central, quanto aos depósitos compulsórios, determinam nossos níveis mínimos de liquidez. Periodicamente revisamos nossas políticas de administração de ativos e obrigações, de modo a garantir que tenhamos liquidez suficiente para honrar saques de depósitos, amortizar outras obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos nossos clientes e

atender às nossas necessidades próprias de capital de giro. Em nossa opinião, nosso capital de giro é suficiente para nossas atuais necessidades.

Nosso Departamento de Tesouraria atua como um centro de suporte para nossos vários segmentos comerciais, administrando nossas posições de financiamento e liquidez e cumprindo nossos objetivos de investimento, de acordo com nossa política de administração de ativos e obrigações. Ele é também responsável por estabelecer as taxas de nossos produtos, inclusive operações de câmbio e interfinanceiras. O Departamento de Tesouraria cobre qualquer escassez de recursos de financiamento por meio da tomada de empréstimos no mercado interbancário. Ele procura maximizar o uso eficiente de nossa base de depósitos, investindo quaisquer excedentes em instrumentos líquidos no mercado interbancário.

Temos utilizado nossa liquidez excedente para investir em instrumentos do mercado monetário de curto prazo e esperamos continuar a fazê-lo, observadas as exigências regulamentares e considerações sobre investimentos.

Nossas principais fontes de financiamento são:

- depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como depósitos interfinanceiros; e
- obrigações por empréstimos a curto e longo prazos, parte deles expressos em moedas estrangeiras.

A tabela a seguir demonstra a média dos saldos e a taxa de juros reais média de nossas fontes de captação (que incidem juros e também as que não incidem juros) nos períodos indicados:

	2002			2003			2004		
	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagem)									
Depósitos interfinanceiros.....	R\$223	0,2%	16,1%	R\$657	0,5%	16,9%	R\$90	0,1%	15,6%
Depósitos de poupança .....	19.033	16,8	8,3	20.680	15,4	9,9	22.499	15,1	7,4
Depósitos a prazo.....	21.347	18,9	14,9	24.230	18,0	17,5	25.159	16,9	13,2
<b>Obrigações que incidem juros:</b>									
Captações no mercado aberto	9.670	8,5	21,2	15.486	11,5	18,4	18.070	12,1	13,2
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	10.137	9,0	39,2	9.219	6,8	(4,2)	8.442	5,7	(1,0)
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	12.417	11,0	33,0	16.417	12,2	5,3	17.839	12,0	9,1
<b>Total de obrigações sobre as quais incidem juros .....</b>	<b>72.827</b>	<b>64,3</b>	<b>20,5%</b>	<b>86.689</b>	<b>64,4</b>	<b>11,2</b>	<b>92.099</b>	<b>61,9</b>	<b>9,7</b>
<b>Obrigações que não incidem juros:</b>									
Depósitos à vista.....	9.860	8,7		11.146	8,3		13.369	9,0	
Outras obrigações que não incidem juros <sup>(1)</sup> .....	30.529	27,0		36.790	27,3		43.346	29,1	
<b>Total de obrigações que não incidem juros .....</b>	<b>40.389</b>	<b>35,7</b>		<b>47.936</b>	<b>35,6</b>		<b>56.715</b>	<b>38,1</b>	
<b>Total do passivo .....</b>	<b>R\$113.216</b>	<b>100,0%</b>		<b>R\$134.625</b>	<b>100,0%</b>		<b>R\$148.814</b>	<b>100,0%</b>	

- (1) Outras obrigações que não incidem juros, que são basicamente compostas por provisão técnica de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização, contratos de investimentos de previdência e provisão para obrigações contingentes, que não são recursos de captação.

Os depósitos são a nossa fonte de captação mais importante, representando 44,6% do saldo médio das obrigações em 2002, comparado com 42,2% em 2003 e 41,1% em 2004. O acréscimo em 2002 deve-se principalmente ao aumento no volume dos depósitos de poupança, aliado ao aumento no número na base de clientes. Em 2003, apesar do aumento de 12,4% no saldo médio dos depósitos, tivemos uma pequena redução quando comparado como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido, basicamente, aos maiores acréscimos em outras fontes de captações, tais como captações no mercado aberto, cujo saldo médio aumentou 60,1% durante 2003, e obrigações por empréstimos de longo prazo, cujo saldo médio aumentou 32,2% durante 2003. Em 2004, tivemos um acréscimo de 7,8% no saldo médio de nossos depósitos, porém, tivemos pequena redução quando comparamos como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido ao aumento em outras fontes de captação, as quais podemos destacar, obrigações por empréstimos de longo prazo que tiveram seu saldo médio aumentado em 8,7%, captações no mercado aberto com aumento no saldo médio de 16,7% e ao aumento em outras obrigações que não rendem juros, cujo aumento no saldo médio foi de 17,8%.

Empréstimos de curto e longo prazos são nossa segunda principal fonte de captação, representando 20,0% do saldo médio das obrigações de 2002, comparado com 19,0% em 2003 e 17,7% em 2004. A redução em 2003 foi, em grande parte, devido a um decréscimo na demanda por financiamento de importação e exportação. Em 2004 nosso saldo médio de empréstimos de curto e longo prazo aumentaram, porém houve queda quando comparada como porcentagem do saldo médio das obrigações.

A tabela a seguir demonstra nossas fontes de captação e liquidez, em 31 de dezembro de 2004:

	Em 31 de dezembro de 2004	
	R\$ milhões	% do total
Depósitos interfinanceiros .....	R\$20	-
Depósitos de Poupança .....	24.783	15,4%
Depósitos a prazo .....	28.460	17,6
Captações no mercado aberto.....	16.532	10,2
Empréstimos de curto prazo .....	8.272	5,1
Empréstimos de longo prazo .....	19.653	12,2
<b>Total das obrigações que incidem juros .....</b>	<b>97.720</b>	<b>60,5</b>
Depósitos à vista .....	15.384	9,5
Outras obrigações que não incidem juros.....	48.343	29,9
<b>Total das obrigações que não incidem juros.....</b>	<b>63.727</b>	<b>39,5</b>
<b>Total de obrigações .....</b>	<b>R\$161.447</b>	<b>100,0%</b>

### *Depósitos*

Os depósitos responderam por aproximadamente 42,5% do total de obrigações em 31 de dezembro de 2004. Nossos depósitos consistem basicamente de depósitos a prazo e de poupança, expressos em reais e com juros, bem como os depósitos à vista, sobre os quais não incidem juros, também expressos em reais. O aumento nos saldos médios de nossos depósitos a prazo, de poupança e à vista em 31 de dezembro de

2003 para 31 de dezembro de 2004 foi devido, primeiramente ao aumento na base de clientes e em segundo lugar a um aumento no saldo médio depositado por conta, decorrente de aplicações de investidores institucionais. Em 31 de dezembro de 2003, possuíamos aproximadamente 14,5 milhões de contas correntes e 32,3 milhões de contas de poupança, em comparação a aproximadamente 15,7 milhões de contas correntes e 34,6 milhões de contas de poupança em 31 de dezembro de 2004. Para informações adicionais sobre nossos depósitos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Vencimento dos Depósitos.”

### ***Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo***

Os empréstimos de curto prazo em moedas estrangeiras são constituídos, principalmente, de linhas obtidas junto a bancos correspondentes para o financiamento de importação e exportação, emissões de *Bonds*, *CD's* e *Commercial Paper*. Temos continuamente tido acesso a empréstimos de curto prazo nas condições de mercado.

O Bradesco não tem nenhuma linha de crédito ou serviços de crédito sem uso, visto ao fato de não mantermos nenhuma linha de crédito pré-aprovada com outras instituições financeiras.

Nossos serviços de crédito poderiam ser impactados por vários fatores, incluindo rebaixamentos em nossa classificação, flutuações nas taxas cambiais brasileiras e taxa básica de juros, taxas elevadas de inflação, desvalorização da moeda e acontecimentos adversos na economia brasileira e mundial. Para maiores informações sobre os riscos que um efeito adverso poderia ter sobre nossos serviços de crédito, veja “Item 3 - Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Brasil” e “Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos obrigações por empréstimo de curto prazo (até 360 dias) num total de R\$8.272 milhões, um aumento de R\$477 milhões em relação a 31 de dezembro de 2003. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo diminuíram à medida que a demanda de financiamentos a importações e exportações, os quais financiamos através de obrigações por empréstimos de curto prazo, diminuiu de R\$6.034 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$5.340 milhões em 31 de dezembro de 2004. A redução foi devida, em grande parte, à valorização do real em 2004. Nosso saldo de “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano aumentaram 65,8%, de R\$1.761 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$2.920 milhões em 31 de dezembro de 2004, devido ao aumento nas captações, que foram compensados parcialmente pela valorização do real em 2004.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos obrigações por empréstimo de curto prazo (até 360 dias) num total de R\$7.795 milhões, uma redução de R\$1.844 milhões desde 31 de dezembro de 2002. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo diminuíram à medida que a demanda de financiamentos a importações e exportações diminuiu de R\$7.741 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$6.034 milhões em 31 de dezembro de 2003. Nosso saldo de “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano diminuíram 6,5%, de R\$1.884 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$1.761 milhões em 31 de dezembro de 2003. Essas reduções foram devidas, em grande parte, à valorização do real em 2003.

Em 31 de dezembro de 2002, tínhamos obrigações por empréstimos de curto prazo (até 360 dias) num total de R\$9.639 milhões, um aumento de R\$1.319 milhões desde 31 de dezembro de 2001. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo aumentaram em 2001 à medida que a demanda de financiamentos a importações e exportações aumentou de R\$5.106 milhões em 31 de dezembro de 2001

para R\$7.741 milhões em 31 de dezembro de 2002. O aumento foi devido, em grande parte, ao aumento das exportações brasileiras em 2002. Nosso saldo de “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano diminuíram 41,3%, de R\$3.211 milhões em 31 de dezembro de 2001 para R\$1.884 milhões em 31 de dezembro de 2002.

Substancialmente, todas as nossas linhas de crédito de financiamento ao comércio exterior oriundas de bancos correspondentes, são expressas em dólares norte-americanos. Historicamente, temos financiado uma parcela expressiva de nossos empréstimos comerciais em moeda estrangeira com linhas de crédito junto a bancos estrangeiros correspondentes.

Para informações adicionais sobre os nossos empréstimos de curto prazo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo” e “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado - Análise de Sensibilidade”.

### ***Obrigações por Empréstimos de Longo Prazo***

Classificamos como “de longo prazo” todas as obrigações por empréstimos não classificados no curto prazo. As obrigações por empréstimos de longo prazo consistem basicamente de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestados de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações e equipamentos, bem como de nossas dívidas subordinadas, “Euronotes” e empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2004, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$19.653 milhões, um decréscimo de R\$440 milhões desde 31 de dezembro de 2003. O decréscimo em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível a redução de R\$1.671 milhões em nossas captações em “Euronotes”, resultante de reembolsos, que foi compensada em parte pelo acréscimo de R\$801 milhões em nossa captação em repasses de recursos internos e por nova emissão de aproximadamente R\$800 milhões de dívida subordinada, em abril de 2004, nos mercados de capital internacionais. Essa dívida subordinada tem um vencimento de dez anos e rende juros em um prazo fixo.

Em 31 de dezembro de 2003, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$20.093 milhões, um acréscimo de R\$6.704 milhões desde 31 de dezembro de 2002. O acréscimo em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível ao aumento de R\$1.673 milhões em nossas dívidas subordinadas e de R\$1.213 milhões em nossas captações em “Euronotes”. Entre 31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2003, emitimos US\$783 milhões (aproximadamente R\$2.078 milhões) de dívida subordinada nos mercados de capital internacionais. Essas dívidas subordinadas tem um vencimento de dez anos e rende juros em um prazo fixo.

Em 31 de dezembro de 2002, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$13.389 milhões, um acréscimo de R\$1.890 milhões desde 31 de dezembro de 2001. O acréscimo em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível ao aumento de R\$2.352 milhões em nossas dívidas subordinadas e de R\$1.169 milhões em nossas obrigações com repasses de recursos internos, que foram parcialmente compensados por uma redução de R\$1.183 milhões em nosso saldo em aberto de Euronotes que pagamos. Em 2002, emitimos dívidas subordinadas como forma de pagamento de parte de nossas aquisições do 1º semestre de 2002.

Também incluídas em nossas obrigações por empréstimo de longo prazo estão os títulos de valores mobiliários, de médio e longo prazo, a taxas fixas e flutuantes, inclusive por meio de nosso programa para emissão de títulos de médio prazo. Esse programa nos permite emitir até US\$2,5 bilhões (ou o seu equivalente em outras moedas) em títulos de médio prazo, por meio de nossas agências em Grand Cayman, Nova Iorque e da Matriz no Brasil. O programa estabelece que os títulos sejam quirografários, não subordinados, e se classifiquem no mesmo nível de toda nossa dívida externa, atual e futura, não garantida e não subordinada. Os títulos emitidos sob o programa têm vencimentos de três meses ou mais a partir da data de sua emissão e rendem juros a uma taxa fixa. Podemos oferecer para venda, os títulos emitidos nos termos do programa, a compradores institucionais qualificados nos Estados Unidos, segundo a Lei de Valores Mobiliários dos EUA ou a pessoas não americanas fora dos EUA, de acordo com o Regulamento “S” dessa Lei de Valores Mobiliários.

Tínhamos US\$900 milhões em aberto em 31 de dezembro de 2003 e US\$500 milhões em 31 de dezembro de 2004, sob o nosso programa de títulos de médio prazo. Durante o ano de 2004, emitimos US\$200 milhões em títulos de médio prazo. Apesar do programa nos permitir a emissão de até US\$2,5 bilhões em títulos de médio prazo, nossa capacidade de emitir o montante de US\$2,0 bilhões remanescente sob o programa depende da existência de demanda para estes recursos.

Em agosto de 2003, emitimos duas séries de títulos com vencimento até 2010, em um montante agregado de US\$400 milhões e em julho de 2004 uma nova série no valor US\$100 milhões com vencimento em 2012. Duas das séries rendem juros a uma taxa fixa e a outra a uma taxa variável. Os títulos são garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior. Também em 2004, no mês de abril, emitimos R\$800 milhões em títulos de Dívida Subordinada com vencimento em 2014 e no mês de dezembro, destacou-se emissão denominada em reais, equivalente a US\$100 milhões, com prazo de 3 anos, quando o Bradesco, escolheu utilizar juros lineares.

Utilizamos o produto de nossas emissões de dívida de longo prazo, para fins de repasse em geral, principalmente a nossos clientes brasileiros. A diferença entre os juros que pagamos sobre nossas obrigações por empréstimos e os juros que cobramos de nossos clientes, conhecida como “*spread*”, depende do prazo dos mesmos, de nossa avaliação do risco do cliente e da situação geral da economia brasileira. Com exceção de nossos repasses locais, não existem restrições regulamentares ao uso de nossos empréstimos.

Para informações adicionais sobre nossas obrigações por empréstimo de longo prazo, veja “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado - Análise de Sensibilidade” e a nota 14 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Depósitos Compulsórios no Banco Central***

Por exigência do Banco Central, somos obrigados, na qualidade de instituição financeira, a depositar um determinado valor de recursos no Banco Central ou a comprar e deter valores mobiliários do Tesouro Nacional. Não podemos utilizar esses depósitos compulsórios para qualquer outro fim. O Banco Central determina os juros a serem pagos sobre esses depósitos, se houver. Para maiores informações sobre exigências de depósitos compulsórios, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Financiamento - Atividades de Captação de Depósitos”.

Tínhamos depósitos compulsórios no valor de R\$20.209 milhões em 31 de dezembro de 2004, um acréscimo de 21,1% em relação a 31 de dezembro de 2003, basicamente, devido ao aumento no volume



dos depósitos. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo de nossos depósitos compulsórios era de R\$16.690 milhões, um aumento de 3,9% comparado com 31 de dezembro de 2002, basicamente, devido ao aumento no volume dos depósitos.

### ***Fontes de Liquidez Adicional***

Apesar de não mantermos linhas de crédito pré-aprovadas sem uso, nossa forte presença no mercado brasileiro e a boa imagem no mercado internacional de crédito nos tornam aptos para obter recursos nas condições do mercado se necessário. Apesar do programa de “MTN” de médio prazo não ser uma linha de crédito pré-aprovada garantida e nossa capacidade de emitir títulos de acordo com o programa a qualquer momento depender se haverá demanda por tais títulos, como uma questão geral, o programa pode facilitar o acesso ao mercado internacional de crédito, no qual podemos captar a juros mais baixos e prazos mais longos que no mercado brasileiro. Adicionalmente, podemos acessar o mercado de capitais internacional, para a captação de recursos a prazos mais longos, sob nosso programa vigente de títulos garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior.

Finalmente, em algumas circunstâncias limitadas, nós podemos obter fundos emergenciais do Banco Central, através de uma transação referida como redesconto. Um redesconto é uma operação de crédito do Banco Central para uma instituição financeira, que é garantido por títulos do Governo Federal, que a instituição possui. O montante dos títulos do Governo Federal mantido pela instituição financeira como títulos mobiliários de negociação limita o valor das transações de redesconto. Nós nunca obtivemos captação do Banco Central através de transações de redesconto com o objetivo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2004, nós tínhamos R\$8.787 milhões em títulos do Governo Federal como títulos e valores mobiliários de negociação, que poderiam ser usados para essa finalidade.

### ***Fluxos de Caixa***

Durante 2002, 2003 e 2004, nosso fluxo de caixa foi, basicamente, afetado pelas alterações no ambiente econômico brasileiro. A tabela a seguir demonstra as principais variações nos fluxos de saída de caixa durante os períodos indicados:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais .....	R\$11.794	R\$(7.995)	R\$13.496
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento .....	(9.534)	(344)	(15.815)
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de financiamento.	1.570	17.817	(3.285)
<b>Aumento / (redução) em caixa e equivalentes à caixa,</b>			
<b>líquido .....</b>	<b><u>R\$3.830</u></b>	<b><u>R\$9.478</u></b>	<b><u>R\$(5.604)</u></b>

### ***2002***

Durante 2002, tivemos aumento líquido de R\$3.830 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente à geração de caixa líquido em nossas atividades operacionais de R\$11.794 milhões, e até certo ponto em nossas atividades de financiamento de R\$1.570 milhões, compensado pelo uso de R\$9.534 milhões em nossas atividades de investimento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2002 resultou, principalmente, de um aumento líquido de R\$7.192 milhões em depósitos compulsórios, devido basicamente ao aumento de alíquota e criação do compulsório adicional, de um aumento de R\$4.989 milhões em operações de crédito e de R\$3.941 milhões usados para aquisição de títulos disponíveis para venda, que foi compensado por R\$5.036 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2002 resultou, basicamente, de um aumento de R\$9.691 milhões nos depósitos, principalmente um aumento de R\$4.196 milhões nos depósitos a prazo e por um aumento de R\$4.593 milhões em depósitos à vista, ambos desconsiderando as aquisições realizadas no 1º semestre de 2002, que foi parcialmente compensado por uma redução de R\$701 milhões nas obrigações por empréstimos de longo prazo, líquidos de pagamentos, e de uma redução líquida de R\$7.089 milhões em captações no mercado aberto. A queda no volume de nossas operações de captação no mercado aberto foi, em grande, parte devida à transferência de recursos de nossos clientes para outras fontes de captação.

### ***2003***

Durante 2003, tivemos aumento líquido de R\$9.478 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente a geração de caixa líquido em nossas atividades de financiamento, R\$17.817 milhões,

que foi parcialmente compensado pelo uso de R\$7.995 milhões em nossas atividades operacionais e R\$344 milhões de nossas atividades de investimento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2003 resultou, principalmente, de um aumento líquido de R\$3.968 milhões usados para aquisição de títulos disponíveis para venda, e de R\$1.220 milhões usados para a aquisição de subsidiárias, líquidos caixa e equivalentes de caixa recebidos, que foi parcialmente compensado por R\$4.647 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2003 resultou basicamente de um aumento líquido de R\$18.781 milhões em nossas operações de captações no mercado aberto, refletindo nosso deslocamento durante 2003 para outras fontes de captação, bem como um aumento de R\$6.009 milhões nas obrigações por empréstimos de longo prazo, líquidos de pagamentos, compensado parcialmente pelo impacto de uma redução líquida de R\$3.556 milhões em captações de depósitos, excluindo a aquisição do BBV Banco, e uma redução em nossas operações de empréstimos de curto prazo de R\$2.742 milhões, decorrente da liquidação de operações de empréstimos e financiamentos.

## **2004**

Durante 2004, tivemos uma redução líquida de R\$5.604 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente às nossas atividades de investimento, R\$15.815 milhões e de nossa atividade de financiamento de R\$3.285 milhões, que foi compensado pelo uso de R\$13.496 milhões em nossas atividades operacionais.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2004 resultou, principalmente, do uso de R\$7.567 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e do uso de R\$9.287 milhões em operações de crédito, bem como um aumento líquido em depósitos compulsórios de R\$2.023 milhões devido basicamente ao aumento no volume de depósitos, que foi compensado por R\$3.290 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2004 resultou basicamente de uma redução líquida de R\$11.328 milhões em nossas operações de captações no mercado aberto, refletindo nosso deslocamento durante 2004 para outras fontes de captações, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos de R\$1.273 milhões, compensado pelo impacto do aumento líquido de R\$9.395 milhões em captações de depósitos.

## **Cumprimento de Exigências Referentes à Capital**

O Acordo da Basiléia I exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8%. Pelo menos metade do capital total deve consistir de Capital Nível I. O Capital Nível I, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, sujeitas a certas limitações.

A regulamentação bancária brasileira difere dos regulamentos do Acordo da Basiléia de várias maneiras. A regulamentação bancária brasileira:

- a) exige um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de risco de 11%;

- b) não permite que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital;
- c) especifica diferentes categorias de ponderação de risco;
- d) impõe uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso no ativo permanente sobre os limites impostos pelo Banco Central; e
- e) limita a emissão de dívidas subordinadas em 50% do Capital Nível I.

As exigências para adequação de capital podiam ser medidas tanto em bases consolidadas quanto em bases não consolidadas até 31 de julho de 2000. A partir de 31 de julho de 2000, nós medimos nossa adequação de capital em base consolidada, de acordo com as regras do Banco Central. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições às Atividades de Instituições Financeiras” para uma análise mais detalhada das exigências de adequação de capital no Brasil.

A tabela a seguir demonstra nossas posições de capital como uma porcentagem do total de ativos de risco ponderado, bem como nossas necessidades de capital mínimo segundo as leis brasileiras, relativamente às datas indicadas. A tabela e as informações que seguem estão baseadas nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Capital - Nível I.....	12,2%	12,7%	11,7%
Capital - Nível II.....	3,6	4,5	4,4
Capital Total.....	<u>15,8%</u>	<u>17,2%</u>	<u>16,1%</u>
Capital disponível, segundo a regulamentação.....	R\$14.396	R\$18.473	R\$20.907
Capital mínimo exigido, segundo a regulamentação.....	<u>10.027</u>	<u>11.803</u>	<u>14.306</u>
<b>Excedente ao capital mínimo exigido.....</b>	<b><u>R\$4.369</u></b>	<b><u>R\$6.670</u></b>	<b><u>R\$6.601</u></b>

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$18.473 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$20.907 milhões em 31 de dezembro de 2004, foi devido basicamente aos R\$849 milhões referentes às captações em dívida subordinada, e R\$1.735 milhões relativos à capitalização do lucro. Esses fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos da redução de R\$42 milhões em nossa participação minoritária, em função da alienação de nossa participação acionária na empresa Sete Quedas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. e ao ajuste negativo de R\$20 milhões relativo a perdas não realizadas em investimentos classificados como disponíveis para venda e de R\$49 milhões para aquisição de ações em tesouraria.

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$14.396 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$18.473 milhões em 31 de dezembro de 2003, foi devido basicamente aos efeitos dos aumentos de capital de R\$1.290 milhões, R\$1.533 milhões referentes às captações em dívida subordinada, R\$960 milhões relativos à capitalização do lucro e um ajuste de R\$451 milhões relativos a ganhos não realizados em títulos de investimentos classificados como disponíveis para venda. Esses fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos de uma redução de R\$160 milhões em nossa participação minoritária, em função da incorporação dos acionistas minoritários do Banco Mercantil.

O excedente sobre o capital mínimo exigido era de R\$6.601 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparado a R\$6.670 milhões em 2003.

Em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, estávamos cumprindo todas as exigências de capital mínimo, determinadas pelo Banco Central. Para uma descrição de nossas necessidades de capital e da regulamentação do Banco Central sobre adequação de capital, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições às Atividades de Instituições Financeiras”.

Durante os últimos anos, mantivemos uma posição significativa em instrumentos de curto prazo, de alta liquidez, que em geral têm um risco ponderado zero ou baixo, dessa forma eliminando ou reduzindo de modo significativo a necessidade de manter capital contra esses ativos. Essa posição reflete o ambiente de crédito restritivo que prevaleceu no Brasil entre 2002 e 2003. Se fôssemos aumentar significativamente nossa carteira de empréstimos, seríamos obrigados a manter capital contra esses ativos, o que, dependendo da posição de capital na ocasião, poderia reduzir nosso capital como uma percentagem dos ativos de risco ponderado.

### **Sensibilidade das Taxas de Juros**

A gestão da sensibilidade das taxas de juros constitui um componente chave de nossa política sobre ativo e passivo. A sensibilidade das taxas de juros é a relação entre as taxas de juros de mercado e a receita líquida de juros devida até o vencimento ou características de repactuação de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros. Relativamente a qualquer período específico, a estrutura de preços é considerada equilibrada quando um valor igual desses ativos ou obrigações vence ou é repactuado nesse período. Qualquer desequilíbrio entre ativos que rendem juros e obrigações que incidem juros é conhecido como uma posição de *gap* (diferença). Um *gap* negativo indica sensibilidade do passivo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito positivo sobre a receita financeira líquida. Ao contrário, um *gap* positivo indica sensibilidade do ativo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito negativo sobre a receita financeira líquida. Essas relações podem alterar-se significativamente de um dia para o outro, em decorrência tanto de forças de mercado quanto de decisões da Administração.

Nossa estratégia quanto à sensibilidade de taxas de juros leva em consideração:

- taxas de retorno;
- o grau de risco subjacente; e
- exigências de liquidez, inclusive reservas bancárias mínimas exigidas pela regulamentação, índices de liquidez obrigatórios, retirada e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional de recursos.

Monitoramos nossos descasamentos e posições relativos a vencimentos e os administramos dentro de limites estabelecidos. Nosso Comitê Tesouraria analisa nossas posições pelo menos uma vez por semana e altera nossas posições à medida de que as perspectivas do mercado se alteram.

A tabela a seguir indica os vencimentos de nossos ativos que rendem juros e nossas obrigações sobre as quais incidem juros em 31 de dezembro de 2004, e pode não refletir posições de *gaps* de taxas de juros em outros momentos. Além disso, podem existir variações na sensibilidade de taxas de juros dentro

dos períodos apresentados devido a diferentes datas de repactuação. Também podem ocorrer variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxas de juros são detidas.

<b>Em 31 de dezembro de 2004</b>							
	<b>Até 30 dias</b>	<b>31 - 90 dias</b>	<b>91 - 180 dias</b>	<b>181 - 365 dias</b>	<b>1 - 3 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos que rendem juros:</b>							
<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>							
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	6.177	186	298	556	756	3	7.976
Aplicações em operações compromissadas ...	14.628	-	1	3.175	560	1.071	19.435
Depósitos compulsórios no Banco Central ...	10.823	1	19	4.058	14	249	15.164
Títulos e valores mobiliários de negociação..	22.290	391	2.087	989	5.177	1.669	32.603
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	4	65	36	708	1.290	5.632	7.735
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	40	19	-	55	978	3.108	4.200
Operações de crédito.....	10.868	12.806	9.625	9.679	12.906	5.086	60.970
Outros ativos.....	-	-	-	-	-	651	651
<b>Total de ativos que rendem juros.....</b>	<b>64.830</b>	<b>13.468</b>	<b>12.066</b>	<b>19.220</b>	<b>21.681</b>	<b>17.469</b>	<b>148.734</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>							
Depósitos interfinanceiros.....	20	-	-	-	-	-	20
Depósitos de poupança.....	24.783	-	-	-	-	-	24.783
Depósitos a prazo .....	2.738	3.592	2.832	3.752	15.073	473	28.460
Captações no mercado aberto.....	14.058	328	41	94	1.594	417	16.532
Obrigações por empréstimos de curto prazo .	1.470	1.743	3.027	1.344	660	28	8.272
Obrigações por empréstimos de longo prazo.	1.012	848	1.126	1.482	5.760	9.425	19.653
<b>Total de passivos que incidem juros .....</b>	<b>44.081</b>	<b>6.511</b>	<b>7.026</b>	<b>6.672</b>	<b>23.087</b>	<b>10.343</b>	<b>97.720</b>
Gap ativo/passivo.....	20.749	6.957	5.040	12.548	(1.406)	7.126	51.014
Gap cumulativo.....	20.749	27.706	32.746	45.294	43.888	51.014	
Índice gap cumulativo / total de ativos que rendem juros .....	13,95%	18,63%	22,02%	30,45%	29,51%	34,30%	

### **Sensibilidade de Taxas de Câmbio**

A maioria de nossas operações é expressa em reais. Nossa política é evitar desencontros substanciais em taxas de câmbio. Contudo, de um modo geral, temos em aberto, em qualquer momento específico, obrigações de longo prazo expressas e indexadas a moedas estrangeiras, principalmente, o dólar norte-americano. Tínhamos R\$6.837 milhões de obrigações por empréstimos de longo prazo em aberto em 31 de dezembro de 2004. Nessa data, nossa exposição passiva de moeda estrangeira líquida era de R\$442 milhões, ou 2,8% do patrimônio líquido. A exposição de moeda estrangeira líquida consolidada é a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados fora do balanço patrimonial.

Nossa posição de moeda estrangeira resulta, basicamente, de nossas compras e vendas de moeda estrangeira (basicamente dólares norte-americanos) de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e nos mercados monetários a termo e à vista. O Banco Central regulamenta nossas posições máximas de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

A composição de nosso ativo, passivo e patrimônio líquido por moeda e prazo em 31 de dezembro de 2004 é demonstrada a seguir. Nossos ativos em moeda estrangeira são, em grande parte, expressos em reais, mas são indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. A maioria de nossos passivos em moeda estrangeira é representado principalmente por dólar norte-americano.

31 de dezembro de 2004

	31 de dezembro de 2004			Moeda
	R\$	Moeda estrangeira	Total	Estrangeira como uma Percentagem do total
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)				
<b>Ativo:</b>				
Caixa e equivalentes a caixa .....	2.310	380	2.690	14,1%
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	3.225	4.751	7.976	59,6
Aplicações em operações compromissadas.....	18.424	1.011	19.435	5,2
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	19.998	211	20.209	1,0
Títulos e valores mobiliários de negociação:				
Menos de um ano.....	3.308	508	3.816	13,3
De um a três anos.....	4.955	222	5.177	4,3
Mais de três anos .....	1.279	390	1.669	23,4
Indeterminado <sup>(1)</sup> .....	22.432	-	22.432	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:				
Menos de um ano.....	801	12	813	1,5
De um a três anos.....	865	425	1.290	32,9
Mais de três anos .....	1.626	4.006	5.632	71,1
Indeterminado.....	2.368	-	2.368	-
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:				
Menos de um ano.....	55	59	114	51,8
De um a três anos.....	978	-	978	-
Mais de três anos .....	2.079	1.029	3.108	33,1
Operações de crédito:				
Menos de um ano.....	34.976	8.002	42.978	18,6
De um a três anos.....	10.836	2.070	12.906	16,0
Mais de três anos .....	3.951	1.135	5.086	22,3
Indeterminado <sup>(2)</sup> .....	2.206	-	2.206	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos .....	708	-	708	-
Imobilizado de uso, líquido .....	2.606	340	2.946	11,5
Ágio .....	262	-	262	-
Ativos intangíveis, líquido .....	1.568	-	1.568	-
Outros ativos:				
Menos de um ano.....	6.679	212	6.891	3,1
De um a três anos.....	5.553	-	5.553	-
Mais de três anos .....	1.577	754	2.331	32,3
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.945)	(118)	(4.063)	2,9
<b>Total.....</b>	<b>151.680</b>	<b>25.399</b>	<b>177.079</b>	<b>14,3</b>
Percentagem do total de ativos.....	85,7%	14,3%	100,0%	
Passivo e Patrimônio Líquido:				
Depósitos:				
Menos de um ano.....	51.067	2.034	53.101	3,8
De um a três anos.....	14.754	319	15.073	2,1
Mais de três anos .....	383	90	473	19,0
Captação no mercado aberto .....	15.608	924	16.532	5,6
Obrigações por empréstimos de curto prazo:				
Menos de um ano.....	-	7.584	7.584	100,0
De um a três anos.....	-	660	660	100,0
Mais de três anos .....	-	28	28	100,0
anos.....				
Obrigações por empréstimos de longo prazo:				
Menos de um ano.....	3.685	783	4.468	17,5
De um a três anos.....	4.155	1.605	5.760	27,9
Mais de três anos .....	4.976	4.449	9.425	47,2
Outras obrigações:				
Menos de um ano.....	31.859	1.610	33.469	4,8
De um a três anos.....	13.991	-	13.991	-
Mais de três anos .....	821	62	883	7,0
Participações minoritárias nas controladas .....	73	-	73	-
Patrimônio líquido .....	15.559	-	15.559	-
<b>Total.....</b>	<b>156.931</b>	<b>20.148</b>	<b>177.079</b>	<b>11,4</b>
Percentagem do total do passivo e patrimônio líquido.....	88,6%	11,4%	100,0%	



- (1) Representado por aplicações em fundos mútuos de investimentos, que não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez.
- (2) Representado basicamente por créditos de curso anormal.

Os instrumentos financeiros derivativos estão representados acima, na mesma base das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Nosso caixa e equivalentes à caixa em moeda estrangeira são representados, principalmente, por dólares norte-americanos. Os valores expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, também são indexados ao dólar norte-americano através de swaps de moeda, limitando efetivamente nossa exposição em moedas estrangeiras somente ao dólar norte-americano.

Celebramos contratos de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo com contrapartes selecionadas para administrar nossa exposição global, bem como para ajudar os clientes a administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. Para informações mais detalhadas sobre esses contratos de instrumentos financeiros derivativos, veja nota 22(b) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

A composição de nossos instrumentos financeiros fora do balanço patrimonial por moeda, em 31 de dezembro de 2004, é demonstrada na tabela abaixo:

	<b>31 de dezembro de 2004</b>		
	<b>Valores de Referência</b>		
	<b>R\$</b>	<b>Moeda estrangeira</b>	<b>Total</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Instrumentos financeiros derivativos fora do balanço patrimonial:</b>			
Contratos de futuros a taxas de juros:			
Compras .....	53	-	53
Vendas .....	9.345	-	9.345
Contratos de futuros em moeda estrangeira:			
Compras .....	-	5.189	5.189
Vendas .....	-	14.195	14.195
Contratos de opções em moeda estrangeira:			
Compras .....	-	8	8
Vendas .....	-	1.450	1.450
Contratos a termo sobre moeda estrangeira:			
Compras .....	-	383	383
Vendas .....	-	331	331
Contratos de swaps:			
Posição Ativa:			
Swaps de taxas de juros .....	5.169	-	5.169
Swaps de moedas .....	-	2.287	2.287
Posição Passiva:			
Swaps de taxas de juros .....	2.645	-	2.645
Swaps de moedas .....	-	4.500	4.500

## Investimentos

Nos últimos três anos, fizemos e esperamos continuar a fazer investimentos significativos relacionados às melhorias e inovações em tecnologia e na Internet, destinados a manter e aumentar nossa infra-estrutura de tecnologia, a fim de aumentar nossa produtividade, acessibilidade e eficácia em termos de custos e a nossa reputação como líder em inovação tecnológica no setor de serviços financeiros. Fizemos investimentos significativos em desenvolvimento de sistemas, equipamentos de processamento de dados e outras tecnologias destinados a incrementar essas metas. Esses investimentos foram em sistemas e tecnologia, tanto para uso em nossas operações quanto para uso pelos clientes.

A tabela a seguir demonstra nossos investimentos contabilizados como ativos fixos nos períodos indicados:

	2002	2003	2004
	(Em milhões de reais)		
<b>Infra-estrutura:</b>			
Terrenos e edificações .....	R\$283	R\$110	R\$43
Móveis e equipamentos .....	137	204	107
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros .....	65	88	52
Outros .....	53	81	28
<b>Total .....</b>	<b>538</b>	<b>483</b>	<b>230</b>
<b>Tecnologia da Informação:</b>			
Desenvolvimento de sistemas .....	244	235	240
Equipamentos de processamento de dados .....	396	663	643
<b>Total .....</b>	<b>640</b>	<b>898</b>	<b>883</b>
<b>Total .....</b>	<b>R\$1.178</b>	<b>R\$1.381</b>	<b>R\$1.113</b>

Durante 2004, efetuamos investimentos no valor de R\$1.532 milhões, dos quais R\$1.113 milhões foram relacionados com a aquisição de ativos e R\$419 milhões com gastos com serviços de telecomunicações e de processamento de dados. Durante o 1º trimestre de 2005, investimos R\$322 milhões.

Acreditamos que os investimentos de 2005 a 2007 não serão substancialmente maiores do que os níveis de dispêndios históricos e estimamos que, de acordo com a nossa prática durante os últimos anos, nossos investimentos de 2005 a 2007 serão custeados com nossos próprios recursos. Nenhuma garantia pode ser dada, porém, de que os investimentos serão efetuados e, se efetuados, de que esses dispêndios serão feitos nos valores atualmente esperados.

## Transações Registradas em Contas de Compensação

Todas nossas garantias financeiras registradas em contas de compensação estão descritas em “Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação”. Nenhuma de nossas transações registradas em contas de compensação são do tipo daquelas que devemos fornecer divulgações, conforme o Item 5.E. do Formulário 20-F.

## Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças

Além do nosso programa de inovação tecnológica, não possuímos políticas ou projetos significativos com relação à pesquisa e ao desenvolvimento, e não possuímos patentes ou licenças.

## **Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários**

### **Administração do Banco Bradesco**

Somos administrados por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração estabelece a estratégia corporativa, as políticas e supervisiona e monitora a Diretoria Estatutária. Por sua vez, a Diretoria Estatutária implementa a estratégia e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, além de ser responsável pela administração cotidiana do Banco.

A Diretoria Estatutária é atualmente composta por uma Diretoria Executiva e pelos Diretores Departamentais e Regionais. A Diretoria Executiva é composta do presidente, nove vice-presidentes executivos e treze diretores gerentes.

Nosso Conselho de Administração, com oito membros, se reúne ordinariamente a cada noventa dias e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo responsável por:

- aprovar, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós;
- estabelecer nossa estratégia corporativa;
- revisar nossos planos e políticas de negócios; e
- supervisionar e monitorar as atividades de nossa Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria, conforme especificado na seção 3 (a) (58) do “Securities Exchange Act of 1934” para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria ou não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós.

A Diretoria Executiva se reúne semanalmente e é responsável por:

- implementar a estratégia e políticas estabelecidas por nosso Conselho de Administração; e
- nossa administração cotidiana.

Vários membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também desempenham funções na Administração Sênior em nossas subsidiárias, inclusive na Bradesco Seguros, Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização, Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco Finasa, Bradesco Consórcios, Bradesco Saúde e Bradesco Leasing. Cada uma dessas subsidiárias tem a sua própria estrutura administrativa.

Em 9 de junho de 2003, foi firmado um acordo entre nossos acionistas Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, Fundação Bradesco e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA (“Acordo de Acionistas”), através do qual ficou estabelecido que enquanto o BBVA mantiver percentual de participação igual ou superior a 3,94% do capital votante do Banco Bradesco S.A., os acionistas controladores deverão assegurar ao BBVA o direito de eleger um membro do Conselho de Administração do Bradesco, bem como o Bradesco e o BBVA deverão manter uma “Euro Desk” a ser chefiada por um Diretor Departamental estatutário indicado pelo BBVA. Ainda, caso o BBVA tenha interesse em vender, no todo ou em parte, suas ações, deverá notificar os controladores do Bradesco, que terão o direito de

preferência na aquisição das ações ofertadas. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

Na forma da legislação brasileira, todos os membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram aprovados pelo Banco Central.

A seguir estão as biografias dos atuais membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

#### **Membros do Conselho de Administração:**

**Lázaro de Mello Brandão, Presidente do Conselho:** 78 anos, Economista e Administrador. Iniciou a carreira em setembro de 1942, na Casa Bancária Almeida & Cia., instituição financeira que em 10 de março de 1943 se transformou no Banco Brasileiro de Descontos S.A., hoje Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária no Bradesco, sendo em janeiro de 1963 eleito Diretor e em setembro de 1977 Diretor Vice-Presidente Executivo. Sucedendo o fundador do Banco, Amador Aguiar, em 1981 assumiu a Presidência da Diretoria, e, em fevereiro de 1990, cumulativamente, a Presidência do Conselho de Administração. Em março de 1999, indicou o seu sucessor na Presidência da Diretoria, permanecendo na Presidência do Conselho de Administração. Ele também acumula cargos na Organização Bradesco, tais como ser Presidente da Fundação Bradesco e da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A., Membro do Conselho Consultivo da VBC Participações S.A. e Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Lisboa, Portugal. Foi Diretor-Presidente do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Vice-Presidente da Diretoria da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e Presidente do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização.

**Antônio Bornia, Vice-Presidente do Conselho:** 69 anos; formação secundária. Iniciou a carreira em maio 1952 no Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em setembro de 1975 eleito Diretor Adjunto, em abril de 1979 Diretor Executivo, em junho de 1981 Diretor Vice-Presidente Executivo, e em março de 1999 Vice-Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais Empresas da Organização Bradesco, incluindo a Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, Fundação Bradesco e Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É Diretor-Presidente e Presidente do Conselho Deliberativo da ABEL; Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arrendamento Mercantil; Diretor Vice-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Representantes da CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras e da Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF; Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Latino-Americana de Leasing - Felalease; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; e Membro da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Foi Membro Suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Órgão ligado ao Ministério da Fazenda, como representante da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing de julho de 1989 a julho de 1991, e de fevereiro de 2000 a fevereiro de 2002, e Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC de janeiro de 2002 a janeiro de 2005.

**Mário da Silveira Teixeira Júnior, Conselheiro:** 59 anos; formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira na Organização Bradesco em julho de 1971, na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, da qual foi Diretor entre março de 1983 e janeiro de 1984, transferindo-se posteriormente para o Banco Bradesco de Investimento S.A. e Banco Bradesco S.A. No Banco Bradesco, foi eleito Diretor Departamental em janeiro de 1984, Diretor Executivo Gerente em março de 1992 e Diretor Vice-Presidente Executivo em março de 1998, Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a julho de 2001, quando afastou-se para presidir a Bradespar S.A., empresa criada por cisão parcial do Banco Bradesco. Foi reconduzido ao Conselho do Banco em março de 2002, cargo que ocupa até hoje. Participa ainda do Conselho de Administração da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, é Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A., VBC Participações S.A., VBC Energia S.A., Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Companhia Piratininga de Força e Luz, Valepar S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce; Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com sede em Lisboa - Portugal; e Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento. Foi Diretor Vice-Presidente da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento; Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Latasa S.A., São Paulo Alpargatas S.A. e Tigre S.A. Tubos e Conexões.

**Márcio Artur Laurelli Cypriano, Conselheiro:** 61 anos; formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira em julho de 1967, no Banco da Bahia S.A., instituição financeira que em dezembro de 1973 foi incorporada pelo Banco Bradesco S.A. Transferiu-se para o Bradesco como Gerente. Em janeiro de 1984 foi eleito Diretor Departamental, em janeiro de 1986 Diretor Executivo Adjunto, em fevereiro de 1988 Diretor Executivo Gerente e em fevereiro de 1995 Diretor Vice-Presidente Executivo. Em março de 1999 assumiu a Presidência da Diretoria do Banco, e em março de 2002 passou a ocupar, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração. Presidiu o Banco BCN de abril de 1998 a março de 1999. Atualmente é também Diretor-Presidente de várias Empresas da Organização Bradesco; Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES; Presidente da Diretoria e do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Membro Efetivo do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC; e Membro do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscecx), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Instituto Roberto Simonsen.

**João Aguiar Alvarez, Conselheiro:** 44 anos; formado em Agronomia pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manuel Carlos Gonçalves em Espírito Santo do Pinhal, SP. Em abril de 1986 foi eleito para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de abril de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretor. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Adjunto da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Adjunto da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição.

**Denise Aguiar Alvarez Valente, Conselheira:** 47 anos; formada em Pedagogia pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Mestrado em Educação pela Universidade de Nova Iorque - EUA. Em abril de 1986 foi eleita para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de julho de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretora. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretora Adjunta da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretora Adjunta da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado desde março de 2002 e do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP desde abril de 2003.

**Raul Santoro de Mattos Almeida, Conselheiro:** 52 anos; formado em Engenharia Mecânica. Nomeado Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. em 28 de janeiro de 2005. É Gerente Nacional e Presidente do BBVA Bancomer Financial Holdings, Texas, USA; Presidente do Valley Bank, Califórnia, USA; Presidente do BBVA Bancomer Transfer Services (BTS) - Serviços de Transferência, Texas, USA; Presidente do BBVA Bancomer Foreign Exchange (BFX) - Câmbio, Texas, USA; Presidente do BBVA Bancomer Financial Services (BFS) - Serviços Financeiros, Texas, USA; Presidente do BBVA Finance - Delaware, EUA; Presidente do BBVA Securities, Inc., Nova York, USA; Membro do Conselho de Administração do BBVA Puerto Rico, Porto Rico. Foi Membro do Conselho de Administração do BBVA Bancomer Instituição de Banco Múltiplo, México. Foi Presidente do Santander Overseas Bank, Porto Rico; Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro do Banco Santander, Porto Rico; Diretor Financeiro da Divisão Internacional do Banco Santander, Espanha; Diretor Superintendente do Banco Santander, Brasil; Vice-Presidente do Bank of Boston, Brasil; Vice-Presidente e Tesoureiro e Diretor Superintendente de Multileasing do Bank of America NT&AS, Brasil; Diretor da Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A., Brasil; e Gerente Geral da LEASCO - Companhia Leasing do Brasil. É Membro do Conselho de Administração do IIB - Instituto de Banqueiros Internacionais, Nova York, USA; e da USSCC - Câmara de Comércio Estados Unidos e Espanha; da USBCC - Câmara de Comércio Estados Unidos e Espanha.

**Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Conselheiro:** 60 anos; licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa - Portugal. Em junho de 2003 foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A. - Lisboa; Presidente do Espírito Santo Financial Group (ESFG) - Luxemburgo, membro do Supervisory Board da Euronext NV - Holanda, do Executive Committee do Institut Internationale d'Études Bancaires (IIEB) - Bruxelas e do European Advisory Committee Board of the New York Stock Exchange (NYSE). Foi membro do Conselho de Administração do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Brasil) de setembro de 1997 a outubro de 2000.

#### **Membros da Diretoria Executiva:**

**Márcio Artur Laurelli Cypriano, Presidente:** Sr. Cypriano também ocupa o cargo de Presidente Executivo. Sua experiência é descrita em - Membros do Conselho de Administração.

**Décio Tenerello, Vice-Presidente:** 60 anos; formado em Direito pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em junho de 1961. Passou por todos os escalões da carreira bancária,

sendo em março de 1982 eleito Diretor Departamental, em janeiro de 1984 Diretor Executivo Adjunto, em fevereiro de 1988 Diretor Executivo Gerente, e em março de 1998 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Presidente da ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança e seu representante na Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e na Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Membro Efetivo do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização; e Membro do Conselho de Administração da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

**Laércio Albino Cezar, Vice-Presidente:** 58 anos; é Técnico em Contabilidade. Iniciou a carreira em abril de 1960. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1982 eleito Diretor Departamental, em março de 1992 Diretor Executivo Gerente e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Além das atividades na Organização Bradesco, foi Membro da Subcomissão de Segurança Contra Fraudes da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), de novembro 1983 a março de 1992, Representante Brasileiro no Comitê de Auditores Internos da FELABAN - Federação Latino-americana de Bancos, de janeiro de 1991 a abril de 1997, Diretor Vice-Presidente Executivo, de julho de 1997 a julho de 2000, e Primeiro Vice-Presidente Executivo, de julho de 2000 a julho de 2003, do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT.

**Arnaldo Alves Vieira, Vice-Presidente:** 56 anos; formado em Direito pelas Faculdades Integradas Guarulhos e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira em outubro de 1961. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em abril de 1985 eleito Diretor Regional, em março de 1992 Diretor Departamental, em fevereiro de 1995 Diretor Executivo Gerente e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (VISANET) desde novembro de 1995, Diretor da InterAmerica Overseas Limited desde maio de 2000 e Diretor do Conselho Diretivo Regional da Visa International desde maio de 1999. Foi Diretor Executivo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) de março a setembro de 2002.

**Luiz Carlos Trabuço Cappi, Vice-Presidente:** 53 anos; formado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com pós-graduação em Sócio-Psicologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou a carreira em abril de 1969. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1984 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Gerente, e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Desde março de 2003 é Diretor Presidente da Bradesco Seguros, tendo ocupado cumulativamente o cargo de membro do Conselho de Administração da Bradesco Seguros de março de 1999 à março de 2005. Foi Diretor Setorial da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, Presidente da ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada, Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA, Membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira,



Diretor Setorial de Marketing e Membro do Conselho Nacional de Ética Bancária (CONEB) da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

**Sérgio Socha, Vice-Presidente:** 59 anos; formado em Técnico em Contabilidade. Iniciou a carreira em setembro de 1961 no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. Em maio de 1968, com a incorporação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., integrou-se ao quadro de funcionários do Bradesco. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Regional, de julho de 1995 a janeiro de 1998 Diretor Departamental, e em julho de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a novembro de 1998, quando passou a Vice-Presidente, cargo que exerceu até julho de 1999 e Vice-Presidente da ABECIP- Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança de novembro de 1999 a março de 2002, quando passou a Membro Efetivo do Conselho Deliberativo, cargo que exerceu até novembro de 2003.

**Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, Vice-Presidente:** 50 anos; formação secundária. Iniciou a carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., Instituição adquirida em 1997 pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em outubro de 1989 eleito Diretor e de maio de 1995 a agosto de 2000 Diretor Vice-Presidente Executivo. Em agosto de 2000 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F, Membro Titular do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

**Milton Almicar Silva Vargas, Vice-Presidente:** 48 anos; formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em julho de 1976. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em dezembro de 1997 eleito Diretor Departamental, em março de 2000 Diretor Executivo Gerente, e em março de 2002 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro Suplente do Conselho Nacional de Ética Bancária e de Auto-Regulação, Membro Efetivo do Conselho de Administração da CPM S.A., Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e representante do Bradesco no Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - IPECAFI. Foi Membro Efetivo do Conselho Fiscal da ASSOBESESP - Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de fevereiro de 2001 a março de 2004.

**José Luiz Acar Pedro, Vice-Presidente:** 52 anos; formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. Iniciou a carreira em janeiro de 1971, no Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 1986 eleito Diretor, em maio de 1996 Diretor Vice-

Presidente Executivo e em março de 1999 Diretor-Presidente, cargo que ocupou até março de 2004. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Foi Diretor-Presidente do Banco Mercantil de São Paulo S.A. e do Banco Boavista Interatlântico S.A. até março de 2004, ocupando atualmente o cargo de Diretor. É também Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), e Diretor-Tesoureiro do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foi Presidente do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Diretor-Presidente e Membro do Conselho Consultivo da BCN Asset Management S.A., Diretor-Presidente da Potenza S.A. Processamento de Dados, Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

**Norberto Pinto Barbedo, Vice-Presidente:** 53 anos; formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis Tibiriçá. Iniciou a carreira em janeiro de 1968, no Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em outubro de 1989 eleito Diretor e em dezembro de 1997 Diretor Vice-Presidente, cargo que ocupou até março de 2004. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Foi Diretor Vice-Presidente do Banco Mercantil de São Paulo S.A. e do Banco Boavista Interatlântico S.A. até março de 2004, ocupando atualmente o cargo de Diretor. Foi Membro do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e Diretor Vice-Presidente do Banco Zogbi S.A. e da Potenza S.A. Processamento de Dados.

**Armando Trivelato Filho, Diretor Gerente:** 58 anos; formado em Engenharia Civil pela Fundação Universidade de Minas Gerais. Iniciou a carreira em maio de 1977. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em julho de 1988 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Foi Engenheiro da Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, Diretor da Digilab - Laboratório Digital Ltda., Membro do Conselho de Administração da Matel Tecnologia de Informática S.A. - MATEC, Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Diretor e Membro do Conselho de Administração da Matel S.A. - Participações e Administração, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Teletrim Telecomunicações S.A. e Membro do Conselho de Administração da VICOM S.A.

**Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Diretor Gerente:** 61 anos; formado em Direito pela Fundação Pinalense de Ensino. Iniciou a carreira em dezembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Foi Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais

S.A. de abril de 1998 a abril de 2003, e da Credireal Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil de abril de 1998 a setembro de 1999.

**José Alcides Munhoz, Diretor Gerente:** 56 anos; formação secundária. Iniciou a carreira em outubro de 1970. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor Regional, em janeiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco, do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição e Diretor da Bradesco Consórcios Ltda.

**José Guilherme Lembi de Faria, Diretor Gerente:** 59 anos; formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Iniciou a carreira em janeiro de 1967 no Banco Mineiro do Oeste, adquirido pelo Banco Bradesco S.A. em 1973. Em setembro de 1981 passou a prestar serviços no Exterior, na função de Gerente Geral da Agência Nova York, em março de 1993, retornando ao Brasil, foi eleito Diretor Regional, em fevereiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e desde 1999 é Diretor Executivo Gerente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Diretor-Presidente do Banco Bradesco Argentina S.A., Diretor Vice-Presidente da Bradesco Services Co., Ltd. e Diretor da Cidade Capital Markets Ltd.

**Luiz Pasteur Vasconcellos Machado, Diretor Gerente:** 56 anos; formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Iniciou a carreira em junho de 1962. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Regional, em março de 1992 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento desde abril de 1998. Foi Presidente do Conselho de Administração da Smart Club do Brasil Ltda. de junho a novembro de 2004, tendo ocupado anteriormente o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração.

**Milton Matsumoto, Diretor Gerente:** 59 anos; formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em setembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1985 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM S.A. e Diretor Secretário do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, tendo ocupado anteriormente os cargos de Vice-Presidente e Diretor Suplente. Foi Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários de janeiro de 1984 a março de 1985 e Diretor 1º Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de junho de 1989 a maio de 1998.

**Cristiano Queiroz Belfort, Diretor Gerente:** 49 anos; formado em Ciências Jurídicas e Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Pós-Graduação em Economia pela FEA-USP; MBA - PDE INSEAD pela Fundação Dom Cabral; MBA - Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG EXEC pelo IBMEC; e em Marketing de Serviços pela ESPM. Em março de 2000 foi eleito Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e

do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de agosto de 1997 a março de 2000.

**Sérgio de Oliveira, Diretor Gerente:** 55 anos; formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em abril de 1970. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 2000 eleito Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities, Inc.; Diretor Gerente da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Membro do Conselho Consultivo da ADEVAL - Associação das Empresas Distribuidoras de Valores; Membro Suplente do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA; Diretor Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID; e Membro do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Investidores - INI. Foi Diretor-Presidente da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, de julho de 1997 a março de 2000, tendo ocupado o cargo de Diretor de março de 1985 a julho de 1997; Membro da Câmara Consultiva do Boi Gordo da Bolsa de Mercadorias & Futuros, de julho de 1998 a novembro de 2000; e Conselheiro Suplente da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, de dezembro de 1999 a abril de 2000.

**Odair Afonso Rebelato, Diretor Gerente:** 59 anos; formado em técnico em Contabilidade. Iniciou a carreira em agosto de 1960. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor Regional, em março de 1998 Diretor Departamental, e em agosto de 2001 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição.

**Aurélio Conrado Boni, Diretor Gerente:** 53 anos; é técnico em Administração de Empresas. Iniciou a carreira em fevereiro de 1971. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em dezembro de 1997 eleito Diretor Departamental, e em dezembro de 2001 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição.

**Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor Gerente:** 46 anos; formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Mogi das Cruzes e em Ciências Contábeis pela FEAO - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco. Iniciou a carreira em dezembro de 1981. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 2001 eleito Diretor Departamental, e em março de 2002 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a junho de 2001. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM S.A. desde outubro de 2001, tendo ocupado o cargo de Membro do Conselho Técnico de Administração de junho de 1998 a maio de 1999.

**Paulo Eduardo D'Avila Isola, Diretor Gerente:** 49 anos; formado em Administração de Empresas pela Faculdade Brás Cubas, São Paulo, SP. Iniciou a carreira em julho de 1997 na Continental Promotora de Vendas Ltda., atual Finasa Promotora de Vendas Ltda., como Diretor. Em março de 2002 foi eleito Diretor Executivo Gerente do Banco BCN S.A., cargo que ocupou até fevereiro de 2003, quando foi eleito Diretor Executivo Gerente do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa

Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Diretor Vice-Presidente da ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento, Membro Suplente do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização e Membro Titular do Conselho de Administração da Clicar Central On-Line de Financiamentos Sociedade Simples Ltda. Foi Diretor Técnico da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing, de 1996 a 2000.

**Ademir Cossello, Diretor Gerente:** 49 anos; formado em Economia pelas Faculdades Padre Anchieta. Iniciou a carreira em outubro de 1973. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1995 eleito Diretor Regional, e em março de 1998 Diretor Departamental, cargo que exerceu até setembro de 1999. Em junho de 2003 foi reconduzido à Diretoria, como Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição. É também Membro da Diretoria Plena da Associação Comercial de São Paulo desde agosto de 2003, tendo exercido o cargo de Membro do Conselho Deliberativo de fevereiro a setembro de 1999. Foi Diretor do Banco Baneb S.A. de junho de 1999 a outubro de 2001, tendo ocupado também o cargo de Diretor Gerente. No Banco BCN S.A. foi Diretor Gerente de outubro de 2001 a março de 2004. Na ASBAN - Associação de Bancos no Estado de Goiás foi Membro Efetivo do Conselho de Administração de janeiro de 1995 a janeiro de 1997.

## **Remuneração**

Na assembléia geral de acionistas anual, é estabelecida a remuneração máxima global para nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária para o ano em curso. Em 2004, nossos acionistas determinaram o valor global de remuneração para nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em R\$130 milhões.

Em 2004, nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária receberam uma remuneração global de R\$114,4 milhões. Eles trabalham para nós como membros do Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária, conforme aplicável ou como prestadores de serviços às nossas subsidiárias. Nenhuma fração da remuneração agregada foi paga como plano de participação nos lucros ou na forma de opções de ações.

Nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária têm o direito de participar nos mesmos planos de previdência complementar de aposentadoria disponíveis para todos os nossos funcionários. Em 2004, contribuímos com R\$97,3 milhões para os planos de previdência em nome de nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária.

## **Práticas do Conselho**

Nossos acionistas elegem os membros de nosso Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária anual de acionistas para mandatos de um ano e os conselheiros podem ser reeleitos para mandatos consecutivos. O Conselho de Administração elege os membros de nossa Diretoria para mandatos de um ano, que também podem ser estendidos para mandatos consecutivos.

Para tornar-se um membro de nossa Diretoria Executiva é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores desta Companhia ou em empresas a ela ligadas há mais de 10 anos ininterruptos e ter menos de 65 anos de idade, na data de eleição. Existem 38 Diretores Departamentais e 11 Diretores Regionais na Diretoria. Os Diretores Departamentais e Regionais dirigem os negócios de cada uma das várias divisões e agências e reportam-se à Diretoria Executiva. Para ser Diretor Departamental ou Regional é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas e ter menos de 62 e 60 anos de idade, respectivamente, na data de eleição. Nosso Conselho de Administração pode renunciar ao cumprimento da exigência do período de trabalho com relação aos 25% dos eleitos para os cargos de Diretor Gerente, Departamental e Regional, com exceção aos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes. Os membros de nosso Conselho de Administração são requeridos a trabalhar exclusivamente para nós, a menos que nosso Conselho de Administração conceda uma exceção.

Os membros de nosso Conselho de Administração, entretanto, não necessitam ser ou ter sido nossos funcionários, e os seus serviços como membro de nosso Conselho de Administração não constituem vínculo empregatício conosco.

### **Conselho Fiscal**

Segundo as leis brasileiras, as empresas podem ter um conselho fiscal, que é um órgão corporativo independente, com poderes gerais de monitoramento e supervisão de acordo com a legislação societária. Nosso estatuto prevê um conselho fiscal e especifica que, caso nossos acionistas resolvam instalar um conselho fiscal, este deverá ser composto de três a cinco membros.

O nosso conselho fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em 10 de março de 2005, com mandato até março de 2006. O Conselho Fiscal conta com três Membros Efetivos (Domingos Aparecido Maia, José Roberto Aparecido Nunciaroni e Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva) e três Membros Suplentes (Jorge Tadeu Pinto de Figueiredo, Nelson Lopes de Oliveira e Renaud Roberto Teixeira). De acordo com a Legislação Societária, nosso conselho fiscal tem direitos e obrigações, entre outras coisas, de:

- através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de suas tarefas;
- examinar e emitir parecer sobre nossas demonstrações financeiras antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e quaisquer relatórios da Administração;
- opinar sobre quaisquer propostas de nossa Administração, a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas a:
  - mudanças em nosso capital social;
  - emissões de debêntures ou ofertas de direitos que dão direito ao detentor de subscrever ações;
  - planos de investimento e orçamentos de dispêndios de capital;
  - distribuição de dividendos; e

- transformação de nossa constituição corporativa e reestruturação corporativa como incorporação, fusão ou cisão..
- informar nossa Administração de qualquer erro, fraude ou contravenção que seja descoberta, e sugerir as medidas que devem ser tomadas por eles a fim de proteger nossos interesses maiores, se nossa Administração falhar em tomar tais medidas necessárias para proteger os interesses da empresa, informar a assembléia de acionistas destes fatos; e
- convocar assembléias gerais de acionistas se a Administração atrasar tal assembléia por mais de um mês e convocar assembléias especiais de acionistas no caso de assuntos importantes.

### **Comitês Estatutários**

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2003, foram instituídos os Comitês de Auditoria, de Controles Internos e Compliance e de Remuneração, a seguir descritos:

**Comitê de Auditoria** - Conforme o nosso Estatuto e atendendo regulamentação do Banco Central, em julho de 2004, nós constituímos um Comitê de Auditoria, o qual é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, e todos eles independentes de nossa Administração, que podem ser nomeados por e substituídos pelo Conselho de Administração. Os atuais membros do comitê são Mário da Silveira Teixeira Júnior, Hélio Machado dos Reis, Paulo Roberto Simões da Cunha e Yves Louis Jacques Lejeune. Desses membros, apenas o Sr. Mário Teixeira é membro do Conselho de Administração.

Além disso, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do Exchange Act, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas às nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso comitê de auditoria não pode ser comparável aos comitês de auditoria de empresas americanas, em termos de compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e de não auditoria, nós exercemos o direito de isenção estabelecida na regra 10A – 3(c)(3) do Exchange Act, com relação a isso

Dentre suas atribuições estão:

- estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e parecer do auditor independente;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;

- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Companhia e auditorias independente e interna;
- avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria Estatutária;
- recomendar à Diretoria da Companhia correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros.

**Comitê de Controles Internos e Compliance** - composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. Todos os membros do Comitê devem fazer parte do Conselho de Administração e da Diretoria. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Companhia.

**Comitê de Remuneração** - composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. Os Membros são nomeados e podem ser renomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Companhia, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

## Funcionários

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 73.644 funcionários (dos quais 62.013 eram do Banco Bradesco e 11.631 eram de nossas subsidiárias), comparado com 75.781 funcionários em 31 de dezembro de 2003 e 74.393 funcionários em 31 de dezembro de 2002.

A tabela a seguir determina o número de nossos funcionários e uma discriminação dos funcionários por categoria principal de atividade e localização geográfica nas datas indicadas:

	<b>31 de dezembro de:</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Número total de funcionários .....	74.393	75.781	73.644
Número por categoria de atividade:			
Serviços bancários:			
Bradesco .....	53.732	59.430	62.013
BCN.....	6.105	5.203	-
Banco Mercantil.....	3.970	-	-



Seguros .....	6.056	5.944	4.957
Previdência complementar.....	1.420	1.527	1.504
Outras categorias.....	3.110	3.677	5.170
Número por localização geográfica:			
Cidade de Deus, Osasco.....	8.510	9.535	9.786
Alphaville, Barueri.....	1.068	1.238	1.397
São Paulo .....	17.739	16.630	15.390
Outros locais no Brasil.....	46.976	48.282	46.979
Internacionais .....	100	96	92

No período de 2002 a 2004, houve aquisições dos Bancos BEA, Mercantil, BBV, BEM e das Instituições Zogbi. Nosso número de agências cresceu, passando de 2.954 para 3.004, e pela eficiência operacional reduzimos no mesmo período o quadro de funcionários.

Nossos funcionários de jornada parcial trabalham seis horas por dia, enquanto que, os nossos funcionários de tempo integral trabalham oito horas por dia. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 29.830 funcionários de jornada parcial e 43.814 funcionários trabalhando em tempo integral, comparado com 31.316 funcionários de jornada parcial e 44.465 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2003 e 39.147 funcionários de jornada parcial e 35.246 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2002.

Geralmente contratamos os nossos funcionários no início da carreira e os encorajamos a permanecerem conosco por toda a vida profissional. Damos preferência em preencher as posições com pessoal do próprio Bradesco, inclusive a administração média e posições seniores, mas também contratamos profissionais do mercado, em menor escala.

Em 31 de dezembro de 2004, aproximadamente 57% de nossos funcionários eram associados de um dos sindicatos, que representam os funcionários de bancos ou seguradoras no Brasil. Consideramos o nosso relacionamento com os nossos funcionários, bem como com os sindicatos como bom, em grande parte, devido à nossa filosofia de valorização do quadro e à transparência na comunicação. Não sofremos nenhuma greve durante os últimos quatro anos. Somos parte de dois acordos coletivos de trabalho: um relativo aos nossos funcionários bancários e o outro relativo aos nossos funcionários do setor de seguros.

Oferecemos aos nossos funcionários, benefícios que incluem um plano de saúde da Bradesco Saúde, que permite aos beneficiários escolherem assistência médico/hospitalar e odontológica por todo o país, plano de previdência complementar de aposentadoria e pensões, seguros subsidiados de vida e acidentes pessoais e ainda contamos com uma equipe de assistentes sociais que prestam orientações e acompanhamento aos funcionários e dependentes. Estes benefícios aplicam-se independentemente do cargo dos funcionários. Atualmente, 27% de nossos funcionários participam do fundo de previdência complementar da Bradesco Vida e Previdência. De acordo com nosso contrato coletivo de trabalho, oferecemos aos nossos funcionários planos de remuneração de participação nos lucros.

Também oferecemos treinamento profissional para nossos funcionários. No ano de 2004, investimos aproximadamente R\$52,7 milhões em treinamento para capacitação profissional, totalizando 467.215 participações. No ano de 2003, investimos aproximadamente R\$61,2 milhões em treinamento, com 414.314 participações. Nosso Departamento de Treinamento prepara e ministra cursos de treinamento e desenvolvimento pessoal em áreas de operações, técnicas e comportamentais.

## Propriedade de Ações

Em 31 de dezembro de 2004, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária detinham indiretamente 3,98% do nosso capital com direito a voto e 2,01% de nosso capital acionário total, através de uma companhia chamada Elo Participações S.A., que chamamos de “Elo Participações”. Além disso, alguns de nossos conselheiros e diretores estatutários detêm diretamente ações de nosso capital. Entretanto, em 31 de dezembro de 2004, cada um desses conselheiros e diretores individualmente detinham, direta ou indiretamente, menos de 1% de qualquer classe de nossas ações.

## Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas

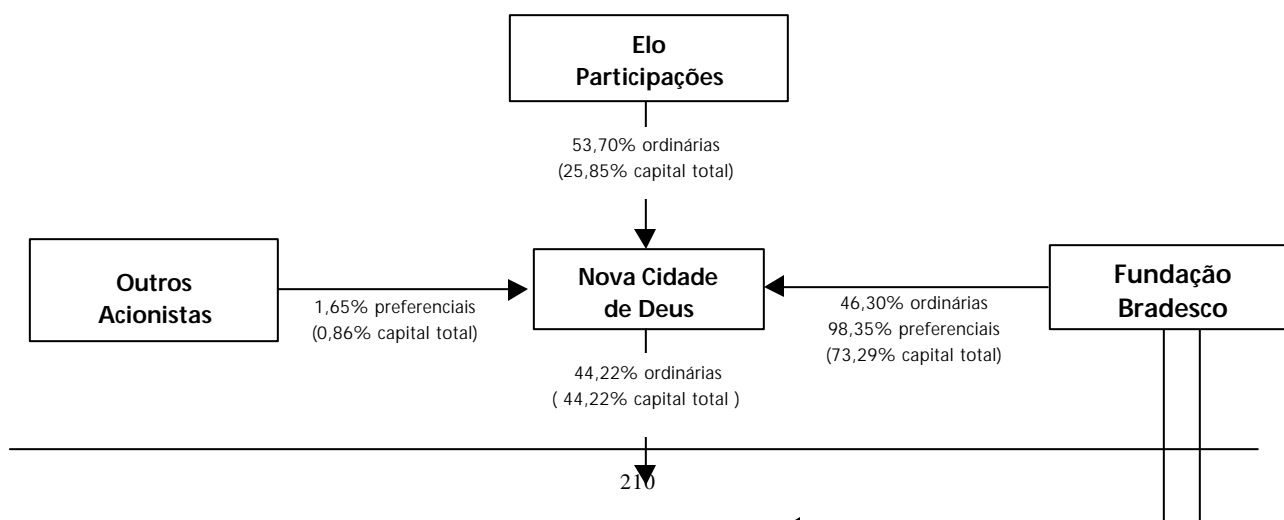
### Principais Acionistas

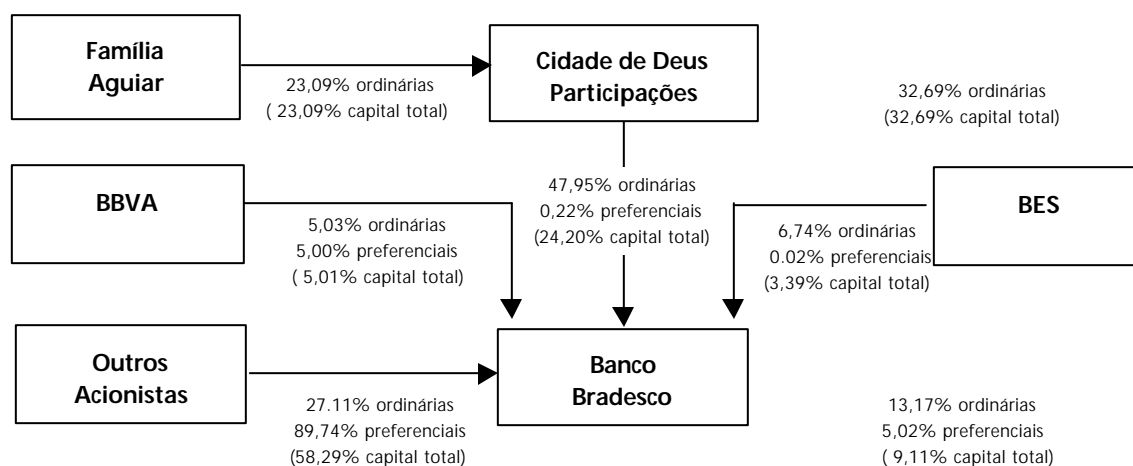
Somos uma companhia aberta com 238.351.329 ações ordinárias e 236.081.796 ações preferenciais, todas nominativas-escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2004. Esse número total de ações reflete o desdobro deliberado em Assembléia Geral Extraordinária de 9 de dezembro de 2004, já devidamente homologado pelo Banco Central do Brasil, tendo sido lançado, na mesma Assembléia, um aumento de capital no valor de R\$700 milhões, mediante a emissão de 8.791.857 novas ações ordinárias e 8.708.143 novas ações preferenciais.

Todas as ações emitidas no referido aumento de capital foram subscritas, sendo devidamente integralizadas em 15 de fevereiro de 2005. Em Assembléia Geral Extraordinária de 10 de março de 2005, os acionistas homologaram o aumento proposto na Assembléia de 9 de dezembro de 2004, passando portanto o capital social do Bradesco a ser dividido em 247.143.186 ações ordinárias e 244.789.939 ações preferenciais.

Foi deliberado ainda na Assembléia Geral Extraordinária de 10 de março de 2005 a incorporação de ações dos acionistas minoritários da Bradesco Seguros S.A., nossa controlada, com a emissão de 182.504 ações ordinárias e 180.767 ações preferenciais para entrega a esses acionistas minoritários. Homologada pelas autoridade competentes a incorporação das ações antes mencionada, nosso capital social passará a ser dividido em 247.325.690 ações ordinárias e 244.970.706 ações preferenciais. Para informações sobre os direitos dos acionistas e nossas distribuições de dividendos, veja “Item 8. Informações Financeiras - Política de Distribuição de Dividendos” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos.”

O gráfico a seguir mostra a nossa estrutura de participação acionária em 31 de dezembro de 2004:





Conforme demonstrado, uma empresa “holding”, a Cidade de Deus Participações, diretamente detém 47,95% de nosso capital votante e 24,20% de nosso capital total. A Cidade de Deus Participações, por sua vez é detida pela Família Aguiar, Fundação Bradesco, e outra empresa “holding”, a Nova Cidade de Deus Participações S.A., que chamamos de “Nova Cidade de Deus”. A Nova Cidade de Deus é detida basicamente pela Fundação Bradesco e Elo Participações.

Exceto pela aquisição de ações pela Elo Participações em 1999, e a aquisição de ações pelo BBVA em 2003, e pelo aumento de participação no capital social votante pelo BES, que descrevemos abaixo, pelo que sabemos, não houve nenhuma mudança significativa na participação percentual de quaisquer dos principais acionistas nos últimos cinco anos.

A seguinte tabela demonstra a participação acionária direta de nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação em 31 de dezembro de 2004. Até onde sabemos, somente aqueles acionistas mencionados na tabela abaixo, exceto membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva, detêm cinco por cento ou mais de nossos valores mobiliários com direito a voto.

Acionistas	Número de ações ordinárias	Porcentagem m das ações ordinárias	Porcentagem m de ações		Número total de ações	Porcentagem m das ações totais
			Número de ações preferenciais	de ações preferenciais		
(Número de ações em milhares, exceto percentagens)						
Cidade de Deus Participações.....	114.301.296	47,95%	510.540	0,22%	114.811.836	24,20%
Fundação Bradesco <sup>(1)</sup> .....	31.387.307	13,17%	11.839.617	5,02%	43.226.924	9,11%
Banco Bilbao Viscaya Argenteria .....	11.984.103	5,03%	11.812.091	5,00%	23.796.194	5,01%
Banco Espírito Santo S.A. ....	16.061.429	6,74%	43.845	0,02%	16.105.274	3,39%
Membros do Conselho:						
Lázaro de Mello Brandão .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Antônio Bornia.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Mário da Silveira Teixeira Júnior.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Márcio Artur Laurelli Cypriano.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
João Aguiar Alvarez.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Denise Aguiar A. Valente.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Raul Santoro de Mattos Almeida .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ricardo Espírito Santo S. Salgado .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

<b>Total do Conselho de Administração ....</b>	<b>2.272.398</b>	<b>0,95%</b>	<b>2.345.118</b>	<b>0,99%</b>	<b>4.617.516</b>	<b>0,97%</b>
Membros da Diretoria Executiva:						
Décio Tenerello .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Laércio Albino Cezar .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Arnaldo Alves Vieira.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Carlos Trabuco Cappi .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio Socha.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Julio de Siqueira Carvalho de Araújo .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Almicar Silva Vargas.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Luiz Acar Pedro.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Norberto Pinto Barbedo .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Armando Trivelato Filho.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Alcides Munhoz.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Guilherme Lembi de Faria .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Pasteur Vasconcellos Machado .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Matsumoto.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Cristiano Queiroz Belfort .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio de Oliveira.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Odair Afonso Rebelato.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Aurélio Conrado Boni.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Domingos Figueiredo de Abreu.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Paulo Eduardo D'Avila Isola .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ademir Cossielo.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
<b>Total Membros da Diretoria Executiva ..</b>	<b>139.170</b>	<b>0,06%</b>	<b>363.785</b>	<b>0,15%</b>	<b>502.955</b>	<b>0,11%</b>
<b>Subtotal .....</b>	<b>176.145.703</b>	<b>73,90%</b>	<b>26.914.996</b>	<b>11,40%</b>	<b>203.060.699</b>	<b>42,79%</b>
Outros.....	62.205.626	26,10%	209.166.800	88,60%	271.372.426	57,21%
<b>Total .....</b>	<b>238.351.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>236.081.796</b>	<b>100,0%</b>	<b>474.433.125</b>	<b>100,0%</b>

- (1) Também indiretamente possui, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus, 31,22% de nossas ações ordinárias e 15,75% do total de nossas ações.
- (\*) Nenhum dos nossos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários ou órgãos de administração, supervisão ou gestão diretamente mantém 1% ou mais de qualquer classe de nossas ações, e suas posições acionárias individuais não têm sido divulgadas previamente a nossos acionistas, ou de outra maneira, feitas ao público. Veja "Item 6 - Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Propriedade de Ações", para maiores informações.

A seguir, uma breve descrição dos nossos principais acionistas beneficiários. Nenhum dos principais acionistas beneficiários tem direitos a voto que diferem daqueles dos outros detentores de nossas ações ordinárias, exceto que conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Para mais informações, veja "Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

### ***Cidade de Deus Participações***

Cidade de Deus Participações é uma empresa "holding" constituída em 1946, de modo a deter investimentos em outras empresas. Ela também administra, compra e vende valores mobiliários e outros ativos por conta própria. Seus acionistas são: a Nova Cidade de Deus, com 44,22% de suas ações ordinárias e do capital total, a Fundação Bradesco, com 32,69% de suas ações ordinárias e do capital total, e a Família Aguiar, com 23,09% de suas ações ordinárias e do capital total em 31 de dezembro de 2004. O capital social da empresa é composto por ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal.

### ***Nova Cidade de Deus***

Nova Cidade de Deus é uma empresa "holding", que foi constituída em 1976, de modo a deter investimentos em outras empresas, particularmente aquelas que, direta ou indiretamente, detêm nosso

capital com direito a voto. Em 31 de dezembro de 2004, a empresa detinha diretamente 0,77% de nossas ações ordinárias e 0,39% de nosso capital total, e indiretamente possuía, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, 21,20% de nossas ações ordinárias e 10,70% do total de nossas ações.

O capital social da Nova Cidade de Deus é dividido em ações ordinárias classe A, classe B e preferenciais. A propriedade das ações ordinárias classe B é limitada a:

- membros de nossa Diretoria Executiva;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros de nosso Conselho de Administração;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros do Conselho de Administração de uma ou mais de nossas subsidiárias; e
- sociedade comercial ou civil cuja ações ou cotas, com direito de voto, pertençam na sua maioria às pessoas acima indicadas.

A titularidade das ações ordinárias Classe A da Nova Cidade de Deus é privativa das pessoas que têm direito de deter ações ordinárias Classe B, bem como de associações civis e fundações de direito privado, cuja administração esteja a cargo destas pessoas ou de dirigentes por ela nomeadas. Somente os detentores de ações ordinárias Classe A e B da Nova Cidade de Deus têm direito a voto.

### ***Família Aguiar***

Três membros da Família Aguiar, juntamente com o espólio do Sr. Amador Aguiar, indiretamente possuíam em 31 de dezembro de 2004, por meio de suas participações na Cidade de Deus Participações, 11,07% de nossas ações ordinárias e 5,59% do total de nossas ações. Além disso, as mesmas partes diretamente possuíam um total de 1,12% de nossas ações ordinárias e 0,96% de nossas ações preferenciais e 1,04% do total de ações. Nenhum dos membros individuais da Família Aguiar detém diretamente mais que 1,0% de nossas ações com direito a voto.

## ***Fundação Bradesco***

A Fundação Bradesco, direta e indiretamente, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus detinha, em 31 de dezembro de 2004, 44,38% de nossas ações ordinárias, 5,16% de nossas ações preferenciais e 24,86% do total de nossas ações. De acordo com os termos do estatuto social da Fundação Bradesco, sua “Mesa Regedora”, órgão deliberativo supremo, será composta por todos nossos Conselheiros, membros da Diretoria Executiva e Diretores Departamentais, assim como todos os Conselheiros e Diretores da Cidade de Deus. Eles não recebem remuneração pelo seu serviço na Mesa Regedora.

A Fundação Bradesco, o centro de nossas ações sociais, foi criada em 1956, para investir na formação educacional de crianças, jovens e adultos no Brasil, especialmente os mais carentes, a fim de promover a inclusão social.

No ano de 2004 a Fundação Bradesco, proporcionou ensino totalmente gratuito a mais de 107.000 alunos, incluindo-se os cursos de educação de jovens e adultos e educação profissional básica e possui rede de quarenta escolas instaladas em todos os estados brasileiros e Distrito Federal. Aos alunos dos cursos de educação infantil, ensinos fundamental, médio e educação profissional técnica, em número superior a 50 mil, assegurou, também gratuitamente, alimentação, uniforme, material escolar e assistência médico-odontológica. Destaque-se que ao longo dos últimos seis anos o índice de aprovação nas escolas da Fundação manteve-se, em média, no patamar de 95,7%. Em 16 de março de 2004, tiveram início as atividades da 40ª escola da Rede, em Osasco, no Estado de São Paulo, com capacidade para mais de 2.000 alunos.

Por meio de convênio firmado com a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, um grupo brasileiro de mídia, é co-patrocinadora do “Futura, o Canal do Conhecimento”, que reúne 20 milhões de telespectadores, primeiro canal educativo brasileiro financiado e administrado totalmente pela iniciativa privada. Participa ainda do “Programa Alfabetização Solidária”, nas regiões norte e nordeste que assegura a alfabetização à cerca de 9 mil cidadãos a cada ano.

A Fundação Bradesco tem suas atividades e investimentos custeados por doações feitas por nós e por nossas coligadas (veja “Operações com Coligadas e Controladas - Outros Assuntos.”), além de recursos próprios, advindos de sua participação no Banco, por meio de juros sobre o capital próprio e dividendos.

## ***Elo Participações***

A Elo Participações indiretamente possuía, por meio de sua participação na Nova Cidade de Deus, 5,48% de nossas ações ordinárias e 2,77% do total de nossas ações em 31 de dezembro de 2004. A Elo Participações é uma empresa “holding”, que foi constituída em 1998 para deter participações em nosso capital e no capital de nossos acionistas diretos e indiretos. Em 1999, a Elo Participações adquiriu de vários acionistas, que não são acionistas principais, uma participação indireta de 5,51% de nosso capital votante. Somente membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária do Bradesco, da Bradespar ou de nossas subsidiárias, bem como funcionários qualificados podem deter ações da Elo Participações. Entretanto, somente os Conselheiros e alguns Diretores Estatutários podem possuir ações com direito a voto. A maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possui ações na Elo Participações.

## **BBVA**

O BBVA é um grupo financeiro global com sede em Bilbao, Espanha. Em 31 de dezembro de 2004, o BBVA possuía diretamente 5,03% de nossas ações ordinárias e 5,01% do total de nossas ações. Conforme nossa aquisição do BBV Banco em junho de 2003, emitimos, para distribuição ao BBVA, ações ordinárias e preferenciais correspondentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$630 milhões. Posteriormente, o BBVA aumentou sua porcentagem de participação através de aquisição de nossas ações na BOVESPA.

O BBVA oferece serviços bancários de investimento, atacado e varejo, serviços de gestão de ativos e seguros, entre outras atividades. Em 31 de dezembro de 2003, a Chase Nominees Ltd. detinha 5,25% do capital do BBVA. Pelo nosso conhecimento, não há outras participações individuais significativas no capital social do BBVA e nenhum indivíduo exercendo controle substancial.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Consequentemente, o Sr. José Fonollosa García foi nomeado ao nosso Conselho de Administração em 9 de junho de 2003, sendo substituído em janeiro de 2005 pelo Sr. Raul Santoro de Mattos Almeida. O BBVA também tem direito de opção de venda de algumas ou todas as suas ações à Fundação Bradesco ou à Cidade de Deus Participações durante sete anos após a aquisição de nossas ações. Para mais informações a respeito do Acordo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

## **BES**

O Banco Espírito Santo S.A. (BES) é um banco comercial com sede em Portugal. Em dezembro de 2004, o BES possuía diretamente 6,74% de nossas ações ordinárias e 3,39% do total de nossas ações. Atualmente o Sr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado é o representante da BES em nosso Conselho de Administração.

## ***Outras***

A participação direta do público representava 26,10% de nosso capital votante em 31 de dezembro de 2004 (inclusive uma participação acionária de 1,22% detida pelo UFJ Bank Limited ) e 88,60% de nossas ações preferenciais. As participações diretas e indiretas do público em nossas ações ordinárias e preferenciais representavam uma participação efetiva de 57,21% em nosso capital acionário, em 31 de dezembro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2004, 37,27% de nossas ações preferenciais e 1,01% de nossas ações ordinárias eram detidas por 369 investidores estrangeiros junto à Companhia Brasileira de Liquidações e Custódia, conhecida como “CBLC”. Na mesma data, nossos ADRs representavam 15,16% de nossas ações preferenciais.

## **Operações com Controladas e Coligadas**

Segundo as leis brasileiras, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- qualquer indivíduo ou empresa que controle a instituição ou qualquer empresa sob controle comum com a instituição, ou qualquer Diretor Estatutário, Conselheiro ou Membro do Conselho Fiscal de tal empresa ou familiares próximos de tais indivíduos;
- qualquer pessoa controlada pela instituição; ou
- qualquer pessoa na qual detemos, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital acionário ou que detenham, direta ou indiretamente, mais de 10% de nosso capital acionário.

Não temos, desta forma, concedido empréstimos ou adiantamentos para qualquer de nossas controladas e coligadas, Diretores Estatutários, Conselheiros ou membros próximos de suas famílias. A proibição não é aplicável para a realização de operações no mercado interfinanceiro para qualquer de nossas controladas e coligadas financeiras. Para mais detalhes sobre restrições nas operações de instituições financeiras, veja “Item 4 - Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Principais Restrições e Limitações sobre Atividades de Instituições Financeiras.”

### **Distribuição de Produtos em Nossas Agências**

Todas as nossas unidades de negócio e subsidiárias, inclusive Bradesco Leasing, Bradesco Consórcios, Bradesco Seguros, Bradesco Vida e Previdência e Bradesco Capitalização usam a nossa rede de agências como canal de distribuição para a venda de seguros, previdência complementar, títulos de capitalização, consórcios e outros produtos, arrendamentos e serviços. Nós registramos todos os custos relativos a nossa rede de agências em nossas demonstrações financeiras.

Para maiores informações sobre o uso de nossas agências ou unidades de negócios e subsidiárias para distribuição, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Canais de Distribuição - Sistema de Agências”.

### ***Outros Assuntos***

Nós contribuímos regularmente para a nossa acionista Fundação Bradesco, uma fundação beneficente. Essas doações são feitas voluntariamente e totalizaram R\$71,4 milhões em 2004, R\$62,7 milhões em 2003 e R\$67,0 milhões em 2002. Para informações adicionais sobre a Fundação Bradesco, veja “Principais Acionistas - Fundação Bradesco” e a nota 27 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

O UFJ Bank detém 1,22% e o BES detém 3,39% de nosso capital total, e o BBVA detém 5,01% de nosso capital total, sendo que nos fornecem linhas de crédito para operações comerciais. Os termos dessas transações são consistentes com os de transações semelhantes que nos engajamos com outras instituições não afiliadas.

### **Item 8. Informações Financeiras**

Veja “Item 18. - Demonstrações Financeiras” que compõe nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com o U.S. GAAP.

### **Processos Judiciais**



Somos parte em processos administrativos e judiciais que são individualmente irrelevantes ao curso normal de nossos negócios descritos abaixo. Estes incluem processos, assim como litígio, em geral: cível, tributário e trabalhista. Não há nenhuma questão litigiosa que seja significativa individualmente. Acreditamos que não haja nenhum processo pendente ou iminente, individual ou globalmente, que se decidido contra nós ou nossas subsidiárias, teria efeito adverso material sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos bens, perspectivas, ou resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2004, de nossa provisão para contingências de R\$4.298 milhões, aproximadamente 19,3% relaciona-se a questões trabalhistas, aproximadamente 70,0% relaciona-se a questões tributárias e aproximadamente 10,7% relaciona-se a questões cíveis. Para maiores informações, veja nota 23 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Acreditamos que, em 31 de dezembro de 2004, nossas provisões para contingências são adequadas para cobrir qualquer exposição em potencial oriunda de litígios sujeitas às exigências de indexação pela inflação para provisões relativas a certas questões tributárias. Visto que não esperamos que os valores pagos no futuro relacionados a litígios excedam o valor de nossa provisão, não acreditamos que tais litígios afetem materialmente a nossa condição financeira ou o resultado das operações.

Questões trabalhistas. Durante 2004, nos envolvemos em 4.487 novos processos trabalhistas, nenhum deles significativo individualmente. As questões referem-se, em grande parte, às ações instauradas por funcionários demitidos. Adquirimos várias instituições financeiras nos últimos anos, e juntamente com a aquisição de uma instituição financeira e sua integração ao Bradesco, nós geralmente reduzimos nosso número de funcionários e o número de funcionários da instituição adquirida. A maioria das questões trabalhistas que enfrentamos refere-se a tais reduções.

Questões tributárias. Somos também parte de várias ações tributárias e de indenização. Estamos envolvidos em outras ações relacionadas com impostos, inclusive questões relativas à constitucionalidade de algumas exigências tributárias. Em nossos litígios tributários, a obrigação subjacente está geralmente sujeita à indexação pela inflação e tais ajustes de indexação pela inflação são responsáveis por aproximadamente metade da provisão relativa a estas questões. O restante da provisão é, basicamente, relativo a discussões sobre a legalidade de alguns impostos e contribuições.

Questões cíveis. Também enfrentamos vários casos cíveis, que surgem do curso normal de nossas atividades. As questões consistem, principalmente, de reivindicações por danos financeiros, geralmente por reclamações contra nós que surgem de nossas medidas para cobrar instrumentos financeiros não pagos, cheques sem fundos e em virtude de relatarmos informações de crédito adversas aos órgãos que controlam informações sobre crédito.

Como certos outros bancos brasileiros, estamos envolvidos em várias discussões relativamente à forma de contabilizar os efeitos da inflação, durante períodos de hiperinflação. De um modo geral, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil tem decidido essas causas em favor dos bancos. Um resultado desfavorável nessas causas não teria um efeito adverso material em nossos resultados de operações ou situação financeira.

Outros assuntos. Não somos atualmente objeto de processos significativos pelo Banco Central, pela CVM, pela ANS, ou pela SUSEP, em curso ou ameaçados. A Administração acredita estar cumprindo todos os regulamentos aplicáveis pelo Banco Central, pela CVM, pela ANS, ou pela SUSEP e considera bom o nosso relacionamento com esses órgãos.

### ***Política de Distribuição de Dividendos***

O nosso estatuto estabelece que o nosso Conselho de Administração proponha, a cada assembléia geral ordinária, uma distribuição anual compulsória aos nossos acionistas de pelo menos 30% do nosso lucro líquido ajustado, o que excede o mínimo de 25% do lucro líquido estabelecido pela Legislação Societária. Para obter informações adicionais, inclusive as exceções a essa exigência, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.

A nossa política de distribuição de dividendos é a de maximizar o montante das distribuições que pagamos, na forma de juros sobre capital próprio, de acordo com a nossa estratégia de planejamento fiscal. Isto nos permite deduzir esses pagamentos do lucro tributável. Para obter informações adicionais, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Impostos”.

### **Item 9. A Oferta e a Cotação em Bolsa**

#### **DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS**

O nosso capital social é formado por ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal. Nossas ações preferenciais compõem o índice BOVESPA e são negociadas, sob o símbolo “BBDC4”. Em 31 de dezembro de 2004, havia 236.081.796 ações preferenciais em circulação no mercado.

Em junho de 1997, por intermédio do Citibank N.A. no seu papel de banco depositário, foram emitidos ADSs, Nível I, na New York Stock Exchange-NYSE e desde fevereiro de 2001, no “Mercado Latino-Americano em Euros”, conhecido como “Latibex”, em Madri, Espanha, sob o símbolo “XBBDC”

Em Novembro de 2001, passou a ser listado na NYSE, com ADRs Nível II e paridade 5.000 ações para 1 ADR, sob símbolo BBD. Em conjunto com as alterações societárias realizadas em março de 2004, a paridade de ADSs foi ajustada de maneira que atualmente cada ADSs representa uma ação preferencial.

Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação de cada espécie, resultando em um grupamento de ações de um ADR a um índice de 2 para 1, de forma que cada ADS representa uma ação preferencial. Nossos acionistas aprovaram o grupamento de ações em 10 de março de 2004. Em decorrência desse evento, tínhamos 79.490.196 ações ordinárias e 78.693.936 ações preferenciais em circulação. A partir de março de 2004, as ações tem sido negociadas na BOVESPA, na proporção de 1 ação para 1 ADR na NYSE e para 1 GDR no Latibex.

Em 9 de dezembro de 2004, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações representativas do capital social, sem alteração do seu valor, de duas novas ações para cada ação possuída da respectiva espécie.

O desdobramento das ações foi efetivado na BOVESPA na proporção que foi aplicado aos ADRs na NYSE e GDRs na Latibex, mantendo a proporção de 1 ação para cada ADR na NYSE e 1 GDR no Latibex.

Nossas ADSs são negociadas na NYSE, sob o símbolo “BBD”.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, as cotações máximas e mínimas de preços de venda em reais, para as ações preferenciais na BOVESPA:

	Preço por 1.000 ações preferenciais <sup>(1)</sup>		Média mensal volume de negócios
	Máxima	Mínima	(ações em milhares)
	(em R\$)		
<b>1998</b> .....	12,29	4,65	16.632.926
<b>1999</b> .....	15,00	5,35	22.410.771
<b>2000</b> .....	17,20	10,20	28.518.400
<b>2001</b> .....	14,20	10,40	33.477.625
<b>2002</b> .....	15,30	7,55	47.283.808
<b>2003</b> .....	15,45	9,58	42.638.508
1º Trimestre .....	11,95	9,58	37.093.933
2º Trimestre .....	12,58	10,70	45.368.833
3º Trimestre .....	13,16	10,53	41.223.433
4º Trimestre .....	15,45	11,60	46.985.833
<b>2004</b> .....	207,00	110,00	4.348.140
1º Trimestre <sup>(1)</sup> .....	159,00	132,60	4.252.358
2º Trimestre .....	145,00	110,00	3.565.500
3º Trimestre .....	152,79	131,00	3.596.500
4º Trimestre .....	207,00	150,80	5.978.200
Dezembro <sup>(2)</sup> .....	207,00	178,15	9.500.500
<b>2005</b> .....			
1º Trimestre .....	89,50	58,70	14.657.233
Janeiro.....	67,05	58,70	11.794.500
Fevereiro.....	83,01	63,60	15.907.200
Março.....	89,50	76,26	16.270.000
Abril.....	80,01	74,50	12.062.500
Maio.....	85,93	76,44	9.779.700

(1) A partir de 22 de março de 2004, as ações começaram a ser negociadas pela proporção de 10.000 ações para 1 ação.

(2) A partir de 14 de dezembro de 2004, as ações começaram a serem negociadas pela proporção de 3 ações para 1 ação..

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda demonstrados mínimos e máximos no fechamento em dólares norte-americanos para os ADRs na NYSE:

	Preço por ADR		Média mensal volume de negócios
	Máxima	Mínima	(ADR em milhares)
	(em US\$)		
<b>2001</b> <sup>(1)</sup> .....	<b>26,36</b>	<b>22,66</b>	<b>1.257</b>
<b>2002</b> .....	<b>33,31</b>	<b>9,91</b>	<b>4.541</b>
<b>2003</b> .....	26,87	13,31	4.873
1º Trimestre.....	17,70	13,55	4.741
2º Trimestre.....	21,52	17,35	5.586
3º Trimestre.....	22,70	17,99	3.769
4º Trimestre.....	26,87	20,07	5.397
<b>2004</b> .....	27,92	11,67	5.988
1º Trimestre <sup>(2)</sup> .....	27,92	22,48	4.155
2º Trimestre.....	16,73	11,67	6.452
3º Trimestre.....	17,57	14,33	5.567
4º Trimestre.....	25,36	17,63	7.776
Dezembro.....	25,36	21,86	7.721
<b>2005</b> .....			

.....			
1º Trimestre.....	33,65	21,86	10.863
Janeiro.....	25,35	21,86	8.763
Fevereiro.....	32,15	24,30	9.733
Março.....	33,65	28,39	14.095
Abril.....	31,70	28,52	10.036
Maio.....	35,10	30,99	10.971

(1) Começando em 21 de novembro de 2001.

(2) A partir de 22 de março de 2004, as negociações refletem a proporção de 1 ação para 1 ADR.

As nossas ações preferenciais são nominativas e escriturais e prestamos todos os serviços de custódia e transferência das ações. Nossos acionistas podem optar por manter suas ações registradas na CBLC. Segundo a legislação brasileira, os detentores de nossas ações preferenciais, que não são brasileiros, poderão estar sujeitos a determinadas consequências fiscais adversas, devido à sua titularidade e com respeito a qualquer transferência de ações preferenciais. Para obter mais informações sobre as restrições relativas à transferência de ações preferenciais, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Forma e Transferência” e “ - Controles de Câmbio”.

As nossas ADSs são representadas por recibos definitivos, os “ADRs” (Recibos Depositários Americanos). As ADSs podem ser mantidas de forma escritural juntamente com instituições financeiras, que sejam participantes do “Depositary Trust Company ou DTC”. O banco depositário, no seu papel de agente de registro, presta o serviço de transferência dos ADRs. A titularidade de um ADR (e de cada ADS que lhe serve de lastro), quando estiver devidamente endossado e acompanhado dos devidos instrumentos de transferência, é transferível por tradição, tendo o mesmo efeito que no caso de um título ou valor mobiliário certificado, segundo as leis do Estado de Nova Iorque. Os detentores de ADRs que vierem a transferi-los poderão estar sujeitos a:

- reembolso ao banco depositário de quaisquer tributos, encargos fiscais ou taxas que o banco depositário tenha pago;
- pagamento de quaisquer taxas de transferência, segundo os termos do contrato de depósito;
- apresentação de comprovação satisfatória de identidade e de legitimidade de suas assinaturas ou de quaisquer outros documentos exigidos pelo contrato de depósito;
- cumprimento da legislação norte-americana e brasileira, ou outras leis ou regulamentos governamentais aplicáveis; e
- cumprimento de regras razoáveis, se existentes, que nós e o banco depositário possamos estabelecer e que sejam consistentes com o contrato de depósito.

Todas as nossas ações em circulação são integralizadas e não sujeitas a chamadas de capital.

Os direitos dos detentores das ações preferenciais são limitados, em aspectos significativos, se comparados com os direitos dos detentores de ações ordinárias, de diversas maneiras significativas:

- cada ação ordinária confere ao detentor o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas, enquanto os detentores de ações preferenciais somente têm direito a voto em circunstâncias limitadas, descritas no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direito a Voto”; e

- a natureza dos direitos de preferência dos acionistas preferencialistas, de subscrever ações ou títulos conversíveis, depende da proporção do capital que seria representada pelas ações preferenciais, após o aumento do capital, conforme descrito no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Preferência”.

Os detentores das ADSs têm direitos que correspondem às ações preferenciais que as lastreiam, sujeitos aos termos do contrato de depósito. Os detentores de ADSs são parte do contrato de depósito e, portanto, são obrigados pelos seus termos e pelos termos dos ADRs que representam as ADSs.

## **NEGOCIAÇÃO NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO**

A partir de abril de 2000, as bolsas de valores brasileiras foram reorganizadas através da troca de protocolos de intenções. Até abril de 2004, todos os valores mobiliários relativos a ações foram negociados somente na Bolsa de Valores de São Paulo, com exceção dos Leilões de Privatizações que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em maio de 2004, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi reaberta para a negociação de determinados títulos públicos.

Se V.Sas. viessem a negociar nossas ações preferenciais na BOVESPA, sua negociação seria liquidada em três dias úteis após a data da negociação. Normalmente é exigido que o vendedor entregue as ações na bolsa no terceiro dia útil até as 10:00 horas após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são efetuados por meio dos serviços da CBLC.

A BOVESPA é menos líquida que a NYSE, ou que outras bolsas importantes no resto do mundo. Em 31 de dezembro de 2004, o total agregado de capitalização no mercado, das 358 empresas cotadas na BOVESPA, era equivalente a aproximadamente US\$341 bilhões, sendo que as dez maiores empresas cotadas na BOVESPA representavam aproximadamente 47,46% do total de capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na bolsa. Embora qualquer uma das ações em circulação de uma empresa cotada possa ser negociada numa bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade das ações cotadas está efetivamente disponível para negociação pública, sendo que o restante está em mãos de pequenos grupos de controladores, de entidades governamentais ou de um acionista principal. Em 31 de dezembro de 2004, nós respondíamos por aproximadamente 4,0% da capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na BOVESPA.

A negociação por um detentor julgado como não sendo domiciliado no Brasil, para fins normativos e fiscais (um “detentor não brasileiro”) nas bolsas de valores brasileiras, está sujeita a certas limitações, segundo a legislação brasileira relativa a investimentos estrangeiros. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros somente podem negociar nas bolsas de valores brasileiras, de acordo com as exigências da Resolução n.º 2.689 do CMN. Esta Resolução exige que os valores mobiliários mantidos por detentores não brasileiros sejam mantidos em custódia de, ou em conta de depósito com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução n.º 2.689 exige que detentores não brasileiros restrinjam suas negociações de títulos e valores mobiliários para transações nas bolsas de valores brasileiras ou qualificadas nos mercados de balcão. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros não devem transferir para outros detentores não brasileiros a propriedade dos investimentos feitos, segundo a Resolução n.º 2.689. Veja “Item. 10 - Informações Adicionais - Controles de Câmbio” para maiores informações sobre a Resolução n.º 2.689, e “Tributação - Considerações sobre a Tributação Brasileira - Tributação dos Ganhos” para uma descrição de certos benefícios fiscais estendidos para detentores não brasileiros, qualificados na Resolução n.º 2.689.

## Item 10. Informações Adicionais

### ATOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL

Somos uma companhia aberta devidamente registrada na CVM, sob número 00090-6. O Artigo 5º do estatuto estabelece nosso objetivo de realizar operações bancárias, incluindo atividades de câmbio.

### Comparação das práticas de governança corporativa do Bradesco com as regras da NYSE aplicáveis a companhias norte-americanas

Em 4 de novembro de 2003, a Securities and Exchange Commission (“SEC”) aprovou as regras finais de governança corporativa da NYSE. De acordo com tais regras, as companhias emissoras privadas estrangeiras estão sujeitas a um conjunto mais limitado de exigências relativas à governança corporativa do que as companhias emissoras norte-americanas. Na qualidade de companhia emissora privada estrangeira, devemos cumprir três regras da NYSE:

- (1) até 31 de julho de 2005, devemos cumprir as exigências relativas ao comitê de auditoria estabelecidas pela SEC;
- (2) nosso Diretor-Presidente deverá prontamente comunicar à SEC, por escrito, tão logo um diretor executivo tome conhecimento de qualquer inobservância relevante das regras de governança corporativa da NYSE; e
- (3) devemos providenciar uma breve descrição das principais diferenças entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas observadas pelas companhias norte-americanas, de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

A tabela a seguir descreve de forma breve as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as adotadas pelas companhias norte-americanas de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

Artigo	Regras de Governança Corporativa da NYSE para Emissores Norte-Americanos	Práticas de Governança Corporativa do Bradesco
303A.01	Uma companhia listada na NYSE deve ter a maioria de seus membros do Conselho de Administração independente.	A Legislação Societária Brasileira determina que somente os acionistas de uma companhia podem ser nomeados para seu Conselho de Administração. Consequentemente, não há determinação legal ou estatutária exigindo que o Bradesco tenha conselheiros independentes, porém, temos dois membros independentes no Conselho de Administração, que representam o BES com sede em Portugal e o BBVA com sede na Espanha. Não há exigência de residência ou participação acionária mínima para qualificação de um conselheiro.
303A.03	Membros do Conselho de Administração que não sejam diretores de uma companhia listada deverão reunir-se em sessões periódicas sem a	Com exceção do Presidente da Diretoria Executiva, que também é Conselheiro da companhia, nenhum dos Membros do Conselho de Administração

	presença dos membros da Diretoria Executiva.	pertence à Diretoria Executiva do Bradesco. Os Conselheiros não têm sessões periódicas sem a presença do Diretor-Presidente.
303A.04	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Nomeação/Governança Corporativa, composto integralmente por conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Nós não possuímos um Comitê de Nomeação/Governança Corporativa.
303A.05	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Remuneração integralmente composto por conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Nós possuímos um Comitê de Remuneração, composto de três a cinco membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de um ano. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários do Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.  Nenhum dos membros do Comitê de Remuneração é um conselheiro independente. O Comitê de Remuneração tem um Regimento que estabelece as responsabilidades do Comitê.
303A.06 303A.07	As companhias listadas devem ter um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo três conselheiros que satisfaçam os requerimentos da Regra 10A-3 do <i>Exchange Act</i> , com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Conforme nosso estatuto e atendendo a regulamentação do Banco Central, em julho de 2004 constituímos um Comitê de Auditoria, que é formado por três a cinco membros, cada um com mandato de um ano, e todos eles são independentes de nossa Administração. Os membros são designados por e podem ser substituídos pelo Conselho de Administração. Atualmente temos quatro membros em nosso Comitê de Auditoria e apenas um desses membros é também membro de nosso Conselho de Administração. De acordo com as leis brasileiras, a função de contratar auditores independentes é reservada ao Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do <i>Exchange Act</i> , para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas a nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria não pode ser comparável aos comitês de auditoria de empresas americanas em termos de compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria, nós exercemos o direito de isenção

		<p>estabelecido na regra 10A – 3(c)(3) do <i>Exchange Act</i>, com relação a isso.</p> <p>Suas principais atribuições são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, a respectiva remuneração, e fazer recomendações quanto a substituição dos auditores;</li> <li>• revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e parecer do auditor independente;</li> <li>• estabelecer políticas e procedimentos para responder a quaisquer relatos ou alegações de uma falha aplicáveis ou códigos internos e regulamentos, incluindo procedimentos para garantir a confidencialidade e proteção de quaisquer pessoas que forneçam informações referentes a estas falhas;</li> <li>• avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; e</li> <li>• reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria Executiva e auditorias independente e externa.</li> </ul> <p>Nós também possuímos um Conselho Fiscal, composto de três a cinco membros efetivos e o mesmo número de suplentes. Atualmente há três membros efetivos e três suplentes. O Conselho Fiscal é um órgão corporativo independente. De acordo com a Legislação Societária, nosso Conselho Fiscal tem como direitos e obrigações, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres;</li> <li>• examinar e opinar sobre nossas demonstrações financeiras antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e os relatórios da Administração; e</li> <li>• opinar sobre propostas de nossa Administração, a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão.</li> </ul>
--	--	---



303A.08	Os acionistas deverão ter a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração, bem como as alterações dos mesmos, levadas em consideração as exceções constantes das regras da NYSE.	De acordo com a Legislação Societária Brasileira, é necessária a aprovação dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração mediante participação no capital social. Nós não possuímos atualmente qualquer plano de remuneração baseado em “opções de ações”.
303A.09	As companhias listadas devem adotar e divulgar Diretrizes de Governança Corporativa que abranjam certos requisitos mínimos especificados.	Nós não possuímos Diretrizes de Governança Corporativa, formalmente divulgadas em um documento único de forma a abranger todos os requisitos constantes das regras da NYSE. Nossas práticas de Governança Corporativa estão disponíveis no website, por meio do endereço ( <a href="http://www.bradesco.com.br/ri/">http://www.bradesco.com.br/ri/</a> ) e no nosso Relatório Anual da Administração.
303A.10	As companhias listadas devem adotar e divulgar um código de conduta e ética para conselheiros, diretores e empregados, divulgando prontamente toda dispensa do código concedida para conselheiros ou diretores.	Adotamos Códigos de Ética, os quais aplicam-se ao Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como aos nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e funcionários. Nós possuímos um Comitê Executivo de Conduta Ética, nomeado pelo Conselho de Administração, responsável pela aplicação dos Códigos de Ética, determinando ações quanto à divulgação e cumprimento dos Códigos de Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. Toda e qualquer alteração ou isenção nos Códigos de Ética serão divulgadas em nosso website.
303A.12	O CEO de toda companhia listada deve declarar prontamente à NYSE por escrito, depois que qualquer executivo da companhia listada ficar sabendo de qualquer descumprimento significativo de qualquer determinação da seção 303A.	O nosso Diretor-Presidente prontamente informará por escrito à NYSE, na hipótese de um membro da Diretoria Executiva tomar conhecimento de qualquer inobservância relevante às regras da NYSE, relativas à política de governança corporativa.

### ***Organização***

### ***Qualificação dos Conselheiros***

A lei brasileira determina que para ser Conselheiro é necessário ser acionista da empresa. Não há exigência quanto à participação acionária mínima ou de residência para se qualificar como um conselheiro.

### ***Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos***

Nosso estatuto exige que o Conselho de Administração recomende, anualmente, a cada assembléia geral de acionistas, a alocação do lucro líquido para o exercício fiscal, como segue:

- 5% do lucro líquido para uma reserva legal, sem exceder 20% de nosso capital integralizado

durante cada exercício fiscal. Esta exigência não será aplicável em exercícios fiscais em que a reserva legal, acrescida às outras reservas de capital, exceder 30% de nosso capital integralizado;

- por proposta de nossa Administração, um valor para a reserva para contingências contra perdas futuras; este valor é determinado por nossos acionistas, com base em perdas potenciais que eles considerem prováveis. Historicamente, nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva;
- pelo menos 30% do lucro líquido (depois das deduções dos dois itens anteriores) para distribuição obrigatória aos nossos acionistas; e
- o remanescente, após as distribuições acima, para uma reserva de lucros para a manutenção de uma margem operacional, que é compatível com a conduta de nossos negócios de financiamento, até um limite de 95% de nosso capital social integralizado.

Nosso estatuto também autoriza os acionistas a alocar um valor à reserva de lucro a realizar. Historicamente, nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva.

O mínimo de 30% de nosso lucro líquido ajustado deve ser distribuído como dividendos anuais a serem pagos no prazo de 60 dias, contados a partir da assembléia anual de acionistas na qual a distribuição for aprovada. Entretanto, a Legislação Societária permite que suspendamos o pagamento da distribuição obrigatória, se o Conselho de Administração relatar na assembléia de acionistas que a distribuição seria incompatível com nossa situação financeira, caso em que a suspensão fica sujeita à homologação pela assembléia dos acionistas. De acordo com a Legislação Societária, o Conselho Fiscal deve elaborar parecer sobre a matéria e o Conselho de Administração deve apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de cinco dias a partir da assembléia de acionistas. O lucro não distribuído devido à suspensão deve ser alocado para uma reserva especial. Se não absorvidos pelas perdas subsequentes, os valores na reserva devem ser pagos como dividendos, tão logo nossa situação financeira permitir.

Os acionistas preferencialistas têm direito a receber dividendos por ação em um valor 10% superior aos dividendos pagos por ação aos acionistas ordinaristas.

Devemos preparar demonstrações financeiras pelo menos trimestralmente. Nossa Diretoria Executiva, com aprovação do Conselho de Administração, pode distribuir dividendos com base nos lucros relatados nas demonstrações financeiras intermediárias. Nosso Estatuto prevê o pagamento de dividendos intermediários, sendo que o valor desses dividendos distribuídos não pode exceder o valor dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Nossa Diretoria Executiva baseia o valor dos dividendos intermediários em lucros previamente acumulados ou lucros retidos.

Desde 1970, temos distribuído dividendos mensalmente.

De acordo com a lei brasileira, nosso estatuto permite que a Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho de Administração, faça distribuições na forma de juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio, descontado o imposto de renda retido na fonte, podem ser considerados para efeitos de cálculo do dividendo obrigatório. Desde julho de 1997, temos feito pagamentos mensais de juros sobre capital próprio em valor aprovado pelo Conselho de Administração, antes da declaração dos dividendos no final de cada exercício. Os valores pagos como juros sobre capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor de dividendos declarados. A Seção “Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil -

Distribuições de Juros sobre o Capital” descreve certos limites a serem observados no pagamento de juros sobre o capital próprio e nas deduções relacionadas às distribuições de juros sobre o capital próprio.

De acordo com a lei brasileira, um acionista que não recebe um pagamento de dividendos pode iniciar um procedimento para a cobrança dos mesmos no prazo de três anos contados da data que disponibilizamos os dividendos para distribuição. Encerrado este prazo, os dividendos não reclamados revertem-se para a companhia.

### ***Assembléia de Acionistas***

Os acionistas têm o poder de decidir quaisquer assuntos relacionados ao nosso objetivo social e de aprovar quaisquer resoluções que julgarem necessárias para nossa proteção e desenvolvimento, através de votação em assembléia geral.

Nós convocamos assembléias de acionistas por publicação de edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, ambos em São Paulo. O edital deve ser publicado por três vezes, começando pelo menos 15 dias corridos antes da data marcada para realização da assembléia. O edital deve conter a pauta da assembléia e, no caso de uma proposta de alteração dos nossos estatutos, uma indicação do assunto em questão.

O Conselho de Administração ou, em algumas situações específicas determinadas na Legislação Societária, os acionistas podem convocar nossas assembléias gerais de acionistas. Um acionista pode ser representado em uma assembléia geral por um procurador, constituído há menos de um ano. Referido procurador deve ser acionista, membro de nossa Administração, advogado ou uma instituição financeira. O instrumento de mandato outorgado deve cumprir certas formalidades determinadas pela lei brasileira.

A validade das deliberações tomadas em uma assembléia geral de acionistas condiciona-se à presença, na assembléia, de acionistas representando pelo menos um quarto de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Entretanto, no caso de uma assembléia geral para alterar nosso estatuto, devem estar presentes os acionistas representando pelo menos dois terços de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Não sendo verificado o quorum referido, o Conselho de Administração pode convocar uma segunda assembléia, de acordo com as regras de publicação descritas acima, com antecedência mínima de cinco dias corridos anteriores à data da assembléia marcada. A segunda assembléia geral não encontra-se sujeita às exigências de quorum aplicáveis à primeira.

### ***Direitos de Voto***

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas assembléias de acionistas. As deliberações de uma assembléia geral de acionistas são tomadas pelo voto dos detentores da maioria simples de nossas ações ordinárias, sem computar as abstenções, salvo em situações excepcionais especificamente previstas na legislação em vigor.

Em março de 2002, a Lei das Sociedades Anônimas brasileira foi modificada de modo a conferir maior proteção aos acionistas minoritários, passando a garantir o direito de designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, aos acionistas que não são controladores mas que tenham detido, por pelo menos os três meses anteriores (i) ações preferenciais representando pelo menos 10% de nosso capital social, ou (ii) ações ordinárias representando pelo menos 15% de nossas ações do capital com direito a voto. Se nenhum acionista atingir os limites mínimos, os acionistas que representam pelos menos 10% de nosso capital acionário podem combinar seus investimentos para designar um membro e um

suplente para nosso Conselho de Administração.

Este direito está em vigor desde março de 2002. Entretanto, até a Assembléia de Acionistas realizada para apreciar as contas de 2004, os acionistas preferencialistas, qualificados acima somente poderiam designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, dentre uma lista de três candidatos escolhidos pelo nosso acionista controlador. Esta prerrogativa não foi utilizada em nossas Assembléias Gerais, já que foi acatada a indicação de dois membros independentes de nossos acionistas minoritários BES e BBVA.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

### *Acionistas*

De acordo com a lei brasileira, as seguintes deliberações dependem da aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação adversamente afetadas, assim como dos acionistas titulares de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas:

- criação de ações preferenciais ou aumento de uma classe já existente de ações preferenciais sem preservar a proporção com qualquer outra classe de ações preferenciais já existentes;
- mudanças nas preferências, privilégios ou condições de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais; e
- criação de uma nova classe de ações preferenciais que tenha uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização superior às das classes de ações preferenciais já existentes.

Referidas deliberações devem ser votadas pelos detentores de ações preferenciais adversamente afetadas, em uma assembléia especial, na qual cada ação preferencial dá ao seu titular direito a um voto. Os acionistas preferencialistas têm o direito de votar em qualquer deliberação de mudança de nosso tipo societário e obterão o direito de votar se entrarmos em um processo de liquidação.

A aprovação dos detentores de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas é exigida para as seguintes medidas:

- redução da distribuição obrigatória dos dividendos;
- aprovação de uma incorporação, fusão ou cisão;
- aprovação de nossa participação em um “grupo de sociedades” (um grupo de empresas cuja gestão é coordenada através de relacionamentos contratuais e participações acionárias) como definido na Legislação Societária;
- mudança no objeto social;
- cessação do estado de liquidação; e
- aprovação de dissolução.

Em cumprimento ao disposto na Legislação Societária, os detentores de ações ordinárias, em deliberação na assembléia geral de acionistas, têm poderes exclusivos para:

- alterar nosso estatuto, incluindo alterações dos direitos de detentores de ações ordinárias;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração;
- tomar as contas anuais preparadas pela Administração e aceitar ou rejeitar as demonstrações financeiras da Administração, incluindo a alocação dos lucros líquidos para pagamento dos dividendos obrigatórios e a alocação para as diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista que não cumpriu com as obrigações impostas por lei ou pelo nosso estatuto;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos aportados por um acionista em aumentos de capital; e
- aprovar reestruturações societárias, tais como: incorporações, fusões e cisões; dissolver ou liquidar, eleger ou demitir nossos liquidantes ou examinar suas contas.

### ***Direitos de Preferência***

Cada um de nossos acionistas tem um direito geral de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em qualquer aumento de capital, na proporção da participação já detida. Deve ser concedido aos acionistas um prazo de pelo menos 30 dias, após a publicação do aviso da emissão de ações ou títulos conversíveis, para exercerem seus direitos de preferência.

Conforme descrito em “Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros” nos termos da Constituição Brasileira, o aumento da participação dos investidores estrangeiros no capital votante (ações ordinárias) das instituições financeiras está sujeito à autorização prévia do Governo Brasileiro. Portanto, no caso de ações ordinárias serem emitidas, nossos acionistas estrangeiros poderiam ser impedidos de exercer seus direitos de preferência.

No caso de um aumento de capital que mantivesse ou aumentasse a proporção de capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência para subscrever apenas as ações preferenciais então emitidas. No caso de um aumento de capital que reduzisse a proporção do capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência em subscrever quaisquer novas ações preferenciais proporcionais à participação já detida, e ações ordinárias (sujeitas às restrições sobre propriedade estrangeira discutidas acima) apenas na medida em que seja necessário para impedir a diluição de suas participações em nosso capital total. De acordo com a lei brasileira, os acionistas podem transferir ou dispor de seus direitos de preferência.

Os acionistas não podem exercer seus direitos de preferência relativos às ações preferenciais subjacentes às suas ADSs, a menos que uma declaração de registro de acordo com a Lei de Valores Mobiliários de 1933, dos Estados Unidos, esteja vigente com relação a estes direitos ou se uma isenção das exigências de registro da referida Lei de Valores esteja disponível. Os acordos contratuais que regem as

ADSs determinam que o custodiante das ações subjacentes às ADSs podem, se possível, transferir ou dispor de seus direitos de preferência. Tais acordos contratuais que regem as ADSs determinam que o custodiante deve remeter o valor recebido ao banco depositário que mantém as ADSs. Sua distribuição pelo banco depositário aos detentores das ADSs é líquida de quaisquer tarifas devidas ao custodiante e ao banco depositário. Para mais detalhes, veja “Item 3 - Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs”.

### ***Direito de Retirada***

A Legislação Societária estabelece que sob certas circunstâncias um acionista tem o direito de resgatar suas participações em ações de uma empresa e receber um pagamento pela porção do patrimônio líquido atribuível à sua participação em ações.

Este direito de retirada pode ser exercido:

- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes da classe de ações afetada adversamente (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
  - a criação de ações preferenciais ou um aumento em uma classe existente de ações preferenciais relativas a outra classe ou classes de ações preferenciais;
  - a modificação de uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização concedida sobre uma ou mais classes de ações preferenciais;
  - a criação de uma nova classe de ações preferenciais com maiores privilégios que a classe existente de ações preferenciais; ou
- Pelos acionistas dissidentes ou não-votantes (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
  - a redução na distribuição obrigatória de dividendos;
  - uma mudança em nosso objeto social;
  - uma transferência de todas as nossas ações para outra empresa, nos tornando uma subsidiária integral de tal empresa, conhecida como uma incorporação de ações; ou
- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes de ações ordinárias, caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
  - a aquisição de controle de outra empresa a um preço que exceda certos limites estabelecidos na Legislação Societária;
  - uma fusão ou incorporação;
  - participação em um grupo de sociedades, como definido na Legislação Societária; ou
  - uma cisão que resulte, dentre outras coisas, em uma redução do dividendo anual obrigatório.

Nossos acionistas dissidentes ou não-votantes também têm o direito de retirada caso a sociedade resultante de nossa fusão, incorporação de ações ou cisão não se torne uma companhia com ações negociadas em bolsa dentro de 120 dias da assembleia de acionistas na qual a decisão relevante foi tomada. Os acionistas dissidentes ou não-votantes apenas terão o direito de retirada se eles forem titulares das ações que foram adversamente afetadas no momento da primeira convocação para assembleia na qual a decisão foi tomada. Se um anúncio público da medida tomada ou a ser tomada for feito antes da convocação para assembleia, a titularidade de ações dos acionistas é baseada na data do anúncio.

O direito de retirada prescreve em prazo de trinta dias contados a partir da publicação das atas da assembleia de acionistas, na qual a medida foi tomada, exceto quando a resolução está sujeita à confirmação pelos acionistas preferencialistas (o que deve ser feito em assembleia especial a ser realizada dentro de um ano). Neste caso, o prazo de trinta dias é contado da data em que a ata da assembleia especial é publicada. Nós teríamos direito a reconsiderar qualquer ato que desse origem a direitos de recesso dentro de dez dias após o do vencimento de tais direitos, se o reembolso de ações de acionistas dissidentes prejudicasse nossa estabilidade financeira.

Em todas as situações descritas acima, nossas ações seriam resgatáveis por seu valor contábil, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado por nossos acionistas. Se a assembleia de acionistas que deu origem aos direitos de retirada ocorrer após mais que sessenta dias contados a partir da data do último balanço aprovado, um acionista pode exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço patrimonial de uma data dentro de sessenta dias antes de tal assembleia de acionistas.

### ***Liquidação***

No caso de nossa liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito a prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. O valor ao qual eles teriam direito é baseado na parcela do capital representado pelas ações preferenciais, como ajustado oportunamente para refletir quaisquer aumentos ou reduções de capital. Após o pagamento de todos os nossos credores, nossos ativos residuais seriam usados para retornar o valor do capital representado pelas ações preferenciais aos acionistas preferencialistas. Uma vez que os acionistas preferencialistas tivessem sido totalmente reembolsados, os acionistas ordinários seriam reembolsados na parcela do capital representado pelas ações ordinárias. Todos os nossos acionistas participariam igualmente e proporcionalmente em quaisquer ativos remanescentes residuais.

### ***Resgate***

Nosso estatuto determina que nossas ações não são resgatáveis. Entretanto, a legislação brasileira nos autoriza a resgatar ações de acionistas minoritários se, depois de uma oferta, nosso acionista controlador aumentar sua participação em nosso capital acionário total para mais de 95%.

### ***Direitos de Conversão***

Nosso estatuto determina que nossas ações ordinárias não podem ser convertidas em ações preferenciais ou nossas ações preferenciais em ações ordinárias.

### ***Responsabilidade de Nossos Acionistas por Futuras Chamadas de Capital***

Nem a lei brasileira nem nosso estatuto prevêem chamadas de capital. A responsabilidade de nossos acionistas é limitada ao pagamento do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

### ***Forma e Transferência***

Nossas ações são registradas de maneira escritural e nós desenvolvemos todos os serviços de custódia e transferência de ações. Para fazer uma transferência, nós fazemos um lançamento no registro, debitamos a conta de ações do transferidor e creditamos a conta de ações do adquirente.

As transferências de ações por um investidor estrangeiro são feitas da mesma maneira e executadas por um agente local do investidor em seu nome. Entretanto, se o investimento original estiver registrado no Banco Central, conforme um mecanismo de investimento estrangeiro regulamentado pela Resolução n.º 2.689 do CMN, como descrito em “Controles de Câmbio” abaixo, o investidor estrangeiro deve declarar a transferência em seu registro eletrônico.

Nossos acionistas podem optar, por manter suas ações na CBLC. As ações são acrescidas ao sistema da CBLC, através de instituições brasileiras que têm contas de compensação com a CBLC. Nosso registro de acionistas indica quais ações são transacionadas no sistema da CBLC. Cada acionista participante é, por sua vez, registrado em um registro de acionistas beneficiários mantido pela CBLC e é tratado da mesma maneira que nossos acionistas registrados.

### ***Regras Brasileiras Relativas à Divulgação de Informações***

Em janeiro de 2002, a CVM emitiu regulamentos, revisados em maio de 2002, referentes à divulgação de informações relacionadas ao mercado. Esta regulamentação inclui determinações que, dentre outras:

- definem que informações devem ser arquivadas na CVM na forma de um aviso ou fato relevante, incluindo qualquer decisão de nossos acionistas controladores que pudesse influenciar o preço de seus títulos ou qualquer decisão do acionista controlador em negociar, ou deixar de negociar, tais títulos, ou exercer quaisquer direitos subjacentes aos títulos;
- ampliam, o rol de exemplos de fatos que devem ser considerados como relevantes, incluindo, entre outros:
  - a execução, emenda ou encerramento de acordos de acionistas dos quais somos parte ou que foram registrados em nossos livros;
  - a entrada ou retirada de acionistas que mantém quaisquer contratos de colaboração financeira, operacional, tecnológica ou administrativa conosco, e
  - qualquer autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- estendem, no caso do nosso executivo responsável pelas relações com investidores não o fazer, a responsabilidade para divulgar fatos relevantes aos nossos acionistas controladores, a todos os membros de nossa Administração, aos membros de nosso conselho fiscal e a quaisquer outros de nossos órgãos técnicos ou consultivos criados por nossos estatutos;



- estendem a obrigação de sigilo de fatos relevantes ainda não divulgados, além de nossos administradores e acionistas controladores, aos membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos e aos nossos funcionários envolvidos com a matéria objeto de fatos relevantes;
- nos obrigam a divulgar fatos relevantes a todos os mercados nos quais nossos títulos são admitidos à negociação;
- nos obrigam a publicar qualquer intenção de tirar a empresa da Bolsa no período de um ano, no caso de adquirirmos participação controladora em uma companhia que tenha ações negociadas no mercado;
- ampliar as regras relativas às exigências de divulgação na aquisição e venda de uma participação acionária relevante, ou de negociação de valores mobiliários de nossa emissão por nossos administradores, membros de nosso conselho fiscal ou membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos; e
- restringir o uso de informação interna.

### ***Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros***

A Constituição Brasileira proíbe qualquer aumento na participação estrangeira no capital social das instituições financeiras sediadas no Brasil. Entretanto, em razão de sermos uma instituição financeira aberta, os detentores não brasileiros de nossas ações preferenciais beneficiam-se de uma exceção a esta determinação. Conseqüentemente, detentores estrangeiros não enfrentam restrições legais sobre a posse de nossas ações preferenciais ou de ADRs, com base em nossas ações preferenciais, e são autorizados a ter todos os direitos e preferência de tais ações preferenciais.

Entretanto, a capacidade de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e os resultados das operações de venda das ações preferenciais ou direitos de preferência e remeter tais montantes fora do Brasil está sujeita a restrições, de acordo com a legislação estrangeira de investimento que normalmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento relevante no Banco Central. Todavia, qualquer detentor não brasileiro que se registre na CVM, de acordo com a Resolução n.º 2.689, pode comprar e vender títulos nas bolsas de valores brasileiras, sem obter um certificado separado de registro para cada transação.

O Anexo 5 da Resolução nº 1.289 do CMN, conhecido como os “Regulamentos do Anexo 5”, autoriza as empresas brasileiras a emitir os recibos de depósitos nos mercados de câmbio. Nosso programa de ADR está devidamente registrado no Banco Central.

Nosso estatuto não impõe nenhum limite aos direitos de residentes ou não residentes brasileiros de possuir ações e exercer os direitos em relação a isso.

### ***Novo Código Civil***

Um novo Código Civil Brasileiro entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003. O novo Código foi emitido com o intuito de atualizar a legislação civil brasileira. O novo Código introduziu alterações a respeito de vários tópicos, incluindo contratos e a Legislação Societária. As transações e outras leis

realizadas antes da vigência do novo Código Civil continuam sendo reguladas pelas leis anteriores, exceto pelos efeitos de tais transações, se ocorridos depois de 11 de janeiro de 2003, bem como quaisquer transações ou outras leis realizadas após esta data, que estão sujeitas ao novo Código Civil.

### ***Transferência de Controle***

Nosso estatuto não contém nenhuma determinação que pudesse ter o efeito de retardar, adiar ou impedir uma mudança em nosso controle ou que operaria apenas com respeito a uma fusão, aquisição ou reestruturação corporativa nos envolvendo ou qualquer uma de nossas subsidiárias. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros exigem que qualquer transferência de controle de uma instituição financeira seja previamente aprovada pelo Banco Central.

A Legislação Societária Brasileira determina que a aquisição do controle de uma companhia aberta depende da oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação por preço equivalente a 80% do preço por ação pago ao bloco controlador. Em dezembro de 2003, alteramos nossos estatutos para determinar que na ocorrência de uma mudança em nosso controle, o adquirente será obrigado a pagar aos nossos acionistas um valor igual a (a) no caso de nossos acionistas ordinários não controladores, 100% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores e (b) no caso de nossos acionistas preferencialistas, 80% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores.

No caso de liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito à prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. Para mais informações, veja “Liquidação”. Além disso, no caso de uma transferência de controle, nossos acionistas têm o direito de retirada sob certas circunstâncias. Para maiores informações, veja “Direito de Retirada”.

A Lei das Sociedades Anônimas Brasileira obriga nosso acionista controlador a fazer oferta de nossas ações, se ele aumentar sua participação em nosso capital acionário para um nível que afete significativa e negativamente a liquidez de nossas ações.

### ***Divulgação do Controle de Acionistas***

Os regulamentos brasileiros exigem que qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando o mesmo interesse, que tenha adquirido, direta ou indiretamente, uma participação correspondente a 10% das ações ordinárias de uma empresa negociada publicamente deve divulgar a propriedade das ações à CVM e às bolsas de valores brasileiras. Além disso, uma declaração contendo informações exigidas deve ser publicada nos jornais. Qualquer aumento subsequente de 5% ou mais no controle das ações ordinárias deve ser divulgado da mesma forma.

### ***Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas da BOVESPA***

A BOVESPA tem um programa conhecido como Programa de Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas, que chamamos de “programa PGCD”. De acordo com o programa PGCD, as empresas registradas em Bolsa podem aderir a um ou dois conjuntos de regras que aplicam-se à Empresa, sua Administração e acionistas controladores, com o objetivo de promover boas práticas de governança corporativa e melhorar a divulgação no mercado.

Desde 2001, estamos em concordância com o primeiro conjunto de regras, menos rigoroso, de acordo com o programa PGCD.

As exigências que devemos cumprir incluem:

- Manter um free-float mínimo de 25,0% de nosso Capital Social;
- Realizar reunião pública anual com analistas e quaisquer outros interessados;
- Divulgar calendário anual dos eventos corporativos;
- Utilizar mecanismos em ofertas públicas, com o objetivo de aumentar a dispersão de capital;
- Divulgar trimestralmente as demonstrações financeiras consolidadas, que estão sujeitas à revisão limitada; e
- Divulgar informações sobre títulos, incluindo derivativos, mantidos por acionistas controladores, membros de nossa Administração e membros de nosso Conselho Fiscal.

## **CONTRATOS SIGNIFICATIVOS**

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco entraram em um Acordo de Acionistas com o BBVA. Conforme termos do Acordo, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. O Acordo de Acionistas determina que o BBVA terá esse direito enquanto possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Contudo, se a participação do BBVA for inferior a este percentual devido a um aumento em nosso capital social, em que aos nossos acionistas, incluindo BBVA, não são dados direitos de preferência, o direito do BBVA de eleger um membro para nosso Conselho de Administração não será afetado. Além disso, conforme o Acordo de Acionistas, a Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco têm o direito de preferência a princípio se o BBVA desejar vender algumas ou todas as nossas ações ordinárias, e o BBVA tem uma opção de venda por um período de até sete anos. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco”.

## **CONTROLES DE CÂMBIO**

O Banco Central pode impor restrições temporárias à remessa de capital estrangeiro para o exterior, inclusive os pagamentos de principal, juros ou dividendos, e sobre a repatriação de capital sempre que houver um desequilíbrio significativo na balança de pagamentos do Brasil ou se ele prever esse desequilíbrio. A última ocorrência de restrições à remessa de capital estrangeiro foi em 1989, quando, durante aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990, o Governo Brasileiro congelou todas as remessas para o exterior de dividendos e capital investido. O Banco Central posteriormente liberou esses valores para remessas ao exterior, de acordo com diretrizes do Governo Brasileiro. O Governo Brasileiro pode tomar medidas semelhantes no futuro.

Segundo as leis tributárias brasileiras, detentores não brasileiros de valores mobiliários beneficiam-se de um tratamento tributário favorável, se estiverem qualificados nos termos da Resolução n.º 2.689. Para qualificar-se nos termos da Resolução n.º 2.689, um detentor não brasileiro precisa:

- nomear um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos ao investimento;
- registrar-se como um investidor estrangeiro junto à CVM; e
- registrar seu investimento junto ao Banco Central.

Veja “ Tributação - Considerações Tributárias Brasileiras - Tributação de Ganhos” para uma descrição dos benefícios fiscais concedidos a detentores não brasileiros de valores mobiliários, que se qualifiquem segundo a Resolução n.º 2.689.

Segundo a Resolução n.º 2.689, os valores mobiliários detidos por detentores não brasileiros devem ser mantidos sob a custódia de, ou em contas de depósito junto a instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários é restrita, nos termos da Resolução n.º 2.689, a operações em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão qualificados.

Os detentores não brasileiros registrados podem investir em qualquer tipo de investimento disponível para cidadãos brasileiros nos mercados financeiro e de valores mobiliários, com a exceção dos casos em que a Constituição Brasileira limita a capacidade de detentores não brasileiros de adquirir capital de instituições financeiras, conforme discutido acima em “Regulamentação e Restrições a Detentores Não Brasileiros “. O registro permite aos investidores remeter moeda estrangeira para fora do Brasil, quando os recursos são distribuições sobre ações preferenciais registradas ou o produto da alienação dessas ações. Os recursos são convertidos para moedas estrangeiras à taxa de câmbio do mercado comercial.

O capital registrado relativo a cada ação preferencial comprada no Brasil e depositado junto ao custodiante é igual ao seu preço de compra (declarado em dólares norte-americanos). Se um detentor de ADSs preferir cancelar ADSs em troca de ações preferenciais, o investimento em ações preferenciais poderá ser registrado no Banco Central. Esse registro é necessário para que o detentor receba distribuições ou o produto de alienações das ações fora do Brasil.

No caso de um investimento, segundo a Resolução n.º 2.689, o registro é feito eletronicamente pelo representante local. O capital registrado, relativo a uma ação preferencial retirada do banco depositário mediante cancelamento de uma ADS, será o equivalente em dólares norte-americanos:

- ao preço médio de uma ação preferencial na bolsa de valores na data da retirada; ou
- se ações preferenciais não forem vendidas nesse dia, ao preço médio na bolsa de valores nas 15 sessões de negociação imediatamente anteriores à retirada.

Quando um detentor de ADSs troca ADSs pelas ações preferenciais subjacentes, o detentor tem direito a:

- vender as ações preferenciais na bolsa de valores e remeter o produto para o exterior dentro de cinco dias úteis; ou
- converter livremente o investimento nas ações preferenciais em um investimento, segundo a Resolução n.º 2.689 (mediante o cumprimento das exigências legais acima descritas) ou em um investimento estrangeiro direto no Brasil (de acordo com as normas aplicáveis).

Os detentores que não cumprirem as normas acima descritas ainda poderão registrar o investimento, mas o processo de registro ficará sujeito a procedimentos detalhados estabelecidos pelo Banco Central. Os detentores que não cumprirem essas normas poderão também ficar sujeitos a penalidades monetárias.

## **IMPLICAÇÕES FISCAIS**

O resumo a seguir contém uma descrição das principais conseqüências quanto aos tributos brasileiros incidentes sobre a renda e imposto de renda federal devidos nos EUA, relativamente à aquisição, detenção e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. No entanto, este resumo não deve ser considerado como uma descrição exaustiva de todos os tributos que possam vir a incidir nas referidas operações. Consequentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, posse e alienação de ações preferenciais ou ADSs. Para maiores informações e especificidade de cada tributo, veja item “ - Tributação”.

Este resumo baseia-se nas leis tributárias brasileiras e dos Estados Unidos em vigor na data da elaboração deste documento, as quais poderão estar sujeitas a eventuais alterações posteriores.

Embora não exista atualmente um tratado assinado pelo Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países têm mantido discussões que podem culminar nesse tratado. No entanto, nenhuma garantia pode ser dada no que se refere a possibilidade de um tratado de tal natureza vir a ser assinado ou como ele eventualmente afetará os detentores norte-americanos de nossas ações preferenciais ou ADSs. Consequentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, posse e alienação de ações preferenciais ou ADSs em suas circunstâncias particulares.

### ***Considerações sobre Tributação no Brasil***

O texto a seguir resume as principais conseqüências tributárias brasileiras da aquisição, posse e alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro. Esse texto não discute todas as considerações tributárias brasileiras que podem ser aplicadas a quaisquer detentores não brasileiros, e cada um deles deve consultar seu próprio consultor tributário sobre as conseqüências tributárias brasileiras do investimento em ações preferenciais ou ADSs.

### ***Tributação de Dividendos***

Os dividendos pagos por nós, oriundos de lucros de períodos a partir de 1º de janeiro de 1996, (i) ao banco depositário com relação a ações preferenciais subjacentes a ADSs ou (ii) a um detentor não brasileiro com relação a ações preferenciais não estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro. Apenas dividendos distribuídos em relação a lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro, a menos que o montante dos respectivos dividendos seja utilizado para aumentar nosso capital e estas ações não sejam resgatadas por um período de cinco anos. Por força da legislação brasileira, assumimos a responsabilidade pela retenção e pagamento de quaisquer tributos sobre dividendos que distribuimos.

### ***Distribuições de Juros sobre o Capital***

As sociedades anônimas brasileiras podem, sujeitas a certas limitações, efetuar pagamentos a acionistas na forma de juros sobre capital próprio, como uma forma alternativa de fazer distribuições de dividendos. A principal diferença entre dividendos e juros sobre o capital é seu tratamento tributário.

Para os efeitos da apuração do imposto de renda devido pela pessoa jurídica no Brasil, podem ser deduzidas as distribuições de juros sobre o capital pagos a detentores brasileiros e não brasileiros de ações preferenciais e ordinárias, inclusive pagamentos ao banco depositário com relação a ações preferenciais objeto das ADSs, até uma taxa de juros que não exceda a taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, a TJLP. Distribuições de dividendos não são dedutíveis de imposto. Além disso, o valor total distribuído como juros sobre capital, que pode ser deduzido da base do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, não pode exceder o que for maior entre:

- 50% de nosso lucro líquido (antes de considerar essa distribuição e quaisquer deduções para fins do cálculo de impostos de renda), apurado pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado; ou
- 50% dos lucros retidos nos exercícios anteriores ao exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado, calculado segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Os pagamentos de juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 15%, com exceção de pagamentos a pessoas que forem isentas de imposto no Brasil. Com relação aos pagamentos efetuados a pessoas residentes em jurisdições julgadas como “paraísos fiscais” (assim considerados os países que (a) não tributam a renda ou que a tributam a uma alíquota inferior a 20% ou ainda (b) país cuja legislação societária interna oponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição), a legislação tributária brasileira determina que estas remessas estão sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25%. É de nossa responsabilidade a retenção e o pagamento de quaisquer tributos resultantes dos juros sobre capital próprio que distribuimos.

Valores pagos a título de juros sobre o capital (líquidos da retenção na fonte do imposto de renda devido) podem ser tratados como pagamentos dos dividendos que somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas de acordo com nosso estatuto social. As distribuições de juros sobre o capital relativamente às ações preferenciais, inclusive distribuições ao banco depositário relativamente a ações preferenciais subjacentes a ADSs, podem ser convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para fora do Brasil, sujeitas aos controles de câmbio aplicáveis.

Pagamentos de juros sobre o capital são decididos pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações de nossa Diretoria Estatutária.

Nosso Conselho de Administração tem tradicionalmente aprovado a distribuição máxima de juros sobre o capital próprio permitida por lei.

### **Tributação de Ganhos**

Os ganhos realizados fora do Brasil por um detentor não brasileiro sobre a alienação de ADSs ou ações preferenciais a outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

Os ganhos realizados por detentores brasileiros sobre quaisquer alienações de ações preferenciais

no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- 20% se a transação for executada na bolsa de valores, por operação “day trade”; ou
- 15% nas demais hipóteses.

A partir de 1º de janeiro de 2005, os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, exceto as de “day trade” (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), passaram a estar sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%. Para maiores informações sobre esta incidência, veja item “Tributação”.

Os ganhos realizados em qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil por detentores não brasileiros que sejam residentes em um país que, segundo as leis brasileiras, seja considerado como sendo um “paraíso fiscal”, estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos de capital realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um “paraíso fiscal”, não estão sujeitos ao imposto brasileiro se:

- os resultados obtidos com a alienação forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado, segundo a Resolução 2.689 do CMN.

De outra maneira, o mesmo tratamento aplicável aos residentes no Brasil será empregado.

O ganho sobre a alienação de ações preferenciais é medido pela diferença entre o valor realizado em moeda estrangeira sobre a venda ou troca e o custo de aquisição das ações vendidas, medido em moeda brasileira, sem qualquer correção em razão da inflação. O custo de aquisição de ações, registradas como um investimento no Banco Central, é calculado com base no valor de seu custo efetivo, conforme evidenciado por documentação válida ou, na sua ausência, com base no valor da moeda estrangeira registrado no Banco Central. Veja “Controles de Câmbio”.

Com exceção ao tratado internacional assinado com o Japão para se evitar dupla tributação, os demais tratados internacionais sobre o assunto assinados pelo Brasil não concedem isenção sobre ganhos realizados sobre vendas ou trocas de ações preferenciais. Os ganhos realizados por um detentor não brasileiro, mediante o resgate de ações preferenciais, seriam tratados como ganhos oriundos da alienação dessas ações preferenciais a um residente no Brasil que ocorresse fora de uma bolsa de valores e, conseqüentemente, estariam sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15%.

Qualquer exercício de direitos de preferência relativos às ações preferenciais ou ADSs não ficará sujeito à tributação no Brasil. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relativos às ações preferenciais serão tratados diferentemente para fins de imposto no Brasil dependendo de:

- (i) se a venda ou cessão é feita por ou em nome do banco depositário ou o investidor; e
- (ii) se a operação ocorre em uma bolsa de valores brasileira. Os ganhos sobre vendas ou cessões feitas pelo ou em nome do banco depositário numa bolsa de valores brasileira não

são tributados no Brasil, mas os ganhos sobre outras vendas ou cessões podem se sujeitar a imposto de renda à alíquotas de até 15%.

O depósito de ações preferenciais em troca de ADSs pode ficar sujeito a imposto no Brasil se o valor anteriormente registrado no Banco Central como um investimento estrangeiro em ações preferenciais for inferior ao produto da multiplicação do número total de ações depositadas na data do depósito:

- (i) pelo preço médio por ação preferencial numa bolsa de valores brasileira na qual o maior número dessas ações foi vendido na data do depósito; ou
- (ii) se ações preferenciais não foram vendidas nesse dia, pelo preço médio na bolsa de valores brasileira na qual o maior número de ações preferenciais foi vendido durante as 15 sessões de negociação anteriores.

Neste caso, a diferença entre o valor anteriormente registrado e o preço médio das ações preferenciais, calculado conforme acima descrito, é considerada um ganho de capital, estando sujeito a imposto de renda a uma alíquota de 15% (a menos que as ações preferenciais fossem detidas de acordo com a Resolução n.º 2.689, caso em que a troca seria isenta de imposto).

Mediante o recebimento das ações preferenciais subjacentes, um detentor não brasileiro com direito a benefícios, nos termos da Resolução n.º 2.689, terá direito a registrar o valor em dólares norte-americanos dessas ações no Banco Central, conforme acima descrito segundo “Controles de Câmbio”. Se o detentor não brasileiro não se qualificar segundo a Resolução n.º 2.689, ele ficará sujeito ao tratamento fiscal menos favorável acima descrito com relação a trocas de ações preferenciais.

A retirada de ações preferenciais em troca de ADSs não está sujeita a imposto no Brasil.

### ***Outros Tributos Brasileiros***

Não existem impostos brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à detenção, transferência ou alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro, com a exceção de impostos sobre doações e heranças cobrados por alguns estados no Brasil sobre doações feitas ou heranças transmitidas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou no respectivo estado a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesse estado no Brasil. Não existem impostos ou encargos brasileiros de selo, emissão, registro ou semelhantes devidos por detentores de ações preferenciais ou ADSs.

O imposto IOF pode também ser cobrado sobre uma variedade de operações, inclusive a conversão da moeda brasileira em moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagar dividendos e juros). A alíquota do IOF sobre essas operações de câmbio atualmente é 0%, mas o Ministro da Fazenda tem autoridade legal para aumentar a alíquota até 25% no máximo. Qualquer aumento nesse sentido seria aplicável somente a partir de então.

O IOF também pode ser cobrado sobre operações que envolvem valores mobiliários, mesmo se as operações forem realizadas em bolsas de valores, futuros ou *commodities* brasileiras. A alíquota do IOF com relação a ações preferenciais e ADSs atualmente é 0%. O Ministro da Fazenda, porém, tem autoridade legal para aumentar a alíquota até um máximo de 1,5% do valor da operação tributada por cada dia do período de detenção do investidor, mas somente na medida do ganho realizado sobre a operação e somente numa base “*a posteriori*”.



Além do IOF, a CPMF, uma contribuição temporária, será cobrada sobre nossas distribuições efetuadas com relação às ADSs no momento em que as distribuições forem convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para o exterior pelo custodiante. A CPMF é atualmente devida à uma alíquota de 0,38% e permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2007. Entretanto, o Congresso Nacional discute aprovação de Emenda à Constituição Brasileira visando tornar esta contribuição temporária em permanente. Para mais informações veja “Tributação – CPMF”.

### ***Capital Registrado***

Os valores investidos em valores mobiliários por um detentor não brasileiro que: (i) qualifique-se para benefícios, nos termos da Resolução n.º 2.689 e registre-se junto à CVM, ou (ii) detenha ADSs e seja representado pelo registro do banco depositário, são elegíveis para registro no Banco Central. No caso das ADSs, como o acionista que consta dos livros de registros de acionistas é o banco depositário, o banco depositário é o responsável pela obtenção do registro. O registro permite a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira, convertida à taxa cambial de mercado, adquirida com o produto de distribuições ou alienações das ações preferenciais.

### ***Considerações sobre o Imposto de Renda Federal dos EUA***

As declarações sobre as leis tributárias dos EUA abaixo descritas se baseiam nas leis dos EUA em vigor na data deste relatório anual, e alterações a essas leis, posteriores à data deste relatório anual, podem afetar as conseqüências fiscais descritas na mesma. Este resumo descreve as principais conseqüências fiscais da detenção e alienação de ações preferenciais ou ADSs, mas ele não pretende ser uma descrição abrangente de todas as conseqüências fiscais que podem ser relevantes para uma decisão de deter ou alienar ações preferenciais ou ADSs. Este resumo se aplica somente a compradores de ações preferenciais ou ADSs que deterão as ações preferenciais ou as ADSs como ativos de capital e não se aplica a classes especiais de detentores, tais como: distribuidoras de valores mobiliários ou moedas, detentores cuja moeda funcional não é o dólar norte-americano, detentores de 10% ou mais de nossas ações (levando em consideração ações detidas diretamente ou através de acordos com depositários), organizações isentas de impostos, instituições financeiras, detentores obrigados ao imposto mínimo alternativo, negociadores de valores mobiliários que escolheram contabilizar seu investimento em ações preferenciais ou ADSs numa base de ajuste a preços de mercado, e pessoas detentoras de ações preferenciais ou ADSs numa operação de proteção ou como parte de uma operação de “*straddle*” ou de conversão. Conseqüentemente, cada detentor deve consultar seu próprio consultor fiscal com relação às conseqüências fiscais globais para ele, inclusive as conseqüências segundo leis que não as leis de imposto de renda federal dos EUA, de um investimento em ações preferenciais ou ADSs.

Nesta análise, referências a um “detentor americano” são referências a um detentor de uma ação preferencial ou uma ADS (i) que é um cidadão ou residente dos Estados Unidos da América; (ii) que é uma sociedade constituída segundo as leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer estado dos mesmos; ou (iii) que de outra forma está sujeito ao imposto de renda federal dos EUA numa base líquida com relação às ações preferenciais de ADSs.

As ações preferenciais serão tratadas como capital social para fins do imposto de renda federal dos EUA. Para fins do “U.S. Internal Revenue Code” (Código da Receita Federal dos EUA) de 1986, conforme alterado, que chamamos de “Código”, os detentores de ADSs serão geralmente tratados como detentores das ações preferenciais representadas por tais ADSs.

### *Tributação de Distribuições*

Um detentor americano reconhecerá a receita de dividendos normais, para fins de imposto de renda federal dos EUA num valor igual a qualquer valor em dinheiro e o valor de quaisquer bens por nós distribuídos como um dividendo, na medida em que essa distribuição for paga como rendimentos e lucros do exercício ou acumulados, conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos EUA, quando essa distribuição for recebida pelo custodiante (ou pelo detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido sobre o valor distribuído, e o valor de uma distribuição paga em reais será medido por referência à taxa de câmbio para a conversão de reais em dólares norte-americanos, em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo custodiante (ou por um detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). Se o custodiante (ou o detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais) não converter esses reais em dólares norte-americanos na data em que ele os receber, é possível que o detentor americano reconheça a perda ou ganho cambial, que seria uma perda ou ganho normal, quando os reais forem convertidos em dólares norte-americanos. Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para a dedução permitida às sociedades anônimas, segundo o Código.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e protegidas por hedge, o valor em dólar norte-americano dos dividendos recebidos por uma pessoa antes de 1º de janeiro de 2009, com relação às ADSs, estará sujeito à tributação até uma alíquota máxima de 15% se os dividendos forem dividendos “qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ADSs serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos e (ii) nós não formos, nem no ano anterior ao que os dividendos foram pagos nem no ano em que os dividendos são pagos, uma companhia de investimento financeiro passivo, (“CIFP”), uma companhia de investimento pessoal estrangeiro (“CIPE”) ou uma companhia de investimento estrangeiro (“CIE”).

As ADSs são listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e se qualificam como prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos assim que elas são listadas. Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nos dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, acreditamos que não fomos tratados como uma CIFP, CIPE ou CIE para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos, com relação ao nosso exercício tributável de 2003. Além disso, com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nossas expectativas atuais sobre o valor e a natureza de nossos ativos, as fontes e a natureza de nosso lucro e dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, não prevemos nos tornarmos uma CIFP, CIPE ou CIE para o exercício tributável de 2004. Com base nas diretrizes existentes, não está claro se os dividendos recebidos com relação às ações preferenciais serão tratados como dividendos qualificados, por que as próprias ações preferenciais não estão listadas em uma bolsa norte-americana. Além disso, o Tesouro Norte-americano anunciou sua intenção de promulgar regras de acordo com as quais os detentores de ADSs ou ações preferenciais e intermediários, através dos quais tais títulos são mantidos, serão autorizados a confiar em certificações dos emissores para tratar os dividendos como qualificados para fins de relatório. Em virtude de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se poderemos cumpri-los. Os detentores de ADSs e ações preferenciais devem consultar seus próprios consultores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de imposto sobre dividendos em vista das considerações discutidas acima e de suas próprias circunstâncias particulares.

Distribuições efetuadas com rendimentos e lucros relativamente às ações preferenciais ou ADSs serão em geral tratadas como receita de dividendos de fontes fora dos Estados Unidos e serão, em geral, tratadas separadamente junto com outros itens de receita “passiva” (ou, no caso de alguns detentores

americanos, “serviços financeiros”) para fins de determinar o crédito de impostos de renda estrangeiros permitido, segundo o Código. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda brasileiro retido referente a qualquer distribuição relativa às ações preferenciais ou ADSs poderá ser reivindicado como um crédito contra a obrigação de imposto de renda federal dos EUA de um detentor americano, se esse detentor americano escolher para esse exercício creditar todos os impostos de renda estrangeiros. Alternativamente, essa retenção na fonte de imposto de renda brasileiro poderá ser utilizada como uma dedução contra a receita tributável. Créditos de impostos estrangeiros não são permitidos com relação a retenções na fonte de impostos incidentes relativamente a algumas posições de curto prazo ou protegidas por hedge em valores mobiliários e podem não ser permitidos com relação às situações em que o lucro econômico esperado de um detentor não é relevante. Os detentores americanos devem consultar seus próprios consultores tributários a respeito das implicações dessas normas face às suas circunstâncias específicas.

As distribuições de ações adicionais a detentores relativamente às suas ações preferenciais ou ADSs, que forem feitas como parte de uma distribuição proporcional para todos os nossos acionistas, em geral não ficarão sujeitas ao imposto de renda federal dos EUA.

Os detentores de ações preferenciais ou ADSs que forem pessoas jurídicas estrangeiras ou pessoas físicas estrangeiras não residentes, que denominamos “detentores não americanos”, em geral, não ficarão sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA ou a retenções de imposto sobre distribuições com relação a ações preferenciais ou ADSs que forem tratadas como receita de dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA, a menos que tais dividendos sejam efetivamente ligados com a condução pelo detentor de um negócio ou comércio nos Estados Unidos.

### ***Tributação de Ganhos de Capital***

Sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou uma ADS, um detentor americano em geral reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos EUA. O valor do ganho ou perda será igual à diferença entre o valor realizado em contraprestação pela alienação das ações preferenciais ou das ADSs e a base de cálculo do detentor americano será a ação preferencial ou a ADS. Esse ganho ou perda ficará em geral sujeito ao imposto de renda federal dos EUA, como ganho ou perda de capital e será ganho ou perda de capital de longo prazo se mantido por mais de um ano. Perdas de capital podem ser deduzidas da receita tributável, respeitadas determinadas limitações. O ganho realizado por um detentor americano sobre uma venda ou alienação de ações preferenciais ou ADSs será em geral tratado como uma receita de fonte dos EUA. Consequentemente, se o imposto brasileiro incidir sobre esse ganho, o detentor americano não poderá utilizar o crédito de imposto estrangeiro correspondente, a menos que o detentor tenha outra fonte de renda no exterior, do tipo adequado relativamente ao qual o crédito pode ser utilizado.

Um detentor não americano não ficará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA ou a uma retenção na fonte de imposto sobre o ganho realizado sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou ADS, a menos que: (i) esse ganho seja efetivamente relacionado com a condução pelo detentor de um comércio ou negócio nos Estados Unidos; ou (ii) esse detentor seja uma pessoa física que permaneça nos Estados Unidos da América por 183 dias ou mais no exercício fiscal da venda e algumas outras condições sejam cumpridas.

## **Retenção por Segurança e Relatórios Informativos**

Os dividendos pagos sobre, e os resultados da venda, ou outra alienação das ADSs ou ações preferenciais para um detentor americano, normalmente poderão estar sujeitos às exigências de declaração de informações do Código e podem estar sujeitos à retenção de segurança a menos que o detentor americano (i) seja uma empresa ou outro recebedor isento ou (ii) forneça um número de identificação de contribuinte e certifique que não ocorreu perda de isenção de retenção de segurança. O valor de qualquer retenção de segurança cobrado de um pagamento a um detentor americano será tratado como um crédito contra as obrigações fiscais de imposto de renda federal dos EUA do detentor americano e poderá conferir ao detentor americano um reembolso, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas aos Serviços da Receita Federal dos Estados Unidos.

Um detentor não americano normalmente estará isento dessas exigências de declaração de informações e retenção de segurança de imposto, mas poderá ter que cumprir com certos procedimentos de certificação e identificação de modo a estabelecer a elegibilidade para tais isenções.

## **Documentos Apresentados**

Nós arquivamos relatórios, incluindo relatórios anuais em Formulário 20-F, e outras informações na SEC conforme as regras e a regulamentação da SEC que se aplicam aos emissores estrangeiros privados. V.Sa(s). pode ler e copiar quaisquer materiais arquivados na SEC em sua “Public Reference Room” no 450 Fifth Street, N.W, Washington D.C. 20459. V.Sa(s). pode obter informações sobre o funcionamento de sua “Public Reference Room” ligando para a SEC no 1-800-SEC-0330. Desde 4 de novembro de 2002, somos obrigados a fazer arquivamentos na SEC por meio eletrônico. Todos os arquivamentos que fazemos eletronicamente estarão disponíveis ao público pela Internet no website da SEC em: <http://www.sec.gov>.

## **Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado**

### **Risco e Gestão de Riscos**

No curso de nossas operações normais, estamos expostos a uma variedade de riscos que são inerentes às atividades bancárias e de seguros. A medida na qual podemos adequada e eficientemente identificar e gerir esses riscos é essencial para nossa rentabilidade. Os mais significativos desses riscos são:

- o risco de mercado;
- o risco de liquidez;
- o risco de crédito; e
- o risco operacional.

A gestão desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo possível sem perda de eficiência. Para uma análise de nossas políticas de gestão de riscos, veja “Item 4. Informações Sobre a Companhia - A Companhia - Gestão de Risco” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras -

Administração de Ativos e Obrigações”. Para um resumo dos regulamentos brasileiros sobre gestão de riscos de mercado no setor bancário, veja “Item 4. Informações Sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão”.

### ***Risco de Mercado***

O risco de mercado é o risco de que alterações em fatores, como taxas de juros ou taxas de câmbio, tenham um impacto desfavorável sobre os valores de nossos ativos, obrigações ou posições. Estamos expostos ao risco de mercado, tanto em nossas atividades de negociação quanto nas de posições. Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco de taxas de juros e o risco de câmbio.

Utilizamos a metodologia da análise de sensibilidade descrita a seguir para avaliar nosso risco de mercado. Nossas análises de sensibilidade avaliam o prejuízo em potencial em lucros futuros resultantes de alterações hipotéticas em taxas de juros e taxas de câmbio.

### ***Risco de Taxas de Juros***

O risco de taxas de juros surge em decorrência de diferenças de momentos na repactuação de ativos e obrigações, de alterações inesperadas na inclinação e forma de curvas de rendimento e de alterações na correlação de taxas de juros entre diferentes instrumentos financeiros. Estamos expostos ao risco de movimentos em taxas de juros, quando existe um desequilíbrio entre taxas de juros fixas e taxas de juros de mercado. Para uma análise de nossa gestão sobre sensibilidade a taxas de juros, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade a Taxas de Juros”.

### ***Risco de Câmbio***

O risco de câmbio surge em decorrência de termos ativos, obrigações e itens não incluídos no balanço patrimonial, que são expressos em ou indexados a outras moedas que não o real, quer em decorrência de negociação ou no curso normal das atividades bancárias. Controlamos a exposição a movimentos de taxas de câmbio assegurando-nos de que os desequilíbrios sejam administrados e monitorados, e nossa política é evitar desequilíbrios substanciais em taxas de câmbio. Virtualmente, todas as nossas transações (por valor) que sejam expressas em ou indexadas a uma moeda estrangeira são expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano. Nossos ativos e passivos expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, são geralmente indexados ao dólar norte-americano, através de swaps de moeda limitando efetivamente nossa exposição de câmbio ao dólar norte-americano. Para uma análise de nossa gestão sobre a sensibilidade a taxas de câmbio, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade a Taxas de Câmbio”.

### **Riscos de Mercado de Atividades de Negociação**

Celebramos transações com derivativos para administrar nossa exposição ao risco de taxas de juros e risco de câmbio. Como resultado, nossa exposição a potenciais prejuízos, descritos abaixo, é geralmente reduzida por essas transações. Esses instrumentos financeiros derivativos não se qualificam como “hedge”, segundo o U.S. GAAP. Consequentemente, nós classificamos instrumentos financeiros derivativos como títulos e valores mobiliários de negociação.

## Análise de Sensibilidade

Utilizamos os seguintes critérios e metodologia para fazer nossa análise de sensibilidade:

- Assumimos que o valor contábil para os ativos e passivos, expressos ou indexados a moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2004, é equivalente ao valor de mercado desses ativos e passivos naquela data.
- O valor dos ativos e dos passivos remunerados a taxa de juros flutuantes não é significativamente afetado por mudanças nas taxas de juros. Portanto, somente foram incluídos os ativos e passivos a taxas de juros fixas na análise de sensibilidade.
- Ao dividir os ativos e passivos por vencimento, assumiu-se que em média os ativos e passivos vençam no ponto médio de cada período indicado.
- A projeção do cenário negativo baseou-se no estudo econométrico realizado pelo Departamento de Pesquisas Econômicas das relações históricas entre as variáveis dólar, pré e cupom cambial. Dado o intervalo de confiança existente, não foi possível estabelecer um ponto único de previsão, sendo necessária a combinação do comportamento histórico com o cenário macroeconômico atual. As hipóteses adotadas para a elaboração do cenário foram: choque externo que eleve o risco Brasil para 600-750 pontos base, estabilidade dos preços das *commodities* e *Fed Funds* em 3,75% a.a., em dezembro de 2005.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos das operações a taxas pré-fixadas expressas em ou indexadas ao real em 31 de dezembro de 2004:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>(Em milhões de reais)</b>							
<b>Ativos que rendem juros:</b>							
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	R\$184	R\$297	R\$555	R\$756	R\$3	R\$1.795
Aplicações em operações compromissadas.....	R\$14.628	-	-	3.175	294	-	18.097
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	-	-	18	4.016	-	-	4.034
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo .....	151	-	972	178	20	-	1.321
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	1	-	2	467	93	-	563
Operações de crédito, líquidas .....	8.453	9.506	5.428	5.416	6.761	826	36.390
<b>Total de ativos .....</b>	<b>23.233</b>	<b>9.690</b>	<b>6.717</b>	<b>13.807</b>	<b>7.924</b>	<b>829</b>	<b>62.200</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>							
Depósitos a prazo.....	419	299	129	79	19	2	947
Captações no mercado.....	13.377	85	41	94	1.594	417	15.608
	<b>13.796</b>	<b>384</b>	<b>170</b>	<b>173</b>	<b>1.613</b>	<b>419</b>	<b>16.555</b>
Gap Ativo/Passivo.....	9.437	9.306	6.547	13.634	6.311	410	R\$45.645
Gap Ativo/Passivo cumulativo .....	R\$9.437	R\$18.743	R\$25.290	R\$38.924	R\$45.235	R\$45.645	

A tabela a seguir apresenta os vencimentos das operações expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2004:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Ativos que rendem juros:</b>							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	R\$4.747	R\$2	R\$1	R\$1	-	-	R\$4.751
Aplicações em operações compromissadas .....	-	-	-	-	R\$232	R\$779	1.011
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	172	-	-	39	-	-	211
Títulos e valores mobiliários de negociação .....	192	34	163	119	222	390	1.120
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	3	-	-	9	425	4.006	4.443
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	40	19	-	-	-	1.029	1.088
Operações de crédito.....	2.022	2.292	2.255	1.433	2.070	1.135	11.207
Outros ativos .....	-	-	-	-	-	651	651
<b>Total de ativos .....</b>	<b>7.176</b>	<b>2.347</b>	<b>2.419</b>	<b>1.601</b>	<b>2.949</b>	<b>7.990</b>	<b>24.482</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>							
Depósitos a prazo.....	899	561	179	166	319	90	2.214
Captações no mercado aberto.....	681	243	-	-	-	-	924
Obrigações com empréstimos de curto prazo.....	1.470	1.743	3.027	1.344	660	28	8.272
Obrigações com empréstimos de longo prazo.....	411	55	75	242	1.605	4.449	6.837
<b>Total dos passivos .....</b>	<b>3.461</b>	<b>2.602</b>	<b>3.281</b>	<b>1.752</b>	<b>2.584</b>	<b>4.567</b>	<b>18.247</b>
Gap Ativo/Passivo.....	3.715	(255)	(862)	(151)	365	3.423	R\$6.235
Gap Ativo/Passivo cumulativo.....	R\$3.715	R\$3.460	R\$2.598	R\$2.447	R\$2.812	R\$6.235	

### Sensibilidade a Taxas de Juros

Os riscos de taxa aos quais a Companhia está sujeita podem ser divididos em duas categorias:

- (a) ativos e passivos denominados em reais que acumulam juros a taxas fixas; e
- (b) ativos e passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras sobre os quais o risco de taxa de juros pode ser expresso pelo chamado cupom cambial, que é o diferencial dos juros pré-fixados e a variação cambial.

Pelo fato das taxas de juros sobre a grande maioria dos ativos e passivos denominados em reais com taxa flutuante serem a do CDI/Selic, que é igual à taxa de desconto usada para calcular o valor presente das futuras flutuações de taxas, o resultado líquido é que tais flutuações de taxas não resultarão em nenhuma mudança no valor justo de tais ativos e passivos na data do balanço.

### Transações de Taxa Fixa Denominadas em Reais

A perda em potencial nos valores dos ativos e das obrigações financeiras de taxa fixa, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, denominadas em reais em 31 de dezembro de 2004, que teria resultado em flutuações desfavoráveis hipotéticas de até 2,02% da taxa de juros anualizada, para todos os ativos e passivos sujeitos a taxas de juros pré-fixadas, independente do prazo até o vencimento ou período de tempo durante o qual esta alteração desfavorável iria persistir, não excedeu R\$269,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha um excesso de R\$36,1 bilhões em ativos denominados em reais com taxa fixa sobre suas obrigações denominadas em reais com taxa fixa. Portanto, um aumento na taxa de juros teria sido desfavorável para a Companhia, enquanto uma queda na taxa de juros teria sido favorável para a Companhia.

### **Transações Indexadas e Denominadas em Moeda Estrangeira**

Uma flutuação desfavorável hipotética de até 1,82% na taxa de juros anualizada sobre os nossos ativos e passivos expressos ou indexados a moedas estrangeiras, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, iria resultar em perdas potenciais de até R\$55,8 milhões no valor de nossos ativos e passivos financeiros, expressos ou indexados ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2004, independentemente de por quanto tempo a mudança desfavorável permaneça. Convém ressaltar que a flutuação da taxa de juros denominada em moeda estrangeira foi estimada pelo Departamento de Pesquisas Econômicas do Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2004, havia um excesso de R\$442 milhões em obrigações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira sobre os ativos denominados ou indexados a moeda estrangeira. Embora as obrigações superem os ativos, um aumento na taxa do cupom cambial ocasionaria perdas, pois os passivos estão mais concentrados no curto prazo, enquanto os ativos apresentam um prazo médio mais elevado, o que implica em uma maior sensibilidade à elevação do cupom cambial, e conseqüentemente em maiores perdas.

### **Sensibilidade a Taxas de Câmbio**

Uma desvalorização de até 13% do Real frente ao Dólar norte-americano, resultaria em perdas potenciais de até R\$57,5 milhões no valor justo dos ativos e passivos, expressos ou indexados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos um excesso de R\$442 milhões em obrigações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira sobre os ativos denominados ou indexados à moeda estrangeira, portanto uma desvalorização do real contra moedas estrangeiras geraria perdas cambiais. A taxa de câmbio estimada pelo Departamento de Pesquisas Econômicas do Banco Bradesco para o cenário negativo foi de R\$/US\$ 3,00.

### **Valor em Risco (“VaR”)**

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2000, passamos a avaliar as posições de nossa tesouraria com base na metodologia do “VaR”. O “VaR” é, em geral, definido como o prejuízo em potencial de um dia no valor de realização de nossa carteira, oriundo dos movimentos de mercado desfavoráveis em taxas de juros e de câmbio, e se baseia em análise de probabilidades. As posições de nossa tesouraria são determinadas por nossa Administração Sênior, e o nosso cumprimento dessas posições é monitorado diariamente por uma área independente de gestão de nossa carteira. A Administração Sênior recebe relatórios diários sobre riscos de mercado atuais, que são avaliados segundo a metodologia do “VaR”, considerando um nível de confiabilidade de 97,5%. Utilizamos procedimentos, tais como: testes de segurança diariamente para nos assegurarmos da precisão e consistência do modelo. Nossa análise cobre todos os nossos ativos e obrigações financeiras detidas em tesouraria, inclusive nossos instrumentos financeiros de derivativos.



O quadro a seguir demonstra o valor em risco, conforme medido segundo a metodologia do “VaR”, das posições de nossa tesouraria em 2004:

**1º trimestre de 2004 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 31 de março</b>
Reais (taxa fixa e flutuante).....	5	2	8	3
Cupom cambial.....	27	15	39	15
Moeda estrangeira.....	1	0	4	0
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR” .....	29	17	42	17

**2º trimestre de 2004 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 30 de junho</b>
Reais (taxa fixa e flutuante).....	7	2	11	7
Cupom cambial.....	42	15	68	52
Moeda estrangeira.....	1	0	3	0
Renda variável.....	0	0	1	0
Total do “VaR” .....	47	17	75	57

**3º trimestre de 2004 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 30 de setembro</b>
Reais (taxa fixa e flutuante).....	3	2	7	2
Cupom cambial.....	30	15	52	15
Moeda estrangeira.....	1	0	3	1
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR” .....	32	16	57	16

**4º trimestre de 2004 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 31 de dezembro</b>
Reais (taxa fixa e flutuante).....	2	1	3	2
Cupom cambial.....	15	10	24	20
Moeda estrangeira.....	0	0	1	0
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR” .....	15	11	25	21



O quadro a seguir demonstra a concentração do “VaR”, em termos de frequência, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, calculado sobre as posições de tesouraria até 31 de dezembro de 2004:

<b>“VaR” - Valor em Risco</b>					
<b>R\$ milhões</b>	<b>1º trimestre</b>	<b>2º trimestre</b>	<b>3º trimestre</b>	<b>4º trimestre</b>	<b>% de eventos</b>
Até R\$10.....	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mais de R\$10 até R\$20.....	9,52%	6,35%	6,06%	93,75%	28,46%
Mais de R\$20 até R\$30.....	39,68%	25,40%	33,33%	6,25%	26,48%
Mais de R\$30 até R\$40.....	41,27%	9,52%	48,48%	0,00%	25,30%
Mais de R\$40 .....	9,52%	58,73%	12,12%	0,00%	19,76%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

## **Item 12. Descrição de Outros Valores Mobiliários, que não Valores Mobiliários Acionários**

Não aplicável

## **PARTE II**

## **Item 13. Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atrasos nos Pagamentos.**

Não Aplicável.

## **Item 14. Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Valores Mobiliários e Uso dos Resultados.**

Não Aplicável.

## **Item 15. Controles e Procedimentos**

Realizamos uma avaliação sob a supervisão e com a participação de nossa Administração, incluindo nosso Diretor Presidente e nosso Diretor Financeiro, da eficiência do plano e do funcionamento dos nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2004. Existem limitações inerentes à eficiência de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, incluindo a possibilidade de erro humano e a fraude ou invalidação dos controles e procedimentos. Consequentemente, mesmo os controles e procedimentos eficientes podem apenas fornecer segurança razoável quanto à execução dos seus objetivos de controle. Com base na nossa avaliação, nosso Diretor Presidente e Diretor Financeiro concluíram que, os controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2004 eram eficientes para garantir segurança razoável de que as informações exigidas para serem divulgadas nos relatórios, que arquivamos e submetemos conforme a Lei de Valores Mobiliários de 1934, alterada, sejam registradas, processadas, resumidas e relatadas como e quando requeridas.

Não houve mudanças significativas em nossos controles internos sobre relatórios financeiros durante 2004, que tenham afetado significativamente, ou devam afetar materialmente nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

## Item 16. [Reservado]

### Item 16A. Perito Financeiro do Comitê de Auditoria

Nosso Conselho de Administração analisou as qualificações e experiências dos membros do comitê de auditoria e determinou que Hélio Machado dos Reis é um “perito financeiro do comitê de auditoria” conforme o significado do Item 16A. Para maiores informações com relação ao nosso comitê de auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho - Comitês Diretivos - Comitê de Auditoria.”

### Item 16B. Código de Ética

Nós adotamos códigos de ética, como definido no item 16B. do Formulário 20-F, de acordo com a Lei de Valores de 1934, emendada. Nossos códigos de ética aplicam-se ao nosso Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como nossos conselheiros, outros executivos e funcionários. Nossos códigos de ética estão disponíveis no website por meio do endereço <http://www.bradesco.com.br/ri/>. Se alterarmos as determinações de nossos códigos de ética ou se concedermos quaisquer isenções a tais determinações, divulgaremos tal alteração ou abdicarão em nosso website no mesmo endereço.

### Item 16C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

#### Honorários de Auditoria e Não Auditoria

Nós utilizamos uma empresa de auditoria independente para fins de U.S. GAAP e uma outra empresa para fins das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A tabela abaixo demonstra os honorários que nos foram cobrados no total, pelos nossos auditores independentes para fins de U.S. GAAP, e pelos nossos auditores independentes para fins das Práticas Contábeis adotadas no Brasil, durante os exercícios fiscais de 2003 e 2004:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2003	2004
	(Em R\$ mil)	
Cobranças de auditoria .....	R\$12.618	R\$14.470
Cobranças relacionadas à auditoria .....	5.349	5.454
Cobranças de impostos.....	505	514
Outras cobranças .....	45	148
<b>Total das cobranças.....</b>	<b>R\$18.517</b>	<b>R\$20.586</b>

As cobranças de auditoria na tabela acima referem-se ao total dos honorários cobrados pelas empresas de auditoria independentes em relação aos exames de auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o U.S. GAAP e por nossos auditores independentes em relação à auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, assim como relatórios regulamentares e estatutários submetidos ao Banco Central, CVM, SEC e SUSEP, incluindo a revisão de nossas demonstrações financeiras intermediárias trimestralmente.

As cobranças relacionadas à auditoria na tabela acima são os honorários totais cobradas pelos auditores independentes para relatórios de certificação e controle internacional e nacional, relatórios de procedimentos acordados, revisões de procedimentos e de controles internos solicitados pela nossa Administração, e pela emissão de cartas de conforto para a venda de títulos no exterior.

As cobranças de impostos na tabela acima são os honorários cobradas pelos auditores independentes para serviços de cumprimento tributário, de planejamento e consultoria.

As outras cobranças na tabela acima são os honorários cobradas pelos auditores independentes relativas, principalmente, a revisões de controles internos.

### **Políticas e Procedimentos de Pré Aprovação do Comitê de Auditoria**

Nem o nosso Conselho de Administração, nem o nosso Comitê de Auditoria estabeleceu políticas e procedimentos de pré-aprovação para o envolvimento de nossos auditores independentes em serviços. Nosso Conselho de Administração aprova expressamente, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos a nossas subsidiárias ou a nós. Nosso Comitê de Auditoria fornecerá recomendações ao nosso Conselho de Administração com relação a tais envolvimento. Para maiores informações com relação ao nosso Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho”.

### **Item 16D. Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria**

De acordo com as regras da SEC e da NYSE quanto ao comitê de auditoria de companhias listadas, em vigor a partir de 31 de julho de 2005, devemos cumprir com a Regra 10A – 3 do *Exchange Act*, que exige que nós estabeleçamos um comitê de auditoria composto de membros do Conselho de Administração, que cumpre com determinadas exigências, ou designemos e concedamos poder a um conselho fiscal ou órgão similar, que desempenhe o papel do comitê de auditoria, com base na isenção estabelecida na Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*. De acordo com a regulamentação do Banco Central, constituímos um Comitê de Auditoria que desempenha quase todas as funções do comitê de auditoria de uma empresa americana. Dos quatro membros do Comitê de Auditoria, apenas um membro é também membro do Conselho de Administração. Além disso, de acordo com as leis brasileiras, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas a nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria não pode ser comparável aos comitês de auditoria de empresas americanas, em termos de compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria, nós exercemos o direito de isenção estabelecida na Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*, com relação a isso.

Entretanto, na nossa avaliação, o nosso Comitê de Auditoria poderá funcionar de maneira independente no desempenho de suas responsabilidades de comitê de auditoria, de acordo com a Lei Sarbanes – Oxley e para satisfazer as outras exigências da Regra 10A – 3 do *Exchange Act*.

### **Item 16E. Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados**

Não aplicável

### **Item 17. Demonstrações Financeiras.**

Não Aplicável.

### **Item 18. Demonstrações Financeiras.**

Veja páginas F1 a F60, incorporadas ao presente por referência

## **Item 19. Anexos.**

Documentos apresentados como anexos neste Relatório Anual:

- 1.1 - Estatuto Social do Banco Bradesco S.A.
- 2.1 - Modelo do Contrato de Depósito Alterado e Reformulado, entre o Banco Bradesco S.A. e o Citibank N.A. na qualidade de depositário, bem como os detentores e arrendatários e proprietários beneficiários de ADRs. (\*)
- 3.1 - Acordo de acionistas datado de 9 de junho de 2003, entre a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, a Fundação Bradesco, o Banco Bilbao Viscaya Argentaria S.A. e o Banco Bradesco S.A. (como parte mediadora) (\*\*)
- 6.1 - Cálculo de lucro por ação e da média ponderada do número de ações em circulação (por ação).
- 7.1 - Cálculo de dividendos/juros sobre o capital por ação.
- 8.1 - Lista de subsidiárias.
- 12.1 - Certificação do Diretor Presidente conforme a Lei Sarbanes – Oxley de 2002.
- 12.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a Lei Sarbanes – Oxley de 2002.
- 13.1 - Certificação do Diretor Presidente conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.
- 13.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.

(\*) Referência incorporada em nossa declaração de registro em Form. 20-F (arquivado n. 333-13950), originalmente arquivada com a Comissão em 28 de setembro de 2001.

(\*\*) Referência incorporada em nosso Relatório Anual em Form 20-F (arquivado n. 1-15250) originalmente arquivado com a Comissão em 30 de junho de 2004.

## ASSINATURAS

Conforme as exigências da Seção 12 da Lei de Valores Mobiliários de 1934, a Companhia registrada certifica que satisfaz todas as exigências para arquivamento do Form. 20-F e providenciou que este Relatório Anual fosse devidamente assinado em seu nome pelo abaixo assinado, autorizado devidamente por meio dessa.

Banco Bradesco S.A.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Diretor-Presidente

Data: 30 de junho de 2005.

# **Banco Bradesco S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas em  
31 de dezembro de 2003 e de 2004 e para cada um dos três  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e  
Parecer do Auditor Independente Registrado no PCAOB**



(Tradução livre do parecer original em inglês sobre as demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Parecer do Auditor Independente Registrado no PCAOB**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco Bradesco S.A.

Somos de parecer que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Banco Bradesco S.A. e empresas controladas (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa, para os três exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do "Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB" (Estados Unidos). Essas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras estão apresentadas adequadamente em todos os aspectos relevantes. Um exame compreende, com base em testes, a obtenção de evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, a avaliação de princípios e estimativas contábeis mais significativas adotados pela administração, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Consideramos que nossos exames fornecem uma base razoável para o nosso parecer.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil  
23 de junho de 2005

**Banco Bradesco S.A.**

**Balanço Patrimonial Consolidado**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Ativo:</b>		
Caixa e contas correntes em bancos .....	2.473	2.690
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5.170	7.976
Aplicações em operações compromissadas .....	26.175	19.435
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	16.690	20.209
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo.....	37.073	33.094
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo.....	6.194	10.103
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	3.265	4.200
Operações de crédito.....	54.795	63.176
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.846)	(4.063)
Operações de crédito, líquida .....	50.949	59.113
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos.....	295	708
Imobilizado de uso, líquido.....	3.106	2.946
Ágio.....	-	262
Ativos intangíveis, líquido .....	1.740	1.568
Outros ativos.....	13.200	14.775
<b>Total do ativo .....</b>	<b>166.330</b>	<b>177.079</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido:</b>		
Depósitos de clientes:		
À vista, sem incidência de juros.....	12.912	15.384
De poupança.....	22.140	24.783
A prazo.....	22.944	28.460
Depósitos interfinanceiros.....	31	20
<b>Total de depósitos .....</b>	<b>58.027</b>	<b>68.647</b>
Captações no mercado aberto.....	27.490	16.532
Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	7.795	8.272
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	20.093	19.653
Outras obrigações.....	39.260	48.343
<b>Total do passivo .....</b>	<b>152.665</b>	<b>161.447</b>
Obrigações e contingências (veja Nota 23)		
<b>Participação minoritária nas controladas .....</b>	<b>73</b>	<b>73</b>
<b>Patrimônio líquido:</b>		
Ações ordinárias – sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2003 – 239.682.018 e em 31 de dezembro de 2004 - 238.351.329) <sup>(1) e (2)</sup> .....	3.525	3.525
Ações preferenciais - sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2003 – 236.081.808 e em 31 de dezembro de 2004 - 236.081.796) <sup>(1) e (2)</sup> .....	3.475	3.475
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2003 – 172.440 ações ordinárias <sup>(1) e (2)</sup> .....	(7)	-
Reservas de capital.....	56	58
Reservas estatutárias .....	1.347	1.494
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos.....	681	693
Lucros acumulados não apropriados.....	4.515	6.314
<b>Total do patrimônio líquido.....</b>	<b>13.592</b>	<b>15.559</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>166.330</b>	<b>177.079</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada do Resultado**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

- (1) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 (constituindo 79.894.006 de ações ordinárias e 78.693.936 de ações preferenciais) ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram, ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.
- (2) Em 9 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração deliberou o desdobramento das ações representativas do Capital Social, de forma que os acionistas terão suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram, ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de 2 novas ações para cada ação possuída.

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada do Resultado**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Receitas financeiras:</b>			
Operações de crédito .....	17.025	12.176	12.812
Aplicações em operações compromissadas .....	2.947	3.861	2.738
Títulos e valores mobiliários:			
De negociação .....	3.595	5.932	5.330
Disponíveis para venda.....	487	397	408
Mantidos até o vencimento .....	1.954	482	659
Depósitos interfinanceiros.....	296	347	161
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	2.058	1.459	1.542
Outras .....	32	62	73
<b>Total das receitas financeiras .....</b>	<b>28.394</b>	<b>24.716</b>	<b>23.723</b>
<b>Despesas financeiras:</b>			
Depósitos:			
De clientes:			
De poupança .....	(1.585)	(2.038)	(1.654)
A prazo.....	(3.188)	(4.235)	(3.327)
Interfinanceiros.....	(36)	(111)	(14)
Operações de captação no mercado aberto .....	(2.051)	(2.855)	(2.390)
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	(3.975)	387	83
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	(4.092)	(865)	(1.617)
<b>Total das despesas financeiras .....</b>	<b>(14.927)</b>	<b>(9.717)</b>	<b>(8.919)</b>
<b>Receitas financeiras, líquidas .....</b>	<b>13.467</b>	<b>14.999</b>	<b>14.804</b>
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito ...	(2.543)	(2.034)	(1.429)
<b>Receitas financeiras, líquidas após provisão para perdas com operações de crédito.....</b>	<b>10.924</b>	<b>12.965</b>	<b>13.375</b>

Banco Bradesco S.A.

## Demonstração Consolidada do Resultado

Expresso em milhões de reais

(continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
<b>Receitas não financeiras:</b>			
Receita de prestação de serviços.....	2.894	3.463	4.310
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação.....	(2.006)	45	1.236
Ganhos (perdas) realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda .....	(38)	738	433
Ganhos líquidos em transações de câmbio .....	148	198	269
Resultado líquido de participações em empresas não consolidadas .....	150	60	66
Prêmios de seguros.....	5.308	6.149	6.764
Planos de previdência.....	21	64	374
Outras receitas não financeiras.....	1.486	392	830
<b>Total das receitas não financeiras.....</b>	<b>7.963</b>	<b>11.109</b>	<b>14.282</b>
<b>Despesas não financeiras:</b>			
Salários e benefícios.....	(3.992)	(4.677)	(4.864)
Despesas administrativas.....	(3.421)	(3.909)	(4.057)
Amortização de ativos intangíveis.....	(230)	(266)	(278)
Sinistros de seguros.....	(3.614)	(4.333)	(4.822)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos em previdência.....	(2.261)	(3.777)	(4.326)
Despesas de planos de previdência.....	(370)	(637)	(751)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência .....	(669)	(762)	(907)
Depreciação e amortização .....	(459)	(744)	(789)
Outras despesas não financeiras.....	(1.583)	(2.313)	(2.923)
<b>Total das despesas não financeiras.....</b>	<b>(16.599)</b>	<b>(21.418)</b>	<b>(23.717)</b>
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....</b>	<b>2.288</b>	<b>2.656</b>	<b>3.940</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	(948)	(1.124)	(1.081)
Imposto de renda e contribuição social diferido .....	787	778	480
<b>Total do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....</b>	<b>(161)</b>	<b>(346)</b>	<b>(601)</b>
<b>Mudança de prática contábil .....</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro antes de participações minoritárias.....</b>	<b>2.154</b>	<b>2.310</b>	<b>3.339</b>
<b>Participações de acionistas minoritários .....</b>	<b>(12)</b>	<b>(8)</b>	<b>(12)</b>
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>2.142</b>	<b>2.302</b>	<b>3.327</b>
<b>Lucro líquido aplicado por tipo de ações <sup>(2) (3)</sup>:</b>			
Ações ordinárias.....	1.031	1.104	1.595
Ações preferenciais.....	1.111	1.198	1.732
Lucro líquido.....	2.142	2.302	3.327
<b>Lucro por ações (em reais) <sup>(1) (2) (3)</sup>:</b>			
Ações ordinárias.....	4,74	4,78	6,67
Ações preferenciais.....	5,22	5,26	7,33
<b>Média ponderada de ações em circulação <sup>(2) (3)</sup>:</b>			
Ações ordinárias.....	217.339.670	230.880.111	239.266.115
Ações preferenciais.....	212.948.868	227.580.486	236.081.798

(1) A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação (veja Nota 2 (u)).

(2) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 (constituindo 79.894.006 de ações ordinárias e 78.693.936 de ações preferenciais) ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações, "por ações", apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Expresso em milhões de reais

- (3) Em 9 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração deliberou o desdobramento das ações representativas do Capital Social, de forma que os acionistas terão suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de 2 novas ações para cada ação possuída.

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Atividades operacionais:</b>			
Lucro líquido.....	2.142	2.302	3.327
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente das (aplicadas em) atividades operacionais:			
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	2.543	2.034	1.429
Provisão para outros investimentos .....	4	21	13
Provisão de seguros, planos de previdência privada, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	2.261	3.777	4.326
Depreciação e amortização .....	459	744	789
Amortização de ativos intangíveis .....	201	266	278
Resultado líquido de participações em empresas não consolidadas .....	(150)	(60)	(66)
Perda com bens não de uso próprio, líquido.....	99	128	57
(Ganhos) perdas realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda.....	38	(738)	(433)
(Ganhos) perdas com alienação do imobilizado de uso, líquido .....	232	(32)	33
(Ganhos) perdas na venda de investimentos não consolidados .....	(81)	(261)	(1)
Imposto de renda diferido.....	(787)	(778)	(480)
Dividendos recebidos de investimentos não consolidados .....	81	85	20
Participações de acionistas minoritários .....	12	8	12
Varição em ativos e obrigações:			
(Aumento) redução líquido de juros a receber .....	(1.441)	24	(1.312)
Aumento líquido de juros a pagar.....	831	1.114	510
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários de negociação.....	(674)	(16.712)	3.749
(Aumento) redução em outros ativos .....	802	(1.913)	(3.183)
Aumento (redução) líquido na carteira de câmbio.....	1.525	(1.390)	5
Aumento em outras obrigações.....	3.697	3.386	4.423
<b>Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais.....</b>	<b>11.794</b>	<b>(7.995)</b>	<b>13.496</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
(Aumento) redução líquido em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	(7.192)	287	(2.023)
Aquisições de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	(3.941)	(3.968)	(7.567)
Venda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	5.036	4.647	3.290
Aquisições de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	(594)	(117)	(72)
Resgates pelo vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	1.965	141	313
Aumento líquido em operações de crédito.....	(4.989)	(229)	(9.287)
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes a caixa recebidos (pagos) .....	270	(1.220)	(195)
Aquisição de investimentos não consolidados.....	(56)	-	(9)
Aquisição de imobilizado de uso .....	(658)	(786)	(501)
Alienação de imobilizado de uso.....	355	359	17
Alienação de bens não de uso próprio.....	58	49	198
Alienação de investimentos não consolidados.....	212	493	21

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Expresso em milhões de reais

---

<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimento.....</b>	<b>(9.534)</b>	<b>(344)</b>	<b>(15.815)</b>
--	----------------	--------------	-----------------

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Expresso em milhões de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
<b>Atividades de financiamento:</b>			
Aumento (redução) líquido em depósitos .....	9.691	(3.556)	9.395
Aumento (redução) líquido em captações no mercado aberto.....	(7.089)	18.781	(11.328)
Aumento (redução) líquido em empréstimos de curto prazo.....	627	(2.742)	478
Aumento em empréstimos de longo prazo.....	10.343	13.282	7.313
Pagamento de empréstimos de longo prazo.....	(11.044)	(7.273)	(7.796)
Participações minoritária nas controladas .....	9	(56)	(27)
Aumento de capital .....	-	508	2
Aquisição de ações próprias.....	(119)	(7)	(49)
Juros pagos sobre capital próprio e dividendos .....	(848)	(1.120)	(1.273)
<b>Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de financiamento .....</b>	<b>1.570</b>	<b>17.817</b>	<b>(3.285)</b>
Caixa e equivalentes a caixa:			
No início do exercício .....	13.576	17.406	26.884
No encerramento do exercício.....	17.406	26.884	21.280
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes a caixa, líquido .....</b>	<b>3.830</b>	<b>9.478</b>	<b>(5.604)</b>
<b>Informações complementares sobre o fluxo de caixa:</b>			
Juros pagos.....	14.096	8.603	8.409
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	623	862	1.575
Operações de crédito transferidas para bens não de uso próprio.....	173	237	117
Dividendos declarados, ainda não pagos .....	648	874	926



**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido**  
Expresso em milhares de ações

	<u>Ordinárias</u> <sup>(1)(2)</sup>	<u>Preferenciais</u> <sup>(1)(2)</sup>	<u>Ações ordinárias em tesouraria</u> <sup>(1)(2)</sup>	<u>Ações preferenciais em tesouraria</u> <sup>(1)(2)</sup>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2001 .....</b>	<b>219.995.760</b>	<b>213.635.103</b>	<b>(816.060)</b>	<b>(651.000)</b>
Aquisição de ações próprias .....	-	-	(3.376.890)	(422.820)
Cancelamento de ações em tesouraria .....	(1.253.580)	(1.073.820)	1.253.580	1.073.820
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2002.....</b>	<b>218.742.180</b>	<b>212.561.283</b>	<b>(2.939.370)</b>	<b>-</b>
Cancelamento de ações em tesouraria .....	(2.939.370)	-	2.939.370	-
Ações subscritas e emitidas .....	10.095.822	9.944.175	-	-
Ações atribuídas aos minoritários do Banco Mercantil ....	3.138.729	3.091.584	-	-
Ações atribuídas aos minoritários do Banco Alvorada S.A. (antiga denominação do BBV Banco).....	10.644.657	10.484.766	-	-
Aquisição de ações próprias .....	-	-	(172.440)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2003 .....</b>	<b>239.682.018</b>	<b>236.081.808</b>	<b>(172.440)</b>	<b>-</b>
Aquisição de ações próprias .....	-	-	(1.158.249)	(12)
Cancelamento de ações em tesouraria .....	(1.330.689)	(12)	1.330.689	12
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004 .....</b>	<b>238.351.329</b>	<b>236.081.796</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (1) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 (constituindo 79.894.006 de ações ordinárias e 78.693.936 de ações preferenciais) ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.
- (2) Em 9 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração deliberou o desdobramento das ações representativas do Capital Social, de forma que os acionistas terão suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie. Dessa forma, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de 2 novas ações para cada possuída.

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Expresso em milhões de reais

---

**Banco Bradesco S.A.**

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Expresso em milhões de reais, exceto quanto às informações por ação

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações em tesouraria	Capital integralizado adicional	Reservas estatutárias	Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(1)</sup>	Lucros acumulados não apropriados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2001.....</b>	<b>2.638</b>	<b>2.562</b>	<b>(53)</b>	<b>8</b>	<b>1.125</b>	<b>248</b>	<b>3.261</b>	<b>9.789</b>
Lucro líquido.....	-	-	-	-	-	-	2.142	2.142
Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)
Lucro abrangente.....	-	-	-	-	-	-	-	<b>2.129</b>
Juros sobre capital próprio e dividendos...	-	-	-	-	-	-	(947)	(947)
Aquisição de ações próprias.....	-	-	(119)	-	-	-	-	(119)
Ações em tesouraria canceladas.....	-	-	86	-	-	-	(86)	-
Transferências.....	-	-	-	-	107	-	(107)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2002.....</b>	<b>2.638</b>	<b>2.562</b>	<b>(86)</b>	<b>8</b>	<b>1.232</b>	<b>235</b>	<b>4.263</b>	<b>10.852</b>
Lucro líquido.....	-	-	-	-	-	-	2.302	2.302
Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	446	-	446
Lucro abrangente.....	-	-	-	-	-	-	-	<b>2.748</b>
Juros sobre capital próprio e dividendos...	-	-	-	-	-	-	(1.346)	(1.346)
Aquisição de ações próprias.....	-	-	(7)	-	-	-	-	(7)
Aumento de capital.....	649	640	-	56	-	-	-	1.345
Ações em tesouraria canceladas.....	-	-	86	-	-	-	(86)	-
Transferências.....	238	273	-	(8)	115	-	(618)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2003.....</b>	<b>3.525</b>	<b>3.475</b>	<b>(7)</b>	<b>56</b>	<b>1.347</b>	<b>681</b>	<b>4.515</b>	<b>13.592</b>
Lucro líquido.....	-	-	-	-	-	-	3.327	3.327
Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)(5)</sup> .....	-	-	-	-	-	12	-	12
Lucro abrangente.....	-	-	-	-	-	-	-	<b>3.339</b>
Juros sobre capital próprio e dividendos...	-	-	-	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Aquisição de ações próprias.....	-	-	(49)	-	-	-	-	(49)
Ações em tesouraria canceladas.....	-	-	56	-	-	-	(56)	-
Transferências.....	-	-	-	-	147	-	(147)	-
Outras.....	-	-	-	2	-	-	-	2
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004.....</b>	<b>3.525</b>	<b>3.475</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>1.494</b>	<b>693</b>	<b>6.314</b>	<b>15.559</b>

**Exercício findo em 31 de dezembro de**

	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Informações por ações<sup>(3)(4)</sup>:</b>			
Lucros distribuídos (juros sobre capital próprio e dividendos):			
Ordinária.....	2,09	2,80	2,64
Preferencial.....	2,31	3,08	2,94

**Banco Bradesco S.A.**

## **Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Expresso em milhões de reais

---

- (1) Consiste de ganhos ou perdas não realizados de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, líquidos dos efeitos fiscais de imposto de renda e de contribuição social, que montaram a R\$153, R\$348 e R\$572 em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, respectivamente.
- (2) Ajustado pelas perdas não temporárias baixadas no período, conforme mencionado na Nota 5.
- (3) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 (constituindo 79.894.006 de ações ordinárias e 78.693.936 de ações preferenciais) ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.
- (4) Em 9 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração deliberou o desdobramento das ações representativas do Capital Social, de forma que os acionistas terão suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de 2 novas ações para cada possuída.
- (5) Inclui R\$ 242, líquidos dos efeitos fiscais de imposto de renda e de contribuição social, de ganhos não realizados sobre ações, anteriormente mantidas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, as quais foram aportadas como contribuição de capital na Aquarius. Veja Nota 9.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

## **1 Base da Apresentação**

### **(a) Histórico**

Banco Bradesco S.A. (também denominado como "nós", a "Companhia" ou "Bradesco") é uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

Nós somos um banco múltiplo constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos. O segmento bancário inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, atuando como banco de investimentos, em operações bancárias internacionais, administração de fundos de investimentos e administração de consórcio. O segmento de seguros, planos de previdência e de títulos de capitalização relaciona-se a seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, depósitos em poupança, depósitos a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito, concessão de crédito com pagamento parcelado e administração de consórcio. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, "corporate finance" e serviços de banco de investimento, operações de "hedge" e operações de financiamento, inclusive de financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados principalmente nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

No decorrer dos anos, nós adquirimos várias instituições financeiras brasileiras a fim de expandir nossa base de negócios e clientes. Os efeitos das aquisições efetuadas em 2002, 2003 e 2004, individualmente ou de maneira combinada, não foram relevantes para nós.

Elaboramos estas demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP"), que diferem, sob certos aspectos, dos princípios contábeis que aplicamos de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil ("Brazilian GAAP"), inclusive as normas e regulamentos do Conselho Monetário Nacional (ou "CMN"), Banco Central do Brasil (ou "Banco Central") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Patrimônio líquido e lucro líquido incluídos nessas demonstrações financeiras diferem daqueles incluídos nos registros contábeis estatutários preparados de acordo com o "Brazilian GAAP", em decorrência de ajustes efetuados para refletir exigências do U.S. GAAP. As reservas constituídas com base na Legislação Societária, disponíveis para distribuição, líquidas de ações em tesouraria, foram de R\$5.145 e R\$6.678 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, respectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Bradesco S.A. (controladora), de suas agências no exterior e de todas as suas subsidiárias diretas ou indiretas com participação majoritária. Foram eliminadas todas as contas e operações significativas entre as empresas. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos contábeis das Entidades Financeiras de Propósito Especial ("SPFs") das quais detemos controle financeiro através de acordos que não envolvem a participação no capital votante. Veja Notas 2 (bb) e 14 (c).

## Banco Bradesco S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A fim de aprimorar a apresentação, valores de períodos anteriores relacionados a dividendos recebidos de entidades sujeitas ao método de equivalência patrimonial e participações minoritárias em entidades consolidadas, foram reclassificados de atividades de investimentos para atividade operacional (2002 - R\$81 e 2003 - R\$85), e para atividade de financiamento (2002 - R\$(9) e 2003 - R\$56), respectivamente, para fins de comparação para se adequarem à apresentação do exercício corrente. Essas reclassificações não tiveram efeitos sobre as receitas não financeiras, sobre o lucro líquido, patrimônio líquido ou sobre as informações por segmento apresentadas (veja Nota 25).

A tabela a seguir apresenta a participação no capital votante de nossas principais subsidiárias, juntamente com suas respectivas atividades operacionais. Durante o período apresentado, ocorreram diversas incorporações, cisões em nossas subsidiárias, sem entretanto, serem reconhecidos quaisquer ganhos ou perdas na demonstração de resultados dos respectivos exercícios.

Subsidiárias	Participação no capital votante - %	
	31 de dezembro de	
	2003	2004
Banco Alvorada S.A. (Banco) <sup>(1)</sup> .....	100,00	99,83
Banco Baneb S.A. (Banco) <sup>(2)</sup> .....	99,95	-
Banco BCN S.A. (Banco) <sup>(3)</sup> .....	100,00	-
Banco BEM S.A. (Banco) <sup>(4)</sup> .....	-	100,00
Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco) .....	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A. (Banco) .....	99,99	99,99
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - (“Credireal”) (Banco) <sup>(5)</sup> .....	99,99	-
Banco Finasa S.A. (Banco) .....	100,00	100,00
Banco Mercantil de São Paulo S.A. (Banco) .....	100,00	100,00
Bradesco BCN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Arrendamento Mercantil) <sup>(5)</sup> ...	99,97	-
Bradesco Capitalização S.A. (Títulos de Capitalização) <sup>(6)</sup> .....	99,33	99,44
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Arrendamento Mercantil) <sup>(7)</sup> .....	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Corretagem) .....	99,99	99,99
Bradesco Seguros S.A. (Seguros) <sup>(8)</sup> .....	99,70	99,44
Bradesco Vida e Previdência S.A. (Seguros e Planos de Previdência Privada) <sup>(8)</sup> .....	99,70	99,44
União de Comércio e Participações Ltda. (Holding) <sup>(9)</sup> .....	99,99	-
União de Participações Ltda. <sup>(10)</sup> .....	-	99,99

- (1) Redução da participação mediante emissão de novas ações atribuídas aos acionistas minoritários do Banco Baneb S.A., o qual foi incorporado pelo Banco Alvorada S.A. em dezembro de 2004.
- (2) Em 30 de dezembro de 2004, houve cisão parcial do patrimônio do Banco Baneb S.A., com versão da parcela de seu patrimônio para a Bradesco Vida e Previdência S.A. e o acervo remanescente, incorporado ao Banco Alvorada S.A.
- (3) Empresa cindida em março de 2004, com incorporação da parcela ao Banco Bradesco S.A. A parcela remanescente dos Ativos e Passivos do Banco BCN S.A. foram incorporadas ao Banco Alvorada S.A.
- (4) Atual denominação do Banco do Estado do Maranhão, adquirido em fevereiro de 2004 (veja Notas 1(b) e 11).
- (5) Empresa incorporada pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, em setembro de 2004.
- (6) Aumento na participação em virtude da aquisição de ações dos acionistas minoritários da empresa pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., sua atual controladora desde maio de 2004.
- (7) Atual denominação da Potenza Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.
- (8) Redução na participação em virtude de incorporação das ações dos acionistas minoritários da União Novo Hamburgo de Seguros S.A.
- (9) Em 31 de agosto de 2004, houve cisão parcial do patrimônio da União de Comércio e Participações Ltda., com versão da parcela de seu patrimônio para a Caulin Participações Ltda. O acervo remanescente foi incorporado ao Banco Alvorada S.A. em setembro de 2004.
- (10) Nova denominação da Caulin Participações Ltda.

## Banco Bradesco S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

#### (b) Recentes Aquisições

Em 24 de janeiro de 2002, 89,52% do capital votante e 87,53% do capital não votante do Banco do Estado do Amazonas S.A. - (“BEA”) foram adquiridos por R\$183. Em 31 de março de 2003, adquirimos a participação remanescente dos minoritários, por meio de pagamento de R\$23. Em junho de 2002, o BEA transferiu suas agências, ativos e passivos para o Bradesco pelo valor contábil.

Em 25 de março de 2002, 90,11% do capital votante e 74,23% do capital não votante do Banco Mercantil de São Paulo S.A. - (“Mercantil”) foram adquiridos, por meio de um pagamento inicial de R\$796 e de R\$528 pagos por meio de emissão de dívida subordinada. Posteriormente, em 30 de setembro de 2002, mais 8,92% do capital votante foram adquiridos na Bolsa de Valores de São Paulo por R\$62. Em 14 de março de 2003, adquirimos a participação remanescente dos minoritários, por meio de emissão de ações no valor de R\$159, sendo que o valor justo das ações na data em que os termos do contrato foram firmados representava R\$205. Em maio de 2003, as agências, ativos e passivos do Bradesco Mercantil foram transferidos para o Banco Bradesco pelo valor contábil.

Em 7 de junho de 2002, a totalidade do capital do Banco Cidade S.A. - (“Cidade”) foi adquirida por meio de um pagamento inicial de R\$344 e de R\$41 pagos por meio de emissão de dívida subordinada. Em junho de 2002, as agências, os ativos e passivos do Banco Cidade foram incorporados ao BCN pelo valor contábil.

Em 2002 adquirimos o controle acionário do Deutsche Bank Investimentos DTVM S.A. - (“Deutsche”), da Scopus Tecnologia S. A. - (“Scopus”), do Banco Luxembourg S.A. - (“Luxembourg”) e da Ford Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (“Ford Leasing”), pelo montante total de R\$162.

Em 9 de junho de 2003, a totalidade do capital do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. - (“BBV Banco”), atualmente denominado como Banco Alvorada S.A., foi adquirida por meio de um pagamento inicial de R\$1.864 e R\$630 mediante a emissão pelo valor justo de ações ordinárias e preferenciais correspondentes a 4,4% do nosso capital. Em setembro e outubro de 2003, todas as agências, ativos e passivos do BBV Banco foram transferidos para o Banco Bradesco pelo valor contábil.

Em 6 de novembro de 2003, nós celebramos o “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações e Outras Avenças” para adquirirmos a totalidade do capital social do Banco Zogbi S.A. (“Zogbi”) e suas controladas, o qual foi aprovado pelo Banco Central em 4 de fevereiro de 2004. O Zogbi foi adquirido pelo valor de R\$681 em dinheiro em 16 de fevereiro de 2004.

Em 10 de fevereiro de 2004, foram adquiridos 89,957% do capital social do Banco do Estado do Maranhão (“BEM”) e suas controladas, por meio de pagamento inicial em caixa de R\$8 e R\$ 70 em títulos públicos, sendo que o valor justo na data em que os termos do contrato foram firmados representava R\$42. Posteriormente, em março e julho de 2004, adquirimos a participação remanescente dos minoritários por meio de pagamento adicional de R\$9.

Apresentamos abaixo os balanços patrimoniais resumidos das aquisições:

	2002				Total
	Mercantil	Cidade	BEA	Outras <sup>(1)</sup>	
Caixa e equivalentes a caixa.....	928	548	248	93	1.817
Operações de crédito.....	3.717	559	191	-	4.467
Títulos e valores mobiliários.....	637	106	115	19	877

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

Ativos intangíveis – carteira de clientes .....	906	197	60	33	1.196
Outros ativos .....	2.074	232	89	82	2.477
Depósitos .....	(4.225)	(727)	(278)	-	(5.230)
Obrigações por empréstimos .....	(1.456)	(475)	(11)	-	(1.942)
Outros passivos .....	(1.195)	(55)	(231)	(65)	(1.546)
<b>Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.....</b>	<b>1.386</b>	<b>385</b>	<b>183</b>	<b>162</b>	<b>2.116</b>

(1) Refere-se ao balanço patrimonial de aquisição do Deutsche, da Scopus, do Luxembourg e da Ford Leasing.



(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	<b>2003</b>			
	<b>BBV</b>	<b>Mercantil</b>	<b>BEA</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes a caixa .....	644	-	-	644
Operações de crédito.....	3.962	-	-	3.962
Títulos e valores mobiliários .....	2.304	-	-	2.304
Ativos intangíveis – carteira de clientes .....	103	118	7	228
Outros ativos .....	3.404	-	-	3.404
Depósitos .....	(3.996)	-	-	(3.996)
Obrigações por empréstimos.....	(1.414)	-	-	(1.414)
Outros passivos .....	(2.513)	-	-	(2.513)
Minoritários .....	-	87	16	103
<b>Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.</b>	<b>2.494</b>	<b>205</b>	<b>23</b>	<b>2.722</b>

	<b>2004</b>		
	<b>Zogbi</b>	<b>BEM</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes a caixa .....	55	444	499
Operações de crédito .....	403	90	493
Títulos e valores mobiliários.....	96	102	198
Ágio .....	262	-	262
Ativos intangíveis – carteira de clientes.....	106	-	106
Outros ativos.....	132	282	414
Depósitos.....	(254)	(280)	(534)
Obrigações por empréstimos .....	(45)	(4)	(49)
Outros passivos.....	(74)	(575)	(649)
<b>Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.</b>	<b>681</b>	<b>59</b>	<b>740</b>

O montante total pago pelas aquisições, nos exercícios de 2003 e 2004, foi de R\$2.722 e R\$740 respectivamente, composto da seguinte forma:

	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Pagamento em dinheiro.....	1.547	1.887	698
Em títulos, pelo valor justo.....	569	-	42
Emissão de ações.....	-	835	-
<b>Custo total das aquisições .....</b>	<b>2.116</b>	<b>2.722</b>	<b>740</b>

Essas aquisições foram contabilizadas de acordo com o método contábil de compra e foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

Em conjunto com essas aquisições, nós registramos um saldo de ativos intangíveis com vida útil definida proveniente de carteira de clientes totalizando R\$228 em 2003 e R\$106 em 2004, o qual está sendo amortizado no decorrer do período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro (entre 5 e 10 anos). Adicionalmente, nós registramos um saldo de ágio de R\$262 em 2004, relacionado às operações de crédito do Zogbi. Para uma discussão mais completa, veja Notas 2 (o) e 11.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

Como resultado dessas aquisições, não assumimos quaisquer pagamentos, opções ou compromissos contingentes futuros.

**2 Principais Práticas Contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em U.S. GAAP requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As principais estimativas utilizadas foram: provisão para perdas com operações de crédito, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, avaliação de perdas em ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo da reservas de seguros e planos de previdência complementar e contingências.

**a) Reajustes em moeda constante**

Até 31 de dezembro de 1997, o Brasil era considerado, como sendo uma economia altamente inflacionária e, conseqüentemente, todos os saldos e operações anteriores à essa data foram reajustados à moeda constante de 31 de dezembro de 1997. O índice escolhido para esse reajuste foi o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que consideramos ser o índice mais apropriado, devido à sua fonte independente, ao longo histórico de sua publicação e por reunir os preços no atacado, ao consumidor e de construção.

A partir de 1 de janeiro de 1998, o Brasil deixou de ser uma economia inflacionária uma vez que, a taxa de inflação cumulativa referente ao período dos três últimos anos ficou abaixo de 100%, sem qualquer indicação de retorno às taxas altas em vigor antes de 30 de junho de 1994. Assim sendo, saldos e operações a partir de 1 de janeiro de 1998 são expressos em reais nominais, conforme exigido pelo U.S. GAAP e pelas diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários Norte-Americana - ("SEC").

**b) Caixa e equivalentes a caixa**

Para fins das demonstrações de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes a caixa" inclui as seguintes contas: caixa e contas correntes em bancos, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazo de 3 meses ou menos.

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Caixa e contas correntes em bancos .....	2.452	2.671
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	3.939	4.691
Aplicações em operações compromissadas .....	20.493	13.918
<b>Total.....</b>	<b>26.884</b>	<b>21.280</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

**(c) Apresentação de ativos que rendem juros e passivos que incidem juros**

Os ativos que rendem juros e os passivos que incidem juros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo montante do principal em aberto, acrescidos de juros e variação monetária e cambial incorridos. Essa apresentação é necessária uma vez que, os juros compostos e as variações monetária e cambial incorridos são incorporados, em cada período, ao montante de principal em aberto, para praticamente todos os ativos e passivos em reais.

O total de juros e variação monetária e cambial incorridos sobre o montante de principal em aberto dos ativos era R\$4.200 e R\$6.587, em 31 de dezembro de 2003 e de 2004, respectivamente. O total de juros e variação monetária e cambial incidentes sobre o montante de principal em aberto dos passivos era R\$3.173 e R\$3.684, em 31 de dezembro de 2003 e de 2004, respectivamente.

**(d) Aplicações em operações compromissadas e títulos vinculados a compromissos de recompra**

Os valores mobiliários vinculados a compromissos de compra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou venda, acrescido dos juros incorridos. Esta classificação também inclui os títulos vinculados a compromissos de recompra compreendendo basicamente títulos públicos brasileiros. Estes títulos apresentam insignificante risco de mudança de taxas de juros e podem ser objeto de operações compromissadas.

**(e) Títulos e valores mobiliários de negociação, inclusive derivativos**

Os instrumentos derivativos classificados como de negociação são contabilizados ao valor justo de acordo com as Normas de Apresentação das Demonstrações Financeiras "SFAS 115", "Contabilização de Investimentos em Títulos de Renda Fixa e em Ações". O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores justos são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações de preços ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos em resultados sobre títulos e valores mobiliários de negociação.

As operações de derivativos efetuadas por solicitação de clientes ou que não atendem aos critérios de "hedge" (principalmente derivativos utilizados para administrar nossa exposição global às variações nas taxas de juros e moedas estrangeiras) são contabilizadas pelo valor justo de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos como ganhos (perdas) sobre valores mobiliários de negociação (receitas não financeiras). Todas as nossas operações com derivativos são consideradas como de negociação, como divulgado na Nota 22(b).

**(f) Derivativos, exceto os considerados como "de negociação"**

O SFAS 133, "Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging", como alterado pelos SFAS 137 e 138, exige que todos os derivativos sejam reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados ao valor justo, independente do objetivo ou intenção de mantê-los. As mudanças nos valores justos de um instrumento são reconhecidas nos lucros ou no patrimônio líquido, dependendo de

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

sua designação e qualificação como um “hedge” de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira. Para qualificar-se como um “hedge”, o derivativo deve ser: (i) designado como um “hedge” de um ativo ou passivo financeiro específico no início do contrato; (ii) efetivo na redução do risco associado com a exposição a ser protegida por “hedge”; e (iii) altamente correlacionado com respeito a mudanças em seu valor justo quanto ao valor justo ou quanto ao fluxo de caixa do item protegido por “hedge”, tanto no início quanto durante a vigência do contrato. Antes da adoção da SFAS 133 em 2001, todos os nossos instrumentos derivativos foram classificados como de negociação e foram mantidos em seu valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas nos lucros. Depois da adoção do SFAS 133, nenhum impacto adicional sobre o lucro foi reconhecido, já que mantivemos a classificação de todos os instrumentos derivativos como de negociação, sem derivativos designados ou qualificados como “hedge”.

Em abril de 2003, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (Financial Accounting Standard Board - “FASB”) emitiu o SFAS 149, “Complementação do SFAS 133 sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge”. A adoção dessa norma não ocasionou impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

**(g) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base na intenção da Administração na data da aquisição. Títulos e valores mobiliários adquiridos e mantidos principalmente para fins de revenda a curto prazo são classificados como títulos e valores mobiliários de negociação e são declarados pelo valor justo. Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles possam ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado, sendo contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizados líquidos incluídos no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

As ações que são incluídas como disponíveis para venda são contabilizadas pelo valor justo, sendo os ganhos e as perdas líquidos não realizados incluídos no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, até à sua realização, quando os ganhos (perdas) líquidos realizados são incluídos em receitas ou (despesas) não financeiras.

**(h) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para manutenção na carteira até o vencimento são classificados como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e registrados pelo custo de aquisição, atualizados pelos juros contratuais.

As transferências de investimentos das categorias de negociação e disponíveis para venda para a categoria mantidos até o vencimento foram contabilizadas pelo seu valor justo na data da transferência, de acordo com o parágrafo 15 da SFAS 115:

- no caso de títulos de negociação, os ganhos e perdas anteriores foram previamente registrados na demonstração do resultado consolidado; e
- no caso de títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados foram mantidos na conta “Ganhos (perdas) não realizados sobre títulos disponíveis para venda”, dentro no

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

patrimônio líquido, no momento da transferência e subsequentemente amortizados durante o período, a partir da data da transferência até o vencimento do título.

**Banco Bradesco S.A.**

## **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

### **(i) Análise das perdas “other than temporary”**

Para estabelecer se a deterioração de um papel é outra que não temporária, utilizamos uma combinação de fatores que visam determinar se a recuperação do valor de um papel é provável. Esses fatores incluem, além da duração e representatividade da deterioração, outros fatores não relacionados, como, por exemplo, a probabilidade, calculada com base no comportamento histórico do valor de determinados papéis e a nossa experiência anterior com eles, de que um declínio no valor será recuperado, como também a probabilidade da não realização do principal ou dos juros devido a: (i) pedido do emissor de processo de falência ou concordata; (ii) deterioração da classificação de risco de crédito do emissor; ou (iii) dificuldades financeiras do emissor, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua.

Desde novembro de 2003, observamos as diretrizes emitidas pelo Grupo de Trabalho para Questões Emergentes (“EITF”) Tópico 03-01, “O Significado de Deterioração Outra que não Temporária e sua Aplicação para Determinados Investimentos” referente à divulgação para papéis contabilizados de acordo com o SFAS 115. Além das divulgações atualmente exigidas pelo SFAS 115, o tópico EITF 03-01 requer, de forma complementar, a divulgação quantitativa e qualitativa de títulos e valores mobiliários nas demonstrações financeiras de exercícios sociais findos após 15 de dezembro de 2003. Em setembro de 2004, o FASB emitiu um posicionamento (“FSP”) EITF 03-1-1, o qual posterga os requerimentos de reconhecimento e avaliação do EITF 03-01.

### **(j) Operações de crédito e arrendamento mercantil**

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos juros a receber e variação monetária. A receita de juros é contabilizada com base no regime de competência e adicionada ao montante de principal em cada período. A apropriação dos juros incorridos é geralmente descontinuada em todos os empréstimos considerados incobráveis, quanto a principal ou juros e para todos os empréstimos que estejam 60 dias ou mais em atraso. As cobranças de juros sobre tais empréstimos são registradas como reduções no saldo principal quando a capacidade de recebimento é incerta; de outra maneira, o resultado é reconhecido com base no regime de caixa.

Concedemos financiamento de equipamentos para nossos clientes através de contratos de arrendamento mercantil. Os contratos de arrendamento mercantil são contabilizados pelo total de pagamentos a receber, acrescidos do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

### **(k) Provisão para perdas com operações de crédito e créditos de curso anormal**

A provisão para perdas com operações de crédito é o valor que foi provisionado para perdas prováveis na carteira de crédito. A provisão é aumentada por provisões para perdas com empréstimos e recuperações de créditos previamente baixadas, sendo reduzida por empréstimos baixados e julgados incobráveis. Nossa avaliação da adequação da provisão é baseada nas revisões regulares de créditos individuais, na experiência recente com perdas, nas condições econômicas atuais, nas características de risco das várias classificações de créditos, no valor justo da garantia e em outros fatores que influenciem diretamente a cobrança potencial dos créditos.

Os empréstimos são considerados como créditos sujeitos a perda (“impairment”) quando, na nossa opinião, não existem mais possibilidades de cobrar todos os montantes a receber, inclusive os juros incorridos, de

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

acordo com a SFAS 114, "Contabilização de Inadimplência de um Empréstimo por um Credor", complementada pela SFAS 118. Consideramos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como créditos de curso anormal e sujeitos à revisão de perdas por inadimplência. Nós então mensuramos os créditos sujeitos a perda com base: (i) no valor do fluxo de caixa descontado do crédito à taxa determinada do crédito; (ii) na taxa de mercado observável do crédito; ou (iii) no valor realizável da garantia para créditos dependentes de garantia. Uma provisão de avaliação é estabelecida através da provisão para perdas com operações de crédito para a diferença entre o valor contábil dos créditos sujeitos a perda e seu valor determinado como descrito acima. Os créditos são baixados contra a provisão quando um crédito não é cobrado ou considerado como de perda ("impairment") permanente. A provisão é ajustada em períodos futuros para mudanças no valor determinado.

**(l) Investimentos em empresas não consolidadas**

Os investimentos em empresas não consolidadas, nas quais detemos entre 20% e 50% do capital com direito a voto, são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Segundo esse método, nossa participação nos resultados dessas empresas, calculada de acordo com o U.S. GAAP, é reconhecida nas demonstrações de resultado como "Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas", e os dividendos são creditados quando declarados à conta "Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos" do balanço patrimonial (veja Nota 9).

Participações societárias inferiores a 20% em empresas, sem valor de mercado prontamente determinável, são registradas ao custo (a menos que tenhamos a capacidade de exercer influência significativa sobre as operações da empresa investida, sendo adotado nesse caso, o método de equivalência) e os dividendos são reconhecidos no lucro quando recebidos.

Nenhum investimento em empresas não consolidadas, analisados individualmente ou em seu conjunto, é considerado como significativo para fins de divulgações mais detalhadas em nossas demonstrações financeiras.

**(m) Imobilizado de uso, líquido**

O imobilizado de uso é contabilizado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1997). A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; equipamentos de processamento de dados - 20% a 50%; e outros ativos - entre 10% e 20%.

Os custos de aquisição e desenvolvimento de software, inclusos no imobilizado de uso, líquidos referem-se aos custos de software de uso interno capitalizados, de acordo com o Pronunciamento (SOP) 98-1 "Contabilização de software desenvolvido ou adquirido para uso interno".

Reconhecemos uma perda por deterioração apenas se os valores contábeis de ativos de longa duração a serem mantidos e usados não forem recuperáveis em seus fluxos de caixa futuros esperados não descontados, de acordo com o SFAS 144, "Contabilização das Perdas ou Baixas de Ativos de Longa Duração".

O ativo permanente alienado, substancialmente representado por certas agências bancárias, e posteriormente alugado para a continuidade de nossas operações, foi contabilizado de acordo os SFAS 13 e

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

SFAS 98, “Contabilização de Arrendamentos” e SFAS 28 “Contabilização de vendas atreladas a contratos de aluguéis”.



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

Para as operações classificadas como leasing operacional, na modalidade à vista, apenas a parcela correspondente: (i) à diferença positiva entre o lucro apurado na alienação e o valor presente dos aluguéis futuros a serem pagos é reconhecida imediatamente ao resultado do período, enquanto (ii) a parcela remanescente é diferida no decorrer dos prazos dos respectivos contratos de aluguel, e (iii) nos casos exclusivos de prejuízo, o reconhecimento é imediato. Nos casos de venda financiada, o resultado será apurado apenas a partir do vencimento final do respectivo financiamento (veja Nota 10) e posteriormente contabilizado de acordo com os critérios descritos acima.

O ganho ou perda apurados nas alienações à vista sem vínculo com os contratos de aluguel foi reconhecido imediatamente no resultado do exercício como “Outras receitas não financeiras”.

**(n) Bens não de uso próprio**

Os bens não de uso próprio são classificados como bens recebidos mediante execução de garantia de dívida ou hipoteca e incluídos em outros ativos no ato da efetiva execução ou quando a posse física da garantia é tomada, seja através de um acordo entre as partes ou por uma decisão de um processo de execução.

Os bens não de uso próprio são contabilizados pelo que for menor, entre o valor contabilizado do empréstimo ou do arrendamento relativamente ao qual o bem serviu anteriormente como garantia ou o valor justo do bem, deduzidos os custos estimados para venda. Antes da execução, quaisquer reduções no valor contábil, se necessárias, são debitadas da provisão para perdas com operações de crédito.

Após o registro, ganhos ou perdas sobre a venda e perdas com a reavaliação periódica de bens não de uso são registrados em resultados. Os custos líquidos para manutenção e operação dos bens não de uso são contabilizados como despesas à medida que forem incorridos.

**(o) Ágio e outros ativos intangíveis**

Em 1º de janeiro de 2002, adotamos o SFAS 141, “Combinações de Negócios”, que requer a contabilização de fusões e incorporações determinando se um ativo intangível adquirido deve ser reconhecido separadamente do ágio, bem como divulgações adicionais quanto à razão principal para uma fusão ou incorporação e à alocação do preço de compra pela maior rubrica contábil do balanço patrimonial.

Também em 1º de janeiro de 2002, adotamos o SFAS 142, “Ágio e Outros Ativos Intangíveis”. De acordo com a nova regra, o ágio, incluindo aquele adquirido antes da aplicação inicial da norma, não é mais amortizado, mas é testado para avaliar seu valor de realização ao menos anualmente (“impairment”), usando uma abordagem em duas etapas que envolve a identificação “de unidades de negócio” e a estimativa do valor justo. O valor de cada unidade de negócio foi estimado usando o valor de mercado.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis referentes a carteira de depósitos de clientes são registrados e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro (entre 5 e 10 anos). Revisamos nossos ativos intangíveis por eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar que o valor contábil dos ativos não possa ser recuperado, sendo nesse caso uma baixa reconhecida imediatamente.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

Em 2002, nós adotamos o SFAS 147, “Aquisições de Determinadas Instituições Financeiras”. O pronunciamento requer que combinações de negócio envolvendo instituições financeiras depositárias dentro de seu escopo, exceto combinações entre instituições mútuas, sejam contabilizadas de acordo com o SFAS 141. Anteriormente, os princípios contábeis geralmente aceitos para aquisições de instituições financeiras previam o reconhecimento do excedente do valor justo das obrigações assumidas sobre o valor justo dos ativos intangíveis identificáveis e tangíveis adquiridos como um ativo intangível não identificável. De acordo com o SFAS 147, tal excesso é contabilizado como ágio. O impacto da adoção do SFAS 147 não afetou significativamente nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**(p) Contingências**

De acordo com o SFAS 5 “Contabilização de Contingências”, Interpretação No. 14 (“FIN 14”) “Estimativas Razoáveis de Montantes de Perda”, para apurar o passivo contingente, nós constituímos provisões quando as condições conhecidas antes da emissão das demonstrações financeiras mostram que: (i) é provável que as perdas tenham sido incorridas na data das demonstrações financeiras; e (ii) o valor dessas perdas pode ser estimado de forma razoável. As provisões são constituídas com base em nossa melhor estimativa de perdas prováveis.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) nossa experiência passada com processos legais similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a) A probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data das demonstrações financeiras, porém antes da publicação dessas demonstrações financeiras;
- b) A necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações financeiras, porém antes da sua publicação.

**(q) Tributação sobre o lucro**

Nós contabilizamos a tributação sobre o lucro de acordo com o SFAS 109, “Contabilização da Tributação sobre o Lucro”. O SFAS 109 é uma abordagem de ativo e passivo que requer o reconhecimento do imposto diferido, ativo e passivo, por diferenças temporárias entre os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas declarações de imposto de renda. Na estimativa de repercussões fiscais futuras, o SFAS 109 geralmente considera todos os eventos futuros esperados, que não mudanças na lei ou alíquotas de imposto. As mudanças na lei e alíquotas de imposto são refletidas no período no qual são decretadas. Se, depois de considerar repercussões fiscais futuras, nós acreditarmos que seja pouco provável a realização do valor contábil de qualquer imposto diferido ativo, estabelecemos uma provisão para perdas no mesmo montante do valor em questão.

**(r) Receitas de prestação de serviços**

Nós auferimos receitas de prestação de serviços decorrentes da administração de investimentos, cartão de crédito, atividades de banco de investimento e de determinados serviços de banco comercial. Essas

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

receitas são reconhecidas na data da prestação do serviço (banco de investimentos e comercial) ou durante a vigência do contrato (administração de investimentos e cartão de crédito).

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

**(s) Conversão de operações em moeda estrangeira**

Para a maioria de nossas operações no exterior, a moeda funcional é o *real*, caso em que o ativo e o passivo são convertidos, para fins de consolidação, às taxas de câmbio da moeda local para *reais* e os resultados de operações são convertidos pela taxa média no período. Perdas e ganhos resultantes de operações de câmbio são registrados no resultado do período.

**(t) Benefícios a empregados**

Somos obrigados a efetuar contribuições como empregador para o Instituto Nacional de Seguridade Social - ("INSS"), órgão do Governo Brasileiro que administra planos de pensões, aposentadorias e outros planos dos trabalhadores. Essas contribuições, cujos valores são contabilizados como despesa à medida que são incorridos, totalizaram R\$522 em 2002, R\$573 em 2003 e R\$624 em 2004, respectivamente.

Além disso, efetuamos contribuições para planos de benefícios definidos para nossos empregados. Contabilizamos esses planos de acordo com a SFAS 87 "Contabilização de Pensões pelos Empregadores".

Para as demonstrações financeiras dos exercícios findos após 15 de dezembro de 2003, adotamos o SFAS 132 ("SFAS 132R") revisado, que mantém a obrigatoriedade de divulgação das informações exigida na norma original e requer informações adicionais sobre o patrimônio dos planos de previdência complementar, obrigações com os benefícios, fluxo de caixa esperado por contribuições futuras e pagamentos de benefícios e outras informações relevantes. O SFAS 132R determina que a divulgação de informações sobre o pagamento de benefícios futuros entrará em vigor nos exercícios sociais a findar após 15 de junho de 2004. Vide Nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas.

**(u) Lucro por ação**

Como resultado do grupamento de ações na proporção de 1 para 10.000, a partir de 22 de março de 2004, nossas ações são negociadas individualmente nas bolsas de valores.

Os "lucros por ação" são apresentados com base nas duas classes de ações emitidas. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam dos dividendos, substancialmente na mesma base, salvo que os detentores de ações preferenciais têm direito a dividendos por ação superiores em 10% do que os detentores de ações ordinárias (veja Nota 17). Os "lucros por ação" são computados com base nos dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio e lucros não distribuídos do Bradesco, após dar efeito à preferência de 10%, sem considerar se os lucros serão, por fim, integralmente distribuídos. Os valores de "lucros por ação" foram determinados como se todos os lucros fossem distribuídos. A média ponderada de ações é computada com base nos períodos relativamente aos quais as ações estão em circulação. As informações relacionadas às ações foram ajustadas de forma retroativa, em todos os períodos apresentados, para refletir o grupamento de ações, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004. Adicionalmente, em 9 de dezembro de 2004 as ações representativas do capital social foram desdobradas na proporção de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie. Dessa forma, todas as informações relacionadas às ações foram ajustadas de forma retroativa em todos os períodos apresentados.

**Banco Bradesco S.A.**

## **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

### **(v) Obrigações com detentores de seguros e planos de previdência**

Todos os nossos contratos de seguros são considerados como contratos de seguros de curta duração. Os prêmios dos contratos de curta duração são reconhecidos no decorrer do período do contrato relacionado. Os prêmios dos contratos de longa duração são reconhecidos quando devidos pelos detentores de apólices.

As provisões para sinistros de seguros são constituídas de acordo com a experiência histórica com sinistros em processo de pagamento, com os montantes estimados de sinistros ocorridos e não avisados e com outros fatores relevantes que afetem as provisões exigidas. As provisões são ajustadas regularmente com base no conhecimento de efeitos das alterações nas estimativas das provisões, incluídas no resultado do período, no qual a estimativa foi alterada e inclui a estimativa de provisões para sinistros avisados e não avisados.

As provisões de planos de previdência privada são estabelecidas de acordo com cálculos atuariais.

Certos produtos por nós oferecidos, como os contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos ficam por conta dos segurados, são considerados como contratos de investimento, de acordo com as exigências do SFAS 97 (“SFAS 97”), “Contabilização e Demonstração por Empresas de Seguros de Certos Contratos de Longa Duração e Realização de Ganhos e Perdas na Venda de Investimentos”. Durante o período de acumulação dos contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos ficam por conta do segurado, os contratos são tratados como contratos de investimento. Durante a fase de anuidade, o contrato é tratado como um contrato de seguro com risco de mortalidade. Fundos relacionados com contratos de investimento de previdência, quando os riscos de investimento ficam por conta do segurado, o valor contábil é o próprio valor aplicado. Os valores contábeis não são determinados atuarialmente. Os valores contábeis são aumentados pelos depósitos recebidos e rendimentos creditados (baseados no contrato), e são reduzidos pelas retiradas e despesas administrativas cobradas do segurado.

A partir do exercício de 2004, avaliamos a necessidade de reconhecimento de uma obrigação adicional, devido a aspectos específicos do contrato, quando o valor presente do pagamento esperado de anuidade na data esperada para o exercício da opção do benefício exceder o saldo contábil esperado na data para o exercício da opção do benefício, de acordo com o Pronunciamento 03-1, “Contabilização e Divulgação de Determinados Contratos de Longa Duração não tradicionais e Contas Separadas, por parte de Seguradoras” (“SOP 03-1”). Os títulos e valores mobiliários relacionados a esses contratos de investimentos em previdência são classificados como “títulos e valores mobiliários de negociação” e “títulos e valores mobiliários disponíveis para venda” nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. A adoção do SOP 03-1 não trouxe impacto em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

### **(w) Provisões de sinistros não pagos e ajustes de sinistros**

A provisão de sinistros não pagos e ajustes de sinistros representa o valor necessário para cobrir o custo final estimado da liquidação de sinistros relacionados a eventos que ocorreram antes ou na data do balanço patrimonial. O passivo estimado inclui o valor necessário para pagamentos futuros de (a) sinistros avisados

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

à seguradora, (b) sinistros relacionados a eventos segurados já ocorridos, mas não avisados à seguradora na data da estimativa do passivo, e (c) despesas com ajuste de sinistros. Essas despesas incluem os custos incorridos no processo de liquidação financeira dos sinistros, tais como: honorários de advogados; honorários de ajustes externos; e custos relacionados ao registro, processamento e ajuste de sinistros.

As despesas de deficiência de prêmio são estabelecidas, se necessário, quando a obrigação para os benefícios de apólice futura mais o valor presente dos prêmios brutos futuros esperados forem determinados como sendo insuficientes para fornecer despesas e benefícios de apólices futuras esperados e recuperar quaisquer custos de aquisição de apólice não amortizado.

Durante o curso normal das nossas atividades de seguros, resseguramos uma parte do risco subscrito com o IRB Brasil Resseguros S.A., uma entidade de controle governamental que detém o monopólio do resseguro em Brasil. O contrato de resseguros permite a recuperação de parte das perdas através da resseguradora, embora não encerre nossa responsabilidade principal como seguradora direta dos riscos ressegurados. As operações de resseguros em 31 de dezembro de 2003 e 2004 totalizaram R\$35 e R\$62, respectivamente e estão incluídas na conta "outros ativos".

**(x) Despesas de comercialização diferidas**

Os custos relacionados e que variam pela emissão de novos contratos de seguros são diferidos a medida em que tais custos são considerados recuperáveis com ganhos futuros.

Tais custos incluem, principalmente, comissões, custos de emissão de apólices de seguros e custos variáveis de funções de apoio e são amortizados no decorrer do prazo de vigência dos contratos na proporção do prêmio recebido. Os custos de aquisição diferidos sujeitos a testes de realização ao final de cada período, caso não sejam realizáveis, são reconhecidos como despesa.

**(y) Provisão para férias**

A provisão de férias de empregados é constituída mensalmente e é contabilizada como despesa à medida que o direito proporcional vai sendo auferido pelos empregados.

**(z) Juros sobre o capital próprio**

A partir de 1 de janeiro de 1996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins tributários. O valor dos juros é considerado como um dividendo, e portanto, é registrado a débito direto dos lucros acumulados nessas demonstrações financeiras. O respectivo benefício tributário é registrado na demonstração do resultado.

**(aa) Tarifas de cartões de crédito**

As tarifas de cartões de crédito, cobradas periodicamente dos detentores de cartão, são diferidas e reconhecidas em uma base linear durante o período que a tarifa dá direito ao detentor de usar o cartão.

**(bb) Entidades Financeiras de Propósito Especial**

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

A partir de 2003, a Companhia utiliza certos acordos financeiros para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez através de SPFs. Estas SPFs são geralmente financiadas com obrigações de longo prazo (veja Nota 14(c)) e são liquidadas através de fluxos de caixa futuros dos ativos correspondentes. Esses ativos são basicamente (i) fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador e (ii) fluxos atuais e futuros de recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Em janeiro de 2003, o FASB emitiu a Interpretação No. 46 (“FIN 46”) “Consolidação de Entidades de Interesses Variáveis”, revisada em dezembro de 2003 (“FIN 46R”). A FIN 46R cria uma distinção entre as SPFs e as não SPFs (incluindo qualquer entidade cujas atividades estejam relacionadas principalmente às securitizações ou outras formas de financiamentos garantidos por ativos ou acordos de arrendamento de um único arrendatário) para fins de implementação da regra, sendo requerido o completo atendimento até o final do primeiro período a ser divulgado após 15 de março de 2004.

Em 31 de dezembro de 2003, consolidamos estas SPFs com base em literatura contábil aplicável antes da FIN 46R (EITF 90-15 - Impacto de Arrendadores Não Significativos, Valor Residual Garantido e Outras Regras para Operações de Arrendamento e o Tópico no. D-14 - Transações que envolvem Entidades de Propósito Especial, ambos anulados pela FIN 46R a partir de 2004), considerando situações em que (i) detemos mais que 50% do capital com direito a voto (SFAS 94 “Consolidação de Todas as Subsidiárias com Participação Majoritária”) ou (ii) somos o beneficiário principal da entidade (sujeito à maior parte do risco de perda ou com direito a receber a maior parte dos retornos residuais).

A adoção do FIN 46R não gerou impactos na consolidação das SPFs existentes.

**(cc) Provisão para garantias**

Em 2002, adotamos as determinações emitidas pelo FASB Interpretação No. 45, “Contabilização e Informações Obrigatórias por parte do Garantidor sobre as Garantias, incluindo Garantias Indiretas sobre Endividamento de Terceiros” (“FIN 45”). O FIN 45 esclarece as diretrizes e informações obrigatórias publicadas anteriormente em relação às garantias, aumenta o volume de informações a serem apresentadas pelo garantidor nas suas demonstrações financeiras sobre nossas obrigações, conforme determinadas garantias, e exige o reconhecimento pelo garantidor de um passivo pelo valor justo da obrigação assumida de acordo com a garantia.

As novas exigências incluem a divulgação da natureza da garantia, o valor potencial máximo de pagamentos futuros que poderíamos ter que efetuar, segundo a garantia, e o valor atual do passivo, se existir, da obrigação do garantidor segundo a garantia. As garantias significativas dadas por nós encontram-se na Nota 22 (d).

**(dd) Práticas contábeis adotadas recentemente**

Em junho de 2001, o FASB emitiu o SFAS 143, “Contabilização de Obrigações com a Baixa de Ativos”. Esse pronunciamento se aplica às obrigações legais associadas com a baixa contábil de ativos tangíveis de longa vida, decorrentes da aquisição, construção, desenvolvimento e/ou operações normais de um ativo de longa vida, exceto determinadas obrigações de arrendatários. Segundo o SFAS 143, o valor justo do

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

passivo de uma obrigação com a baixa de ativo deve ser reconhecido no período no qual for incorrido, caso a estimativa do valor justo possa ser feita de forma razoável. Os respectivos custos da baixa do ativo são capitalizados como parte integral do valor contábil do ativo de longa vida e, subseqüentemente, alocados à conta de despesa ao longo da vida útil do ativo. Adotamos o SFAS 143 em 1 de janeiro de 2003. A adoção não ocasionou efeito significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

Em julho de 2002, o FASB emitiu o SFAS 146, “Contabilização de Custos Associados às Atividades de Baixa ou Saída”. Essa norma é válida para as atividades de baixa ou saída iniciadas após 31 de dezembro de 2002 e, em geral, determina que os custos associados às atividades de baixa ou saída (inclusive os custos relacionados às rescisões ou demissões involuntárias e custos com o término de contratos) devem ser reconhecidos no momento em que forem incorridos, e não na data do compromisso relativo ao plano de baixa ou saída. Especificamente, os custos associados às rescisões ou demissões involuntárias devem ser provisionados na data da notificação do aviso aos funcionários, considerando que o prazo entre a data da notificação e a data da rescisão ou demissão seja inferior a 60 dias ou ao prazo de notificação exigido por lei. Caso contrário, esses custos devem ser reconhecidos ao longo do período entre a notificação e o término. Os custos do término do contrato devem ser reconhecidos quando o contrato é encerrado legalmente ou quando os benefícios econômicos do contrato não mais se realizam. A adoção dessa norma não ocasionou impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

Em julho de 2003, o FASB emitiu o SFAS 150, “Contabilização de Certos Instrumentos Financeiros com Características de Ambos Passivo e Patrimônio Líquido”. O SFAS 150 estabelece os critérios a serem seguidos pelo emissor na avaliação de determinados instrumentos financeiros com características tanto de passivo quanto de patrimônio líquido e na classificação dos mesmos dentro da sua posição patrimonial e financeira. De acordo com essa norma, o emissor deve classificar um instrumento financeiro que esteja dentro de sua abrangência como um passivo (ou ativo em determinadas circunstâncias) quando esse instrumento financeiro constitui uma obrigação do emissor. Essa norma é obrigatória para instrumentos financeiros contratados ou alterados após 31 de maio de 2003, entrando em vigor a partir de 1 de julho de 2003, e não ocasionou impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

O SOP 03-1 foi emitido pelo Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (“AICPA”) em julho de 2003, o qual fornece um guia sobre contabilização e divulgação de determinados contratos de longa duração não tradicionais e contas separadas, por parte de seguradoras. Esse SOP requer, entre outras coisas, uma provisão para avaliação para determinados contratos de seguros de longa duração e de investimentos que estão sujeitos ao SFAS 97. Os requerimentos desse SOP são efetivos para demonstrações financeiras referentes a exercícios sociais iniciados após 15 de dezembro de 2003. Republicação de demonstrações financeiras divulgadas anteriormente não é permitida. A adoção do SOP 03-1 não teve um impacto significativo em nossa demonstração financeira ou resultado das operações.

**(ee) Pronunciamentos contábeis futuros**

Em dezembro de 2003, o AICPA emitiu o Pronunciamento 03-3, “Contabilização de Determinadas Operações de Crédito ou Títulos adquiridos por meio de Transferência.” O SOP 03-3 trata da contabilização das diferenças entre o fluxo de caixa contratado e previsto desde o investimento inicial do comprador em operações de crédito ou títulos adquiridos por meio de transferência, quando essas



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

diferenças são atribuíveis, pelo menos em parte, à qualidade do crédito. Entre outras coisas, o SOP 03-3: (1) proíbe o reconhecimento do excesso de fluxo de caixa contratual em relação ao fluxo de caixa projetado como um ajuste de rentabilidade, provisão para desvalorização ou valorização no momento da compra; (2) determina que os aumentos posteriores no fluxo de caixa projetado sejam reconhecidos prospectivamente através do ajuste de rentabilidade; e (3) determina que as reduções posteriores no fluxo de caixa projetado sejam reconhecidas como uma deterioração de crédito. Adicionalmente, o SOP 03-3 proíbe a constituição de uma provisão de valorização, ou sua compensação em exercícios futuros, na contabilização inicial de todas as operações de crédito dentro de sua abrangência que são adquiridas por meio de transferência. O SOP 03-3 entra em vigor para operações de crédito ou títulos adquiridos em exercícios sociais que começam após 15 de dezembro de 2004. Adotaremos o SOP 03-3 no início do exercício social de 2005, e, atualmente, estamos avaliando o respectivo impacto potencial em nossa posição patrimonial e financeira e no resultado das operações.

Em 31 de março de 2004, o EITF chegou ao consenso final do Tópico 03-6, "Participação em Ações e o Método Duas-Classes" do SFAS 128 "Ganhos por ação". Normalmente a participação em ações dá direito à parcela do lucro de uma companhia, freqüentemente através de uma fórmula relativa aos dividendos das ações ordinárias da companhia. Essa norma esclarece o que significa o termo "participação em ações", conforme o SFAS 128. Quando um instrumento é considerado como uma "participação em ações", ele tem o potencial de reduzir significativamente os ganhos básicos por ações ordinários porque o método de duas-classes deve ser usado para computar o efeito do instrumento sobre os ganhos por ação. O consenso também abrange outros instrumentos cujos termos incluem uma participação específica. O consenso também abrange a alocação de perda. Se os ganhos não distribuídos devem ser alocados na "participação de ações" pelo método de "duas-classes", perdas também devem ser alocadas. Entretanto, o EITF 03-6 limita essa alocação somente para situações em que as ações têm (1) o direito de participação no lucro da companhia, e (2) uma obrigação contratual objetiva e determinável para participação nos prejuízos da companhia.

O consenso alcançado no EITF 03-6 tem efeito para os períodos fiscais iniciados após 31 de março de 2004. O lucro por ação em períodos anteriores deve ser ajustado retroativamente a fim de atender o EITF 03-6. Nós não esperamos que essa norma tenha algum impacto sobre os nossos cálculos do lucro por ação Básico e Diluído.

Em 1o. de junho de 2004, o EITF finalizou o Tópico 03-01, o qual estabelece um novo guia para reconhecimento e apuração que deve ser aplicado para avaliação de perdas outras que não temporárias dos investimentos em ações, a partir de exercícios sociais iniciados após 15 de junho de 2004. Adicionalmente, o Tópico 03-01 requer divulgações quantitativas e qualitativas adicionais sobre investimentos registrados pelo método de custo para exercícios sociais findos após 15 de junho de 2004. Não esperamos um impacto material em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações com a adoção dos novos requerimentos de reconhecimento e apuração. Em 30 de setembro de 2004, o FASB emitiu o FSP EITF 03-1-1, o qual posterga os requerimentos de reconhecimento e avaliação do EITF 03-1, estando pendente a emissão de guias adicionais de implementação. Avaliaremos os impactos desse posicionamento assim que ocorrer a emissão de guias adicionais.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

**3 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil**

- (a) Como outras instituições financeiras brasileiras, somos obrigados a depositar recursos no Banco Central do Brasil ou a comprar e manter títulos públicos brasileiros, na forma de depósito compulsório. Os depósitos compulsórios efetuados por nós são os seguintes:

	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Sem juros <sup>(1)</sup> .....	4.577	5.045
Com juros <sup>(2)</sup> .....	9.003	10.651
Com juros <sup>(3)</sup> .....	3.110	4.513
<b>Total</b> .....	<b>16.690</b>	<b>20.209</b>

(1) Depósitos à vista.

(2) Principalmente depósitos em poupança.

(3) Depósitos a prazo representados por títulos públicos brasileiros.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

- (b) Os títulos públicos brasileiros vinculados aos depósitos compulsórios e contabilizados de acordo com o SFAS 115 eram os seguintes:

	Títulos e valores mobiliários de negociação		Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Custo amortizado .....	2.853	1.867	91	2.621	157	43
Ganhos brutos não realizados.....	16	-	1	2	-	-
Perdas brutas não realizadas .....	(8)	(5)	-	(15) <sup>(1)</sup>	-	-
<b>Valor justo.....</b>	<b>2.861</b>	<b>1.862</b>	<b>92</b>	<b>2.608</b>	<b>157</b>	<b>43</b>
<b>Saldo médio.....</b>	<b>2.412</b>	<b>3.109</b>				

- (1) Não identificamos perdas outras que não temporárias para o montante de perdas brutas não realizadas em 31 de dezembro de 2004.

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos, por vencimento, eram os seguintes:

	31 de dezembro de			
	2003		2004	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano.....	2.133	2.138	4.270	4.250
Vencimento de um até cinco anos.....	591	598	16	16
Vencimento acima de dez anos.....	377	374	245	247
<b>Total.....</b>	<b>3.101</b>	<b>3.110</b>	<b>4.531</b>	<b>4.513</b>

**4 Títulos e valores mobiliários de negociação**

	Valor de mercado			
	31 de dezembro de		Saldo médio em	
	2003	2004	2003	2004
Títulos públicos brasileiros .....	11.389	8.787	7.111	11.847
Aplicações em quotas de fundos .....	22.929	21.941	16.635	20.482
Títulos emitidos por empresas financeiras .....	1.055	44	1.184	200
Títulos emitidos por empresas não-financeiras .....	985	1.115	1.103	202
Títulos brasileiros emitidos no exterior .....	220	554	248	607
Títulos públicos de governos estrangeiros .....	212	162	239	176
<b>Total .....</b>	<b>36.790</b>	<b>32.603</b>	<b>26.520</b>	<b>33.514</b>
Instrumentos financeiros derivativos .....	283	491	557	525
<b>Total de títulos e valores mobiliários de negociação .....</b>	<b>37.073</b>	<b>33.094</b>	<b>27.077</b>	<b>34.039</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Ganhos(perdas) líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação em 31 de dezembro de 2003 e 2004 foram de R\$334 e R\$15, respectivamente.

A variação líquida em ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação detidos nos exercícios até 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, registrada em receitas não financeiras, totalizaram R\$ (358), R\$126 e R\$(319), respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários de negociação acima demonstrados incluem títulos vinculados a prestação de garantias, que montaram R\$1.403 e R\$581 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, respectivamente.

As posições de derivativos apresentadas acima representam os valores de mercado da taxa de juros, câmbio e de produtos dos mercados de ações e commodities, incluindo contratos de futuros, a termo e de opção, e contratos de "swaps" referentes às nossas atividades de negociação de instrumentos financeiros derivativos.

**5 Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo**

	<b>Custo amortizado</b>	<b>Ganhos brutos não realizados</b>	<b>Perdas brutas não realizadas</b>	<b>Valor de mercado</b>
<b>31 de dezembro de 2003</b>				
Títulos públicos brasileiros.....	1.683	22	(11)	1.694
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	1.140	124	-	1.264
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	1.048	40	(2)	1.086
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	48	4	-	52
Ações em companhias abertas.....	1.246	852	-	2.098
<b>Total.....</b>	<b>5.165</b>	<b>1.042</b>	<b>(13)</b>	<b>6.194</b>
<b>31 de dezembro de 2004</b>				
Títulos públicos brasileiros.....	2.363	39	(14)	2.388
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	2.910	311	-	3.221
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	1.797	86	(3)	1.880
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	236	10	-	246
Ações em companhias abertas.....	1.383	985	-	2.368
<b>Total.....</b>	<b>8.689</b>	<b>1.431</b>	<b>(17)</b>	<b>10.103</b>

Durante 2002, 2003 e 2004, consideramos R\$472, R\$29 e R\$41 como perdas outras que não temporárias, respectivamente.

Não identificamos perdas outras que não temporárias para o saldo remanescente de perdas brutas não realizadas em 31 de dezembro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, não existiam títulos emitidos por um único grupo, ou um grupo de empresas relacionadas, cujos valores de mercado fossem superiores a 10% do patrimônio líquido.

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

## Banco Bradesco S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os ganhos e perdas brutos realizados em títulos são calculados, principalmente, com base no método de custo médio. Ganhos e perdas realizados nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda estão relacionados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Ganhos brutos .....	601	871	484
Perdas brutas .....	(639)	(133)	(51)
<b>Ganhos (perdas) líquidos .....</b>	<b>(38)</b>	<b>738</b>	<b>433</b>

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda, por vencimento, foram os seguintes:

	31 de dezembro de			
	2003		2004	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano .....	637	635	811	813
Vencimento de um até cinco anos .....	708	721	1.831	1.886
Vencimento de cinco até dez anos .....	2.273	2.328	2.864	3.134
Vencimento acima de dez anos .....	301	412	1.800	1.902
Vencimento indeterminado (ações de companhias abertas) .....	1.246	2.098	1.383	2.368
<b>Total.....</b>	<b>5.165</b>	<b>6.194</b>	<b>8.689</b>	<b>10.103</b>

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, acima demonstrados incluem, títulos vinculados a prestação de garantias, que montaram R\$4 e R\$751 em 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente.

## 6 Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento eram os seguintes:

	Custo amortizado	Ganhos não realizados brutos	Perdas não realizadas brutas	Valor de mercado
<b>31 de dezembro de 2003</b>				
Títulos públicos brasileiros .....	3.085	506	-	3.591
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	180	39	-	219
<b>Total.....</b>	<b>3.265</b>	<b>545</b>	<b>-</b>	<b>3.810</b>
<b>31 de dezembro de 2004</b>				
Títulos públicos brasileiros .....	3.152	615	(2)	3.765
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	976	248	-	1.224
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	53	-	-	53
Títulos públicos de governos estrangeiros .....	19	-	-	19

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

<b>Total.....</b>	<b><u>4.200</u></b>	<b><u>863</u></b>	<b><u>(2)</u></b>	<b><u>5.061</u></b>
-------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento, por vencimento, eram os seguintes:

	31 de dezembro de			
	2003		2004	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano.....	299	300	114	113
Vencimento de um até cinco anos.....	958	1.045	978	1.032
Vencimento de cinco até dez anos.....	165	205	1.029	1.277
Vencimento acima de dez anos.....	1.843	2.260	2.079	2.639
<b>Total .....</b>	<b>3.265</b>	<b>3.810</b>	<b>4.200</b>	<b>5.061</b>

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento apresentados acima incluem títulos e valores mobiliários dados em garantia, os quais totalizavam R\$346 e R\$33 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, com valor de mercado de R\$356 e R\$31, respectivamente, e com vencimento médio de até um ano.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, apresentados como aplicações em operações compromissadas nos montantes de R\$1.786 e R\$326 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, com valor de mercado de R\$2.012 e R\$378, respectivamente, são representados, principalmente por títulos públicos federais emitidos no exterior (vencimentos entre 5 e 10 anos) e títulos públicos federais (vencimento médio de até um ano).

A tabela a seguir demonstra nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda:

	31 de dezembro de			
	2003		2004	
	Custo amortizado	% Total	Custo amortizado	% Total
Moeda brasileira (reais).....	2.718	83%	3.112	74%
Indexados e denominados em moeda estrangeira .....	547	17	1.088	26
	<b>3.265</b>	<b>100%</b>	<b>4.200</b>	<b>100%</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

**7 Operações de crédito**

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Comerciais:		
Industriais e outros .....	21.156	23.343
Financiamento à importação .....	673	1.242
Financiamento à exportação.....	8.375	8.181
Arrendamento mercantil .....	1.364	1.626
Financiamento para construção de imóveis .....	415	449
Pessoas físicas:		
Cheque especial.....	1.134	1.301
Empréstimos hipotecários residenciais .....	1.097	921
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	10.231	14.981
Cartão de crédito.....	1.373	1.289
Crédito rural.....	4.404	6.034
Empréstimos em moeda estrangeira .....	2.429	1.588
Setor público.....	-	15
Créditos de curso anormal.....	2.144	2.206
<b>Total.....</b>	<b>54.795</b>	<b>63.176</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**8 Provisão para perdas com operações de crédito**

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
No início do exercício .....	2.941	3.455	3.846
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	2.543	2.034	1.429
Créditos baixados contra provisão .....	(2.320)	(2.058)	(1.824)
Créditos recuperados .....	291	415	612
Créditos baixados líquidos .....	(2.029)	(1.643)	(1.212)
<b>No encerramento do exercício.....</b>	<b>3.455</b>	<b>3.846</b>	<b>4.063</b>

Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, o saldo registrado em operações de crédito para o qual a deterioração (“impairment”) foi reconhecida, de acordo com o SFAS 114, totalizou R\$1.248 e R\$1.197, respectivamente, dos quais R\$1.248 e R\$786 referem-se às operações de crédito com provisão para perdas equivalente a R\$430 e R\$435, respectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, o saldo médio registrado em operações de crédito deterioradas (“impaired loans”) foi de aproximadamente R\$1.189. Em 2002, 2003 e 2004, a receita de juros reconhecida sobre operações de crédito deterioradas foi considerada imaterial. Em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, registramos R\$2.341, R\$2.144 e R\$2.206, respectivamente, de operações de crédito de curso anormal.



(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

## Banco Bradesco S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

## 9 Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos

Empresa	Percentual de participação direta		31 de dezembro de						
	31 de dezembro de 2004		2002		2003		2004		
	Total	Com direito a voto	Resultado da equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Patrimônio líquido da investida <sup>(1)</sup>	Lucro líquido do período da investida <sup>(1)</sup>	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial
American Bank Note Company									
Gráfica e Serviços Ltda. ....	22,50	22,50	-	25	9	132	30	30	7
Aquarius Holdings S.A. <sup>(2)</sup> .....	50,00	50,00	-	-	-	756	-	378	-
Áurea Seguros S.A. ....	27,50	27,50	-	2	-	10	-	3	-
BES Investimentos do Brasil S.A. ....	20,00	20,00	-	18	5	83	5	17	1
BES Securities do Brasil S.A. <sup>(3)</sup> .....	-	-	3	-	-	-	-	-	-
BUS Serviços de Telecomunicações S.A. ("BUS") <sup>(4)</sup> .....	-	-	10	-	-	-	-	-	-
Cia. Bras. de Meios de Pagamento - VISANET .....	39,71	39,71	51	38	18	188	102	75	40
CPM Holding Ltd. <sup>(5)</sup> .....	49,00	49,00	(29)	55	21	106	(5)	52	(3)
Gibraltar Corretora de Seguros Ltda. ....	48,99	48,99	(2)	-	(3)	(13)	(5)	-	-
Latas de Alumínio S.A. - LATASA <sup>(6)</sup> .....	-	-	119	-	16	-	-	-	-
São Paulo Alpargatas S.A. <sup>(7)</sup> .....	-	-	6	-	-	-	-	-	-
Serasa S.A. ....	26,37	26,37	-	44	29	176	80	46	21
Sete Quedas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. <sup>(8)</sup> .....	-	-	-	22	-	-	-	-	-
U.G.B. Participações Ltda. ....	40,00	40,00	(8)	-	(35)	(100)	(45)	-	-
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Visavale	31,13	31,13	-	-	-	14	-	4	-
<b>Total dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial .....</b>			<b>150</b>	<b>204</b>	<b>60</b>			<b>605</b>	<b>66</b>
Outros investimentos registrados pelo custo .....			-	91	-			103	-
<b>Total geral .....</b>			<b>150</b>	<b>295</b>	<b>60</b>			<b>708</b>	<b>66</b>

(1) Valor derivado das demonstrações financeiras de acordo com o Brazilian GAAP, ajustado ao U.S. GAAP, quando aplicável. Não existem restrições materiais sobre a capacidade de tais empresas em remeter recursos ao Bradesco. Além disso, não existem diferenças significativas entre o nosso investimento e nossa participação proporcional do patrimônio da investida.

(2) A Aquarius é uma joint venture ("JV") entre o Bradesco e uma parte não relacionada celebrada em 2004, na qual nós contribuimos para seu capital com ações avaliadas em R\$399, pelo valor justo, previamente classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2004, o ganho não realizado correspondente de R\$242, líquidos dos efeitos fiscais de imposto de renda e contribuição social, foi mantido no patrimônio líquido, uma vez que a contribuição ao capital da JV não resultou em um processo de ganho financeiro até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

(3) Em 2002, a BES Securities do Brasil S.A. foi incorporada ao capital da BES Investimentos do Brasil S.A.

(4) Companhia constituída para administrar os negócios de "outsourcing" de infra-estrutura de telecomunicações e encerrada em outubro de 2002 (veja Nota 27).

(5) A CPM Holding Ltd. foi constituída para receber a nossa participação na CPM - Comunicação, Processamento e Mecanismos de Automação Ltda. (veja Nota 27).

(6) O investimento na Latas de Alumínio S.A. - LATASA foi alienado em 2003.

(7) O investimento na São Paulo Alpargatas S.A. foi alienado em 2003.

(8) O investimento na Sete Quedas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. foi alienado em 2004.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A tabela abaixo demonstra os dividendos, incluindo juros sobre capital próprio, recebidos dos investimentos acima.

<b>Empresa</b>	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet .....	65	36	3
Latas de Alumínio S.A. - Latasa .....	16	38	-
Serasa S.A.....	-	6	14
American Bank Notes Company Gráfica e Serviços Ltda. ....	-	3	3
BES - Investimentos do Brasil S.A. ....	-	2	-
<b>Total.....</b>	<b>81</b>	<b>85</b>	<b>20</b>

Os investimentos acima não são negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores.

**10 Imobilizado de uso, líquido**

	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Equipamentos de processamento de dados .....	1.409	1.613
Móveis e equipamentos .....	1.695	1.475
Equipamentos arrendados .....	1.176	1.369
Edificações .....	1.249	1.143
Terrenos.....	523	611
Custo de desenvolvimento e aquisição de software .....	418	438
Benfeitorias em imóveis de terceiros .....	354	379
Veículos .....	26	19
Outros .....	12	17
Menos: depreciação e amortização acumuladas .....	(3.756)	(4.118)
<b>Total .....</b>	<b>3.106</b>	<b>2.946</b>

Os encargos com depreciação e amortização montaram a R\$459, R\$744 e R\$789 nos exercícios de 2002, 2003 e 2004, respectivamente. O incremento dos encargos com depreciação e amortização durante 2003 e 2004 está relacionado a aquisição de equipamentos de processamento de dados, os quais estão sendo amortizados em até 3 anos.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações financeiras e a depreciação do bem é calculada de acordo com nossa política normal de depreciação para ativos próprios.

Em 2002 e 2003, certas agências bancárias foram alienadas por meio de leilões públicos, como parte do processo de desmobilização. Esses compreenderam transações em dinheiro ou vendas financiadas pelo Banco.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Ao mesmo tempo, as referidas agências nos foram alugadas com o propósito de continuarmos nossas atividades operacionais, sendo classificadas substancialmente como “leasing operacional”. Somente as vendas financiadas foram mantidas como ativo permanente, considerando a possibilidade de retomada no caso de inadimplência do comprador.

As obrigações futuras pelo pagamento de aluguéis vinculados aos financiamentos para os próximos 5 exercícios estão demonstradas a seguir:

<b>Para o exercício a findar em 31 de dezembro de:</b>	<b>Despesas de aluguéis</b>
2005 .....	12
2006 .....	12
2007 .....	12
2008 .....	12
2009.....	12
<b>Total.....</b>	<b>60</b>

**11 Ágio e Outros Ativos Intangíveis**

**a) Ágio**

Como resultado de nossa aquisição do Zogbi, reconhecemos um ágio no valor de R\$262 em 31 de dezembro de 2004 (veja Nota 1(b)). As variações no valor contábil do ágio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 são as seguintes:

	<b>Segmento Bancário</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2003.....	-
Aquisição do Zogbi.....	262
Baixado durante o exercício .....	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004.....	<b>262</b>

O segmento bancário no qual alocamos a compra do Zogbi é testado anualmente para perda (“impairment”) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 2004.

**b) Ativos Intangíveis**

O valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização, referente à carteira de clientes adquirida, foi de R\$1.740 e R\$1.568 em 31 de dezembro de 2003 e de 2004, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

As mudanças no valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e 2004 estão apresentadas conforme segue:

	<b>Segmentos</b>		
	<b>Setor bancário</b>	<b>Seguros, previdência e capitalização</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2003.....	1.754	24	1.778
Adquirido durante o exercício.....	228	-	228
Amortizado durante o exercício.....	(262)	(4)	(266)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2003.....</b>	<b>1.720</b>	<b>20</b>	<b>1.740</b>
Adquirido durante o exercício.....	106	-	106
Amortizado durante o exercício.....	(274)	(4)	(278)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004.....</b>	<b>1.552</b>	<b>16</b>	<b>1.568</b>

Os ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização adquiridos durante o exercício estão demonstrados a seguir (veja Nota 1(b)):

	<b>Segmento Alocado</b>	
	<b>Setor bancário</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
BBV Banco.....	103	-
Mercantil <sup>(1)</sup> .....	118	-
BEA <sup>(1)</sup> .....	7	-
Zogbi.....	-	106
<b>Total.....</b>	<b>228</b>	<b>106</b>

(1) Aquisição de participação minoritária em 2003.

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto e a amortização acumulada para ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização:

	<b>31 de dezembro de 2003</b>		<b>31 de dezembro de 2004</b>	
	<b>Valor Contábil Bruto</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Valor Contábil Bruto</b>	<b>Amortização Acumulada</b>
Carteira de clientes.....	2.475	735	2.581	1.013

A despesa com amortização foi de R\$230, R\$266 e R\$278 para 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

As despesas estimadas com amortização para os próximos cinco exercícios são:

<b>Para o exercício a findar em 31 de dezembro de</b>	<b>Despesas de amortização</b>
2005.....	287
2006.....	287
2007.....	258
2008.....	203

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

2009 ..... 180

**12 Outros ativos**

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Impostos diferidos, líquido (veja Nota 16).....	4.480	4.838
Depósitos judiciais relativos a questões tributárias e trabalhistas .....	1.483	2.161
Impostos pagos antecipadamente .....	1.959	1.805
Prêmios de seguros a receber.....	1.124	1.048
Securitização de recebíveis de cartões de crédito (veja Nota 14 (c)) .....	634	583
Despesas pagas antecipadamente .....	396	541
Sistema financeiro da habitação .....	400	364
Despesas de comercialização diferidas .....	234	253
Bens não de uso próprio, líquido .....	194	229
Pagamento antecipado com o Banco Postal <sup>(1)</sup> .....	136	141
Ativo de plano de pensão pago antecipadamente .....	32	10
Outros .....	2.128	2.802
<b>Total .....</b>	<b>13.200</b>	<b>14.775</b>

(1) Valor adicional de R\$ 62 pago durante 2004 em razão de novos pontos adquiridos.

**13 Obrigações por empréstimos de curto prazo**

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Financiamento à importação e exportação .....	6.034	5.340
“Commercial paper” .....	1.761	2.920
Outros .....	-	12
<b>Total .....</b>	<b>7.795</b>	<b>8.272</b>

Os financiamentos à importação e exportação representam linhas de crédito para financiamentos de importações e exportações concedidos a empresas brasileiras, geralmente expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2004, as taxas de juros aplicáveis aos empréstimos de curto prazo estavam entre 3,03% e 3,38% ao ano para financiamentos à importação e exportação, 3,60% e 3,64% ao ano para "Commercial Paper". As taxas médias em 2003 e 2004 foram de 4,02% e 3,23% ao ano, respectivamente.

**14 Obrigações por empréstimos de longo prazo**

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Repasses de recursos internos .....	7.556	8.357
Dívida subordinada .....	4.995	5.973
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito (veja Nota 14 (c)) .....	2.599	2.655
Euronotes .....	3.290	1.619
Letras hipotecárias .....	1.017	674

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Obrigações por arrendamento mercantil.....	449	333
Outros .....	187	42
<b>Total .....</b>	<b>20.093</b>	<b>19.653</b>

**(a) Repasses de recursos internos**

Os repasses de recursos internos representam recursos internos oriundos de agências no Brasil para empréstimos a empresas brasileiras, destinados à aplicação, basicamente, em imobilizado de uso. Esses empréstimos têm vencimentos mensais até 2025 e estão sujeitos a taxas de juros fixas entre 7,50% e 16,35% ao ano, mais juros variáveis com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, determinada trimestralmente, ou "TJLP") e Taxa Referencial de Juros (TR), respectivamente. Esses recursos são oriundos principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME (o órgão nacional para financiamento industrial) na forma de linhas de crédito.

**(b) Dívida subordinada**

Vencimento	Prazo original em anos	Moeda	Juros %	Valor contábil de 31 de dezembro de	
				2003 <sup>(1)</sup>	2004 <sup>(1)</sup>
2008	7	R\$	CDI <sup>(2)</sup> + 0,75	627	625
2011	10	US\$	10,25	418	395
2012	10	R\$	100% CDI <sup>(2)</sup> - 102,5% CDI	2.089	2.436
2012	10	Iene	4,05	393	361
2013	10	US\$	8,75	1.468	1.339
2014	10	US\$	8,00	-	817
<b>Total .....</b>				<b>4.995</b>	<b>5.973</b>

(1) Inclui dívidas subordinadas referentes às aquisições do Mercantil e Cidade, veja Nota 1(b).

(2) Taxa de juros brasileira referencial.

**(c) Títulos emitidos por meio de securitização das ordens de pagamento e dos recebíveis de cartões de crédito**

Nós securitizamos fluxos de (i) ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador e (ii) recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Os títulos de longo prazo emitidos pelas SPFs e vendidos a investidores serão liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento e das faturas de cartão de crédito. Somos obrigados a resgatar as notas em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações das SPFs.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento e recebíveis de cartões de crédito, recebidos pelas SPFs, devem ser mantidos em conta bancária específica até que seja atingido um determinado nível mínimo. Os montantes acumulados destinados ao pagamento dos juros e/ou

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

do principal no total de R\$19, (2003 – R\$21) considerados como “Caixa Restrito”, estão classificados como “Caixa e contas correntes em bancos” em nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2004.

A tabela a seguir demonstra as principais características das notas emitidas pelas SPFs:

Ativo securitizado	Vencimento/Data	Moeda	Taxa - %	31 de dezembro de	
				2003	2004
Ordens de pagamento <sup>(1)</sup> .....	2010	US\$	0,68 + libor	578	533
Ordens de pagamento .....	2010	US\$	6,75	585	535
Ordens de pagamento <sup>(1)</sup> .....	2012	US\$	4,69	-	267
Recebíveis de cartão de crédito <sup>(2)</sup>	2011	US\$	5,69	1.436	1.320
<b>Total .....</b>				<b>2.599</b>	<b>2.655</b>

(1) Se a SPF não cumprir o pagamento dos juros acumulados e/ou do principal, o investidor tem o benefício de uma apólice de seguro de garantia financeira emitida por uma seguradora não ligada.

(2) 44,618488% dos títulos emitidos serão pagos através do fluxo futuro de faturas de cartão de crédito liquidadas e disponibilizadas pelo “Designated Bank”, segundo beneficiário da operação (Banco do Brasil). Dessa forma, como consolidamos a SPF em nossas demonstrações financeiras, contabilizamos R\$585 como “Securitização de recebíveis de cartões de crédito” em “Outros ativos” em 31 de dezembro de 2004 (2003 – R\$ 634).

**(d) Euronotes**

Vencimento/Data	Moeda	Variação anual de taxa - %	Valor contábil de 31 de dezembro de	
			2003	2004
2004	US\$	1,00 - 12,29	2.664	-
2004	Iene	2,16	83	-
2005	US\$	2,43 - 12,29	283	1.056
2006	US\$	3,32 – 4,38	260	282
2007	US\$	4,26 – 17,50	-	281
<b>Total .....</b>			<b>3.290</b>	<b>1.619</b>

**(e) Letras hipotecárias**

As letras hipotecárias geralmente são emitidas com vencimentos entre um e dois anos e rendem juros de TR mais juros entre 13,00% e 21,00% a.a.

**(f) Vencimento dos empréstimos a longo prazo**

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Até 1 ano .....	6.211	4.468
De 1 a 2 anos .....	2.662	3.477
De 2 a 3 anos .....	1.584	2.283

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

De 3 a 4 anos.....	853	1.363
De 4 a 5 anos.....	942	863
Acima de 5 anos.....	7.841	7.199
<b>Total .....</b>	<b>20.093</b>	<b>19.653</b>

---



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

**15 Outras obrigações**

**(a) Composição de outras obrigações**

	31 de dezembro de	
	2003	2004
Contratos de investimento em planos de previdência .....	14.709	19.571
Provisão para operações de seguros e planos de previdência ..	8.618	10.743
Passivos contingentes (veja Nota 23(b)) .....	3.940	4.298
Títulos de capitalização.....	1.854	2.022
Provisão de sinistros não pagos e ajustes de sinistros .....	1.251	1.838
Ordens de pagamento a liquidar.....	1.589	1.538
Juros sobre capital próprio a pagar .....	874	896
Impostos de renda .....	953	647
Obrigações trabalhistas .....	601	628
Carteira de câmbio, líquida.....	391	396
Impostos (que não sobre o lucro).....	227	313
Negociação e intermediação de valores .....	118	200
Arrecadação de impostos de terceiros .....	195	145
Ganho a amortizar decorrente da transação da BUS.....	158	95
Plano de pensão - benefícios a empregados (veja Nota 26).....	103	94
Outros .....	3.679	4.919
<b>Total .....</b>	<b>39.260</b>	<b>48.343</b>

**(b) Movimentação da provisão de sinistros não pagos e ajustes de sinistros**

	31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Saldo no início do exercício .....	747	936	1.251
( - ) Resseguros a receber <sup>(1)</sup> .....	(28)	(39)	(35)
Saldo líquido em 1 de janeiro .....	719	897	1.216
Constituições relacionadas:			
- ao ano corrente.....	3.547	4.209	5.009
- a anos anteriores .....	67	124	244
Total das constituições .....	3.614	4.333	5.253
Pagamentos relacionados:			
- ao ano corrente .....	3.255	3.721	4.509
- a anos anteriores .....	211	298	184
Total dos pagamentos .....	3.466	4.019	4.693
Combinações de negócios .....	30	5	-
Saldo líquido em 31 de dezembro .....	897	1.216	1.776
( + ) Resseguros a receber <sup>(1)</sup> .....	39	35	62
Saldo no final do exercício .....	<b>936</b>	<b>1.251</b>	<b>1.838</b>

(1) Resseguros a recuperar estão sendo registrados como “Outros” em “Outros ativos”.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

**16 Imposto de renda e contribuição social**

Nós e cada uma de nossas controladas apresentamos a declaração de impostos em separado para cada exercício. Os encargos tributários no Brasil sobre o lucro compreendem o imposto de renda federal (alíquota de 15% e um adicional de 10%) e a contribuição social (alíquota de 9%), que é um tributo federal adicional, sendo aplicáveis para todos os períodos apresentados.

Os valores apresentados como despesa de tributação sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são reconciliados às alíquotas estatutárias como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	2.288	2.656	3.940
Ajuste: participação em lucros de empresas não consolidadas .....	(150)	(60)	(66)
<b>Base ajustada .....</b>	<b>2.138</b>	<b>2.596</b>	<b>3.874</b>
Despesa fiscal pela alíquota estatutária .....	(727)	(883)	(1.317)
Despesas e provisões não dedutíveis/(lucro tributável) .....	(33)	11	(79)
Dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (pagos) .....	322	458	449
Encargo fiscal sobre juros sobre capital próprio (recebidos) .....	(3)	-	-
Ganho/(perda) cambial não tributável (dedutível) sobre investimentos no exterior .....	205	(165)	55
Reversão da provisão para não realização de ativos fiscais diferidos de anos anteriores .....	-	216	64
Efeitos das mudanças nas leis fiscais e nas alíquotas sobre imposto diferido	70	-	-
Ativos de impostos diferidos relacionados às aquisições <sup>(1)</sup> .....	-	-	189
Outros .....	5	17	38
<b>Despesa com imposto de renda.....</b>	<b>(161)</b>	<b>(346)</b>	<b>(601)</b>

(1) Em 2004, adquirimos os ativos de impostos diferidos por meio da compra de entidade não operacional.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os principais componentes das contas de impostos diferidos no balanço patrimonial consolidado são os seguintes:

	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Provisões temporariamente não dedutíveis, principalmente provisão para perdas com operações de crédito .....	4.329	4.611
Prejuízos fiscais a compensar .....	694	659
Outras diferenças temporárias .....	361	239
<b>Total bruto dos ativos fiscais diferidos .....</b>	<b>5.384</b>	<b>5.509</b>
Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos <sup>(1)</sup> .....	(118)	(113)
<b>Total dos ativos fiscais diferidos .....</b>	<b>5.266</b>	<b>5.396</b>
Efeito das diferenças entre índices utilizados para fins de correção monetária, para fins de impostos e para fins do U.S. GAAP, basicamente referente ao imobilizado de uso .....	64	60
Ganhos temporariamente não tributáveis, principalmente referentes a arrendamento mercantil .....	623	420
Outras diferenças temporárias .....	99	78
<b>Total dos passivos fiscais diferidos .....</b>	<b>786</b>	<b>558</b>
<b>Ativos fiscais diferidos líquidos, incluídos em outros ativos (veja Nota 12).....</b>	<b>4.480</b>	<b>4.838</b>

(1) Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos relacionados a: (i) prejuízos fiscais (R\$68 - 2003 e R\$55 - 2004); (ii) provisões temporariamente não dedutíveis (R\$37 - 2003 e R\$7 - 2004); e (iii) amortização de ágio (R\$13 - 2003 e R\$51 - 2004).

Ativos fiscais diferidos líquidos incluem os prejuízos fiscais no Brasil, sem prazo prescricional, podendo ser compensados com resultados tributários futuros. A compensação de prejuízos fiscais está limitada a 30% do lucro real anual antes de impostos, apurado de acordo com a legislação tributária brasileira.

## **17 Patrimônio Líquido**

### **(a) Capital e direitos dos acionistas**

#### **(i) Capital**

Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Bradesco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, sendo aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004. Em 9 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração deliberou o desdobramento das ações representativas do Capital Social, de forma que os acionistas terão suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações e a reversão do desdobramento de ações.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital em circulação do Bradesco consistia de 238.351.329 ações ordinárias com direito a voto e 236.081.796 ações preferenciais sem direito a voto, sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais, e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias. Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de no mínimo 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Companhia não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação.

**(ii) Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

**(iii) Capital integralizado adicional**

O capital integralizado adicional consiste de ágio sobre a emissão inicial de ações, deduzida a capitalização desses valores.

**(b) Apropriação dos lucros acumulados**

**Reservas estatutárias**

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seus lucros líquidos anuais em moeda local, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

**(c) Lucros acumulados não apropriados**

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Companhia e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

Conseqüentemente, a diferença entre os lucros acumulados constantes nas demonstrações financeiras segundo o U.S. GAAP e os apurados segundo o Brazilian GAAP representa o efeito de diferenças entre períodos, e somente poderá ser distribuída quando reconhecida segundo a Legislação Societária.

**(d) Dividendos (inclusive juros sobre capital próprio)**

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Brazilian GAAP. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil.

**(e) Lucro abrangente**

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Lucro líquido divulgado na demonstração do resultado.....	2.142	2.302	3.327
Ganhos (perdas) não realizados apurados durante o período:			
Ganhos (perdas) não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	(58)	1.414	451
Menos ajuste de reclassificação de (ganhos) perdas sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrado no lucro líquido.....	38	(738)	(433)
Lucro abrangente antes da tributação sobre o lucro .....	(20)	676	18
Imposto de renda e contribuição social relacionados a itens do lucro abrangente (perda).....	7	(230)	(6)
Lucro abrangente (perda), líquido dos efeitos fiscais de imposto de renda e de contribuição social.....	(13)	446	12
Lucro abrangente.....	<b>2.129</b>	<b>2.748</b>	<b>3.339</b>

Lucro abrangente acumulado (perda) apresenta-se conforme segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Saldo no início do exercício.....	248	235	681
Mutações no exercício corrente .....	(13)	446	12
<b>Saldo no encerramento do exercício.....</b>	<b>235</b>	<b>681</b>	<b>693</b>

**18 Receita de prestação de serviços**

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Conta corrente .....	828	1.025	1.225
Administração de fundos.....	466	609	879
Serviços de cobrança.....	556	601	630
Cartões de crédito .....	327	349	452
Tarifa interbancária .....	254	250	261
Recebimento de tributos .....	158	175	189
Garantias financeiras prestadas .....	68	159	118
Administração de consórcios.....	-	26	87
Outras <sup>(1)</sup> .....	237	269	469

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

<b>Total .....</b>	<b>2.894</b>	<b>3.463</b>	<b>4.310</b>
--------------------	--------------	--------------	--------------

(1) Nenhum dos itens apresentados como “Outras” é individualmente significativo.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

**19 Despesas administrativas**

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Serviços de terceiros .....	732	825	863
Serviços do sistema financeiro .....	475	517	585
Comunicação .....	506	519	578
Transportes .....	285	359	382
Aluguéis .....	196	273	290
Propaganda e publicidade .....	242	273	286
Manutenção e conservação de bens .....	212	235	266
Processamento de dados .....	215	267	238
Materiais .....	146	172	151
Água, energia e gás .....	89	114	128
Viagens .....	57	67	55
Outros .....	266	288	235
<b>Total .....</b>	<b>3.421</b>	<b>3.909</b>	<b>4.057</b>

**20 Outras receitas e despesas, não financeiras**

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Outras receitas, não financeiras:			
Recuperação de encargos e despesas .....	118	122	74
Receita de aluguéis .....	35	29	20
Variação monetária e ganho cambial, líquidos .....	1.008	-	-
Outras <sup>(2)</sup> .....	325	241	736
<b>Total de outras receitas não financeiras .....</b>	<b>1.486</b>	<b>392</b>	<b>830</b>
Outras despesas, não financeiras:			
Impostos sobre serviços, rendas e outros .....	795	989	1.354
Comissão na colocação de financiamento de veículos .....	87	128	228
Contingências <sup>(1)</sup> .....	113	153	216
Variação monetária e perda cambial, líquidos .....	-	182	240
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio, investimentos não consolidados e imobilizado de uso, líquido.....	183	(39)	52
Bônus de cartão de crédito .....	4	10	52
Despesas de administração de fundos .....	32	30	37
Despesas com Banco Postal.....	35	29	25
Perdas com agências .....	113	135	202
Outras <sup>(2)</sup> .....	221	696	517
<b>Total de outras despesas não financeiras .....</b>	<b>1.583</b>	<b>2.313</b>	<b>2.923</b>

(1) Não inclui os movimentos relacionados às contingências trabalhistas e outros encargos fiscais, registrados em contas específicas.

(2) Nenhum dos itens apresentados como “Outras” é individualmente significativo.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

**21 Valor justo dos instrumentos financeiros**

De acordo com a SFAS 107 "Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros", a divulgação do valor justo estimado dos instrumentos financeiros é obrigatória. O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas e que não seja uma venda judicial ou de liquidação. A cotação de mercado, quando disponível, é adotada como estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros. Devido à inexistência de cotação de mercado para certos instrumentos financeiros do Bradesco, os valores justos foram calculados com base nas premissas da Administração, no valor, nos fluxos de caixa futuros e nas taxas de descontos estimadas. A metodologia de estimativa para classificações individuais dos instrumentos financeiros é apresentada com mais detalhes a seguir. Premissas distintas poderiam afetar de maneira significativa essas estimativas. Portanto, os valores líquidos de realização podem ser diferentes das estimativas apresentadas a seguir.

Além disso, os valores constituem apenas uma estimativa do valor de cada instrumento financeiro e não devem ser considerados como o valor justo da Companhia.

**Caixa e equivalentes a caixa**

Os saldos contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado nas rubricas caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, equivalem aproximadamente a seus valores justos. As aplicações financeiras de curto prazo incluem: aplicações em depósitos interfinanceiros, depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazos de 3 meses ou menos.

**Ativos de negociação, inclusive derivativos e ativos disponíveis para venda**

Esses ativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado, principalmente com base na cotação de mercado, quando disponível, ou com base na cotação de instrumentos similares.

**Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados em preços de mercado para títulos similares. Veja Nota 6 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

**Operações de crédito**

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerente a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado.

Os valores justos para as operações de crédito de curso anormal são calculados através do desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando uma taxa compatível com o risco associado aos fluxos de caixa estimados, à taxa de cotação da operação, quando disponível, ou ao valor da respectiva garantia. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

O quadro abaixo demonstra os valores contábeis e valores justos estimados para as operações de crédito, excluindo os contratos de arrendamento mercantil:

	31 de dezembro de			
	2003		2004	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Comercial:				
Industriais e outros.....	21.156	21.162	23.343	23.272
Financiamento à importação.....	673	673	1.242	1.242
Financiamento à exportação.....	8.375	8.446	8.181	8.190
Construção de imóveis .....	415	415	449	449
Pessoas físicas:				
Cheque especial.....	1.134	1.134	1.301	1.301
Empréstimos hipotecários residenciais .....	1.097	1.097	921	921
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	10.231	10.616	14.981	15.327
Cartão de crédito.....	1.373	1.373	1.289	1.289
Crédito rural.....	4.404	4.406	6.034	6.024
Empréstimos em moeda estrangeira .....	2.429	2.432	1.588	1.588
Setor público.....	-	-	15	15
Créditos de curso anormal.....	2.144	510	2.206	475
<b>Total de operações de crédito, exceto contratos de arrendamento mercantil .....</b>	<b>53.431</b>	<b>52.264</b>	<b>61.550</b>	<b>60.093</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**Depósitos**

O valor justo dos depósitos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as captações:

	<b>31 de dezembro de</b>			
	<b>2003</b>		<b>2004</b>	
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Depósitos de clientes:				
À vista .....	12.912	12.912	15.384	15.384
De poupança .....	22.140	22.140	24.783	24.783
A prazo .....	22.944	22.962	28.460	28.461
Depósito interfinanceiros .....	31	31	20	20
<b>Total de depósitos .....</b>	<b>58.027</b>	<b>58.045</b>	<b>68.647</b>	<b>68.648</b>

**Obrigações por empréstimos de curto prazo**

Os valores contábeis de captações no mercado aberto, "Commercial Paper" e financiamento à importação e exportação e outras obrigações por empréstimos de curto prazo equivalem aproximadamente aos valores contábeis desses instrumentos.

**Obrigações por empréstimos de longo prazo**

Os valores justos de obrigações por empréstimo de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações cujos vencimentos e prazos são similares.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as obrigações por empréstimos de longo prazo:

	<b>31 de dezembro de</b>			
	<b>2003</b>		<b>2004</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Repasso de recursos internos .....	7.556	7.734	8.357	8.370
Dívida subordinada.....	4.995	5.287	5.973	6.317
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito.....	2.599	2.612	2.655	2.655
Euronotes .....	3.290	3.312	1.619	1.605
Letras hipotecárias .....	1.017	1.031	674	674
Obrigações por arrendamento mercantil.....	449	449	333	333
Outros .....	187	187	42	40
<b>Total .....</b>	<b>20.093</b>	<b>20.612</b>	<b>19.653</b>	<b>19.994</b>

**Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial**

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

Estimamos o valor de mercado dos compromissos para concessão de crédito com base nas comissões atualmente cobradas na contratação de operações similares, considerando os prazos restantes dos contratos e a atual qualidade de crédito dos contratados. Estima-se o valor de mercado das linhas de crédito abertas e das cartas de crédito comercial com base nas comissões atualmente cobradas em contratações similares ou no custo estimado para rescindir os contratos ou, de outra maneira, liquidar as obrigações junto às contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em títulos e valores mobiliários de alta liquidez. Veja Nota 22(b) sobre o valor nominal, o valor justo estimado e valor referencial dos instrumentos derivativos não incluídos no balanço patrimonial.

## **22 Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial**

### **(a) Riscos e Administração de Riscos**

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros, decorrentes de negócios da Companhia e de nossas controladas são: risco de crédito; risco de mercado e de liquidez. A administração desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa Organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo.

#### **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Nossa Política de Crédito objetiva a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orienta sobre a fixação de limites operacionais e/ou a concessão de operações de crédito da Organização. Para a execução da Política de Crédito, assumem papel fundamental o Departamento de Crédito e os Comitês localizados na Matriz, que deliberam negócios acima da alçada das Agências e, com isso, acompanham essa atividade essencial. Os negócios são diversificados e destinados a pessoas físicas e jurídicas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, e nossas operações são tipicamente amparadas com garantias que são condizentes aos riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos. Objetivando amparar e agilizar todo o processo de crédito, além de analisar e de emitir pareceres, foram desenvolvidos e continuam sendo constantemente aprimorados sistemas informatizados de suporte à decisão de crédito. A análise das operações de menor valor são realizadas por sistemas de classificação de crédito “*Credit Scoring*”.

#### **Risco de Mercado**

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores de nossa carteira. Nossa política, em termos de exposição a riscos de mercado, procura ser conservadora, sendo o cumprimento dos limites de VAR (Value at Risk) definido pela alta Administração e acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. Os modelos usam volatilidades e correlações que são calculadas usando bases estatísticas. Estes modelos são usados em processos aplicados prospectivamente, de acordo com estudos

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

econômicos. A metodologia aplicada, assim como os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando-se técnicas de avaliação histórica “backtesting”.

Além disso, é feita diariamente uma análise de sensibilidade das posições “Gap Analysis”, que mede o efeito na carteira do movimento da curva da taxa de juros interna, como também da curva do cupom cambial (diferencial de juros pago acima da variação cambial). Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, seguindo a regulamentação do Banco Central, é feita a aferição diária do valor em risco das posições de taxas fixadas e cambiais de nossa carteira total, assim como da exigência de capital resultante. Nossa análise cobre todos os nossos ativos e obrigações financeiras detidas em tesouraria, inclusive nossos instrumentos financeiros de derivativos.

**Risco de Liquidez**

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo controlar o risco relativo aos diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Organização a liquidar as operações em tempo hábil e de forma segura. No Bradesco, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, havendo permanente avaliação das posições assumidas.

**(b) Derivativos**

Nós participamos de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir nossa exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de nossos clientes. Esses derivativos são resumidos a seguir:

	<b>Valores referenciais</b>	
	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Contratos futuros a taxas de juros:		
Compras .....	1.959	53
Vendas .....	5.362	9.345
Contratos futuros em moeda estrangeira:		
Compras .....	10.348	5.189
Vendas .....	12.274	14.195
Contratos de opções em moeda estrangeira:		
Compras .....	4	8
Vendas .....	148	1.450
Contratos a termo sobre taxas de juros:		
Compras .....	5	-
Contratos a termo em moeda estrangeira:		
Compras .....	24	383
Vendas .....	994	331
Contratos de "Swaps":		
Posição de Ativo		
“Swaps” de taxa de juros.....	5.788	5.169
“Swaps” de moeda .....	4.550	2.287
Posição de Passivo		
“Swaps” de taxa de juros.....	6.363	2.645

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

“Swaps” de moeda .....	3.833	4.500
------------------------	-------	-------

Contratos de "swap" de taxa de juros, de moeda e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais uma série de fluxos de caixa de uma única moeda ou pagamentos de juros ou de principal em duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. O valor nominal constitui a base pela qual os fluxos de caixa são estabelecidos. Os riscos associados com os contratos de "swap" se referem à impossibilidade ou não disposição em potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado a mudanças nas condições de mercado devido a variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas. A exposição de crédito total associada aos “swaps” de taxa de juros e de moeda totalizou R\$254 e R\$473 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, respectivamente.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam à entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específicos. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos. A exposição de crédito total associada a contratos de taxa de juros a termo era de R\$28 e R\$18 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, respectivamente.

O valor contábil, e também o valor justo, de todos os derivativos mencionados acima e incluídos no item “Títulos e valores mobiliários de negociação” é resumido na Nota 4.

**(c) Linhas de crédito registradas em contas de compensação**

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de operações com nossos clientes envolvendo vários instrumentos de crédito registrados em contas de compensação, que são resumidos a seguir:

	<b>Valores contratuais</b>	
	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Compromissos de abertura de crédito e cartão de crédito .....	18.307	20.736
Garantias financeiras .....	6.948	8.100
Outras cartas de crédito .....	174	130

As linhas de crédito não utilizadas, incluindo cartões de crédito, são contratos de concessão de crédito por um prazo determinado e por taxas variáveis a um cliente que cumpriu as condições contratuais estabelecidas. As garantias são compromissos condicionais oferecidos por nós para garantir que um cliente cumpra às cláusulas contratuais de um empréstimo com terceiros.

O risco de crédito potencial máximo dos compromissos de avais e fianças e cartas de crédito equívale aos valores contratuais apresentados acima na hipótese de não cumprimento do contrato pelo contratante. Geralmente, esses contratos vencem sem serem utilizados, portanto, os valores contratuais não indicam a exposição a risco real de crédito ou as necessidades de fluxos financeiros futuros para esses compromissos. Dessa forma, o valor justo da obrigação assumida quando da emissão da garantia é,

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

normalmente, equivalente ao valor presente líquido do valor futuro das taxas recebíveis previstas no contrato. Para diminuir o risco de crédito, nós podemos requerer ao contratado a entregar como garantia, recursos de caixa, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as nossas operações de crédito.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

**(d) Garantias financeiras**

Segue um resumo do valor contábil das garantias financeiras e outras cartas de crédito mencionadas acima:

	31 de dezembro de			
	2003		2004	
	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil
Garantias financeiras .....	6.948	29	8.100	39
Outras cartas de crédito .....	174	3	130	2

O valor contábil inclui valores diferidos a serem reconhecidos no resultado durante o período do contrato e os valores provisionados para perdas inerentes de acordo com o SFAS 5, “Contabilização de Contingências” e o FIN 45.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos por nós para garantir o desempenho de um cliente perante a um terceiro. Temos geralmente o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

**23 Obrigações e Contingências**

**(a) Ativos administrados**

Nós administramos diversos fundos de investimentos e carteiras de clientes oferecidas a investidores institucionais e ao público em geral. Esses fundos e carteiras não são incluídos no nosso balanço patrimonial consolidado. Em geral, as taxas são cobradas mensalmente, representando aproximadamente 0,96% ao ano sobre o valor de mercado dos fundos administrados e carteiras. O total de ativos administrados, em 31 de dezembro de 2003 e 2004, foram de R\$73.788 e R\$91.320 em fundos de investimento, respectivamente e R\$9.229 e R\$8.320 em carteiras de clientes, respectivamente.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

**(b) Contingências**

No curso normal dos negócios, estamos envolvidos em vários processos legais inerentes aos nossos negócios.

Nós estamos sujeitos a questionamentos das autoridades fiscais com relação à montantes de impostos devidos. Esses questionamentos podem alterar a competência ou o montante de receita tributável ou deduções, ou a distribuição de receita entre as jurisdições fiscais. As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas estão relacionadas às questões de litígio relativas (i) aos ajustes da inflação e (ii) à legalidade de determinados impostos e contribuições.

As questões remanescentes de litígios, considerados como possíveis de acordo com o nosso julgamento baseado nas informações disponíveis sobre as causas, estão relacionadas a autos de infração no montante de R\$127 em 31 de dezembro de 2004 e nós acreditamos que estejam inconsistentes com a legislação vigente, e dessa forma, não estão registrados em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Não se espera que a resolução dessas questões tenha um impacto significativo em nossa posição financeira ou nos resultados das operações.

Assim como muitos outros bancos brasileiros, somos réus em diversos processos trabalhistas movidos por empregados, relacionados a questões salariais e indenização para empregados que foram demitidos, em consequência das aquisições recentes de instituições financeiras e da sua integração em nossa estrutura. A administração continuamente monitora e avalia o impacto dos acontecimentos e de circunstâncias atuais nas estimativas e premissas usadas no reconhecimento de perdas prováveis.

Nós enfrentamos também questões cíveis, que consistem basicamente de reclamações por danos, tais como (i) cobrança sobre instrumentos financeiros não pagos, (ii) cheques sem fundo (iii) relatar informações de crédito incorretas às entidades de análise de crédito; nenhuma delas é individualmente significativa.

As questões cíveis e os processos trabalhistas remanescentes estão sujeitos à muitas incertezas e o resultado de questões individuais não pode ser estimado com segurança. Embora a decisão final de algumas questões possa ter um efeito significativo nos resultados operacionais consolidados em determinado exercício nós acreditamos que não deva afetar significativamente nossa posição financeira consolidada.

A movimentação na provisão nos exercícios foram as seguintes:

<b>Provisão Fiscal</b>	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
No início dos exercícios .....	2.203	2.511	2.791
Combinações de negócios.....	154	51	44
Atualização monetária .....	165	238	149
Constituições .....	230	137	166
Reversões .....	(63)	(102)	(96)
Pagamentos.....	(178)	(44)	(51)
<b>No final dos exercícios .....</b>	<b>2.511</b>	<b>2.791</b>	<b>3.003</b>



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
<b>Provisão Trabalhista</b>			
No início dos exercícios .....	434	608	816
Combinações de negócios.....	63	195	85
Constituições .....	382	278	319
Reversões .....	(60)	(20)	(7)
Pagamentos.....	(211)	(245)	(378)
<b>No final dos exercícios .....</b>	<b>608</b>	<b>816</b>	<b>835</b>
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
<b>Provisão Cível</b>			
No início dos exercícios .....	221	294	333
Combinações de negócios.....	22	32	59
Constituições .....	75	61	145
Reversões .....	(7)	(12)	(6)
Pagamentos.....	(17)	(42)	(71)
<b>No final dos exercícios .....</b>	<b>294</b>	<b>333</b>	<b>460</b>
<b>Total geral das provisões .....</b>	<b>3.413</b>	<b>3.940</b>	<b>4.298</b>

## 24 Aspectos Regulamentares

Estamos sujeitos à regulamentação do Banco Central, que publica diversas normas referentes às políticas de câmbio e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP emite regulamentação que produz efeitos sobre nossas operações de seguros.

O Banco Central estabelece o valor mínimo de capital obrigatório, os limites de crédito, o valor dos depósitos compulsórios, e também obriga os bancos a cumprir com norma semelhante ao Acordo da Basileia, no que diz respeito à adequação de capital.

O Banco está sujeito à regulamentação do Banco Central, que emite instruções e orientações relativas às políticas de crédito e monetária para as instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências mínimas de capital, limites de ativos permanentes, limites de concessão de crédito, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios e exige que os bancos cumpram com os regulamentos baseados no Acordo da Basileia no que se refere à adequação de capital.

O Acordo da Basileia exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8%. Pelo menos a metade do capital total deve consistir de Capital "Nível I". O Capital "Nível I", ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital "Nível II" inclui, sujeito a certas limitações, as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, e é limitado ao valor do Capital "Nível I". Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros: (i) exigem um índice de capital mínimo de 11%; (ii) não permitem que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital; (iii) especificam diferentes categorias de ponderação de risco; e (iv) impõem uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso nos ativos permanentes sobre os limites impostos pelo Banco Central.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir apresenta nossos índices de capital requeridos (em percentagens), de acordo com as informações financeiras em Brazilian GAAP.

	31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
De acordo com o Acordo da Basileia, aplicável ao Brasil.....			
Capital "Nível I" .....	12,20%	12,73%	11,72%
Capital "Nível II" .....	3,59	4,49	4,36
<b>Capital Total .....</b>	<b>15,79</b>	<b>17,22</b>	<b>16,08</b>
Mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.....	11,00%	11,00%	11,00%

Atualmente, o Banco Central não estabelece um limite para o valor dos dividendos que podem ser pagos, dentro dos limites de capital estabelecidos acima. Em todas as datas de apresentação, nós estávamos em conformidade com todos os limites de capital estabelecidos pelo Banco Central.

## 25 Informações por Segmento

Nós operamos principalmente no setor bancário, de seguros, previdência complementar e capitalização. Nossas operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo e "corporate", arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como "private bank". Realizamos nossas operações no setor bancário através de nossas próprias unidades localizadas no País, nas agências no exterior e através de nossas empresas controladas, bem como por meio de nossas participações em outras empresas. Além disso, nós exercemos atividades de seguros, previdência complementar e capitalização através de nossa subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios da alta administração para avaliar desempenho e tomar decisões referentes a alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa alta administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras e não financeiras, medidas em bases diferentes. Conforme SFAS 131 "Divulgações sobre Segmentos de uma Entidade e Informações Relacionadas", a informação incluída abaixo foi montada daquela preparada numa base mais consistente com aquela usada para medir valores, conforme o Brazilian GAAP.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização que são incluídos nesse segmento, resultando em um aumento da receita líquida de juros; (ii) salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de pensão e de capitalização que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias relacionados com a infra-estrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas que não estão alocados.

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2002</b>				
	<b>Setor bancário</b>	<b>Seguros, previdência e capitalização</b>	<b>Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações</b>	<b>Consolidado U.S. GAAP</b>
Receitas financeiras .....	25.349	3.021	24	28.394
Despesas financeiras .....	(14.979)	-	52	(14.927)
<b>Receitas financeiras, líquidas .....</b>	<b>10.370</b>	<b>3.021</b>	<b>76</b>	<b>13.467</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.543)	-	-	(2.543)
Prêmios de seguros.....	-	6.761	(1.453)	5.308
Planos de previdência .....	-	2.352	(2.331)	21
Títulos de capitalização.....	-	1.020	(1.020)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	126	43	(19)	150
Outras receitas.....	2.511	499	(526)	2.484
Salários e benefícios.....	(3.666)	(335)	9	(3.992)
Despesas administrativas.....	(3.000)	(464)	43	(3.421)
Sinistros de seguros.....	-	(4.335)	721	(3.614)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência .....	-	(5.026)	2.765	(2.261)
Despesas de planos de previdência.....	-	(1.689)	1.319	(370)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência .....	-	(669)	-	(669)
Outras despesas.....	(2.408)	(157)	293	(2.272)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....</b>	<b>1.390</b>	<b>1.021</b>	<b>(123)</b>	<b>2.288</b>
<b>Ativo Total.....</b>	<b>109.227</b>	<b>23.635</b>	<b>(2.987)</b>	<b>129.875</b>

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2003</b>				
	<b>Setor Bancário</b>	<b>Seguros, previdência e capitalização</b>	<b>Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações</b>	<b>Consolidado U.S. GAAP</b>
Receitas financeiras .....	19.773	4.959	(16)	24.716
Despesas financeiras .....	(10.015)	-	298	(9.717)
<b>Receitas financeiras, líquidas .....</b>	<b>9.758</b>	<b>4.959</b>	<b>282</b>	<b>14.999</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.034)	-	-	(2.034)
Prêmios de seguros.....	-	9.169	(3.020)	6.149
Planos de previdência .....	-	2.166	(2.102)	64
Títulos de capitalização.....	-	1.156	(1.156)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	65	27	(32)	60
Outras receitas.....	4.797	714	(675)	4.836
Salários e benefícios.....	(4.202)	(462)	(13)	(4.677)
Despesas administrativas.....	(3.656)	(487)	234	(3.909)
Sinistros de seguros.....	-	(5.278)	945	(4.333)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência .....	-	(6.931)	3.154	(3.777)
Despesas de planos de previdência.....	-	(2.791)	2.154	(637)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência .....	-	(762)	-	(762)
Outras despesas.....	(3.103)	(433)	213	(3.323)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....</b>	<b>1.625</b>	<b>1.047</b>	<b>(16)</b>	<b>2.656</b>
<b>Ativo Total.....</b>	<b>137.628</b>	<b>32.456</b>	<b>(3.754)</b>	<b>166.330</b>

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2004</b>			
	<b>Setor Bancário</b>	<b>Seguros, previdência e capitalização</b>	<b>Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações</b>	<b>Consolidado U.S. GAAP</b>
Receitas financeiras .....	19.532	4.937	(746)	23.723
Despesas financeiras .....	(9.954)	-	1.035	(8.919)
<b>Receitas financeiras, líquidas .....</b>	<b>9.578</b>	<b>4.937</b>	<b>289</b>	<b>14.804</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.429)	-	-	(1.429)
Prêmios de seguros.....	-	9.542	(2.778)	6.764
Planos de previdência .....	-	2.456	(2.082)	374
Títulos de capitalização.....	-	1.358	(1.358)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	60	180	(174)	66
Outras receitas.....	6.197	601	280	7.078
Salários e benefícios.....	(4.338)	(480)	(46)	(4.864)
Despesas administrativas.....	(3.793)	(457)	193	(4.057)
Sinistros de seguros.....	-	(6.045)	1.223	(4.822)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência .....	-	(7.526)	3.200	(4.326)
Despesas de planos de previdência.....	-	(2.083)	1.332	(751)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência .....	-	(907)	-	(907)
Outras despesas.....	(3.656)	(614)	280	(3.990)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....</b>	<b>2.619</b>	<b>962</b>	<b>359</b>	<b>3.940</b>
<b>Ativo Total.....</b>	<b>145.661</b>	<b>40.236</b>	<b>(8.818)</b>	<b>177.079</b>

Ajustes para fins de U.S. GAAP referem-se principalmente a:

- Despesas financeiras: contabilizações de leasing financeiro;
- Resultado de participações em empresas não consolidadas: eliminação de contabilizações por equivalência em investimentos, em que temos menos que 20% das ações com direito a voto;
- Outras receitas: ajustes de ganho/perda na venda de títulos disponíveis para venda;
- Amortização de ganhos e despesas, respectivamente, nas operações da BUS e do Banco Postal;
- Salários e benefícios: contabilização de planos de pensão de benefício definido;
- Apropriação do lucro na venda de agências atreladas a contratos de aluguéis; e
- Outras despesas: ajustes de valor justo, ágio e deságio na compra de entidades.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

As operações do Bradesco são principalmente realizadas no País. Além disso, em 31 de dezembro de 2004, o Bradesco possuía 1 agência em Nova Iorque, 4 agências em Grand Cayman e 1 em Nassau, nas Bahamas, principalmente para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas subsidiárias no exterior, quais sejam: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Luxemburgo (Luxemburgo), Boavista Banking Ltd. (Nassau), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio) e Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman).

#### **26 Planos de previdência complementar**

Nós mantemos planos de benefícios definidos, que complementam as aposentadorias pagas pelo INSS do Governo Brasileiro aos nossos empregados e de nossas subsidiárias no país. Os planos de previdência foram estabelecidos unicamente para beneficiar empregados e administradores elegíveis e seus ativos são mantidos segregados do Bradesco. Em 2001, aos participantes do plano de benefício definido do “Bradesco” foi oferecida a possibilidade de adesão ao plano de contribuição definida (PGBL), resultando em uma redução, e não no encerramento do plano anterior. Nosso plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 incluiu o plano de benefício definido do BEM, em consequência da sua aquisição em 10 de fevereiro de 2004. Nossas contribuições ao plano PGBL em 2004 totalizaram R\$211 (2003-R\$294).

A nossa política é a de financiar os planos de previdência através de contribuições calculadas com base na folha de pagamento, ajustadas periodicamente de acordo com as recomendações do atuário independente responsável pelo Plano. Em 31 de dezembro de 2004, a nossa contribuição representava 4,4% (2002 – 3,5% e 2003 – 3,6%) da folha de pagamento e os empregados e administradores contribuíam com no mínimo 4% (2002 – 4% e 2003 – 4%) de seus salários.

Os recursos dos planos de previdência são principalmente investidos em títulos públicos e privados, ações em companhias abertas e imóveis.

Os empregados e administradores que deixam de participar do plano de previdência por qualquer motivo recebem o benefício mínimo calculado com base em contribuições anteriores em uma única parcela que representa a soma global.

A redução do plano de benefício definido descrito acima resultou no reconhecimento de um ganho de R\$146 em 2001 e já que o plano não foi sujeito ao encerramento, a provisão remanescente de R\$121 será amortizada em um período de 13 anos.

Efetuamos a avaliação anual dos planos do Banco Alvorada e do BEM na data-base de 31 de outubro.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Com base no parecer do atuário independente do plano, as variações nas obrigações com benefícios e nos ativos do plano, bem como nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	<b>Plano do Alvorada e BEM</b>			<b>Plano do Bradesco e Boavista</b>		
	<b>Exercício findo em</b>			<b>Exercício findo em</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
(i) Obrigações com benefícios projetados:						
No início do exercício	206	229	281	9	9	-
Com aquisição de negócios.....	-	-	133	-	-	-
Custo do serviço .....	3	2	2	2	-	-
Benefícios pagos.....	(18)	(19)	(24)	(2)	-	-
Custo de juros.....	22	25	30	-	-	-
Perda (ganho) atuarial.....	16	44	20	-	-	-
Encerramento do plano do Boavista.....	-	-	-	-	(9)	-
<b>No encerramento do exercício.....</b>	<b>229</b>	<b>281</b>	<b>442</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:						
No início do exercício.....	220	260	315	8	9	-
Com aquisição de negócios.....	-	-	114	-	-	-
Contribuições recebidas:						
Empregador.....	2	1	1	-	-	-
Empregados.....	2	1	1	-	-	-
Rentabilidade dos ativos do plano.....	54	72	41	1	-	-
Benefícios pagos.....	(18)	(19)	(24)	-	-	-
Encerramento do plano do Boavista.....	-	-	-	-	(9)	-
<b>No encerramento do exercício.....</b>	<b>260</b>	<b>315</b>	<b>448</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(iii) Posição financiada:						
Excedente de ativos do plano sobre obrigações com benefícios projetados adquiridas.....	(31)	(34)	(6)	-	-	-
Ganho (perda) líquido não reconhecido .....	(13)	(14)	(26)	112	103	94
<b>Despesas (benefício) acumulados com pensões.....</b>	<b>(44)</b>	<b>(48)</b>	<b>(32)</b>	<b>112</b>	<b>103</b>	<b>94</b>

O custo líquido das pensões inclui os seguintes componentes:

	<b>Plano do Alvorada e BEM</b>			<b>Plano do Bradesco e Boavista</b>		
	<b>Exercício findo em</b>			<b>Exercício findo em</b>		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
(i) Obrigações com benefícios projetados:						
Custo do serviço .....	2	1	2	2	-	-
Custo de juros.....	22	25	30	-	-	-
Rentabilidade prevista dos ativos do plano.....	(24)	(28)	(34)	(1)	-	-
Amortizações:						
Perda líquida não reconhecida (ativos de pensões) .....	-	-	-	(9)	(9)	(9)
<b>Custo periódico líquido das pensões....</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>(8)</b>	<b>(9)</b>	<b>(9)</b>

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios findos em 31 de outubro foram as seguintes<sup>(1)</sup>:

	<b>Plano do Alvorada</b>		<b>Plano do BEM</b>
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2004</b>
Taxa de desconto presumida.....	11,3 %	11,3 %	11,3 %
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos.....	11,3	11,3	11,3
Índice de aumento dos níveis de remuneração.....	8,2 %	8,2 %	8,2 %

(1) Considerando uma taxa de inflação de 5,0% ao ano.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano se baseia no seguinte:

- 1) Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos.
- 2) Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos do Alvorada, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros de 6% ao ano, com vencimentos de curto a longo prazo.
- 3) Combinação de ativos do plano Alvorada, que compreendem mais de 90% e 82% de títulos públicos em 31 de outubro de 2003 e 2004, respectivamente, bem como mais de 70% do plano BEM em 31 de outubro de 2004 e o restante dos ativos de ambos os planos, em ações.

A alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência em 31 de outubro de 2003 e 2004, por categoria de ativo, é a seguinte:

<b>Categorias de ativo</b>	<b>Ativos do Plano Alvorada em 31 de outubro</b>		<b>Ativos do Plano BEM em 31 de outubro</b>
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2004</b>
Ações de companhias abertas .....	0,6%	0,6%	-
Títulos públicos e privados .....	93,3	94,1	98,7%
Imóveis .....	4,7	4,0	1,3
Outras .....	1,4	1,3	-
<b>Total .....</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Os pagamentos de benefícios, os quais refletem serviços futuros esperados projetados, a serem efetuados por nós são:

<b>Para o exercício a findar em 31 de dezembro de:</b>	<b>Benefícios dos Planos de pensão</b>
2005.....	34
2006.....	36
2007.....	38
2008.....	40
2009.....	41
2010 - 2014.....	241
<b>Total.....</b>	<b>430</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

---

As contribuições relacionadas ao plano de aposentadoria complementar do Alvorada e do BEM, a serem efetuadas por nós em 2005, são estimadas em R\$0,6 e R\$0,2, respectivamente.

**27 Transações entre Partes Relacionadas**

Nossos principais acionistas são: Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e Fundação Bradesco. Nós não temos um acionista controlador e nem existe um acordo de acionistas para votação em conjunto. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos que há mais de 40 anos vem promovendo desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens por meio de escolas instaladas em regiões carentes.

Nós contribuímos regularmente para a Fundação Bradesco, para ajudar a financiar seus projetos educacionais e sociais em todo o Brasil. Essas contribuições totalizaram R\$67, R\$63 e R\$71 em 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

Nós não concedemos empréstimos aos nossos executivos ou diretores, em virtude desta prática ser proibida a todos os bancos brasileiros pelo Banco Central.

Adicionalmente, contratamos os serviços de processamento de dados, bem como aceitamos depósitos da CPM Holdings Ltd. e de sua antecessora, CPM - Comunicação Processamento e Mecanismos de Automação Ltda., como abaixo demonstrado:

	31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Serviços de processamento de dados:			
Títulos e valores mobiliários .....	21	21	21
Receita com títulos e valores mobiliários .....	4	4	4
Despesas do exercício .....	210	258	104
Contas a pagar no final do exercício .....	11	-	7
Depósitos .....	5	4	3

Em fevereiro de 2005, nossa JV na Aquarius foi encerrada e nós registramos um ganho, líquido dos efeitos fiscais de imposto de renda e contribuição social, de R\$216.

Contratamos também os serviços de telecomunicações da BUS Holding S.A. em 2002 registrando uma despesa de R\$68. Em outubro de 2002, a BUS Holding foi liquidada, sendo as ações ordinárias da BUS transferidas para a subsidiária da Portugal Telecon.

\* \* \*



**Banco Bradesco S.A.  
Estatuto Social**

**Título I - Da Organização, Duração e Sede**

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

**Título II - Dos Objetivos Sociais**

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

**Título III - Do Capital Social**

Art. 6º) O Capital Social é de R\$7.700.000.000,00 (sete bilhões e setecentos milhões de reais), dividido em 491.933.125 (quatrocentos e noventa e um milhões, novecentas e trinta e três mil, cento e vinte e cinco) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 247.143.186 (duzentos e quarenta e sete milhões, cento e quarenta e três mil, cento e oitenta e seis) ordinárias e 244.789.939 (duzentos e quarenta e quatro milhões, setecentas e oitenta e nove mil, novecentas e trinta e nove) preferenciais.

**Parágrafo Primeiro** - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 2 -**

**Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes

direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.

**Parágrafo Terceiro** - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

**Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

**Parágrafo Quinto** - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

**Parágrafo Sexto** - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

## **Título IV - Da Administração**

# **Banco Bradesco S.A.**

## **Estatuto Social - 3 -**

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

### **Título V - Do Conselho de Administração**

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

**Parágrafo Segundo** - Na vacância do cargo e nas ausências ou

impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo Terceiro** - Nas hipóteses de afastamento temporário ou

definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 4 -**

permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;

- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembléia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento do que, em média, for atribuída de honorários mensais a cada Diretor, não computando quaisquer outras verbas;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

**Parágrafo Único** - O Conselho poderá atribuir funções especiais à

Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembléias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 5 -**

**Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho poderá convocar a  
Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

### **Título VI - Da Diretoria**

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 79 (setenta e nove) membros, sendo de 19 (dezenove) a 26 (vinte e seis) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor-Presidente, de 7 (sete) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 11 (onze) a 15 (quinze) Diretores Gerentes. Os demais cargos da Diretoria serão distribuídos da seguinte forma: de 33 (trinta e três) a 53 (cinquenta e três) Diretores Departamentais e Diretores Regionais, sendo de 27 (vinte e sete) a 41 (quarenta e um) o número de Diretores Departamentais e de 6 (seis) a 12 (doze) o de Diretores Regionais.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho fixará em cada eleição as  
quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

**Parágrafo Segundo** - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e “caput” do 19, relativos, respectivamente, a  
Diretores Executivos e a Diretores Departamentais/Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidentes.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 6 -**

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra “e” do Artigo 9º deste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente

neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

**Parágrafo Segundo** - A Sociedade poderá também ser representada por

no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo, salvo se judicial o mandato, hipótese em que o procurador poderá assinar isoladamente e a procuração ter prazo indeterminado e ser substabelecida. O instrumento de mandato deverá ainda indicar se o mandatário exercerá os poderes em conjunto com outro procurador ou Diretor da Sociedade.

**Parágrafo Terceiro** - Aos Diretores Departamentais e Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente, no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;

**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 7 -**

e) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar as Agências sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se à Diretoria.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental ou Regional é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;

II. Diretor Regional - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 8 -**

**Título VII - Do Conselho Fiscal**

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

**Título VIII - Do Comitê de Auditoria**

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 9 -**

- g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
- h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
- i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento.

**Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance**

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

**Título X - Do Comitê de Remuneração**

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

**Título XI - Das Assembléias Gerais**

Art. 24) As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;

**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 10 -**

- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

**Título XII - Do Exercício Social e  
da Distribuição de Resultados**

Art. 25) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 26) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 27) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral;
- III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

**Parágrafo Segundo** - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de

**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 11 -**

lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

**Parágrafo Terceiro** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do “caput” deste Artigo.

Art. 28) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

**Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 27, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

\*\*\*\*\*

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 10.3.2005 - 16h.

Banco Bradesco S.A.

*Carlos Alberto R. Guilherme*  
*Diretor Gerente*

*Romulo Nagib Lasmar*  
*Diretor Departamental*

**Cálculo do Lucro por Ação e do Número Médio Ponderado  
de ações em circulação (por ação)**

<i>Lucro por ação</i>	31 de dezembro de:		
	2002	2003	2004
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (por ação).....	212.948.868	227.580.486	236.081.798
Direito de 10% das ações preferenciais.....	21.294.887	22.758.049	23.608.180
Número médio ponderado ajustado de ações preferenciais em circulação ..... (por ação) para cálculo do Lucro por Ação.....	234.243.755	250.338.535	259.689.978
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (por ação).....	217.339.670	230.880.111	239.266.115
Número médio ponderado total de ações em circulação (por ação) (A).....	451.583.425	481.218.646	498.956.093
Lucro Líquido (R\$ milhões) (B).....	R\$2.142	R\$2.302	R\$3.327
Lucro por ação ordinária (B)/(A)=(C).....	R\$4,74	R\$4,78	R\$6,67
Lucro por ação preferencial (C) + 10%.....	R\$5,22	R\$5,26	R\$7,33

**Cálculo dos dividendos sobre o capital (por ação)**

	31 de dezembro de:					
	2002		2003		2004	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Dividendos por ação						
Dividendos reais declarados (em milhões de reais)	R\$ 492	R\$ 455	R\$ 701	R\$ 646	R\$ 694	R\$ 631
Número médio ponderado de ações em circulação	212.948.868	217.339.670	227.580.486	230.880.111	236.081.798	239.266.115
Dividendos por ação	R\$ 2,31	R\$ 2,09	R\$ 3,08	R\$ 2,80	R\$ 2,94	R\$ 2,64

## Lista de Subsidiárias

Subsidiárias	Jurisdição de Incorporação	Denominação Social
1 Atlântica Capitalização S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Atlântica Capitalização
2 Banco Alvorada S.A	Salvador – Brasil	Banco Alvorada
3 Banco BEM S.A.	São Luis – Brasil	Banco BEM
4 Banco Boavista Interatlântico S.A.	São Paulo – Brasil	Boavista
5 Banco Bradesco Argentina S.A.	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina
6 Banco Bradesco Luxembourg S.A.	Luxembourg – G. Ducado Luxembourg	Bradesco Luxembourg
7 Banco Finasa S.A.	São Paulo – Brasil	Banco Finasa
8 Banco Mercantil de São Paulo S.A.	São Paulo – Brasil	Mercantil
9 Bradesco Argentina de Seguros S.A	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina de Seguros
10 Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Auto/RE
11 Bradesco Capitalização S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Capitalização
12 Bradesco Consórcios Ltda.	São Paulo – Brasil	Bradesco Consórcios
13 Bradesco Leasing S. A. Arrendamento Mercantil	São Paulo – Brasil	Bradesco Leasing
14 Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo – Brasil	Bradesco Corretora
15 Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Saúde
16 Bradesco Securities Inc.	New York – EUA	Bradesco Securities
17 Bradesco Seguros S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Seguros
18 Bradesco Vida e Previdência S.A.	Osasco – Brasil	Bradesco Previdência
19 Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Osasco – Brasil	Bradescor
20 BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo – Brasil	BRAM
21 Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	São Paulo – Brasil	Rubi
22 Finasa Seguradora S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Finasa Seguradora
23 Scopus Tecnologia S.A.	São Paulo – Brasil	Scopus Tecnologia
24 União Participações Ltda.	São Paulo – Brasil	União

## Anexo 12.1

Eu, Márcio Artur Laurelli Cypriano, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório anual;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório anual;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
  - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
  - b. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório; e
  - c. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia sobre os relatórios financeiros.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos sobre relatórios financeiros, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
  - a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos sobre relatórios financeiros que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
  - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos da Companhia.

Data: 30 de junho de 2005

\_\_\_\_\_/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Nome: Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Cargo: Diretor-Presidente

## Anexo 12.2

Eu, Milton Almicar Silva Vargas, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório anual;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório anual;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
  - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
  - b. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório; e
  - c. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia sobre os relatórios financeiros.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos sobre relatórios financeiros, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
  - b. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos sobre relatórios financeiros que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
  - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos da Companhia.

Data: 30 de junho de 2005

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

Nome: Milton Almicar Silva Vargas

Cargo: Diretor Financeiro



**Anexo 13.1**

**Certificação**  
**Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002**  
**(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)**

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento:

O Relatório Anual do Banco Bradesco S.A. apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Securities and Exchange Act de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 30 de junho de 2005

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Nome: Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Cargo: Diretor-Presidente

**Anexo 13.2**

**Certificação**  
**Conforme 18 U.S.C. Seção 1350 a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002**  
**(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)**

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento:

O Relatório Anual do Banco Bradesco S.A. apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Securities and Exchange Act de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 30 de junho de 2005

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

---

Nome: Milton Almicar Silva Vargas  
Cargo: Diretor Financeiro